

notícias

saobernardo.sp.gov.br

do município



**SÃO BERNARDO
DO CAMPO**

PREFEITURA DE ENTREGAS E RESULTADOS

30 DE ABRIL DE 2024

Terça-feira - Edição Especial Nº 2442

Publicação Oficial da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo



O ALISTAMENTO MILITAR AGORA É ONLINE!

**JOVEM, VOCÊ QUE COMPLETA 18 ANOS ESTE ANO,
ALISTE-SE ATÉ 30 DE JUNHO DE 2024**



pele site alistamento.eb.mil.br
ou na junta militar do município
de sua residência.

A segurança
do Brasil em
nossas mãos.



**SÃO BERNARDO
DO CAMPO**
PREFEITURA DE ENTREGAS E RESULTADOS

APOIO

REALIZAÇÃO

Gabinete do Prefeito

Processo nº 135150/2023

DECRETO Nº 22.605, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar na autarquia "Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo", e dá outras providências.

ORLANDO MORANDO JUNIOR, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o disposto nos arts. 9º e 10 da Lei Municipal nº 7.255, de 13 de novembro de 2023 e pelo Decreto Municipal nº 22.496, de 14 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º É aberto na autarquia "Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo", crédito no valor de R\$ 1.041.900,00 (um milhão, quarenta e um mil e novecentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

			R\$
25.251.3.3.90.30.00.12.122.0034.2210.04	0036-9	Manutenção da Unidade	76.000,00
25.251.3.3.90.40.00.12.122.0034.2210.04	0045-8	Manutenção da Unidade	15.900,00
25.251.3.3.90.34.00.12.122.0034.2210.04	0039-3	Manutenção da Unidade	950.000,00

Art. 2º O crédito aberto no art. 1º deste Decreto será coberto com recursos provenientes de:

I - anulação parcial das seguintes dotações:

			R\$
25.250.4.4.90.51.00.12.364.0034.1133.04	0025-4	Adequação da estrutura (sustentabilidade)	9.000,00
25.250.3.3.90.40.00.12.126.0034.2303.04	0018-1	Inovação tecnológica	15.900,00
25.250.4.4.90.52.00.12.364.0034.1134.04	0029-6	Atualização da infraestrutura	9.000,00
25.252.3.3.90.08.00.12.364.0034.2304.04	0063-6	Auxílio funeral ao funcionalismo	9.000,00
25.250.4.4.90.39.00.12.364.0034.1134.04	0024-6	Atualização da infraestrutura	9.000,00
25.251.4.4.90.52.00.12.122.0034.1135.04	0053-9	Atualização dos recursos materiais	40.000,00

II - Recursos próprios da autarquia, provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo,
29 de abril de 2024

ORLANDO MORANDO JUNIOR

Prefeito

FREDERICO AUGUSTO SOSSAI PEREIRA

Subprocurador-Geral Respondendo pelo Expediente da

Procuradoria Geral do Município

JOSÉ LUIZ GAVINELLI

Secretário de Finanças

Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete

MÁRCIA GATTI MESSIAS

Secretária-Chefe de Gabinete

Secretaria de Administração e Inovação
Departamento de Gestão de Pessoas

COMUNICADO - NOMEAÇÃO SEM VÍNCULO EFETIVO

Informamos a todas as pessoas que foram nomeadas para exercer cargos em comissão, por meio de Portarias publicadas no Jornal Notícias do Município - desta edição, deverão comparecer no Atendimento ao Servidor,

localizado na Praça Samuel Sabatini, nº 50 - Centro - São Bernardo do Campo (dependências da antiga Câmara Municipal), para retirar lista de documentos, encaminhamento para realização de exame médico, abertura de conta bancária e formalidades de praxe, mediante prévio agendamento realizado pelo setor competente.

COMUNICADO - NOMEAÇÃO COM VÍNCULO EFETIVO

Informamos a todos os funcionários efetivos que foram nomeados para exercer cargos em comissão, por meio de Portarias publicadas nesta edição do Jornal Notícias do Município, deverão comparecer na Praça Samuel Sabatini, nº 50 - Centro - São Bernardo do Campo (dependências da antiga Câmara Municipal), para assinatura do termo de posse e formalidades de praxe, no prazo de 3 (três) dias, imprerivelmente, a contar da data da nomeação.

COMUNICADO - DESLIGAMENTO

Informamos a todos os funcionários que se desligarem, por motivo de exoneração ou aposentadoria, que a quitação da conta final será realizada após o cumprimento dos seguintes requisitos: entrega de declaração de bens atualizada, devolução do crachá funcional e cartão de estacionamento do Paço Municipal, caso possua.

A declaração de bens atualizada, o crachá funcional e o cartão de estacionamento do Paço Municipal, deverão ser entregues ao superior imediato.

Após, o superior imediato encaminhará memorando digital (PRODIGI) para o Serviço de Elaboração de Cálculos Trabalhistas - SA-422.3, com atestação da frequência e a informação sobre a não detenção de bens, inutilização do crachá funcional, e eventualmente, do cartão de estacionamento do Paço Municipal.

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2024.

RENATA VALDRIGHI RAMOS DE PAULA

Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

PORTARIAS ASSINADAS PELO EXMO. SR. PREFEITO:

PORTARIA N.º 69400/24 - SA-4

Designar, **MARCIA GATTI MESSIAS**, matrícula nº **25.647-8**, Secretária Chefe de Gabinete, SCG, para responder pelo expediente da Secretaria de Governo - SG, no período de **22 de abril a 1º de maio de 2024** em razão de afastamento médico da titular do cargo, funcionária **JULIA BENICIO DA SILVA**, matrícula nº **42.773-8**.

PORTARIA N.º 69401/24 - SA-4

Designar, **JASMINE MAMEDE SALEM**, matrícula nº **45.000-2**, Assessor de Governo, GSCG, para responder pelo expediente da Secretaria de Chefia de Gabinete - SCG, no período de **2 a 16 de maio de 2024** em razão de fruição de Férias, pelo titular do cargo, funcionária **MARCIA GATTI MESSIAS**, matrícula nº **25.647-8**.

PORTARIA N.º 69404/24 - SA-4

Considerando o item "I" da Portaria 5108/24 - SBCPREV, que aposentou o servidor **SÉRGIO PASIN**, matrícula nº **4.073-4**, a partir de **1º de maio de 2024**,

Cessar, a partir de **1º de maio de 2024**, os efeitos da Portaria nº **69195/24 - SA-4**, que designou **SÉRGIO PASIN**, matrícula nº **4.073-4**, para responder pelo expediente da Secretaria de Esportes e Lazer - SESP.

PORTARIA N.º 69405/24 - SA-4

Nomear **SÉRGIO PASIN - R.G 13.287.916-5** para exercer, em comissão, o cargo de **Secretário de Esportes e Lazer - SESP**, nos termos da Lei Municipal nº 6662, de 19 de abril de 2018, a partir de **2 de maio de 2024**.

PORTARIAS E APOSTILAS ASSINADAS PELO SR. SECRETÁRIO:

PORTARIA N.º 69402/24 - SA-4

Designar, **ROBERTO CARLOS DOS SANTOS**, matrícula nº **11.677-5**, Diretor de Seção, SCG-001, para responder pelo expediente do Departamento de Redação e Atos Oficiais - SCG-1, no período de **18 de abril a 17 de maio de 2024** em razão de fruição de Férias, pelo titular do cargo, funcionária **CAMILA KISAKÓ HONDA DA FONSECA**, matrícula nº **32.745-1**.

PORTARIA N.º 69403/24 - SA-4

Designar, **DANIELE DA SILVA BENICIO**, matrícula nº **43.633-7**, Assessor de Direção, SE-2, para responder pelo expediente do Departamento de Apoio à Educação - SE-2, no período de **2 a 16 de maio de 2024** em razão de fruição de Férias, pelo titular do cargo, funcionária **MAISA HELENA COUTINHO DA SILVA**, matrícula nº **44.660-7**.

PORTARIA N.º 69406/24 - SA-4

I - Nomear **CINTIA PIVOTTO - R.G. 30.543.866-9** para exercer, em comissão, o cargo de **Assessor de Governo - GSA**, referência "P", nos termos da Lei Municipal nº 6745, de 07 de fevereiro de 2019, a partir de **2 de maio de 2024**.

II - DESIGNAR, a partir de **2 de maio de 2024**, a funcionária **CINTIA PIVOTTO**, portadora do **R.G. 30.543.866-9**, Assessor de Governo, lotação **GSA**, referência "P", para prestar serviços na **GSC**.

PORTARIA N.º 69407/24 - SA-4


Tornar sem efeito a Portaria n.º **69378/24 - SA-4**, que designou, **EUCLIDES VALDOSKI RAMOS**, matrícula n.º **13.093-7**, **Assessor de Direção, SA-3**, para responder pelo expediente do **Departamento de Tecnologia da Informação - SA-3**.

PORTARIA N.º 69408/24 - SA-4

Conceder ao funcionário **FERNANDO MATHIAS DE CARVALHO**, matrícula n.º **46.716-2**, Assessor de Políticas Públicas - SC-1, **Licença para Tratar de Assuntos Particulares**, nos termos do artigo 90 da Lei Municipal n.º 2.052, de 06 de julho de 1973, de **30 de abril a 3 de maio de 2024**.


.....

Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade e Custos


 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURONACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-AB | Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo


Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2023
Ativo	-
Ativo	-
1.0.0.0.00.00 - Ativo	40.226.191.531,89
1.1.0.0.00.00 - Ativo Circulante	2.730.132.243,08
1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	743.151.322,27
1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	743.151.322,27
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	0,00
1.1.1.1.2.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	0,00
1.1.1.2.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira	0,00
1.1.1.2.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira - Consolidação	0,00
1.1.1.3.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Valores Restituíveis e Vinculados	0,00
1.1.1.3.1.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	0,00
1.1.1.3.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	0,00
1.1.1.3.3.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	0,00
1.1.1.3.4.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.1.3.5.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.2.0.00.00 - Créditos a Curto Prazo	253.773.768,54
1.1.2.1.00.00 - Créditos Tributários a Receber	120.461.368,54
1.1.2.1.1.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Consolidação	0,00
1.1.2.1.2.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	0,00
1.1.2.1.3.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - União	0,00
1.1.2.1.4.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.2.1.5.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.2.2.00.00 - Clientes	0,00
1.1.2.2.1.00.00 - Clientes - Consolidação	0,00
1.1.2.2.2.00.00 - Clientes - Intra OFSS	0,00
1.1.2.2.3.00.00 - Clientes - Inter OFSS - União	0,00
1.1.2.2.4.00.00 - Clientes - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.2.2.5.00.00 - Clientes - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.2.3.00.00 - Créditos de Transferências a Receber	0,00
1.1.2.3.1.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Consolidação	0,00
1.1.2.3.2.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Intra OFSS	0,00
1.1.2.3.3.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - União	0,00
1.1.2.3.4.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.2.3.5.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.2.4.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
1.1.2.4.1.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	0,00
1.1.2.4.2.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	0,00
1.1.2.4.3.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
1.1.2.4.4.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.2.4.5.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.2.5.00.00 - Dívida Ativa Tributária	73.038.200,00
1.1.2.5.1.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Consolidação	73.038.200,00
1.1.2.5.2.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Intra OFSS	0,00
1.1.2.5.3.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - União	0,00
1.1.2.5.4.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.2.5.5.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.2.6.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária	60.274.200,00
1.1.2.6.1.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	60.274.200,00
1.1.2.6.2.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Intra OFSS	0,00
1.1.2.6.3.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Inter OFSS - União	0,00
1.1.2.6.4.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.2.6.5.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.2.9.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00
1.1.2.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Consolidação	0,00
1.1.2.9.2.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
1.1.2.9.3.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
1.1.2.9.4.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.2.9.5.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6.591.418,20
1.1.3.1.00.00 - Adiantamentos Concedidos	0,00
1.1.3.1.1.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Consolidação	0,00
1.1.3.1.2.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	0,00
1.1.3.1.3.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.1.4.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.3.1.5.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.2.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar	0,00
1.1.3.2.1.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	0,00
1.1.3.2.2.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Intra OFSS	0,00
1.1.3.2.3.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.2.4.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.3.2.5.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.3.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	0,00
1.1.3.3.1.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Consolidação	0,00
1.1.3.3.2.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Intra OFSS	0,00
1.1.3.3.3.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.3.4.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Inter OFSS - Estado	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Balanco Patrimonial	Valores 31/12/2023
1.1.3.3.5.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.4.0.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00
1.1.3.4.1.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Consolidação	0,00
1.1.3.4.2.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Intra OFSS	0,00
1.1.3.4.3.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.4.4.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.3.4.5.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.5.0.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - A Receber	6.577.464,14
1.1.3.5.1.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	6.577.464,14
1.1.3.5.2.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Intra OFSS	0,00
1.1.3.5.3.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.5.4.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.3.5.5.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.6.0.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	0,00
1.1.3.6.1.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Consolidação	0,00
1.1.3.6.2.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
1.1.3.6.3.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.6.4.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.3.6.5.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.8.0.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	13.954,06
1.1.3.8.1.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	13.954,06
1.1.3.8.2.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
1.1.3.8.3.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.8.4.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.3.8.5.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00
1.1.3.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	0,00
1.1.3.9.2.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
1.1.3.9.3.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.9.4.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.3.9.5.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.4.0.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.713.310.387,24
1.1.4.1.0.00.00 - Títulos e Valores Mobiliários	0,00
1.1.4.1.1.00.00 - Títulos e Valores Mobiliários - Consolidação	0,00
1.1.4.2.0.00.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos	0,00
1.1.4.2.1.00.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos - Consolidação	0,00
1.1.4.3.0.00.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis	0,00
1.1.4.3.1.00.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis - Consolidação	0,00
1.1.4.4.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo - RPPS	1.713.310.387,24
1.1.4.4.1.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo do RPPS - Consolidação	1.713.310.387,24
1.1.4.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias	0,00
1.1.4.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias - Consolidação	0,00
1.1.5.0.0.00.00 - Estoques	12.704.695,78
1.1.5.1.0.00.00 - Mercadorias para Revenda ou Doação	0,00
1.1.5.1.1.00.00 - Mercadorias para Revenda ou Doação - Consolidação	0,00
1.1.5.2.0.00.00 - Produtos e Serviços Acabados	0,00
1.1.5.2.1.00.00 - Produtos e Serviços Acabados - Consolidação	0,00
1.1.5.3.0.00.00 - Produtos e Serviços em Elaboração	0,00
1.1.5.3.1.00.00 - Produtos e Serviços em Elaboração - Consolidação	0,00
1.1.5.4.0.00.00 - Matérias-Primas	0,00
1.1.5.4.1.00.00 - Matérias-Primas - Consolidação	0,00
1.1.5.5.0.00.00 - Materiais em Trânsito	0,00
1.1.5.5.1.00.00 - Materiais em Trânsito - Consolidação	0,00
1.1.5.6.0.00.00 - Almoxarifado	12.704.695,78
1.1.5.6.1.00.00 - Almoxarifado - Consolidação	12.704.695,78
1.1.5.8.0.00.00 - Outros Estoques	0,00
1.1.5.8.1.00.00 - Outros Estoques - Consolidação	0,00
1.1.5.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques	0,00
1.1.5.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	0,00
1.1.6.0.0.00.00 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00
1.1.6.1.0.00.00 - Investimento Mantido para Venda	0,00
1.1.6.1.1.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Consolidação	0,00
1.1.6.1.2.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Intra OFSS	0,00
1.1.6.1.3.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Inter OFSS - União	0,00
1.1.6.1.4.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.6.1.5.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.6.2.0.00.00 - Imobilizado Mantido para Venda	0,00
1.1.6.2.1.00.00 - Imobilizado Mantido para Venda - Consolidação	0,00
1.1.6.3.0.00.00 - Intangível Mantido para Venda	0,00
1.1.6.3.1.00.00 - Intangível Mantido para Venda - Consolidação	0,00
1.1.6.9.0.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda	0,00
1.1.6.9.1.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Consolidação	0,00
1.1.6.9.2.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Intra OFSS	0,00
1.1.6.9.3.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Inter OFSS - União	0,00
1.1.6.9.4.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.6.9.5.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.7.0.0.00.00 - Ativo Biológico	0,00
1.1.7.1.0.00.00 - Ativo Biológico	0,00
1.1.7.1.1.00.00 - Ativo Biológico - Consolidação	0,00
1.1.9.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	600.651,05

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores	
	31/12/2023	
1.1.9.1.0.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar		600.651,05
1.1.9.1.1.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação		600.651,05
1.1.9.1.2.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Intra OFSS		0,00
1.1.9.1.3.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Inter OFSS - União		0,00
1.1.9.1.4.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Inter OFSS - Estado		0,00
1.1.9.1.5.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Inter OFSS - Município		0,00
1.1.9.2.0.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar		0,00
1.1.9.2.1.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Consolidação		0,00
1.1.9.2.2.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Intra OFSS		0,00
1.1.9.2.3.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Inter OFSS - União		0,00
1.1.9.2.4.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Inter OFSS - Estado		0,00
1.1.9.2.5.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Inter OFSS - Município		0,00
1.1.9.3.0.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar		0,00
1.1.9.3.1.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação		0,00
1.1.9.3.2.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Intra OFSS		0,00
1.1.9.3.3.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Inter OFSS - União		0,00
1.1.9.3.4.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Inter OFSS - Estado		0,00
1.1.9.3.5.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Inter OFSS - Município		0,00
1.1.9.4.0.00.00 - Aluguéis Pagos a Apropriar		0,00
1.1.9.4.1.00.00 - Aluguéis Pagos a Apropriar - Consolidação		0,00
1.1.9.4.2.00.00 - Aluguéis Pagos a Apropriar - Intra OFSS		0,00
1.1.9.4.3.00.00 - Aluguéis Pagos a Apropriar - Inter OFSS - União		0,00
1.1.9.4.4.00.00 - Aluguéis Pagos a Apropriar - Inter OFSS - Estado		0,00
1.1.9.4.5.00.00 - Aluguéis Pagos a Apropriar - Inter OFSS - Município		0,00
1.1.9.5.0.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar		0,00
1.1.9.5.1.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Consolidação		0,00
1.1.9.5.2.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Intra OFSS		0,00
1.1.9.5.3.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Inter OFSS - União		0,00
1.1.9.5.4.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Inter OFSS - Estado		0,00
1.1.9.5.5.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Inter OFSS - Município		0,00
1.1.9.6.0.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar		0,00
1.1.9.6.1.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Consolidação		0,00
1.1.9.6.2.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Intra OFSS		0,00
1.1.9.6.3.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Inter OFSS - União		0,00
1.1.9.6.4.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Inter OFSS - Estado		0,00
1.1.9.6.5.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Inter OFSS - Município		0,00
1.1.9.7.0.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar		0,00
1.1.9.7.1.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Consolidação		0,00
1.1.9.7.2.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Intra OFSS		0,00
1.1.9.7.3.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Inter OFSS - União		0,00
1.1.9.7.4.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Inter OFSS - Estado		0,00
1.1.9.7.5.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Inter OFSS - Município		0,00
1.1.9.8.0.00.00 - Demais VPD a Apropriar		0,00
1.1.9.8.1.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Consolidação		0,00
1.1.9.8.2.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Intra OFSS		0,00
1.1.9.8.3.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Inter OFSS - União		0,00
1.1.9.8.4.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Inter OFSS - Estado		0,00
1.1.9.8.5.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Inter OFSS - Município		0,00
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante		37.496.059.288,81
1.2.1.0.0.00.00 - Ativo Realizável a Longo Prazo		1.203.048.608,04
1.2.1.1.0.00.00 - Créditos a Longo Prazo		1.191.164.237,28
1.2.1.1.1.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Consolidação		475.882.231,83
1.2.1.1.1.01.00 - Créditos Tributários a Receber		0,00
1.2.1.1.1.02.00 - Clientes		0,00
1.2.1.1.1.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00
1.2.1.1.1.04.00 - Dívida Ativa Tributária		5.388.574.515,17
1.2.1.1.1.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária		1.900.245.307,21
1.2.1.1.1.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS		0,00
1.2.1.1.1.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo		0,00
1.2.1.1.1.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo		0,00
1.2.1.1.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		6.812.937.590,55
1.2.1.1.2.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS		700.364.596,17
1.2.1.1.2.01.00 - Créditos Tributários a Receber		0,00
1.2.1.1.2.02.00 - Clientes		0,00
1.2.1.1.2.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00
1.2.1.1.2.04.00 - Dívida Ativa Tributária		0,00
1.2.1.1.2.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária		0,00
1.2.1.1.2.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS		700.364.596,17
1.2.1.1.2.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo		0,00
1.2.1.1.2.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo		0,00
1.2.1.1.2.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		0,00
1.2.1.1.3.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União		14.917.409,28
1.2.1.1.3.01.00 - Créditos Tributários a Receber		0,00
1.2.1.1.3.02.00 - Clientes		0,00
1.2.1.1.3.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos		14.917.409,28
1.2.1.1.3.04.00 - Dívida Ativa Tributária		0,00
1.2.1.1.3.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária		0,00
1.2.1.1.3.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS		0,00
1.2.1.1.3.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo		0,00
1.2.1.1.3.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo		0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores 31/12/2023
1.2.1.1.3.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00
1.2.1.1.4.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.1.1.4.01.00 - Créditos Tributários a Receber	0,00
1.2.1.1.4.02.00 - Clientes	0,00
1.2.1.1.4.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
1.2.1.1.4.04.00 - Dívida Ativa Tributária	0,00
1.2.1.1.4.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária	0,00
1.2.1.1.4.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS	0,00
1.2.1.1.4.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	0,00
1.2.1.1.4.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo	0,00
1.2.1.1.4.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00
1.2.1.1.5.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.1.1.5.01.00 - Créditos Tributários a Receber	0,00
1.2.1.1.5.02.00 - Clientes	0,00
1.2.1.1.5.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
1.2.1.1.5.04.00 - Dívida Ativa Tributária	0,00
1.2.1.1.5.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária	0,00
1.2.1.1.5.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS	0,00
1.2.1.1.5.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	0,00
1.2.1.1.5.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo	0,00
1.2.1.1.5.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00
1.2.1.2.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	7.759.383,72
1.2.1.2.1.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	7.759.383,72
1.2.1.2.1.01.00 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	0,00
1.2.1.2.1.02.00 - Tributos a Recuperar/Compensar	0,00
1.2.1.2.1.03.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	0,00
1.2.1.2.1.04.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	88.326,93
1.2.1.2.1.05.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial	0,00
1.2.1.2.1.06.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00
1.2.1.2.1.07.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	0,00
1.2.1.2.1.09.00 - Consignações	0,00
1.2.1.2.1.98.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	7.671.056,79
1.2.1.2.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00
1.2.1.2.2.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
1.2.1.2.3.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
1.2.1.2.4.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.1.2.5.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.1.3.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	4.124.987,04
1.2.1.3.1.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo - Consolidação	4.124.987,04
1.2.1.3.1.01.00 - Títulos e Valores Mobiliários	5.355.221,93
1.2.1.3.1.02.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos	0,00
1.2.1.3.1.03.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis	0,00
1.2.1.3.1.04.00 - Fundos Avaliados a Valor de Mercado	0,00
1.2.1.3.1.08.00 - Aplicações do RPPS em Títulos do Tesouro Nacional Marcados na Curva	0,00
1.2.1.3.1.98.00 - Outros Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00
1.2.1.3.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	1.230.234,89
1.2.1.4.0.00.00 - Estoques	0,00
1.2.1.4.1.00.00 - Estoques - Consolidação	0,00
1.2.1.4.1.01.00 - Mercadorias para Revenda	0,00
1.2.1.4.1.02.00 - Produtos e Serviços Acabados	0,00
1.2.1.4.1.03.00 - Produtos e Serviços em Elaboração	0,00
1.2.1.4.1.04.00 - Matérias-Primas	0,00
1.2.1.4.1.05.00 - Materiais em Trânsito	0,00
1.2.1.4.1.06.00 - Almoxarifado	0,00
1.2.1.4.1.07.00 - Adiantamentos a Fornecedores	0,00
1.2.1.4.1.98.00 - Outros Estoques	0,00
1.2.1.4.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques	0,00
1.2.1.5.0.00.00 - Ativo Biológico	0,00
1.2.1.5.1.00.00 - Ativo Biológico - Consolidação	0,00
1.2.1.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00
1.2.1.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	0,00
1.2.1.9.1.01.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar	0,00
1.2.1.9.1.02.00 - VPD Financeiras a Apropriar	0,00
1.2.1.9.1.03.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar	0,00
1.2.1.9.1.04.00 - Aluguéis Pagos a Apropriar	0,00
1.2.1.9.1.05.00 - Tributos Pagos a Apropriar	0,00
1.2.1.9.1.06.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar	0,00
1.2.1.9.1.07.00 - Benefícios a Apropriar	0,00
1.2.1.9.1.99.00 - Demais VPD a Apropriar	0,00
1.2.1.9.2.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Intra OFSS	0,00
1.2.1.9.3.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Inter OFSS - União	0,00
1.2.1.9.4.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.1.9.5.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.2.0.0.00.00 - Investimentos	457.187.303,59
1.2.2.1.0.00.00 - Participações Permanentes	0,00
1.2.2.1.1.00.00 - Participações Permanentes - Consolidação	0,00
1.2.2.1.1.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00
1.2.2.1.1.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00
1.2.2.1.2.00.00 - Participações Permanentes - Intra OFSS	0,00
1.2.2.1.2.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00

Balanco Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores 31/12/2023
1.2.2.1.2.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00
1.2.2.1.3.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - União	0,00
1.2.2.1.3.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00
1.2.2.1.3.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00
1.2.2.1.4.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.2.1.4.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00
1.2.2.1.4.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00
1.2.2.1.5.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.2.1.5.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00
1.2.2.1.5.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00
1.2.2.2.0.00.00 - Propriedades para Investimento	0,00
1.2.2.2.1.00.00 - Propriedades para Investimento - Consolidação	0,00
1.2.2.3.0.00.00 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo	0,00
1.2.2.3.1.00.00 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo - Consolidação	0,00
1.2.2.7.0.00.00 - Demais Investimentos Permanentes	463.887.619,93
1.2.2.7.1.00.00 - Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	463.887.619,93
1.2.2.8.0.00.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos	0,00
1.2.2.8.1.00.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos - Consolidação	0,00
1.2.2.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos - Consolidação - Propriedades para Investimento	0,00
1.2.2.8.1.99.00 - (-) Depreciação Acumulada de Outros Investimentos	0,00
1.2.2.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	6.700.316,34
1.2.2.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	6.700.316,34
1.2.2.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	0,00
1.2.2.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento	0,00
1.2.2.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS - Fundo em Capitalização	0,00
1.2.2.9.1.05.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS - Fundo em Repartição	0,00
1.2.2.9.1.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	6.700.316,34
1.2.2.9.2.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	0,00
1.2.2.9.2.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	0,00
1.2.2.9.2.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	0,00
1.2.2.9.3.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	0,00
1.2.2.9.3.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	0,00
1.2.2.9.3.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	0,00
1.2.2.9.4.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.2.9.4.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	0,00
1.2.2.9.4.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	0,00
1.2.2.9.5.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.2.9.5.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	0,00
1.2.2.9.5.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	0,00
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	35.832.580.426,13
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis	550.669.243,27
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	550.669.243,27
1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis	35.755.203.968,96
1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	35.755.203.968,96
1.2.3.7.0.00.00 - (-) Subvenção Governamental para Investimentos	0,00
1.2.3.7.1.00.00 - (-) Subvenção Governamental para Investimentos - Consolidação	0,00
1.2.3.7.2.00.00 - (-) Subvenção Governamental para Investimentos - Intra OFSS	0,00
1.2.3.7.3.00.00 - (-) Subvenção Governamental para Investimentos - Inter OFSS - União	0,00
1.2.3.7.4.00.00 - (-) Subvenção Governamental para Investimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
1.2.3.7.5.00.00 - (-) Subvenção Governamental para Investimentos - Inter OFSS - Município	0,00
1.2.3.8.0.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	473.292.786,10
1.2.3.8.1.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas - Consolidação	473.292.786,10
1.2.3.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	463.788.946,65
1.2.3.8.1.02.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	9.503.839,45
1.2.3.8.1.03.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Móveis	0,00
1.2.3.8.1.04.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Imóveis	0,00
1.2.3.8.1.05.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Móveis	0,00
1.2.3.8.1.06.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	0,00
1.2.3.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	0,00
1.2.3.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	0,00
1.2.3.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Moveis	0,00
1.2.3.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Imóveis	0,00
1.2.4.0.0.00.00 - Intangível	3.242.951,05
1.2.4.1.0.00.00 - Softwares	4.539.962,49
1.2.4.1.1.00.00 - Softwares - Consolidação	4.539.962,49
1.2.4.2.0.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00
1.2.4.2.1.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	0,00
1.2.4.3.0.00.00 - Direito de Uso de Imóveis	0,00
1.2.4.3.1.00.00 - Direito de Uso de Imóveis - Consolidação	0,00
1.2.4.4.0.00.00 - Patrimônio Cultural Intangível	0,00
1.2.4.4.1.00.00 - Patrimônio Cultural Intangível - Consolidação	0,00
1.2.4.8.0.00.00 - (-) Amortização Acumulada	1.297.011,44
1.2.4.8.1.00.00 - (-) Amortização Acumulada - Consolidação	1.297.011,44
1.2.4.8.1.01.00 - (-) Amortização Acumulada - Softwares	1.297.011,44
1.2.4.8.1.02.00 - (-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	0,00
1.2.4.8.1.03.00 - (-) Amortização Acumulada - Direito de Uso de Imóveis	0,00
1.2.4.8.1.04.00 - (-) Amortização Acumulada - Patrimônio Cultural Intangível	0,00
1.2.4.8.1.99.00 - (-) Outras Amortizações Acumuladas	0,00
1.2.4.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00
1.2.4.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Consolidação	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores 31/12/2023
1.2.4.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	0,00
1.2.4.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Marcas, Direitos e Patentes	0,00
1.2.4.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Direito de Uso	0,00
1.2.4.9.1.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Patrimônio Cultural Intangível	0,00
1.2.4.9.1.99.00 - (-) Outras Reduções ao Valor Recuperável de Intangível	0,00
1.2.5.0.0.00.00 - Diferido	0,00
1.2.5.1.0.00.00 - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais	0,00
1.2.5.1.1.00.00 - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais - Consolidação	0,00
1.2.5.2.0.00.00 - Gastos de Reorganização	0,00
1.2.5.2.1.00.00 - Gastos de Reorganização - Consolidação	0,00
1.2.5.9.0.00.00 - (-) Amortização Acumulada	0,00
1.2.5.9.1.00.00 - (-) Amortização Acumulada - Consolidação	0,00
1.2.5.9.1.01.00 - (-) Amortização Acumulada - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais	0,00
1.2.5.9.1.02.00 - (-) Amortização Acumulada - Gastos de Reorganização	0,00
Passivo e Patrimônio Líquido	-
Passivo e Patrimônio Líquido	-
2.0.0.0.0.00.00 - Passivo e Patrimônio Líquido	40.226.191.531,89
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	599.941.930,31
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	112.673.203,38
2.1.1.1.0.00.00 - Pessoal a Pagar	7.679.802,26
2.1.1.1.1.00.00 - Pessoal a Pagar - Consolidação	7.679.802,26
2.1.1.2.0.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar	2.508,01
2.1.1.2.1.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	0,00
2.1.1.2.2.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Intra OFSS	0,00
2.1.1.2.3.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.1.1.2.4.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.1.2.5.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Município	2.508,01
2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	119,25
2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	119,25
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	104.990.773,86
2.1.1.4.1.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	997.781,36
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	46.575.189,18
2.1.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	57.417.803,32
2.1.1.4.4.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.1.4.5.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.2.0.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	285.982.971,13
2.1.2.1.0.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno	137.343.739,30
2.1.2.1.1.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	137.343.739,30
2.1.2.1.2.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Intra OFSS	0,00
2.1.2.1.3.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	0,00
2.1.2.1.4.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.2.1.5.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.2.2.0.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo	148.639.231,83
2.1.2.2.1.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo Consolidação	148.639.231,83
2.1.2.3.0.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno	0,00
2.1.2.3.1.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	0,00
2.1.2.3.2.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Intra OFSS	0,00
2.1.2.3.3.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	0,00
2.1.2.3.4.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.2.3.5.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.2.4.0.00.00 - Financiamento a Curto Prazo - Externo	0,00
2.1.2.4.1.00.00 - Financiamento a Curto Prazo - Externo - Consolidação	0,00
2.1.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	0,00
2.1.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	0,00
2.1.2.5.2.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Intra OFSS	0,00
2.1.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	0,00
2.1.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo	0,00
2.1.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	0,00
2.1.2.8.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	0,00
2.1.2.8.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Consolidação	0,00
2.1.2.8.2.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Intra OFSS	0,00
2.1.2.8.3.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - União	0,00
2.1.2.8.4.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.2.8.5.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.2.9.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	0,00
2.1.2.9.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Consolidação	0,00
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	57.624.543,28
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	57.624.543,28
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	57.624.543,28
2.1.3.1.2.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
2.1.3.1.3.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.1.3.1.4.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.3.1.5.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.3.2.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	0,00
2.1.3.2.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores 31/12/2023
2.1.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00
2.1.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	0,00
2.1.4.1.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Consolidação	0,00
2.1.4.1.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Intra OFSS	0,00
2.1.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	0,00
2.1.4.2.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	0,00
2.1.4.2.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Consolidação	0,00
2.1.4.2.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Intra OFSS	0,00
2.1.4.2.4.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.4.3.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	0,00
2.1.4.3.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Consolidação	0,00
2.1.4.3.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Intra OFSS	0,00
2.1.4.3.5.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.5.0.0.00.00 - Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00
2.1.5.1.0.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar	0,00
2.1.5.1.3.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.1.5.1.4.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.5.1.5.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.5.2.0.00.00 - Transferências Legais a Pagar	0,00
2.1.5.2.1.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Consolidação	0,00
2.1.5.2.3.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.1.5.2.4.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.5.2.5.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.5.3.0.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar	0,00
2.1.5.3.1.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Consolidação	0,00
2.1.5.3.3.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.1.5.3.4.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.5.3.5.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.5.4.0.00.00 - Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar	0,00
2.1.5.4.2.00.00 - Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar - Intra OFSS	0,00
2.1.5.9.0.00.00 - Demais Transferências a Pagar	0,00
2.1.5.9.1.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Consolidação	0,00
2.1.5.9.3.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.1.5.9.4.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.5.9.5.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.7.0.0.00.00 - Provisões a Curto Prazo	299.988,15
2.1.7.1.0.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	173.675,07
2.1.7.1.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	173.675,07
2.1.7.3.0.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	0,00
2.1.7.3.1.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	0,00
2.1.7.3.2.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
2.1.7.3.3.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.1.7.3.4.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.7.3.5.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.7.4.0.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	126.313,08
2.1.7.4.1.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	126.313,08
2.1.7.4.2.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
2.1.7.4.3.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.1.7.4.4.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.7.4.5.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.7.5.0.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	0,00
2.1.7.5.1.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Consolidação	0,00
2.1.7.5.2.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
2.1.7.5.3.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.1.7.5.4.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.7.5.5.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.7.6.0.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo	0,00
2.1.7.6.1.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo - Consolidação	0,00
2.1.7.7.0.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo	0,00
2.1.7.7.1.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Consolidação	0,00
2.1.7.7.2.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
2.1.7.7.3.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.1.7.7.4.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.7.7.5.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.7.9.0.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo	0,00
2.1.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Consolidação	0,00
2.1.7.9.2.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
2.1.7.9.3.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.1.7.9.4.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.7.9.5.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.8.0.0.00.00 - Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	143.361.224,37
2.1.8.1.0.00.00 - Adiantamentos de Clientes	0,00
2.1.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Consolidação	0,00
2.1.8.1.2.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Intra OFSS	0,00
2.1.8.1.3.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Inter OFSS - União	0,00
2.1.8.1.4.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.8.1.5.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Inter OFSS - Município	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores
	31/12/2023
2.1.8.2.0.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros	0,00
2.1.8.2.1.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Consolidação	0,00
2.1.8.2.2.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Intra OFSS	0,00
2.1.8.2.3.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Inter OFSS - União	0,00
2.1.8.2.4.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.8.2.5.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.8.3.0.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar	0,00
2.1.8.3.1.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Consolidação	0,00
2.1.8.3.2.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Intra OFSS	0,00
2.1.8.3.3.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.1.8.3.4.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.8.3.5.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.8.4.0.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo	0,00
2.1.8.4.1.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Consolidação	0,00
2.1.8.4.2.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
2.1.8.4.3.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.1.8.4.4.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.8.4.5.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.8.5.0.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	0,00
2.1.8.5.1.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Consolidação	0,00
2.1.8.5.2.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Intra OFSS	0,00
2.1.8.5.3.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.1.8.5.4.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.8.5.5.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.8.6.0.00.00 - Obrigações Decorrentes de Contratos De PPP	0,00
2.1.8.6.1.00.00 - Obrigações Decorrentes de Contratos De PPP - Consolidação	0,00
2.1.8.7.0.00.00 - Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN	0,00
2.1.8.7.1.00.00 - Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN - Consolidação	0,00
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	142.424.712,75
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	132.279.446,60
2.1.8.8.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	8.278.424,66
2.1.8.8.3.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	1.783.872,40
2.1.8.8.4.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.8.8.5.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	82.969,09
2.1.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo	936.511,62
2.1.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	936.511,62
2.1.8.9.2.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00
2.1.8.9.3.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.1.8.9.4.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.8.9.5.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.0.0.0.00.00 - Passivo Não-Circulante	5.239.708.077,66
2.2.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	821.517.172,63
2.2.1.1.0.00.00 - Pessoal a Pagar	81.350.186,43
2.2.1.1.1.00.00 - Pessoal a Pagar - Consolidação	81.350.186,43
2.2.1.2.0.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00
2.2.1.2.1.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	0,00
2.2.1.2.2.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Intra OFSS	0,00
2.2.1.2.3.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.2.1.2.4.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.1.2.5.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00
2.2.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	0,00
2.2.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	740.166.986,20
2.2.1.4.1.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	0,00
2.2.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	666.997.613,17
2.2.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	73.169.373,03
2.2.1.4.4.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.1.4.5.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.2.0.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	2.111.473.948,90
2.2.2.1.0.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno	817.857.268,81
2.2.2.1.1.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	817.857.268,81
2.2.2.1.2.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Intra OFSS	0,00
2.2.2.1.3.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	0,00
2.2.2.1.4.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.2.1.5.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.2.2.0.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo	1.293.616.680,09
2.2.2.2.1.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo Consolidação	1.293.616.680,09
2.2.2.3.0.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno	0,00
2.2.2.3.1.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	0,00
2.2.2.3.3.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	0,00
2.2.2.3.4.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.2.3.5.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.2.4.0.00.00 - Financiamento a Longo Prazo - Externo	0,00
2.2.2.4.1.00.00 - Financiamento a Longo Prazo - Externo - Consolidação	0,00
2.2.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno	0,00
2.2.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	0,00
2.2.2.5.2.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Intra OFSS	0,00
2.2.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	0,00
2.2.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS -	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores
	31/12/2023
Estado	0,00
2.2.2.5.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.2.6.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo	0,00
2.2.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	0,00
2.2.2.8.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	0,00
2.2.2.8.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Consolidação	0,00
2.2.2.8.2.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Intra OFSS	0,00
2.2.2.8.3.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - União	0,00
2.2.2.8.4.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.2.8.5.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.2.9.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	0,00
2.2.2.9.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo - Consolidação	0,00
2.2.3.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	98.166.577,75
2.2.3.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo	98.166.577,75
2.2.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Consolidação	98.166.577,75
2.2.3.1.2.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.3.1.3.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.3.1.4.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.3.1.5.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.3.2.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Longo Prazo	0,00
2.2.3.2.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.4.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo	7.763.818,35
2.2.4.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	7.763.818,35
2.2.4.1.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Consolidação	0,00
2.2.4.1.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Intra OFSS	0,00
2.2.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS - União	7.763.818,35
2.2.4.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados	0,00
2.2.4.2.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Consolidação	0,00
2.2.4.2.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Intra OFSS	0,00
2.2.4.2.4.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.4.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	0,00
2.2.4.3.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Consolidação	0,00
2.2.4.3.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Intra OFSS	0,00
2.2.4.3.5.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.5.0.00.00 - Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00
2.2.5.1.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar	0,00
2.2.5.1.3.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.2.5.1.4.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.5.1.5.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.5.2.00.00 - Transferências Legais a Pagar	0,00
2.2.5.2.1.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Consolidação	0,00
2.2.5.2.3.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.2.5.2.4.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.5.2.5.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.5.3.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar	0,00
2.2.5.3.1.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Consolidação	0,00
2.2.5.3.3.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.2.5.3.4.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.5.3.5.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.5.4.00.00 - Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar	0,00
2.2.5.4.2.00.00 - Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar - Intra OFSS	0,00
2.2.5.9.00.00 - Demais Transferências a Pagar	0,00
2.2.5.9.1.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Consolidação	0,00
2.2.5.9.3.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - União	0,00
2.2.5.9.4.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.5.9.5.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.7.0.00.00 - Provisões a Longo Prazo	2.192.699.758,29
2.2.7.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	1.916.761,42
2.2.7.1.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	1.916.761,42
2.2.7.2.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	1.787.347.430,97
2.2.7.2.1.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	1.787.347.430,97
2.2.7.2.1.01.00 - Fundo em Repartição - Provisões de Benefícios Concedidos	2.861.286,62
2.2.7.2.1.02.00 - Fundo em Repartição - Provisões de Benefícios a Conceder	0,00
2.2.7.2.1.03.00 - Fundo em Capitalização - Provisões de Benefícios Concedidos	994.930.083,82
2.2.7.2.1.04.00 - Fundo em Capitalização - Provisões de Benefícios a Conceder	789.556.060,53
2.2.7.2.1.05.00 - Fundo em Capitalização - Plano de Amortização	0,00
2.2.7.2.1.06.00 - Provisões Atuariais para Ajustes do Fundo em Repartição	0,00
2.2.7.2.1.07.00 - Provisões Atuariais para Ajustes do Fundo em Capitalização	0,00
2.2.7.3.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	0,00
2.2.7.3.1.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.7.3.2.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.7.3.3.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.7.3.4.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.7.3.5.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.7.4.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	3.314.713,08
2.2.7.4.1.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	3.314.713,08
2.2.7.4.2.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.7.4.3.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores 31/12/2023
2.2.7.4.4.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.7.4.5.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.7.5.0.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	0,00
2.2.7.5.1.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.7.5.2.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.7.5.3.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.7.5.4.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.7.5.5.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.7.6.0.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo	0,00
2.2.7.6.1.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.7.7.0.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo	0,00
2.2.7.7.1.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.7.7.2.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.7.7.3.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.7.7.4.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.7.7.5.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.7.9.0.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo	400.120.852,82
2.2.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Consolidação	400.120.852,82
2.2.7.9.2.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.7.9.3.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.7.9.4.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.7.9.5.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Longo Prazo	8.086.801,74
2.2.8.1.0.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	0,00
2.2.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.8.1.2.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.8.1.3.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.8.1.4.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.8.1.5.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.8.2.0.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo	0,00
2.2.8.2.1.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.8.2.2.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.8.2.3.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.8.2.4.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.8.2.5.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.8.3.0.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo	0,00
2.2.8.3.1.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.8.3.2.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.8.3.3.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.8.3.4.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.8.3.5.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.8.4.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00
2.2.8.4.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Consolidação	0,00
2.2.8.4.2.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	0,00
2.2.8.4.3.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - União	0,00
2.2.8.4.4.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.8.4.5.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.8.6.0.00.00 - Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP - Longo Prazo	0,00
2.2.8.6.1.00.00 - Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP - Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	0,00
2.2.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	0,00
2.2.8.8.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	0,00
2.2.8.8.3.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	0,00
2.2.8.8.4.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.8.8.5.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo	8.086.801,74
2.2.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	8.086.801,74
2.2.8.9.2.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
2.2.8.9.3.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
2.2.8.9.4.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.8.9.5.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.9.0.0.00.00 - Resultado Diferido	0,00
2.2.9.1.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	0,00
2.2.9.1.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	0,00
2.2.9.1.2.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Intra OFSS	0,00
2.2.9.1.3.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Inter OFSS - União	0,00
2.2.9.1.4.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.9.1.5.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Inter OFSS - Município	0,00
2.2.9.2.0.00.00 - (-) Custo Diferido	0,00
2.2.9.2.1.00.00 - (-) Custo Diferido - Consolidação	0,00
2.2.9.2.2.00.00 - (-) Custo Diferido - Intra OFSS	0,00
2.2.9.2.3.00.00 - (-) Custo Diferido - Inter OFSS - União	0,00
2.2.9.2.4.00.00 - (-) Custo Diferido - Inter OFSS - Estado	0,00
2.2.9.2.5.00.00 - (-) Custo Diferido - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	34.386.541.523,92
2.3.1.0.0.00.00 - Patrimônio Social e Capital Social	7.666.550.183,62
2.3.1.1.0.00.00 - Patrimônio Social	7.666.550.183,62

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Balanco Patrimonial	Valores
	31/12/2023
2.3.1.1.1.00.00 - Patrimônio Social - Consolidação	7.666.550.183,62
2.3.1.1.2.00.00 - Patrimônio Social - Intra OFSS	0,00
2.3.1.1.3.00.00 - Patrimônio Social - Inter OFSS - União	0,00
2.3.1.1.4.00.00 - Patrimônio Social - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.1.1.5.00.00 - Patrimônio Social - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.1.2.00.00 - Capital Social Realizado	0,00
2.3.1.2.1.00.00 - Capital Social Realizado - Consolidação	0,00
2.3.1.2.2.00.00 - Capital Social Realizado - Intra OFSS	0,00
2.3.1.2.3.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - União	0,00
2.3.1.2.4.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.1.2.5.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.2.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00
2.3.2.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00
2.3.2.1.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Consolidação	0,00
2.3.2.1.2.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	0,00
2.3.2.1.3.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - União	0,00
2.3.2.1.4.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.2.1.5.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.3.0.00.00 - Reservas de Capital	0,00
2.3.3.1.00.00 - Ágio na Emissão de Ações	0,00
2.3.3.1.1.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Consolidação	0,00
2.3.3.1.2.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Intra OFSS	0,00
2.3.3.1.3.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - União	0,00
2.3.3.1.4.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.3.1.5.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.3.2.00.00 - Alienação de Partes Beneficiárias	0,00
2.3.3.2.1.00.00 - Alienação de Partes Beneficiárias - Consolidação	0,00
2.3.3.2.2.00.00 - Alienação de Partes Beneficiárias - Intra OFSS	0,00
2.3.3.2.3.00.00 - Alienação de Partes Beneficiárias - Inter OFSS - União	0,00
2.3.3.2.4.00.00 - Alienação de Partes Beneficiárias - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.3.2.5.00.00 - Alienação de Partes Beneficiárias - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.3.3.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição	0,00
2.3.3.3.1.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Consolidação	0,00
2.3.3.3.2.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Intra OFSS	0,00
2.3.3.3.3.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - União	0,00
2.3.3.3.4.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.3.3.5.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.3.4.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado	0,00
2.3.3.4.1.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Consolidação	0,00
2.3.3.4.2.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Intra OFSS	0,00
2.3.3.4.3.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - União	0,00
2.3.3.4.4.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.3.4.5.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.3.9.00.00 - Outras Reservas de Capital	0,00
2.3.3.9.1.00.00 - Outras Reservas de Capital - Consolidação	0,00
2.3.3.9.2.00.00 - Outras Reservas de Capital - Intra OFSS	0,00
2.3.3.9.3.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - União	0,00
2.3.3.9.4.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.3.9.5.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.4.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00
2.3.4.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos	0,00
2.3.4.1.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Consolidação	0,00
2.3.4.1.2.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Intra OFSS	0,00
2.3.4.1.3.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Inter OFSS - União	0,00
2.3.4.1.4.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.4.1.5.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.4.2.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos	0,00
2.3.4.2.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Consolidação	0,00
2.3.4.2.2.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Intra OFSS	0,00
2.3.4.2.3.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Inter OFSS - União	0,00
2.3.4.2.4.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.4.2.5.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.5.0.00.00 - Reservas de Lucros	0,00
2.3.5.1.00.00 - Reserva Legal	0,00
2.3.5.1.1.00.00 - Reserva Legal - Consolidação	0,00
2.3.5.1.2.00.00 - Reserva Legal - Intra OFSS	0,00
2.3.5.1.3.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.1.4.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.5.1.5.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.5.2.00.00 - Reservas Estatutárias	0,00
2.3.5.2.1.00.00 - Reservas Estatutárias - Consolidação	0,00
2.3.5.2.2.00.00 - Reservas Estatutárias - Intra OFSS	0,00
2.3.5.2.3.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.2.4.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.5.2.5.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.5.3.00.00 - Reserva para Contingências	0,00
2.3.5.3.1.00.00 - Reserva para Contingências - Consolidação	0,00
2.3.5.3.2.00.00 - Reserva para Contingências - Intra OFSS	0,00
2.3.5.3.3.00.00 - Reserva para Contingências - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.3.4.00.00 - Reserva para Contingências - Inter OFSS - Estado	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Balanco Patrimonial	Valores
	31/12/2023
2.3.5.3.5.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.5.4.0.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais	0,00
2.3.5.4.1.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Consolidação	0,00
2.3.5.4.2.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Intra OFSS	0,00
2.3.5.4.3.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.4.4.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.5.4.5.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.5.5.0.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão	0,00
2.3.5.5.1.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Consolidação	0,00
2.3.5.5.2.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Intra OFSS	0,00
2.3.5.5.3.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.5.4.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.5.5.5.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.5.6.0.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar	0,00
2.3.5.6.1.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar - Consolidação	0,00
2.3.5.6.2.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar - Intra OFSS	0,00
2.3.5.6.3.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.6.4.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.5.6.5.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.5.7.0.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures	0,00
2.3.5.7.1.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Consolidação	0,00
2.3.5.7.2.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Intra OFSS	0,00
2.3.5.7.3.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.7.4.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.5.7.5.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.5.8.0.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído	0,00
2.3.5.8.1.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Consolidação	0,00
2.3.5.8.2.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Intra OFSS	0,00
2.3.5.8.3.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.8.4.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.5.8.5.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.5.9.0.00.00 - Outras Reservas de Lucro	0,00
2.3.5.9.1.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Consolidação	0,00
2.3.5.9.2.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Intra OFSS	0,00
2.3.5.9.3.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - União	0,00
2.3.5.9.4.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.5.9.5.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.6.0.0.00.00 - Demais Reservas	26.698.590.874,51
2.3.6.1.0.00.00 - Reserva de Reavaliação	26.698.590.874,51
2.3.6.1.1.00.00 - Reserva de Reavaliação - Consolidação	26.698.590.874,51
2.3.6.1.2.00.00 - Reserva de Reavaliação - Intra OFSS	0,00
2.3.6.1.3.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - União	0,00
2.3.6.1.4.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.6.1.5.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.6.9.0.00.00 - Outras Reservas	0,00
2.3.6.9.1.00.00 - Outras Reservas - Consolidação	0,00
2.3.6.9.2.00.00 - Outras Reservas - Intra OFSS	0,00
2.3.6.9.3.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - União	0,00
2.3.6.9.4.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.6.9.5.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - Municipio	0,00
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	21.400.465,79
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	21.400.465,79
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	-12.245.438.870,62
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	-1.279.950.022,01
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-10.204.648.094,47
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	-760.840.754,14
2.3.7.1.1.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	-945.314.718,14
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	13.278.675,30
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-958.593.393,44
2.3.7.1.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.1.2.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	1.957.664.856,96
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	180.664.577,46
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	1.777.000.279,50
2.3.7.1.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.1.3.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	11.729.622.587,99
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	2.130.769.927,66
2.3.7.1.4.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	9.598.852.660,33
2.3.7.1.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.1.4.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.7.1.5.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Municipio	-475.133.390,40
2.3.7.1.5.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	-3.120.785,97
2.3.7.1.5.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-264.433.666,73
2.3.7.1.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.1.5.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-207.578.937,70
2.3.7.2.0.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados	0,00
2.3.7.2.1.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	0,00
2.3.7.2.1.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Balço Patrimonial	Valores
	31/12/2023
2.3.7.2.1.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.1.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	0,00
2.3.7.2.1.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.1.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.7.2.2.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	0,00
2.3.7.2.2.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	0,00
2.3.7.2.2.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.2.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	0,00
2.3.7.2.2.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.2.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.7.2.3.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	0,00
2.3.7.2.3.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	0,00
2.3.7.2.3.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.3.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	0,00
2.3.7.2.3.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.3.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.7.2.4.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.7.2.4.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	0,00
2.3.7.2.4.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.4.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	0,00
2.3.7.2.4.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.4.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.7.2.5.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.7.2.5.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	0,00
2.3.7.2.5.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.5.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	0,00
2.3.7.2.5.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.5.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.9.0.0.00.00 - (-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00
2.3.9.1.0.00.00 - (-) Ações em Tesouraria	0,00
2.3.9.1.1.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Consolidação	0,00
2.3.9.1.2.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Intra OFSS	0,00
2.3.9.1.3.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - União	0,00
2.3.9.1.4.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.9.1.5.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.9.2.0.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria	0,00
2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação	0,00
2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS	0,00
2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União	0,00
2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município	0,00
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Ativo Financeiro	2.463.053.127,71
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante - Financeiro	2.463.053.127,71
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo Não Circulante - Financeiro	0,00
Ativo Permanente	37.763.138.404,18
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante - Permanente	267.079.115,37
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo Não Circulante - Permanente	37.496.059.288,81
Passivo Financeiro	552.997.189,76
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante - Financeiro	198.923.346,98
2.2.0.0.0.00.00 - Passivo Não Circulante - Financeiro	0,00
6.3.1.1.0.00.00 - RP Não Processados a Liquidar	354.073.842,78
6.3.1.7.1.00.00 - RP Não Processados a Liquidar - Inscrição no Exercício	0,00
Passivo Permanente	5.640.726.660,99
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante - Permanente	401.018.583,33
2.2.0.0.0.00.00 - Passivo Não Circulante - Permanente	5.239.708.077,66
Saldo Patrimonial	34.032.467.681,14
Contas de Compensação	-
Contas de Compensação	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.056.816.412,78
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	567.456.530,87
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Executar	3.489.359.881,91
Direitos Contratuais a Executar	0,00
Demandas Judiciais a Executar	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00
Execução dos Atos Potenciais Passivos	14.943.752.978,77
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Executar	1.475.665.508,33
Obrigações Contratuais a Executar	13.465.905.682,15
Demandas Judiciais a Executar	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	2.181.788,29


 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-AB | Balço Patrimonial - Ativo e Passivo


Notas Explicativas Patrimoniais	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas Patrimoniais	-
Notas Explicativas	<p>1) - As demonstrações contábeis foram elaboradas baseadas nas instruções da Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCAASP; Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.</p> <p>2) - Integram o Balço Anual Consolidado os seguintes entes da Administração Indireta: Câmara Municipal, Instituto de Previdência de São Bernardo do Campo, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo.</p> <p>3) - A exclusão dos saldos das contas contábeis para fins de consolidação das contas públicas nacionais, será realizada pela própria Secretaria do Tesouro Nacional.</p> <p>4) - As incorporações parciais originadas pela extinção da Agência Reguladora de São Bernardo do Campo (Lei Municipal nº 7.204, de 19 de abril de 2023) integraram os Resultados Acumulados.</p> <p>5) - Considerando que no Plano de Contas do Tribunal de Contas de São Paulo não existe a conta 6.3.1.7.1.* (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar – Inscrição do Exercício), os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar da conta 6.3.1.1.* no quadro do Passivo Financeiro englobam os Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores (R\$ 24.979.555,95) e os Restos a Pagar Não Processado com Inscrição no Exercício (R\$ 329.094.286,83).</p> <p>6) - O montante de R\$ 400.120.852,82 na conta contábil "2.2.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo – Consolidação" refere-se a "Provisões Atuariais para Ajustes do Fundo em Capitalização".</p> <p>7) O valor de R\$ 26.698.590.874,51 na conta "2.3.6.1.1.01.00 - Reserva de Reavaliação – Consolidação" refere-se à atualização do controle patrimonial imobiliário do município, finalizada em 2023 e realizada com base na atualização da base cadastral e espacial dos imóveis próprios municipais, a partir de estudo feito por empresa especializada que incluiu a conferência, a atualização de dados imobiliários e o levantamento técnico necessários para tal atualização.</p>

DCA-Anexo I-C | Balço Orçamentário - Receitas Orçamentárias


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.047.597.531,70	0,00	311.017.946,22	374.995,94
1.0.0.0.00.0.0 - Receitas Correntes	5.574.260.197,89	0,00	311.017.946,22	374.995,94
1.1.0.0.00.0.0 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.034.755.606,44	0,00	0,00	0,00
1.1.1.0.00.0.0 - Impostos	1.813.392.412,22	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.00.0.0 - Impostos sobre o Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.01.0.0 - Imposto sobre a Importação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.02.0.0 - Imposto sobre a Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.00.0.0 - Impostos sobre o Patrimônio	748.793.134,10	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.01.0.0 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.50.0.0 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	630.378.387,84	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.51.0.0 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.52.0.0 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.53.0.0 - Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	118.414.746,26	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.00.0.0 - Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	288.912.220,26	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.01.0.0 - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.02.0.0 - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.03.0.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	288.912.220,26	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.03.1.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	288.405.381,49	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.03.2.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.03.3.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.03.4.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	506.838,77	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.00.0.0 - Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços	775.687.057,86	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.01.0.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.01.1.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.01.2.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.01.3.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.01.4.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.01.5.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.50.0.0 - Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.50.1.0 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.50.2.0 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.51.0.0 - Impostos sobre Serviços	775.687.057,86	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.51.1.0 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	775.687.057,86	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.51.2.0 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.4.52.0.0 - Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (VVCC)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.5.00.0.0 - Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.5.01.0.0 - Imposto sobre Operações Financeiras Incidente sobre o	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
Ouro - IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.5.02.0.0 - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.9.00.0.0 - Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.0.00.0.0 - Taxas	221.363.194,22	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.00.0.0 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	55.841.980,24	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.0 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.195.297,84	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.02.0.0 - Taxas de Fiscalização das Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.02.1.0 - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.02.2.0 - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.02.3.0 - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.02.4.0 - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.03.0.0 - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.04.0.0 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	297.109,02	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.05.0.0 - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.06.0.0 - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.07.0.0 - Taxa de Utilização do Mercante - TUM	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.50.0.0 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	5.349.573,38	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.51.0.0 - Taxa de Saúde Suplementar	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.00.0.0 - Taxas pela Prestação de Serviços	165.521.213,98	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.01.0.0 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	165.521.213,98	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.02.0.0 - Emolumentos e Custas Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.50.0.0 - Taxas Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.51.0.0 - Taxas Extrajudiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.52.0.0 - Taxa de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.0.00.0.0 - Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.1.00.0.0 - Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.1.50.0.0 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.1.51.0.0 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.1.52.0.0 - Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.1.53.0.0 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.1.99.0.0 - Outras Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.0.0 - Contribuições	201.168.553,66	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.00.0.0 - Contribuições Sociais	128.236.285,18	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.00.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.01.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.02.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - SIMPLES	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.49.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.2.00.0.0 - Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.2.01.0.0 - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.2.02.0.0 - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.2.49.0.0 - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.3.00.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.3.01.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.3.02.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.3.49.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.4.00.0.0 - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.4.01.0.0 - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.4.02.0.0 - Contribuição Previdenciária do Segurado	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.4.49.0.0 - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.00.0.0 - Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	128.236.285,18	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.01.0.0 - Contribuição do Servidor Civil	128.236.285,18	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.01.1.0 - Contribuição do Servidor Civil Ativo	112.762.382,88	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.01.2.0 - Contribuição do Servidor Civil Inativo	13.306.857,76	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.01.3.0 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	2.167.044,54	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.01.4.0 - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.01.5.0 - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.01.6.0 - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.02.0.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.02.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.2.1.5.02.2.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.03.0.0 - Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.04.0.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões e/ou da Inatividade dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.04.1.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.04.2.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.04.3.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.50.0.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.50.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.50.2.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.50.3.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.50.4.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.51.0.0 - Contribuição Patronal - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.51.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.51.2.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.51.3.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.52.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.52.1.0 - Contribuição do Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.52.2.0 - Contribuição do Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.52.3.0 - Contribuição dos Pensionistas Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.53.0.0 - Contribuição Patronal para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.53.1.0 - Contribuição Patronal - Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.53.2.0 - Contribuição Patronal - Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.53.3.0 - Contribuição Patronal - Pensionistas Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.53.4.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.53.5.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.53.6.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Pensionistas Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.54.0.0 - Contribuição Patronal para o Sistema de Proteção Social dos Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.54.1.0 - Contribuição Patronal - Militar Ativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.54.2.0 - Contribuição Patronal - Militar Inativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.54.3.0 - Contribuição Patronal - Pensionistas Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.55.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.55.1.0 - Contribuição do Militar Ativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.55.2.0 - Contribuição do Militar Inativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.55.3.0 - Contribuição dos Pensionistas Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.56.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares, Oriunda de Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.56.1.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.56.2.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.5.56.3.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Pensionistas Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.00.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.01.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.01.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.01.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.02.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.02.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.02.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.03.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.03.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.03.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.05.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.05.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.05.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.99.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.2.1.6.99.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.6.99.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.00.0.0 - Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.01.0.0 - Contribuição sobre a Loteria Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.01.1.0 - Contribuição sobre a Loteria Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.01.2.0 - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.02.0.0 - Contribuição sobre Loterias Esportivas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.02.1.0 - Contribuição sobre Loterias Esportivas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.02.2.0 - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.03.0.0 - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.03.1.0 - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.03.2.0 - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.04.0.0 - Contribuição sobre Loterias de Números	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.04.1.0 - Contribuição sobre Loterias de Números	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.04.2.0 - Contribuição sobre Loterias de Números - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.05.0.0 - Contribuição sobre a Loteria Instantânea	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.05.1.0 - Contribuição sobre a Loteria Instantânea	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.05.2.0 - Contribuição sobre a Loteria Instantânea - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.06.0.0 - Contribuição sobre Concursos de Prognósticos - Modalidade Futebol	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.06.1.0 - Contribuição sobre Concursos de Prognósticos - Modalidade Futebol	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.7.06.2.0 - Contribuição sobre Concursos de Prognósticos - Modalidade Futebol - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.00.0.0 - Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.01.0.0 - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.01.1.0 - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.01.2.0 - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.02.0.0 - Cota-Parte da Contribuição Sindical	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.02.1.0 - Cota-Parte da Contribuição Sindical	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.02.2.0 - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.03.0.0 - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.03.1.0 - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.03.2.0 - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.03.3.0 - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.04.0.0 - Contribuição Social do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.04.1.0 - Contribuição Social do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.04.2.0 - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.05.0.0 - Contribuição para o Ensino Aeroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.05.1.0 - Contribuição para o Ensino Aeroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.05.2.0 - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.06.0.0 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.06.1.0 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.06.2.0 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.07.0.0 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.07.1.0 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.07.2.0 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.10.0.0 - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.10.1.0 - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.10.2.0 - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.99.0.0 - Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.99.1.0 - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.99.2.0 - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.99.3.0 - Demais Contribuições Sociais - Arrecadadas e Projetadas pela RFB	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.9.99.4.0 - Demais Contribuições Sociais - Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.0.0 - Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.00.0.0 - Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.01.0.0 - Contribuições para o Programa de Integração Nacional - PIN e para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.2.2.1.01.1.0 - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.01.2.0 - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.02.0.0 - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.03.0.0 - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.04.0.0 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.05.0.0 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.06.0.0 - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.07.0.0 - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.08.0.0 - Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante - CIDE Combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.08.1.0 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.08.2.0 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.09.0.0 - Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.09.1.0 - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.09.2.0 - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.10.0.0 - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.11.0.0 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.12.0.0 - Contribuições Relativas às Atividades Rurais e Industriais Rurais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.13.0.0 - Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.50.0.0 - Contribuições Econômicas sobre Commodities	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.1.99.0.0 - Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3.0.00.0.0 - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4.0.00.0.0 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	72.932.268,48	0,00	0,00	0,00
1.3.0.0.00.0.0 - Receita Patrimonial	178.576.067,19	0,00	0,00	0,00
1.3.1.0.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	8.303.900,32	0,00	0,00	0,00
1.3.1.1.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	8.303.900,32	0,00	0,00	0,00
1.3.1.1.01.0.0 - Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	166.159,76	0,00	0,00	0,00
1.3.1.1.01.1.0 - Aluguéis e Arrendamentos	166.159,76	0,00	0,00	0,00
1.3.1.1.01.2.0 - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1.1.02.0.0 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	3.091.468,64	0,00	0,00	0,00
1.3.1.1.99.0.0 - Outras Receitas Imobiliárias	5.046.271,92	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.0.0 - Valores Mobiliários	119.494.816,99	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.00.0.0 - Juros e Correções Monetárias	119.308.302,43	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.0 - Remuneração de Depósitos Bancários	65.808.808,38	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.02.0.0 - Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.03.0.0 - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.04.0.0 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	6.142.498,58	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.05.0.0 - Juros de Títulos de Renda	47.356.995,47	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.06.0.0 - Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.2.00.0.0 - Dividendos	111.127,83	0,00	0,00	0,00
1.3.2.3.00.0.0 - Participações	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.9.00.0.0 - Outros Valores Mobiliários	75.386,73	0,00	0,00	0,00
1.3.3.0.00.0.0 - Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	664.140,86	0,00	0,00	0,00
1.3.3.1.00.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.1.01.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.1.02.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.1.03.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.1.04.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.1.05.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.2.00.0.0 - Delegação dos Serviços de Infraestrutura	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.2.01.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.2.01.1.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.2.01.2.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.2.02.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.2.03.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.2.04.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita				
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita	
Aeroportuária	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.00.0.0 - Delegação dos Serviços de Telecomunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.3.01.0.0 - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.3.02.0.0 - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.3.03.0.0 - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.3.04.0.0 - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.3.05.0.0 - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.3.06.0.0 - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.3.07.0.0 - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.3.99.0.0 - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.4.00.0.0 - Concessão para Prestação de Serviços de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.4.01.0.0 - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3.9.00.0.0 - Demais Delegações de Serviços Públicos	664.140,86	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.0.00.0.0 - Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.00.0.0 - Petróleo - Regime de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.01.0.0 - Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.01.1.0 - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.01.2.0 - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.02.0.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.02.1.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.02.2.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.02.3.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.02.4.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.03.0.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.03.1.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.03.2.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.03.3.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.03.4.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.04.0.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.04.1.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.04.2.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.04.3.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.04.4.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.1.05.0.0 - Participação do Proprietário da Terra - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.2.00.0.0 - Petróleo - Regime de Cessão Onerosa	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.2.02.0.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.2.02.1.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.2.02.4.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.2.03.0.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.2.03.1.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.2.03.4.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.00.0.0 - Petróleo - Regime de Partilha de Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.01.0.0 - Outorga dos Serviços de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Partilha de Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.01.1.0 - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.01.2.0 - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela do Fundo Social	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.01.3.0 - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de					

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita				
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita	
Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.01.4.0 - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.02.0.0 - Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.02.1.0 - Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.3.02.4.0 - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.4.00.0.0 - Exploração de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.4.01.0.0 - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.4.02.0.0 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.5.00.0.0 - Exploração de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.5.01.0.0 - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.5.02.0.0 - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.5.03.0.0 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.5.03.1.0 - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.5.03.2.0 - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.5.03.3.0 - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.00.0.0 - Exploração de Recursos Florestais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.01.0.0 - Concessão de Florestas Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.01.1.0 - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.01.2.0 - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.02.0.0 - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais"	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.02.1.0 - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais" - Valor Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.02.2.0 - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais" - Demais Valores	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.03.0.0 - Custos de Edital de Concessão Florestal	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.04.0.0 - Contratos de Transição de Concessão Florestal	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.6.99.0.0 - Demais Receitas de Exploração de Recursos Florestais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.9.00.0.0 - Exploração de Outros Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.9.01.0.0 - Compensações Ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4.9.99.0.0 - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5.0.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5.1.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5.1.01.0.0 - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5.1.02.0.0 - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5.1.03.0.0 - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5.1.04.0.0 - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.6.0.00.0.0 - Cessão de Direitos	49.603.476,86	0,00	0,00	0,00	
1.3.6.1.00.0.0 - Cessão de Direitos	49.603.476,86	0,00	0,00	0,00	
1.3.6.1.01.0.0 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	49.603.476,86	0,00	0,00	0,00	
1.3.6.1.01.1.0 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo	49.603.476,86	0,00	0,00	0,00	
1.3.6.1.01.2.0 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.9.0.00.0.0 - Demais Receitas Patrimoniais	509.732,16	0,00	0,00	0,00	
1.4.0.0.00.0.0 - Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.0.0.00.0.0 - Receita Industrial	278.113,19	0,00	0,00	0,00	
1.6.0.0.00.0.0 - Receita de Serviços	29.983.729,12	0,00	0,00	374.255,09	
1.6.1.0.00.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.079.648,17	0,00	0,00	374.255,09	
1.6.1.1.00.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.079.648,17	0,00	0,00	374.255,09	
1.6.1.1.01.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral	27.079.648,17	0,00	0,00	374.255,09	
1.6.1.1.02.0.0 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.1.1.03.0.0 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.1.1.04.0.0 - Serviços de Informação e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.1.1.05.0.0 - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.1.1.50.0.0 - Serviços de Administração Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	491.192,42	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	491.192,42	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.01.0.0 - Serviços de Navegação	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.01.1.0 - Serviços de Navegação Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.01.2.0 - Serviços de Navegação Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.02.0.0 - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias	491.192,42	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.03.0.0 - Serviços Portuários	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.04.0.0 - Serviços Aeroportuários	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.04.1.0 - Tarifa Aeroportuária	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.04.2.0 - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.2.1.04.3.0 - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.6.3.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde	1.344.546,32	0,00	0,00	0,00	
1.6.3.1.00.0.0 - Serviços de Atendimento à Saúde	1.344.546,32	0,00	0,00	0,00	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.6.3.1.01.0.0 - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.3.1.50.0.0 - Serviços Hospitalares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.3.1.51.0.0 - Serviços de Registro, Análise e Controle da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.3.1.52.0.0 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.3.1.53.0.0 - Serviços Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.3.1.99.0.0 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde	1.344.546,32	0,00	0,00	0,00
1.6.3.2.00.0.0 - Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.3.2.01.0.0 - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.4.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.4.1.00.0.0 - Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.4.1.01.0.0 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.4.1.02.0.0 - Concessão de Avais, Garantias e Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.4.1.03.0.0 - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.9.0.00.0.0 - Outros Serviços	1.068.342,21	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.0.0 - Transferências Correntes	2.807.207.819,15	0,00	311.017.946,22	0,00
1.7.1.0.00.0.0 - Transferências da União e de suas Entidades	676.955.570,58	0,00	22.546.548,79	0,00
1.7.1.1.00.0.0 - Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	123.820.074,53	0,00	22.546.548,79	0,00
1.7.1.1.50.0.0 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.51.0.0 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	123.497.204,54	0,00	22.481.974,95	0,00
1.7.1.1.51.1.0 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	112.409.876,94	0,00	22.481.974,95	0,00
1.7.1.1.51.2.0 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	11.087.327,60	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.52.0.0 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	322.869,99	0,00	64.573,84	0,00
1.7.1.1.53.0.0 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.54.0.0 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.55.0.0 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.98.0.0 - Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos da União	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.00.0.0 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	13.557.985,04	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.50.0.0 - Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos	1.977.931,21	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.51.0.0 - Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.52.0.0 - Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	11.580.053,83	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.52.1.0 - Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	9.178.665,26	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.52.2.0 - Cota-Parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.52.3.0 - Cota-Parte pela Participação Especial - Lei nº 9.478/97, artigo 50	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.52.4.0 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.401.388,57	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.53.0.0 - Cota-Parte do bônus de assinatura de contrato de partilha de produção	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.99.0.0 - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	426.219.376,97	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	426.219.376,97	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	423.768.524,38	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.2.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	209.875,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.3.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.4.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.5.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	2.240.977,59	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.9.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.51.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.51.1.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.51.2.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.51.3.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.51.4.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.51.5.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.7.1.3.51.9.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.99.0.0 - Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.00.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	89.343.160,20	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.50.0 - Transferências do Salário-Educação	76.366.361,10	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.51.0.0 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.52.0.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	12.620.982,56	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.53.0.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	355.816,54	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.54.0.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.54.1.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.54.2.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.55.0.0 - Transferências referentes ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.56.0.0 - Transferências referentes ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.57.0.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Saúde do Escolar - PNSE	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.58.0.0 - Transferências referentes ao Programa de Apoio a Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.59.0.0 - Transferências referentes ao Programa de Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica - REESTFISICA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.99.0.0 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.5.00.0.0 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	4.197.845,79	0,00	0,00	0,00
1.7.1.6.00.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.600.185,51	0,00	0,00	0,00
1.7.1.7.00.0.0 - Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	6.585.147,74	0,00	0,00	0,00
1.7.1.7.50.0.0 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.7.51.0.0 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.7.52.0.0 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.7.53.0.0 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.7.54.0.0 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.7.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	6.585.147,74	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.00.0.0 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	6.631.794,80	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.52.0.0 - Transferências da União a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.53.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.54.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.55.0.0 - Outras Transferências para Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.56.0.0 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.57.0.0 - Transferência Especial da União	294.523,97	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.58.0.0 - Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.59.0.0 - Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.60.0.0 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.61.0.0 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.62.0.0 - Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS- Art. 3º, §4º, LC 194/2022	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.63.0.0 - Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS referente à apropriação da parcela da CFEM devida à União - Art. 3º, §5º, LC 194/2022	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.0 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	6.337.270,83	0,00	0,00	0,00
1.7.2.0.00.0.0 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.630.469.745,04	0,00	288.471.397,43	0,00
1.7.2.1.00.0.0 - Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	1.420.402.924,35	0,00	284.067.058,76	0,00
1.7.2.1.50.0.0 - Cota-Parte do ICMS	1.128.061.186,84	0,00	225.612.237,14	0,00
1.7.2.1.51.0.0 - Cota-Parte do IPVA	285.630.357,69	0,00	57.126.071,98	0,00
1.7.2.1.52.0.0 - Cota-Parte do IPI - Municípios	6.643.748,18	0,00	1.328.749,64	0,00
1.7.2.1.53.0.0 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	67.631,64	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.98.0.0 - Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.00.0.0 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	3.116.818,11	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.50.0.0 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos				

 <p> siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL </p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.51.0.0 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.52.0.0 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	3.116.818,11	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.53.0.0 - Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	8.234.807,40	0,00	0,00	0,00
1.7.2.4.00.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	176.004.316,58	0,00	0,00	0,00
1.7.2.4.01.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.4.50.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde - SUS	166.356.191,54	0,00	0,00	0,00
1.7.2.4.51.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.4.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	9.648.125,04	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.00.0.0 - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	22.710.878,60	0,00	4.404.338,67	0,00
1.7.2.9.50.0.0 - Transferências de Estados a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.0 - Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	427.680,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.52.0.0 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.53.0.0 - Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022	22.021.693,43	0,00	4.404.338,67	0,00
1.7.2.9.99.0.0 - Outras Transferências dos Estados e DF	261.505,17	0,00	0,00	0,00
1.7.3.0.00.0.0 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	154.800,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.1.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.2.00.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	154.800,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.2.01.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.2.50.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.2.51.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.2.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	154.800,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.9.00.0.0 - Outras Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.9.50.0.0 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.3.9.99.0.0 - Outras Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas	1.561.388,98	0,00	0,00	0,00
1.7.4.1.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas	1.561.388,98	0,00	0,00	0,00
1.7.4.1.01.0.0 - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.1.50.0.0 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.1.51.0.0 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.1.99.0.0 - Outras Transferências de Instituições Privadas	1.561.388,98	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas	498.066.314,55	0,00	0,00	0,00
1.7.5.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	498.066.314,55	0,00	0,00	0,00
1.7.5.9.00.0.0 - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.0.0 - Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.00.0.0 - Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.01.0.0 - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.50.0.0 - Transferências de Convênios do Exterior - Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.51.0.0 - Transferências de Convênios do Exterior - Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.99.0.0 - Outras Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.0.00.0.0 - Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.1.00.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.1.01.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.1.50.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.1.51.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.1.99.0.0 - Outras Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.2.00.0.0 - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.9.00.0.0 - Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.0.0 - Outras Receitas Correntes	322.290.309,14	0,00	0,00	740,85
1.9.1.0.00.0.0 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	123.523.146,56	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.00.0.0 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	123.523.146,56	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.01.0.0 - Multas Previstas em Legislação Específica	121.401.748,50	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.02.0.0 - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.03.0.0 - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.04.0.0 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.9.1.1.05.0.0 - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.06.0.0 - Multas por Danos Ambientais	1.025.260,74	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.06.1.0 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	1.024.654,74	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.06.2.0 - Multas Judiciais por Danos Ambientais	606,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.07.0.0 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.08.0.0 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	592.231,01	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.09.0.0 - Multas e Juros Previstos em Contratos	503.906,31	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.10.0.0 - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.11.0.0 - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.12.0.0 - Multas Previstas na Legislação Antidrogas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.13.0.0 - Multas Previstas na Legislação Anticorrupção.	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.13.1.0 - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização.	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.13.2.0 - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.14.0.0 - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.0.0 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	38.031.822,34	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.00.0.0 - Indenizações	24.258.379,22	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.01.0.0 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	41.434,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.02.0.0 - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.03.0.0 - Indenização por Sinistro	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.04.0.0 - Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.99.0.0 - Outras Indenizações	24.216.945,22	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.00.0.0 - Restituições	13.773.443,12	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.01.0.0 - Restituição de Convênios	1.094.564,30	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.01.1.0 - Restituição de Convênios - Primárias	1.094.564,30	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.01.2.0 - Restituição de Convênios - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.02.0.0 - Restituição de Benefícios Não Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.03.0.0 - Restituição de Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.04.0.0 - Restituição de Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.05.0.0 - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.06.0.0 - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.06.3.0 - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.06.4.0 - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.07.0.0 - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.08.0.0 - Restituição de Garantias Prestadas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.09.0.0 - Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.10.0.0 - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.10.1.0 - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.10.2.0 - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.11.0.0 - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.12.0.0 - Restituição de Depósitos de Selações Judiciais não Sacados	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.13.0.0 - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.14.0.0 - Restituição de Recursos Transferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.50.0.0 - Restituições de Recursos Recebidos do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.51.0.0 - Restituições de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.0 - Outras Restituições	12.678.878,82	0,00	0,00	0,00
1.9.2.3.00.0.0 - Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.3.01.0.0 - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.3.02.0.0 - Ressarcimento de Custos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.3.03.0.0 - Reversão de Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.3.04.0.0 - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.3.99.0.0 - Outros Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.0.00.0.0 - Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.00.0.0 - Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.01.0.0 - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.02.0.0 - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.03.0.0 - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.04.0.0 - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.05.0.0 - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.06.0.0 - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.07.0.0 - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor da União em Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.08.0.0 - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.9.3.1.99.0.0 - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.0.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	340.865,30	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.01.0.0 - Multas e Juros de Mora da Alienação de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.02.0.0 - Multas e Juros da Alienação de Estoques	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.02.1.0 - Multas e Juros de Alienação de Estoques - Política de Garantia de Preços Mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.02.2.0 - Multas e Juros de Alienação de Estoques - Destinados a Programas Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.02.3.0 - Multas e Juros de Alienação de Estoques - Programa de Aquisição de Alimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.02.4.0 - Multas e Juros de Alienação de Estoques - Funcafé	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.03.0.0 - Multas e Juros de Mora de Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.1.99.0.0 - Outras Multas e Juros de Mora de Alienações de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.2.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis	340.865,30	0,00	0,00	0,00
1.9.4.2.01.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral	340.865,30	0,00	0,00	0,00
1.9.4.2.02.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.2.03.0.0 - Multas e Juros de Mora do Adicional sobre Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.2.99.0.0 - Outras Multas e Juros de Mora de Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.3.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.3.01.0.0 - Multas e Juros da Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.01.0.0 - Multas e Juros de Amortização de Empréstimos - BEA/BIB	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.02.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.03.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.04.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.05.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.06.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.07.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.07.1.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.07.2.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.4.07.3.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.9.00.0.0 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.4.9.99.0.0 - Multas e Juros de Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.00.0.0 - Demais Receitas Correntes	160.394.474,94	0,00	0,00	740,85
1.9.9.00.0.0 - Outras Receitas Correntes	160.394.474,94	0,00	0,00	740,85
1.9.9.01.0.0 - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do Regime Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.02.0.0 - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.03.0.0 - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	82.492.660,31	0,00	0,00	0,00
1.9.9.04.0.0 - Contribuição ao Montepio Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.05.0.0 - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.06.0.0 - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.07.0.0 - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.08.0.0 - Receitas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.08.1.0 - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.08.2.0 - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.09.0.0 - Prestação de Contas Eleitorais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.10.0.0 - Reserva Global de Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.11.0.0 - Variação Cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.12.0.0 - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.12.1.0 - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.12.2.0 - Ônus de Sucumbência	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.13.0.0 - Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.15.0.0 - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.16.0.0 - Títulos Executivos Extrajudiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.17.0.0 - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.18.0.0 - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.19.0.0 - Receitas de Subvenções	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita				
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita	
1.9.9.9.20.0.0 - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.9.9.9.21.0.0 - Resultado Positivo das Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.9.9.9.99.0.0 - Outras Receitas	77.901.814,63	0,00	0,00	740,85	
1.9.9.9.99.1.0 - Outras Receitas Administradas pela RFB	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.9.9.9.99.2.0 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias	77.901.814,63	0,00	0,00	740,85	
1.9.9.9.99.3.0 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.0.0.0.00.0.0 - Receitas de Capital	473.337.333,81	0,00	0,00	0,00	
2.1.0.0.00.0.0 - Operações de Crédito	213.823.114,64	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.0.00.0.0 - Operações de Crédito - Mercado Interno	116.144.264,55	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.00.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.01.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, Exceto Refinanciamento da Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.02.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.03.0.0 - Títulos da Dívida Agrária - TDA	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.00.0.0 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	112.719.510,54	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.01.0.0 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	5.120.260,32	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.50.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.51.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	1.592.838,89	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.52.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	97.682.405,15	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.53.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.54.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	6.844.263,26	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.55.0.0 - Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.56.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	1.479.742,92	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.3.00.0.0 - Empréstimos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.9.00.0.0 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	3.424.754,01	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.0.00.0.0 - Operações de Crédito - Mercado Externo	97.678.850,09	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.1.00.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.1.01.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Exceto Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.1.02.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.00.0.0 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	97.678.850,09	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.01.0.0 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	79.849.523,68	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.50.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.51.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	17.829.326,41	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.52.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.53.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.54.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.55.0.0 - Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.9.00.0.0 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2.0.0.00.0.0 - Alienação de Bens	210.427.946,57	0,00	0,00	0,00	
2.2.1.0.00.0.0 - Alienação de Bens Móveis	2.842.122,14	0,00	0,00	0,00	
2.2.1.1.00.0.0 - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres	450.387,24	0,00	0,00	0,00	
2.2.1.2.00.0.0 - Alienação de Estoques	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2.1.2.01.0.0 - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2.1.2.02.0.0 - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2.1.2.03.0.0 - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2.1.2.04.0.0 - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2.1.3.00.0.0 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes	2.391.734,90	0,00	0,00	0,00	
2.2.2.0.00.0.0 - Alienação de Bens Imóveis	207.585.824,43	0,00	0,00	0,00	
2.2.3.0.00.0.0 - Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.0.0.00.0.0 - Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.0.00.0.0 - Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.1.00.0.0 - Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.1.01.0.0 - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.1.02.0.0 - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.1.03.0.0 - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.1.04.0.0 - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.1.05.0.0 - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.1.06.0.0 - Amortização de Empréstimos Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3.1.1.07.0.0 - Amortização de Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita				
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita	
2.4.0.0.00.0.0 - Transferências de Capital	47.918.690,79	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.0.00.0.0 - Transferências da União e de suas Entidades	11.557.894,22	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	298.929,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	298.929,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.50.1.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	298.929,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.50.2.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.50.3.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.50.4.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.50.5.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.50.9.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.51.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.51.1.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.51.2.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.51.3.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.51.4.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.51.5.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.51.9.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.1.99.0.0 - Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.2.00.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.2.50.0.0 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.2.50.1.0 - Transferências para o Programa de Apoio ao Transporte Escolar para Educação Básica - CAMINHO DA ESCOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.2.50.2.0 - Transferências para o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.2.50.9.0 - Outras transferências destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.3.00.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.279,12	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.3.50.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.279,12	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.4.00.0.0 - Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	3.384.861,62	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.4.50.0.0 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	1.571.282,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.4.51.0.0 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.4.52.0.0 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.4.53.0.0 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.4.54.0.0 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.4.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	1.813.579,62	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.9.00.0.0 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	7.823.824,48	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.9.50.0.0 - Transferências da União a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.9.51.0.0 - Transferência Especial da União	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.9.53.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.9.54.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.9.59.0.0 - Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.1.9.99.0.0 - Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades	7.723.824,48	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.0.00.0.0 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	36.360.796,57	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS dos Estados e DF	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.1.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.2.00.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	36.360.796,57	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.2.01.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.2.50.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	600.000,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.2.51.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.2.52.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
2.4.2.2.53.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.54.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	5.400.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	30.360.796,57	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.00.0.0 - Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.50.0.0 - Transferências dos Estados e Distrito Federal a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.51.0.0 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.0 - Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.0.0 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.1.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.2.00.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.2.01.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.2.50.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios destinados a Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.2.51.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.2.52.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.2.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.9.00.0.0 - Outras Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.9.50.0.0 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.9.99.0.0 - Outras Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.1.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.1.01.0.0 - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.1.50.0.0 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.1.51.0.0 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.1.99.0.0 - Outras Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.1.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.0.0 - Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.1.00.0.0 - Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.1.01.0.0 - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.1.50.0.0 - Transferências do Exterior para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.1.51.0.0 - Transferências do Exterior para Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.1.99.0.0 - Outras Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.9.0.00.0.0 - Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.9.1.00.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.9.1.01.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.9.1.50.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.9.1.51.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas para Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.9.1.99.0.0 - Outras Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.9.2.00.0.0 - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.9.9.00.0.0 - Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.0.0.00.0.0 - Outras Receitas de Capital	1.167.581,81	0,00	0,00	0,00
2.9.1.0.00.0.0 - Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.2.0.00.0.0 - Resultado do Banco Central	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.2.1.00.0.0 - Resultado do Banco Central	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.2.1.01.0.0 - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.2.1.02.0.0 - Resultado do Banco Central - Demais Operações	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.3.0.00.0.0 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.4.0.00.0.0 - Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.9.0.00.0.0 - Demais Receitas de Capital	1.167.581,81	0,00	0,00	0,00
2.9.9.9.00.0.0 - Outras Receitas de Capital	1.167.581,81	0,00	0,00	0,00
2.9.9.9.50.0.0 - Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9.9.9.99.0.0 - Outras Receitas de Capital	1.167.581,81	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	214.947.960,89	0,00	0,00	0,00
7.0.0.0.00.0.0 - Receitas Correntes	214.947.960,89	0,00	0,00	0,00
7.1.0.0.00.0.0 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.0.0.00.0.0 - Contribuições	213.822.921,53	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.00.0.0 - Contribuições Sociais	213.822.921,53	0,00	0,00	0,00
7.2.1.1.00.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.2.00.0.0 - Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.3.00.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.4.00.0.0 - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social -				

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.4.01.0.0 - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.4.02.0.0 - Contribuição Previdenciária do Segurado	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.4.49.0.0 - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.00.0.0 - Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	213.822.921,53	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.01.0.0 - Contribuição do Servidor Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.02.0.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil	177.263.300,10	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.02.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	177.263.300,10	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.02.2.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.03.0.0 - Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.04.0.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões e/ou da Inatividade dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.04.1.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.04.2.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.04.3.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.50.0.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.50.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.50.2.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.50.3.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.50.4.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.51.0.0 - Contribuição Patronal - Parcelamentos	36.559.621,43	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.51.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos	36.559.621,43	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.51.2.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.51.3.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.52.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.53.0.0 - Contribuição Patronal para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.53.1.0 - Contribuição Patronal - Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.53.2.0 - Contribuição Patronal - Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.53.3.0 - Contribuição Patronal - Pensionistas Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.53.4.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.53.5.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.53.6.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Pensionistas Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.54.0.0 - Contribuição Patronal para o Sistema de Proteção Social dos Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.54.1.0 - Contribuição Patronal - Militar Ativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.54.2.0 - Contribuição Patronal - Militar Inativo - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.54.3.0 - Contribuição Patronal - Pensionistas Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.55.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.56.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares, Oriunda de Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.56.1.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.56.2.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.5.56.3.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Pensionistas Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.00.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.01.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.01.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.01.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.02.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.02.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.02.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.03.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.03.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.03.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.05.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.05.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
7.2.1.6.05.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.99.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.99.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.6.99.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.7.00.0.0 - Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.9.00.0.0 - Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.2.0.00.0.0 - Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.3.0.00.0.0 - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.4.0.00.0.0 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.0.0.00.0.0 - Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.1.0.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.1.1.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.1.1.01.0.0 - Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.1.1.02.0.0 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.1.1.99.0.0 - Outras Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.2.0.00.0.0 - Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.2.1.00.0.0 - Juros e Correções Monetárias	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.2.2.00.0.0 - Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.2.3.00.0.0 - Participações	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.2.9.00.0.0 - Outros Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.0.00.0.0 - Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.1.00.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.1.01.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.1.02.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.1.03.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.1.04.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.1.05.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.2.00.0.0 - Delegação dos Serviços de Infraestrutura	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.2.01.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.2.02.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.2.03.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.2.04.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.3.00.0.0 - Delegação dos Serviços de Telecomunicação	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.4.00.0.0 - Concessão para Prestação de Serviços de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.3.9.00.0.0 - Demais Delegações de Serviços Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.0.00.0.0 - Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.1.00.0.0 - Petróleo - Regime de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.1.01.0.0 - Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.1.02.0.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.1.03.0.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.1.04.0.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.1.05.0.0 - Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.2.00.0.0 - Petróleo - Regime de Cessão Onerosa	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.2.02.0.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.2.03.0.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.3.00.0.0 - Petróleo - Regime de Partilha de Produção	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.3.01.0.0 - Outorga dos Serviços de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Partilha de Produção	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.3.02.0.0 - Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.4.00.0.0 - Exploração de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.4.01.0.0 - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.4.02.0.0 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.5.00.0.0 - Exploração de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.5.01.0.0 - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.5.02.0.0 - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.5.03.0.0 - Compensação Financeira com a Exploração de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.6.00.0.0 - Exploração de Recursos Florestais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.6.01.0.0 - Concessão de Florestas Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.6.02.0.0 - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais"	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
7.3.4.6.03.0.0 - Custos de Edital de Concessão Florestal	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.6.04.0.0 - Contratos de Transição de Concessão Florestal	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.6.99.0.0 - Demais Receitas de Exploração de Recursos Florestais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.9.00.0.0 - Exploração de Outros Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.9.01.0.0 - Compensações Ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.4.9.99.0.0 - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.5.0.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.5.1.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.5.1.01.0.0 - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.5.1.02.0.0 - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.5.1.03.0.0 - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.5.1.04.0.0 - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.6.0.00.0.0 - Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.6.1.00.0.0 - Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.6.1.01.0.0 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.9.0.00.0.0 - Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.4.0.0.00.0.0 - Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
7.5.0.0.00.0.0 - Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.0.0.00.0.0 - Receita de Serviços	1.125.039,36	0,00	0,00	0,00
7.6.1.0.00.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.1.1.00.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.1.1.01.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.1.1.02.0.0 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.1.1.03.0.0 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.1.1.04.0.0 - Serviços de Informação e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.1.1.05.0.0 - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.1.1.50.0.0 - Serviços de Administração Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.2.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.2.1.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.2.1.01.0.0 - Serviços de Navegação	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.2.1.02.0.0 - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.2.1.03.0.0 - Serviços Portuários	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.2.1.04.0.0 - Serviços Aeroportuários	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.3.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde	1.125.039,36	0,00	0,00	0,00
7.6.3.1.00.0.0 - Serviços de Atendimento à Saúde	1.125.039,36	0,00	0,00	0,00
7.6.3.1.01.0.0 - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.3.1.50.0.0 - Serviços Hospitalares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.3.1.51.0.0 - Serviços de Registro, Análise e Controle da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.3.1.52.0.0 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.3.1.53.0.0 - Serviços Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.3.1.99.0.0 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde	1.125.039,36	0,00	0,00	0,00
7.6.3.2.00.0.0 - Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Cívicos e Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.3.2.01.0.0 - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cívicos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.4.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.4.1.00.0.0 - Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.4.1.01.0.0 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.4.1.02.0.0 - Concessão de Avais, Garantias e Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.4.1.03.0.0 - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.9.0.00.0.0 - Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.0.0.00.0.0 - Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.1.0.00.0.0 - Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.2.0.00.0.0 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.3.0.00.0.0 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.4.0.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.5.0.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.6.0.00.0.0 - Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.9.0.00.0.0 - Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.0.0.00.0.0 - Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.1.0.00.0.0 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.2.0.00.0.0 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.3.0.00.0.0 - Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.4.0.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.4.1.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.4.2.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.4.3.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.4.4.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.4.9.00.0.0 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.0.00.0.0 - Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.9.00.0.0 - Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
7.9.9.01.0.0 - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.02.0.0 - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.03.0.0 - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.04.0.0 - Contribuição ao Montepio Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.05.0.0 - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.06.0.0 - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.07.0.0 - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.08.0.0 - Receitas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.09.0.0 - Prestação de Contas Eleitorais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.10.0.0 - Reserva Global de Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.11.0.0 - Variação Cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.12.0.0 - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.13.0.0 - Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.15.0.0 - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.16.0.0 - Títulos Executivos Extrajudiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.17.0.0 - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGP	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.18.0.0 - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.19.0.0 - Receitas de Subvenções	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.20.0.0 - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.21.0.0 - Resultado Positivo das Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.99.0.0 - Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.99.1.0 - Outras Receitas Administradas pela RFB	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.99.2.0 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.9.99.3.0 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
8.0.0.0.00.0.0 - Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1.0.0.00.0.0 - Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1.1.0.00.0.0 - Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1.2.0.00.0.0 - Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
8.2.0.0.00.0.0 - Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
8.2.1.0.00.0.0 - Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
8.2.2.0.00.0.0 - Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
8.2.3.0.00.0.0 - Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
8.3.0.0.00.0.0 - Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4.0.0.00.0.0 - Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4.1.0.00.0.0 - Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4.2.0.00.0.0 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4.3.0.00.0.0 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4.4.0.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4.5.0.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4.6.0.00.0.0 - Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4.9.0.00.0.0 - Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
8.9.0.0.00.0.0 - Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	6.262.545.492,59	0,00	311.017.946,22	374.995,94

DCA-Anexo I-C | Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias

Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias	-
Notas Explicativas - Demonstrativo de Receitas Orçamentárias	<p>1) - As receitas orçamentárias seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (artigo 35 da Lei 4320/64) e são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em Reais (R\$), e estão apresentadas conforme classificação econômica (natureza da receita) constante na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e atualizações.</p> <p>2) - Os códigos utilizados para classificações de receita não constantes no rol da DCA no SICONFI foram reclassificados em outros códigos dentro do mesmo grupo.</p>

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-D | Balço Orçamentário - Despesas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-
Total Geral da Despesa	6.038.379.291,77	5.709.285.004,94	5.669.475.176,98	329.094.286,83	39.809.827,96
3.0.00.00.00 - Despesas Correntes	5.066.245.262,42	4.870.039.870,74	4.842.580.450,92	196.205.391,68	27.459.419,82
3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	1.942.869.555,56	1.939.421.878,63	1.925.021.473,65	3.447.676,93	14.400.404,98
3.1.20.00.00 - Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.40.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.70.00.00 - Transferência a instituições multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.80.00.00 - Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	1.775.522.161,84	1.772.095.880,13	1.770.903.681,33	3.426.281,71	1.192.198,80
3.1.90.01.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	561.932.651,39	561.932.651,39	561.932.651,39	0,00	0,00
3.1.90.03.00 - Pensões do RPPS e do Militar	111.739.356,99	111.739.356,99	111.739.356,99	0,00	0,00
3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	3.301.175,40	3.235.356,95	3.220.304,96	65.818,45	15.051,99
3.1.90.07.00 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	49.298,27	49.298,27	44.276,78	0,00	5.021,49
3.1.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.049.341.941,01	1.049.042.454,63	1.048.854.322,54	299.486,38	188.132,09
3.1.90.12.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	38.692.642,11	35.631.665,23	34.651.695,04	3.060.976,88	979.970,19

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.1.90.13.01 - FGTS	3.424.659,36	3.424.659,36	3.039.137,92	0,00	385.521,44
3.1.90.13.02 - Contribuições Previdenciárias - INSS	35.232.756,99	32.171.780,11	31.582.134,68	3.060.976,88	589.645,43
3.1.90.13.04 - Contribuição de salário-educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.07 - Contrato por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.08 - Contribuições Previdenciárias - RPPS - Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.09 - Seguros de acidentes do trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.10 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.11 - FGTS - PDV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.18 - Contribuição para o PIS/PASEP s/ folha Pagto.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.40 - Encargos de pessoal requisitado de outros Entes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.99 - Outras Obrigações Patronais	35.225,76	35.225,76	30.422,44	0,00	4.803,32
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	8.186.929,56	8.186.929,56	8.182.906,52	0,00	4.023,04
3.1.90.17.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.67.00 - Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	2.235.672,25	2.235.672,25	2.235.672,25	0,00	0,00
3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	42.494,86	42.494,86	42.494,86	0,00	0,00
3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	167.347.393,72	167.325.998,50	154.117.792,32	21.395,22	13.208.206,18
3.1.91.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00 - Contribuições Patronais	167.210.893,72	167.210.893,72	154.002.687,54	0,00	13.208.206,18
3.1.91.13.02 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.04 - Contribuição de salário-educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.08 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal ativo - plano previdenciário	2.856.659,39	2.856.659,39	2.673.619,97	0,00	183.039,42
3.1.91.13.09 - Seguros de acidentes do trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.10 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo e pensionista - plano previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.11 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal ativo - plano financeiro	2.258.044,74	2.258.044,74	2.236.215,02	0,00	21.829,72
3.1.91.13.12 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo e pensionista - plano financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.20 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal ativo - plano previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.21 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal inativo e pensionista - plano previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.22 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal ativo - plano financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.23 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal inativo e pensionista - plano financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.99 - Outras Obrigações Patronais - Intraorçamentária	162.096.189,59	162.096.189,59	149.092.852,55	0,00	13.003.337,04
3.1.91.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.91.00 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.1.91.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	136.500,00	115.104,78	115.104,78	21.395,22	0,00
3.1.91.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente não participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.99.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	204.982.123,88	204.982.123,88	204.982.123,88	0,00	0,00
3.2.20.00.00 - Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.40.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.50.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.70.00.00 - Transferência a instituições multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.80.00.00 - Transferências ao exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas	201.789.486,09	201.789.486,09	201.789.486,09	0,00	0,00
3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato	186.332.823,49	186.332.823,49	186.332.823,49	0,00	0,00
3.2.90.22.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	15.456.662,60	15.456.662,60	15.456.662,60	0,00	0,00
3.2.90.23.00 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.2.90.24.00 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.25.00 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.26.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.91.00 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.93.00 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.91.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação entre Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS	3.192.637,79	3.192.637,79	3.192.637,79	0,00	0,00
3.2.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente não participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.99.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	2.918.393.582,98	2.725.635.868,23	2.712.576.853,39	192.757.714,75	13.059.014,84
3.3.20.00.00 - Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.22.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.41.00 - Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.92.00 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.93.00 - Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.35.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.36.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.41.00 - Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.91.00 - Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.92.00 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.93.00 - Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.41.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.45.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.46.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Balço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.468.206.122,47	1.412.949.803,06	1.412.913.297,86	55.256.319,41	36.505,20
3.3.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	61.783.257,53	56.988.416,58	56.988.416,58	4.794.840,95	0,00
3.3.67.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	17.078.708,42	16.768.107,11	16.768.107,11	310.601,31	0,00
3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	475.847,45	218.239,50	218.239,50	257.607,95	0,00
3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.75.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.76.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.80.00.00 - Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	1.369.701.768,34	1.237.575.627,84	1.224.553.118,20	132.126.140,50	13.022.509,64
3.3.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	400.010,24	400.010,24	400.010,24	0,00	0,00
3.3.90.06.00 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	1.236.775,12	1.236.775,12	1.236.775,12	0,00	0,00
3.3.90.10.00 - Seguro Desemprego e Abono Salarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	80.289,55	80.289,55	80.289,55	0,00	0,00
3.3.90.15.00 - Diárias - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.715.070,74	1.476.931,64	1.476.931,64	238.139,10	0,00
3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.27.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.28.00 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.29.00 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00 - Material de Consumo	172.214.482,81	157.847.451,92	153.472.150,17	14.367.030,89	4.375.301,75
3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	1.392.717,42	1.392.717,42	1.392.717,42	0,00	0,00
3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	34.782.076,50	29.862.643,49	28.503.308,79	4.919.433,01	1.359.334,70
3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.662.784,26	1.551.789,36	1.551.789,36	110.994,90	0,00
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	3.764.058,98	3.478.402,66	3.478.402,66	285.656,32	0,00
3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria	673.868,21	322.839,89	322.839,89	351.028,32	0,00
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.538.865,93	5.995.654,90	5.867.998,97	543.211,03	127.655,93
3.3.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra	3.575.275,19	3.275.141,26	3.275.141,26	300.133,93	0,00
3.3.90.38.00 - Arrendamento Mercantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	957.113.597,00	858.293.235,46	851.921.512,62	98.820.361,54	6.371.722,84
3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	45.375.268,28	37.835.272,18	37.074.873,02	7.539.996,10	760.399,16
3.3.90.41.00 - Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.45.00 - Subvenções Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.46.00 - Auxílio-Alimentação	63.025.545,00	63.025.545,00	63.025.425,75	0,00	119,25
3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	48.619.065,00	44.224.693,48	44.207.100,48	4.394.371,52	17.593,00
3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	8.541.314,12	8.291.767,62	8.283.892,62	249.546,50	7.875,00
3.3.90.49.00 - Auxílio-Transporte	3.060.552,82	3.060.552,82	3.060.552,82	0,00	0,00
3.3.90.53.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.3.90.54.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.55.00 - Pensões do RGPS - Área Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.56.00 - Pensões do RGPS - Área Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.57.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.58.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.59.00 - Pensões Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.62.00 - Aquisição de Produtos para Revenda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.67.00 - Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais	60.396,94	60.396,94	60.396,94	0,00	0,00
3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	673.129,38	668.844,46	668.844,46	4.284,92	0,00
3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	15.196.624,85	15.194.672,43	15.192.164,42	1.952,42	2.508,01
3.3.90.95.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.98.00 - Despesa do Orçamento de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.147.878,77	1.135.674,14	1.135.674,14	12.204,63	0,00
3.3.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.94.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.99.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00 - Despesas de Capital	972.134.029,35	839.245.134,20	826.894.726,06	132.888.895,15	12.350.408,14
4.4.00.00.00 - Investimentos	593.458.316,54	460.569.421,39	448.219.013,25	132.888.895,15	12.350.408,14
4.4.20.00.00 - Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.22.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.35.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.36.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.40.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.41.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.45.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.46.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25					

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	9.751.672,57	9.751.672,57	9.751.672,57	0,00	0,00
4.4.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.75.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.76.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.80.00.00 - Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	583.706.643,97	450.817.748,82	438.467.340,68	132.888.895,15	12.350.408,14
4.4.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.14.00 - Diárias - Civil	3.604,28	3.604,28	3.604,28	0,00	0,00
4.4.90.15.00 - Diárias - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.17.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.30.00 - Material de Consumo	510.441,12	85.388,32	85.388,32	425.052,80	0,00
4.4.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00	2.021,96	2.021,96	7.978,04	0,00
4.4.90.35.00 - Serviços de Consultoria	708.718,71	506.648,00	248.600,00	202.070,71	258.048,00
4.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	82.829.359,72	73.965.752,57	72.410.167,39	8.863.607,15	1.555.585,18
4.4.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	11.228.864,50	9.110.124,21	9.110.124,21	2.118.740,29	0,00
4.4.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	332.134.532,09	227.008.341,06	216.816.261,90	105.126.191,03	10.192.079,16
4.4.90.51.80 - Estudos e projetos	73.790,00	73.790,00	73.790,00	0,00	0,00
4.4.90.51.91 - Obras em Andamento	63.056.165,20	49.902.057,19	47.114.546,25	13.154.108,01	2.787.510,94
4.4.90.51.99 - Outras Obras e Instalações	269.004.576,89	177.032.493,87	169.627.925,65	91.972.083,02	7.404.568,22
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	75.417.081,67	59.271.826,54	58.927.130,74	16.145.255,13	344.695,80
4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis	60.025.998,39	60.025.998,39	60.025.998,39	0,00	0,00
4.4.90.91.00 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	25.563,21	25.563,21	25.563,21	0,00	0,00
4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições	20.812.480,28	20.812.480,28	20.812.480,28	0,00	0,00
4.4.90.95.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
4.4.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.94.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.99.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.00.00.00 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.20.00.00 - Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.31.00.00 - Transferências a Estados e DF - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.40.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.67.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.80.00.00 - Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.27.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.61.00 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.62.00 - Aquisição de Produtos para Revenda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.63.00 - Aquisição de Títulos de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.64.00 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Balço Anual (DCA)

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)

CNPJ:


Exercício: 2023

Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
4.5.90.65.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.66.00 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.67.00 - Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.84.00 - Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos ou Entidades Assemelhadas, Nacionais e Internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.91.00 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.93.00 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente não participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.99.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00 - Amortização da Dívida	378.675.712,81	378.675.712,81	378.675.712,81	0,00	0,00
4.6.20.00.00 - Transferências à união	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.40.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.50.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.70.00.00 - Transferência às instituições multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a consórcios públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de					

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.80.00.00 - Transferências ao exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas	345.308.729,17	345.308.729,17	345.308.729,17	0,00	0,00
4.6.90.26.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	292.293.406,95	292.293.406,95	292.293.406,95	0,00	0,00
4.6.90.72.00 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.73.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.74.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.75.00 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.76.00 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.77.00 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.91.00 - Sentenças Judiciais	53.015.322,22	53.015.322,22	53.015.322,22	0,00	0,00
4.6.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.93.00 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.91.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS	33.366.983,64	33.366.983,64	33.366.983,64	0,00	0,00
4.6.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente não participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.99.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-D | Balço Orçamentário - Despesas Orçamentárias

Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias	-
Notas Explicativas	<p>1) - As despesas orçamentárias seguem o regime contábil de competência sendo consideradas realizadas quando empenhadas (artigo 35 da Lei 4.320/64), e são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em Reais (R\$). As despesas orçamentárias constantes do balço orçamentário estão apresentadas conforme classificação econômica (natureza da despesa) constante na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/01 e atualizações.</p> <p>2) - As operações intraorçamentárias são decorrentes de contribuições para os planos de saúde do funcionalismo, contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e pagamentos de parcelamentos de débitos com RPPS Municipal Faculdade de Direito do Município.</p> <p>3) - A categoria econômica 4.4.90.51.92 não possui abertura neste anexo, portanto foi lançada na categoria econômica 4.4.90.51.99.</p>

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-E | Balço Orçamentário - Despesas por Função | Total Geral da Despesa por Função

Despesas por Função	Execução da Despesa					
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados	
Despesas Exceto Intraorçamentárias	5.833.324.397,85	5.504.263.710,87	5.477.662.089,09	329.060.686,98	26.601.621,78	
01 - Legislativa	74.972.562,01	70.209.549,70	69.574.060,86	4.763.012,31	635.488,84	
01.031 - Ação Legislativa	67.706.582,92	62.943.570,61	62.892.689,39	4.763.012,31	50.881,22	
01.032 - Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	7.265.979,09	7.265.979,09	6.681.371,47	0,00	584.607,62	
02 - Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.061 - Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
03 - Essencial à Justiça	24.118.475,75	23.476.856,88	23.433.377,12	641.618,87	43.479,76	
03.091 - Defesa da Ordem Jurídica	3.123.357,19	3.123.357,19	3.123.357,19	0,00	0,00	
03.092 - Representação Judicial e Extrajudicial	19.808.087,99	19.223.431,80	19.181.076,04	584.656,19	42.355,76	
03.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	1.187.030,57	1.130.067,89	1.128.943,89	56.962,68	1.124,00	
04 - Administração	315.750.630,72	284.736.024,85	282.360.421,09	31.014.605,87	2.375.603,76	
04.121 - Planejamento e Orçamento	6.266.330,70	5.907.305,50	5.907.305,50	359.025,20	0,00	
04.122 - Administração Geral	120.119.410,32	103.875.934,54	103.116.292,77	16.243.475,78	759.641,77	
04.123 - Administração Financeira	43.783.582,06	41.885.595,34	41.885.595,34	1.897.986,72	0,00	
04.124 - Controle Interno	13.160,00	13.160,00	13.160,00	0,00	0,00	
04.125 - Normatização e Fiscalização	298.980,97	298.980,97	298.980,97	0,00	0,00	
04.126 - Tecnologia da Informação	24.643.013,75	23.591.701,89	22.912.068,34	1.051.311,86	679.633,55	
04.127 - Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
04.128 - Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
04.129 - Administração de Receitas	7.248.536,48	6.016.240,93	5.685.157,54	1.232.295,55	331.083,39	
04.130 - Administração de Concessões	869.640,39	869.640,39	869.640,39	0,00	0,00	
04.131 - Comunicação Social	17.595.000,00	15.736.639,58	15.363.811,68	1.858.360,42	372.827,90	
FU04 - Demais Subfunções	94.912.976,05	86.540.825,71	86.308.408,56	8.372.150,34	232.417,15	
05 - Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05.151 - Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05.152 - Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05.153 - Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
06 - Segurança Pública	87.041.374,69	85.516.734,71	84.611.526,48	1.524.639,98	905.208,23	
06.181 - Policiamento	76.228.714,62	75.316.715,63	74.440.715,26	911.998,99	876.000,37	
06.182 - Defesa Civil	916.505,23	841.324,27	813.005,79	75.180,96	28.318,48	
06.183 - Informação e Inteligência	1.675.182,01	1.169.458,74	1.169.458,74	505.723,27	0,00	
06.122 - Administração Geral	3.288.480,70	3.279.623,24	3.279.237,91	8.857,46	385,33	
FU06 - Demais Subfunções	4.932.492,13	4.909.612,83	4.909.108,78	22.879,30	504,05	
07 - Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
07.211 - Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.212 - Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 - Assistência Social	62.949.297,29	61.268.310,94	60.859.843,83	1.680.986,35	408.467,11
08.241 - Assistência ao Idoso	6.919.844,39	6.698.582,21	6.698.582,21	221.262,18	0,00
08.242 - Assistência ao Portador de Deficiência	2.695.000,00	2.695.000,00	2.695.000,00	0,00	0,00
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	11.804.304,84	11.804.304,84	11.709.902,32	0,00	94.402,52
08.244 - Assistência Comunitária	24.240.952,34	22.881.392,09	22.569.773,68	1.359.560,25	311.618,41
08.122 - Administração Geral	15.684.214,54	15.684.214,54	15.684.214,54	0,00	0,00
FU08 - Demais Subfunções	1.604.981,18	1.504.817,26	1.502.371,08	100.163,92	2.446,18
09 - Previdência Social	679.626.273,27	679.452.630,63	679.438.433,99	173.642,64	14.196,64
09.271 - Previdência Básica	513.000,00	451.726,44	451.726,44	61.273,56	0,00
09.272 - Previdência do Regime Estatutário	677.508.194,35	677.508.194,35	677.505.686,34	0,00	2.508,01
09.273 - Previdência Complementar	454.732,03	454.732,03	449.710,54	0,00	5.021,49
09.274 - Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.122 - Administração Geral	1.010.018,04	897.648,96	890.981,82	112.369,08	6.667,14
FU09 - Demais Subfunções	140.328,85	140.328,85	140.328,85	0,00	0,00
10 - Saúde	1.554.020.012,33	1.469.971.971,80	1.466.028.635,03	84.048.040,53	3.943.336,77
10.301 - Atenção Básica	319.055.601,30	296.696.450,33	296.627.971,08	22.359.150,97	68.479,25
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.036.476.300,50	988.391.978,52	986.498.166,00	48.084.321,98	1.893.812,52
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	74.321.244,84	66.313.221,07	64.460.668,83	8.008.023,77	1.852.552,24
10.304 - Vigilância Sanitária	6.064.574,57	6.046.186,37	6.046.186,37	18.388,20	0,00
10.305 - Vigilância Epidemiológica	29.454.012,09	26.715.930,20	26.695.940,72	2.738.081,89	19.989,48
10.306 - Alimentação e Nutrição	4.887.857,86	4.539.968,15	4.539.968,15	347.889,71	0,00
10.122 - Administração Geral	60.108.089,90	58.224.838,50	58.116.707,17	1.883.251,40	108.131,33
FU10 - Demais Subfunções	23.652.331,27	23.043.398,66	23.043.026,71	608.932,61	371,95
11 - Trabalho	51.153.289,64	46.648.335,62	46.555.181,97	4.504.954,02	93.153,65
11.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	48.637.920,07	44.295.390,99	44.279.873,84	4.342.529,08	15.517,15
11.332 - Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.333 - Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.334 - Fomento ao Trabalho	2.512.934,47	2.350.509,53	2.272.873,03	162.424,94	77.636,50
11.122 - Administração Geral	2.435,10	2.435,10	2.435,10	0,00	0,00
FU11 - Demais Subfunções	0,00	-0,00	0,00	0,00	-0,00
12 - Educação	1.274.896.237,91	1.233.613.227,06	1.228.040.543,13	41.283.010,85	5.572.683,93
12.361 - Ensino Fundamental	525.911.142,55	512.674.955,90	510.981.935,29	13.236.186,65	1.693.020,61
12.362 - Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.363 - Ensino Profissional	188.764,00	172.492,48	172.492,48	16.271,52	0,00
12.364 - Ensino Superior	41.136.843,29	32.168.434,93	32.168.434,93	8.968.408,36	0,00
12.365 - Educação Infantil	471.070.469,54	462.349.757,34	460.444.282,19	8.720.712,20	1.905.475,15
12.366 - Educação de Jovens e Adultos	41.945.599,02	41.945.599,02	41.945.599,02	0,00	0,00
12.367 - Educação Especial	25.964.235,48	25.664.436,31	25.664.436,31	299.799,17	0,00
12.368 - Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.122 - Administração Geral	41.699.785,39	38.623.676,06	37.277.084,55	3.076.109,33	1.346.591,51
FU12 - Demais Subfunções	126.979.398,64	120.013.875,02	119.386.278,36	6.965.523,62	627.596,66

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
13 - Cultura	23.000.161,75	21.999.064,29	21.863.415,12	1.001.097,46	135.649,17
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.392 - Difusão Cultural	6.059.714,00	5.184.329,58	5.056.020,08	875.384,42	128.309,50
13.122 - Administração Geral	14.830.954,00	14.830.954,00	14.830.954,00	0,00	0,00
FU13 - Demais Subfunções	2.109.493,75	1.983.780,71	1.976.441,04	125.713,04	7.339,67
14 - Direitos da Cidadania	49.516,67	47.128,20	47.128,20	2.388,47	0,00
14.421 - Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	9.989,49	7.601,02	7.601,02	2.388,47	0,00
14.423 - Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.122 - Administração Geral	39.527,18	39.527,18	39.527,18	0,00	0,00
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Urbanismo	544.371.144,23	480.572.548,42	478.549.104,88	63.798.595,81	2.023.443,54
15.451 - Infraestrutura Urbana	40.659.074,59	33.674.593,20	32.283.617,94	6.984.481,39	1.390.975,26
15.452 - Serviços Urbanos	473.207.171,32	416.636.885,42	416.026.979,45	56.570.285,90	609.905,97
15.453 - Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.122 - Administração Geral	25.747.763,25	25.747.763,25	25.747.763,25	0,00	0,00
FU15 - Demais Subfunções	4.757.135,07	4.513.306,55	4.490.744,24	243.828,52	22.562,31
16 - Habitação	122.365.082,70	110.389.564,04	106.989.145,86	11.975.518,66	3.400.418,18
16.481 - Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.482 - Habitação Urbana	99.947.135,08	88.755.188,22	85.483.376,46	11.191.946,86	3.271.811,76
16.122 - Administração Geral	3.066.300,30	3.013.842,12	3.013.842,12	52.458,18	0,00
FU16 - Demais Subfunções	19.351.647,32	18.620.533,70	18.491.927,28	731.113,62	128.606,42
17 - Saneamento	10.975.517,12	9.411.825,88	9.406.016,64	1.563.691,24	5.809,24
17.511 - Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.512 - Saneamento Básico Urbano	10.975.517,12	9.411.825,88	9.406.016,64	1.563.691,24	5.809,24
17.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - Gestão Ambiental	7.094.731,66	6.731.805,96	6.720.560,96	362.925,70	11.245,00
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental	262.636,65	44.228,90	44.228,90	218.407,75	0,00
18.542 - Controle Ambiental	800.661,05	705.621,83	694.376,83	95.039,22	11.245,00
18.543 - Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18.544 - Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18.545 - Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18.122 - Administração Geral	5.373.411,96	5.373.411,96	5.373.411,96	0,00	0,00
FU18 - Demais Subfunções	658.022,00	608.543,27	608.543,27	49.478,73	0,00
19 - Ciência e Tecnologia	3.235.102,76	2.796.476,03	2.775.700,64	438.626,73	20.775,39
19.571 - Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	3.235.102,76	2.796.476,03	2.775.700,64	438.626,73	20.775,39
19.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 - Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.605 - Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.606 - Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.607 - Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
20.608 - Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.609 - Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.631 - Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.632 - Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22 - Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.661 - Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.662 - Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.663 - Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.664 - Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.665 - Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Comércio e Serviços	2.642.534,25	2.248.344,19	2.229.234,74	394.190,06	19.109,45
23.691 - Promoção Comercial	569.885,25	569.885,25	569.885,25	0,00	0,00
23.692 - Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.693 - Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.694 - Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.695 - Turismo	1.812.511,00	1.440.810,68	1.421.701,23	371.700,32	19.109,45
23.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU23 - Demais Subfunções	260.138,00	237.648,26	237.648,26	22.489,74	0,00
24 - Comunicações	3.663.850,64	3.607.585,87	3.607.585,87	56.264,77	0,00
24.721 - Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.722 - Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.122 - Administração Geral	2.911.022,64	2.911.022,64	2.911.022,64	0,00	0,00
FU24 - Demais Subfunções	752.828,00	696.563,23	696.563,23	56.264,77	0,00
25 - Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.751 - Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.752 - Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.753 - Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.754 - Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - Transporte	410.122.182,80	337.686.432,60	331.446.997,50	72.435.750,20	6.239.435,10
26.781 - Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.782 - Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.783 - Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.784 - Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.785 - Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.122 - Administração Geral	1.557.113,25	1.430.524,99	1.430.524,99	126.588,26	0,00
FU26 - Demais Subfunções	408.565.069,55	336.255.907,61	330.016.472,51	72.309.161,94	6.239.435,10

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
27 - Desporto e Lazer	48.307.805,39	40.915.868,42	40.161.750,40	7.391.936,97	754.118,02
27.811 - Desporto de Rendimento	10.544.545,96	10.109.010,43	10.046.978,43	435.535,53	62.032,00
27.812 - Desporto Comunitário	15.066.902,58	8.468.038,68	7.781.834,46	6.598.863,90	686.204,22
27.813 - Lazer	1.209.062,39	973.068,55	973.068,55	235.993,84	0,00
27.122 - Administração Geral	18.881.047,00	18.881.047,00	18.881.047,00	0,00	0,00
FU27 - Demais Subfunções	2.606.247,46	2.484.703,76	2.478.821,96	121.543,70	5.881,80
28 - Encargos Especiais	532.968.614,27	532.963.424,78	532.963.424,78	5.189,49	0,00
28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna	10.835.292,24	10.835.292,24	10.835.292,24	0,00	0,00
28.842 - Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.843 - Serviço da Dívida Interna	245.052.850,50	245.052.850,50	245.052.850,50	0,00	0,00
28.844 - Serviço da Dívida Externa	199.169.159,74	199.169.159,74	199.169.159,74	0,00	0,00
28.845 - Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.846 - Outros Encargos Especiais	76.611.067,19	76.610.162,62	76.610.162,62	904,57	0,00
28.847 - Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU28 - Demais Subfunções	1.300.244,60	1.295.959,68	1.295.959,68	4.284,92	0,00
Despesas Intraorçamentárias	205.054.893,92	205.021.294,07	191.813.087,89	33.599,85	13.208.206,18

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-E | Balanço Orçamentário - Despesas por Função

Notas Explicativas - Despesas por Função	Valores
Notas Explicativas - Despesas por Função	31/12/2023
Notas Explicativas	-



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Balço Anual (DCA)


Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa									
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados	
3.2.90.23.00 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.90.24.00 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.90.25.00 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.90.26.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.90.91.00 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.90.93.00 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.90.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.91.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação entre Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente não participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2.99.00.00 - A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	13.093.111,46	145.557.429,53	122.812.682,60	122.746.986,00	15.153.776,86	75.542,00	37.777.356,80	37.691.277,15	64.246,66	
3.3.20.00.00 - Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.22.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.30.41.00 - Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.30.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.30.92.00 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.30.93.00 - Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.30.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.35.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.36.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.40.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.40.41.00 - Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.40.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.40.91.00 - Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.40.92.00 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.40.93.00 - Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.40.99.00 - A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.41.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.45.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.46.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	899.398,55	700.913,35	700.913,35	198.485,20	0,00	0,00	0,00	0,00	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-F | Balço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar


Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução de Restos a Pagar	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar	-
Notas Explicativas	<p>1) - A Execução dos Restos a Pagar – Despesas Orçamentárias por Natureza foi elaborada seguindo as regras gerais e instruções de preenchimento das declarações do Siconfi.</p> <p>2) - A categoria econômica 4.4.90.51.92 não possui abertura neste anexo, portanto foi lançada na categoria econômica 4.4.90.51.99.</p>

**Balço Anual (DCA)****Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)****CNPJ:****Exercício: 2023****Período de referência: Período único (anual)**

Despesas por Função	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 - Assistência Social	1.014.352,77	1.998.421,76	1.728.463,57	1.728.463,57	253.799,91	183,27	350.207,15	350.207,15	0,00
08.241 - Assistência ao Idoso	2.834,81	28.374,46	28.374,46	28.374,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.242 - Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	189.685,20	0,00	0,00	189.685,20	0,00	0,00	0,00	0,00
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.244 - Assistência Comunitária	1.011.517,96	1.648.086,24	1.578.116,94	1.578.116,94	53.811,02	183,27	348.012,92	348.012,92	0,00
08.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU08 - Demais Subfunções	0,00	132.275,86	121.972,17	121.972,17	10.303,69	0,00	2.194,23	2.194,23	0,00
09 - Previdência Social	0,00	193.432,24	101.732,97	101.732,97	26.278,67	0,00	23.197,04	23.197,04	0,00
09.271 - Previdência Básica	0,00	110.159,57	44.738,97	44.738,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.080,32	4.080,32	0,00
09.273 - Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	504,36	504,36	0,00
09.274 - Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.122 - Administração Geral	0,00	83.272,67	56.994,00	56.994,00	26.278,67	0,00	18.612,36	18.612,36	0,00
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,00	-0,00	0,00
10 - Saúde	432.790,53	36.273.097,00	30.941.577,16	30.941.577,16	5.327.956,87	698,80	11.411.718,83	11.388.451,00	0,00
10.301 - Atenção Básica	37.959,22	2.346.335,75	1.995.337,43	1.995.337,43	350.476,08	174,80	769.244,35	769.419,15	0,00
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	258.962,89	23.155.280,38	18.841.097,12	18.841.097,12	4.443.358,03	0,00	5.719.329,09	5.719.329,09	0,00
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	42.923,99	6.316.063,47	6.012.985,28	6.012.985,28	192.111,81	524,00	4.382.787,47	4.359.344,84	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	0,00	33.965,64	29.165,86	29.165,86	4.244,45	0,00	1.123,57	1.123,57	0,00
10.305 - Vigilância Epidemiológica	228,26	1.140.552,14	1.132.966,42	1.132.966,42	1.060,72	0,00	356.706,06	356.706,06	0,00
10.306 - Alimentação e Nutrição	828,00	440.272,78	330.867,66	330.867,66	104.252,92	0,00	21.900,10	21.900,10	0,00
10.122 - Administração Geral	62.194,21	599.628,04	481.751,63	481.751,63	108.859,82	0,00	129.756,78	129.756,78	0,00
FU10 - Demais Subfunções	29.693,96	2.240.998,80	2.117.405,76	2.117.405,76	123.593,04	0,00	30.871,41	30.871,41	0,00
11 - Trabalho	0,00	4.124.574,45	4.009.531,11	4.009.531,11	111.734,39	0,00	620,87	620,87	0,00
11.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	4.042.274,88	3.927.231,54	3.927.231,54	111.734,39	0,00	320,87	320,87	0,00
11.332 - Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.333 - Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.334 - Fomento ao Trabalho	0,00	82.299,57	82.299,57	82.299,57	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
11.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Educação	2.013.332,13	60.002.669,26	50.387.932,62	50.387.932,62	7.625.647,87	0,00	39.086.721,36	39.026.762,45	58.757,91
12.361 - Ensino Fundamental	465.498,53	22.861.333,77	18.274.589,75	18.274.589,75	4.073.514,99	0,00	30.134.418,42	30.134.417,42	0,00
12.362 - Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.363 - Ensino Profissional	0,00	17.490,80	16.048,72	16.048,72	1.432,08	0,00	0,00	0,00	0,00
12.364 - Ensino Superior	7.661,59	1.350.006,21	1.305.165,79	1.305.165,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.365 - Educação Infantil	409.377,93	11.509.690,17	9.904.371,36	9.904.371,36	1.209.507,57	0,00	3.277.493,03	3.277.493,03	0,00
12.366 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.367 - Educação Especial	0,00	149.204,85	134.517,59	134.517,59	14.687,26	0,00	6.138,04	6.138,04	0,00
12.368 - Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.122 - Administração Geral	179.490,33	5.469.359,79	4.530.377,95	4.530.377,95	1.034.011,98	0,00	4.482.348,19	4.423.590,28	58.757,91
FU12 - Demais Subfunções	951.303,75	18.645.593,67	16.222.861,46	16.222.861,46	1.292.493,99	0,00	1.186.323,68	1.185.123,68	0,00
13 - Cultura	1.692.834,28	1.440.778,87	1.196.777,25	1.196.777,25	33.682,65	0,00	25.785,80	25.785,80	0,00
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.392 - Difusão Cultural	1.692.834,28	1.347.419,85	1.104.174,93	1.104.174,93	32.925,95	0,00	20.304,84	20.304,84	0,00
13.122 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU13 - Demais Subfunções	0,00	93.359,02	92.602,32	92.602,32	756,70	0,00	5.480,96	5.480,96	0,00
14 - Direitos da Cidadania	0,00	1.255,41	1.235,55	1.235,55	19,86	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
Período de referência: Período único (anual)	

Despesas por Função	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
28.846 - Outros Encargos Especiais	3.529,83	143.309,91	0,00	0,00	146.839,74	0,00	424,52	424,52	0,00
28.847 - Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Intraorçamentárias	7.949,07	53.654,53	40.384,17	40.384,17	21.219,43	0,00	23.268.773,89	23.268.773,89	0,00


 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-G | Balanco Orçamentário - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar


Notas Explicativas - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução de Restos a Pagar	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar	-
Notas Explicativas	

DCA-Anexo I-HI | Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores
	31/12/2023
Variação Patrimonial Diminutiva	-
Variação Patrimonial Diminutiva	-
3.0.0.0.0.0.00 - Variação Patrimonial Diminutiva	6.901.151.924,97
3.1.0.0.0.0.00 - Pessoal e Encargos	1.339.578.707,30
3.1.1.0.0.0.00 - Remuneração a Pessoal	1.069.001.455,45
3.1.1.1.0.0.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS	899.088.195,25
3.1.1.1.1.0.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	899.088.195,25
3.1.1.1.2.0.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS - Intra OFSS	0,00
3.1.1.2.0.0.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	169.913.260,20
3.1.1.2.1.0.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	169.913.260,20
3.1.1.3.0.0.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Militar	0,00
3.1.1.3.1.0.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Consolidação	0,00
3.1.2.0.0.0.00 - Encargos Patronais	204.998.625,72
3.1.2.1.0.0.00 - Encargos Patronais - RPPS	167.246.071,84
3.1.2.1.2.0.00 - Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	167.246.071,84
3.1.2.1.3.0.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - União	0,00
3.1.2.1.4.0.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - Estado	0,00
3.1.2.1.5.0.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - Município	0,00
3.1.2.2.0.0.00 - Encargos Patronais - RGPS	34.278.596,25
3.1.2.2.1.0.00 - Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	34.278.596,25
3.1.2.2.2.0.00 - Encargos Patronais - RGPS - Intra OFSS	0,00
3.1.2.2.3.0.00 - Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	0,00
3.1.2.3.0.0.00 - Encargos Patronais - FGTS	3.424.659,36
3.1.2.3.1.0.00 - Encargos Patronais - FGTS - Consolidação	3.424.659,36
3.1.2.4.0.0.00 - Contribuições Sociais Gerais	0,00
3.1.2.4.1.0.00 - Contribuições Sociais Gerais - Consolidação	0,00
3.1.2.4.2.0.00 - Contribuições Sociais Gerais - Intra OFSS	0,00
3.1.2.4.3.0.00 - Contribuições Sociais Gerais - Inter OFSS - União	0,00
3.1.2.4.4.0.00 - Contribuições Sociais Gerais - Inter OFSS - Estado	0,00
3.1.2.4.5.0.00 - Contribuições Sociais Gerais - Inter OFSS - Município	0,00
3.1.2.5.0.0.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	49.298,27
3.1.2.5.1.0.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	49.298,27
3.1.2.5.4.0.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Inter OFSS - Estado	0,00
3.1.2.9.0.0.00 - Outros Encargos Patronais	0,00
3.1.2.9.1.0.00 - Outros Encargos Patronais - Consolidação	0,00
3.1.2.9.2.0.00 - Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	0,00
3.1.2.9.3.0.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	0,00
3.1.2.9.4.0.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Estado	0,00
3.1.2.9.5.0.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	0,00
3.1.3.0.0.0.00 - Benefícios a Pessoal	64.798.625,58
3.1.3.1.0.0.00 - Benefícios a Pessoal - RPPS	55.899.130,28
3.1.3.1.1.0.00 - Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	55.899.130,28
3.1.3.2.0.0.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS	8.899.495,30
3.1.3.2.1.0.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	8.899.495,30
3.1.3.3.0.0.00 - Benefícios a Pessoal - Militar	0,00
3.1.3.3.1.0.00 - Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	0,00
3.1.9.0.0.0.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	780.000,55
3.1.9.1.0.0.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00
3.1.9.1.1.0.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	0,00
3.1.9.2.0.0.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	307.438,86
3.1.9.2.1.0.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Consolidação	170.200,00
3.1.9.2.2.0.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Intra OFSS	137.238,86
3.1.9.2.3.0.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter OFSS - União	0,00
3.1.9.2.4.0.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter OFSS - Estado	0,00
3.1.9.2.5.0.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter OFSS - Município	0,00
3.1.9.9.0.0.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos	472.561,69
3.1.9.9.1.0.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Consolidação	472.561,69
3.1.9.9.2.0.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Intra OFSS	0,00
3.1.9.9.3.0.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Inter OFSS - União	0,00
3.1.9.9.4.0.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.1.9.9.5.0.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Inter OFSS - Município	0,00
3.2.0.0.0.0.00 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	684.241.432,41
3.2.1.0.0.0.00 - Aposentadorias e Reformas	564.158.378,41
3.2.1.1.0.0.00 - Aposentadorias - RPPS	564.158.378,41
3.2.1.1.1.0.00 - Aposentadorias - RPPS - Consolidação	564.158.378,41
3.2.1.2.0.0.00 - Aposentadorias - RGPS	0,00
3.2.1.2.1.0.00 - Aposentadorias - RGPS - Consolidação	0,00
3.2.1.3.0.0.00 - Reserva Remunerada - Pessoal Militar	0,00
3.2.1.3.1.0.00 - Reserva Remunerada - Pessoal Militar - Consolidação	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
3.2.1.4.0.00.00 - Reforma - Pessoal Militar	0,00
3.2.1.4.1.00.00 - Reforma - Pessoal Militar - Consolidação	0,00
3.2.1.9.0.00.00 - Outras Aposentadorias	0,00
3.2.1.9.1.00.00 - Outras Aposentadorias - Consolidação	0,00
3.2.2.0.0.00.00 - Pensões	111.749.302,22
3.2.2.1.0.00.00 - Pensões - RPPS	111.749.302,22
3.2.2.1.1.00.00 - Pensões - RPPS - Consolidação	111.749.302,22
3.2.2.2.0.00.00 - Pensões - RGPS	0,00
3.2.2.2.1.00.00 - Pensões - RGPS - Consolidação	0,00
3.2.2.3.0.00.00 - Pensões - Pessoal Militar	0,00
3.2.2.3.1.00.00 - Pensões - Pessoal Militar - Consolidação	0,00
3.2.2.9.0.00.00 - Outras Pensões	0,00
3.2.2.9.1.00.00 - Outras Pensões - Consolidação	0,00
3.2.3.0.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada	37.507,14
3.2.3.1.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso	37.507,14
3.2.3.1.1.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso - Consolidação	37.507,14
3.2.3.2.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência	0,00
3.2.3.2.1.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência - Consolidação	0,00
3.2.3.9.0.00.00 - Outros Benefícios de Prestação Continuada	0,00
3.2.3.9.1.00.00 - Outros Benefícios de Prestação Continuada - Consolidação	0,00
3.2.4.0.0.00.00 - Benefícios Eventuais	0,00
3.2.4.1.0.00.00 - Auxílio por Natalidade	0,00
3.2.4.1.1.00.00 - Auxílio por Natalidade - Consolidação	0,00
3.2.4.2.0.00.00 - Auxílio por Morte	0,00
3.2.4.2.1.00.00 - Auxílio por Morte - Consolidação	0,00
3.2.4.3.0.00.00 - Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária	0,00
3.2.4.3.1.00.00 - Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária - Consolidação	0,00
3.2.4.4.0.00.00 - Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública	0,00
3.2.4.4.1.00.00 - Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública - Consolidação	0,00
3.2.5.0.0.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00
3.2.5.1.0.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00
3.2.5.1.1.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda - Consolidação	0,00
3.2.9.0.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.296.244,64
3.2.9.1.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Servidor Civil	4.327,02
3.2.9.1.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Servidor Civil - Consolidação	4.327,02
3.2.9.1.2.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Servidor Civil - Intra - OFSS	0,00
3.2.9.2.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS	0,00
3.2.9.2.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS - Consolidação	0,00
3.2.9.3.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar	0,00
3.2.9.3.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar - Consolidação	0,00
3.2.9.9.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.291.917,62
3.2.9.9.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	8.291.917,62
3.2.9.9.2.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Intra OFSS	0,00
3.3.0.0.0.00.00 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.297.831.166,85
3.3.1.0.0.00.00 - Uso de Material de Consumo	206.177.340,63
3.3.1.1.0.00.00 - Consumo de Material	169.102.114,08
3.3.1.1.1.00.00 - Consumo de Material - Consolidação	169.102.114,08
3.3.1.2.0.00.00 - Distribuição de Material Gratuito	37.075.226,55
3.3.1.2.1.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	37.075.226,55
3.3.1.2.2.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Intra OFSS	0,00
3.3.1.2.3.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Inter OFSS - União	0,00
3.3.1.2.4.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Inter OFSS - Estado	0,00
3.3.1.2.5.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Inter OFSS - Município	0,00
3.3.2.0.0.00.00 - Serviços	1.020.860.982,98
3.3.2.1.0.00.00 - Diárias	83.893,83
3.3.2.1.1.00.00 - Diárias - Consolidação	83.893,83
3.3.2.2.0.00.00 - Serviços Terceiros - PF	6.604.502,74
3.3.2.2.1.00.00 - Serviços Terceiros - PF - Consolidação	6.604.502,74
3.3.2.3.0.00.00 - Serviços Terceiros - PJ	1.010.460.246,47
3.3.2.3.1.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	1.009.310.040,28
3.3.2.3.2.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Intra OFSS	1.150.206,19
3.3.2.3.3.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Inter OFSS - União	0,00
3.3.2.3.4.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Inter OFSS - Estado	0,00
3.3.2.3.5.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Inter OFSS - Município	0,00
3.3.2.4.0.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00	3.712.339,94
3.3.2.4.1.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Consolidação	3.712.339,94
3.3.2.4.2.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Intra OFSS	0,00
3.3.2.4.3.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Inter OFSS - União	0,00
3.3.2.4.4.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Inter OFSS - Estado	0,00
3.3.2.4.5.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Inter OFSS - Município	0,00
3.3.3.0.0.00.00 - Depreciação, Amortização e Exaustão	70.792.843,24
3.3.3.1.0.00.00 - Depreciação	70.249.870,83
3.3.3.1.1.00.00 - Depreciação - Consolidação	70.249.870,83
3.3.3.2.0.00.00 - Amortização	542.972,41
3.3.3.2.1.00.00 - Amortização - Consolidação	542.972,41
3.3.3.3.0.00.00 - Exaustão	0,00
3.3.3.3.1.00.00 - Exaustão - Consolidação	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores
	31/12/2023
3.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	290.479.257,64
3.4.1.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	204.982.123,88
3.4.1.1.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	204.982.123,88
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	201.789.486,09
3.4.1.1.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Intra OFSS	0,00
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	0,00
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Município	3.192.637,79
3.4.1.2.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	0,00
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	0,00
3.4.1.3.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária	0,00
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	0,00
3.4.1.3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Intra OFSS	0,00
3.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Inter OFSS - União	0,00
3.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.1.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária	0,00
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	0,00
3.4.1.8.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos	0,00
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	0,00
3.4.1.8.2.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Intra OFSS	0,00
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - União	0,00
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.1.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos	0,00
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	0,00
3.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora	367,40
3.4.2.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos	0,00
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	0,00
3.4.2.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Intra OFSS	0,00
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - União	0,00
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.2.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos	0,00
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	0,00
3.4.2.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	367,40
3.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	367,40
3.4.2.3.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Intra OFSS	0,00
3.4.2.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Inter OFSS - União	0,00
3.4.2.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.2.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	0,00
3.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	0,00
3.4.2.4.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Intra OFSS	0,00
3.4.2.4.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	0,00
3.4.2.4.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.2.4.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias	0,00
3.4.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Consolidação	0,00
3.4.2.5.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Intra OFSS	0,00
3.4.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Inter OFSS - União	0,00
3.4.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
3.4.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	0,00
3.4.2.6.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	0,00
3.4.2.6.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
3.4.2.6.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.2.6.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora	0,00
3.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	0,00
3.4.2.9.2.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Intra OFSS	0,00
3.4.2.9.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - União	0,00
3.4.2.9.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.2.9.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.3.0.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais	84.919.549,25
3.4.3.1.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	0,00
3.4.3.1.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	0,00
3.4.3.1.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Intra OFSS	0,00
3.4.3.1.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	0,00
3.4.3.1.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.3.1.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.3.2.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	0,00
3.4.3.2.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	0,00
3.4.3.3.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna	0,00
3.4.3.3.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Consolidação	0,00
3.4.3.3.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Intra OFSS	0,00
3.4.3.3.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Inter OFSS - União	0,00
3.4.3.3.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Inter OFSS - Estado	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
3.4.3.3.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.3.4.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Externa	0,00
3.4.3.4.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Externa - Consolidação	0,00
3.4.3.5.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
3.4.3.5.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	0,00
3.4.3.5.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos - Intra OFSS	0,00
3.4.3.5.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos - Inter OFSS - União	0,00
3.4.3.5.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.3.5.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.3.9.0.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais	84.919.549,25
3.4.3.9.1.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	0,00
3.4.3.9.2.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	0,00
3.4.3.9.3.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	84.919.549,25
3.4.3.9.4.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.3.9.5.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.4.0.0.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos	0,00
3.4.4.1.0.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos	0,00
3.4.4.1.1.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	0,00
3.4.4.1.2.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Intra OFSS	0,00
3.4.4.1.3.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
3.4.4.1.4.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.4.1.5.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.5.0.0.00.00 - Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00
3.4.5.1.0.00.00 - Remuneração Negativa de Depósitos Bancários	0,00
3.4.5.1.1.00.00 - Remuneração Negativa de Depósitos Bancários - Consolidação	0,00
3.4.5.2.0.00.00 - Remuneração Negativa de Aplicações Financeiras	0,00
3.4.5.2.1.00.00 - Remuneração Negativa de Aplicações Financeiras - Consolidação	0,00
3.4.6.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
3.4.6.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
3.4.6.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	0,00
3.4.6.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	0,00
3.4.6.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
3.4.6.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.6.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.8.0.0.00.00 - Aportes ao Banco Central	0,00
3.4.8.1.0.00.00 - Resultado Negativo do Banco Central	0,00
3.4.8.1.1.00.00 - Resultado Negativo do Banco Central - Consolidação	0,00
3.4.8.2.0.00.00 - Manutenção da Carteira de Títulos	0,00
3.4.8.2.1.00.00 - Manutenção da Carteira de Títulos - Consolidação	0,00
3.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	577.217,11
3.4.9.1.0.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais	0,00
3.4.9.1.1.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Consolidação	0,00
3.4.9.1.2.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Intra OFSS	0,00
3.4.9.1.3.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Inter OFSS - União	0,00
3.4.9.1.4.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.9.1.5.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.9.2.0.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições	0,00
3.4.9.2.1.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Consolidação	0,00
3.4.9.2.2.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Intra OFSS	0,00
3.4.9.2.3.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Inter OFSS - União	0,00
3.4.9.2.4.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.9.2.5.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Inter OFSS - Município	0,00
3.4.9.9.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	577.217,11
3.4.9.9.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Consolidação	577.217,11
3.4.9.9.2.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Intra OFSS	0,00
3.4.9.9.3.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Inter OFSS - União	0,00
3.4.9.9.4.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Inter OFSS - Estado	0,00
3.4.9.9.5.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Inter OFSS - Município	0,00
3.5.0.0.0.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas	1.876.362.672,59
3.5.1.0.0.00.00 - Transferências Intragovernamentais	375.231.874,55
3.5.1.1.0.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	90.251.926,56
3.5.1.1.2.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	90.251.926,56
3.5.1.2.0.00.00 - Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	7.710.409,77
3.5.1.2.2.00.00 - Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	7.710.409,77
3.5.1.3.0.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	277.269.538,22
3.5.1.3.2.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS - Intra OFSS	277.269.538,22
3.5.1.4.0.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS	0,00
3.5.1.4.2.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS - Intra OFSS	0,00
3.5.1.5.0.00.00 - Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	0,00
3.5.1.5.2.00.00 - Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00
3.5.2.0.0.00.00 - Transferências Inter Governamentais	61.207.700,23
3.5.2.1.0.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	0,00
3.5.2.1.1.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Consolidação	0,00
3.5.2.1.3.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	0,00
3.5.2.1.4.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.5.2.1.5.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	0,00
3.5.2.2.0.00.00 - Transferências ao FUNDEB	0,00
3.5.2.2.4.00.00 - Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	0,00
3.5.2.3.0.00.00 - Transferências Voluntárias	61.106.038,42
3.5.2.3.1.00.00 - Transferências Voluntárias - Consolidação	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
3.5.2.3.3.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	61.106.038,42
3.5.2.3.4.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Estado	0,00
3.5.2.3.5.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	0,00
3.5.2.4.0.00.00 - Outras Transferências	101.661,81
3.5.2.4.1.00.00 - Outras Transferências - Consolidação	0,00
3.5.2.4.3.00.00 - Outras Transferências - Inter OFSS - União	0,00
3.5.2.4.4.00.00 - Outras Transferências - Inter OFSS - Estado	0,00
3.5.2.4.5.00.00 - Outras Transferências - Inter OFSS - Município	101.661,81
3.5.3.0.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas	1.422.422.673,95
3.5.3.1.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.422.422.673,95
3.5.3.1.1.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	1.422.422.673,95
3.5.3.2.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00
3.5.3.2.1.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	0,00
3.5.4.0.0.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	16.845.800,87
3.5.4.1.0.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	16.845.800,87
3.5.4.1.1.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais - Consolidação	16.845.800,87
3.5.5.0.0.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	254.612,75
3.5.5.1.0.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	254.612,75
3.5.5.1.1.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Consolidação	254.612,75
3.5.6.0.0.00.00 - Transferências ao Exterior	0,00
3.5.6.1.0.00.00 - Transferências ao Exterior	0,00
3.5.6.1.1.00.00 - Transferências ao Exterior - Consolidação	0,00
3.5.7.0.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada	400.010,24
3.5.7.1.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes	400.010,24
3.5.7.1.3.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - União	0,00
3.5.7.1.4.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Estado	0,00
3.5.7.1.5.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	400.010,24
3.5.7.2.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios	0,00
3.5.7.2.1.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios - Consolidação	0,00
3.5.9.0.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00
3.5.9.1.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00
3.5.9.1.1.00.00 - Outras Transferências e Delegações Concedidas - Consolidação	0,00
3.5.9.1.2.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Intra OFSS	0,00
3.5.9.1.3.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Inter OFSS - União	0,00
3.5.9.1.4.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.5.9.1.5.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Inter OFSS - Município	0,00
3.6.0.0.0.00.00 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	571.965.942,62
3.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	159.507.699,82
3.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado	0,00
3.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	0,00
3.6.1.2.0.00.00 - Reavaliação de Intangíveis	0,00
3.6.1.2.1.00.00 - Reavaliação de Intangíveis - Consolidação	0,00
3.6.1.3.0.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos	0,00
3.6.1.3.1.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	0,00
3.6.1.4.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos	0,00
3.6.1.4.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	0,00
3.6.1.4.2.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	0,00
3.6.1.4.3.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	0,00
3.6.1.4.4.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.6.1.4.5.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	0,00
3.6.1.5.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	0,00
3.6.1.5.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	0,00
3.6.1.6.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	0,00
3.6.1.6.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	0,00
3.6.1.7.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias	159.507.699,82
3.6.1.7.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias - Consolidação	159.507.699,82
3.6.1.7.2.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias - Intra OFSS	0,00
3.6.1.7.3.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias - Inter OFSS - União	0,00
3.6.1.7.4.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias - Inter OFSS - Estado	0,00
3.6.1.7.5.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias - Inter OFSS - Município	0,00
3.6.1.8.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Estoques	0,00
3.6.1.8.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	0,00
3.6.2.0.0.00.00 - Perdas com Alienação	0,00
3.6.2.1.0.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos	0,00
3.6.2.1.1.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Consolidação	0,00
3.6.2.1.2.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Intra OFSS	0,00
3.6.2.1.3.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Inter OFSS - União	0,00
3.6.2.1.4.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.6.2.1.5.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Inter OFSS - Município	0,00
3.6.2.2.0.00.00 - Perdas com Alienação de Imobilizado	0,00
3.6.2.2.1.00.00 - Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	0,00
3.6.2.3.0.00.00 - Perdas com Alienação de Intangíveis	0,00
3.6.2.3.1.00.00 - Perdas com Alienação de Intangíveis - Consolidação	0,00
3.6.2.9.0.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos	0,00
3.6.2.9.1.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Consolidação	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
3.6.2.9.2.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Intra OFSS	0,00
3.6.2.9.3.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Inter OFSS - União	0,00
3.6.2.9.4.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.6.2.9.5.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Inter OFSS - Município	0,00
3.6.3.0.0.00.00 - Perdas Involuntárias	0,00
3.6.3.1.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Imobilizado	0,00
3.6.3.1.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	0,00
3.6.3.2.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Intangíveis	0,00
3.6.3.2.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Intangíveis - Consolidação	0,00
3.6.3.3.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Estoques	0,00
3.6.3.3.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Estoques - Consolidação	0,00
3.6.3.9.0.00.00 - Outras Perdas Involuntárias	0,00
3.6.3.9.1.00.00 - Outras Perdas Involuntárias - Consolidação	0,00
3.6.4.0.0.00.00 - Incorporação de Passivos	0,00
3.6.4.1.0.00.00 - Incorporação de Passivos	0,00
3.6.4.1.1.00.00 - Incorporação de Passivos - Consolidação	0,00
3.6.4.1.2.00.00 - Incorporação de Passivos - Intra OFSS	0,00
3.6.4.1.3.00.00 - Incorporação de Passivos - Inter OFSS - União	0,00
3.6.4.1.4.00.00 - Incorporação de Passivos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.6.4.1.5.00.00 - Incorporação de Passivos - Inter OFSS - Município	0,00
3.6.5.0.0.00.00 - Desincorporação de Ativos	412.458.242,80
3.6.5.1.0.00.00 - Desincorporação de Ativos	412.458.242,80
3.6.5.1.1.00.00 - Desincorporação de Ativos - Consolidação	412.458.242,80
3.6.5.1.2.00.00 - Desincorporação de Ativos - Intra OFSS	0,00
3.6.5.1.3.00.00 - Desincorporação de Ativos - Inter OFSS - União	0,00
3.6.5.1.4.00.00 - Desincorporação de Ativos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.6.5.1.5.00.00 - Desincorporação de Ativos - Inter OFSS - Município	0,00
3.7.0.0.0.00.00 - Tributárias	48.153.692,94
3.7.1.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00
3.7.1.1.0.00.00 - Impostos	0,00
3.7.1.1.1.00.00 - Impostos - Consolidação	0,00
3.7.1.1.2.00.00 - Impostos - Intra OFSS	0,00
3.7.1.1.3.00.00 - Impostos - Inter OFSS - União	0,00
3.7.1.1.4.00.00 - Impostos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.7.1.1.5.00.00 - Impostos - Inter OFSS - Município	0,00
3.7.1.2.0.00.00 - Taxas	0,00
3.7.1.2.1.00.00 - Taxas - Consolidação	0,00
3.7.1.2.2.00.00 - Taxas - Intra OFSS	0,00
3.7.1.2.3.00.00 - Taxas - Inter OFSS - União	0,00
3.7.1.2.4.00.00 - Taxas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.7.1.2.5.00.00 - Taxas - Inter OFSS - Município	0,00
3.7.1.3.0.00.00 - Contribuições de Melhoria	0,00
3.7.1.3.1.00.00 - Contribuições de Melhoria - Consolidação	0,00
3.7.1.3.2.00.00 - Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	0,00
3.7.1.3.3.00.00 - Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - União	0,00
3.7.1.3.4.00.00 - Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - Estado	0,00
3.7.1.3.5.00.00 - Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - Município	0,00
3.7.2.0.0.00.00 - Contribuições	48.153.692,94
3.7.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	48.153.692,94
3.7.2.1.1.00.00 - Contribuições Sociais - Consolidação	48.153.692,94
3.7.2.1.2.00.00 - Contribuições Sociais - Intra OFSS	0,00
3.7.2.1.3.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - União	0,00
3.7.2.1.4.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - Estado	0,00
3.7.2.1.5.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - Município	0,00
3.7.2.2.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00
3.7.2.2.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação	0,00
3.7.2.2.2.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Intra OFSS	0,00
3.7.2.2.3.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - União	0,00
3.7.2.2.4.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - Estado	0,00
3.7.2.2.5.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - Município	0,00
3.7.2.3.0.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip	0,00
3.7.2.3.1.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Consolidação	0,00
3.7.2.3.2.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Intra OFSS	0,00
3.7.2.3.3.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Inter OFSS - União	0,00
3.7.2.3.4.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Inter OFSS - Estado	0,00
3.7.2.3.5.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Inter OFSS - Município	0,00
3.7.2.9.0.00.00 - Outras Contribuições	0,00
3.7.2.9.1.00.00 - Outras Contribuições - Consolidação	0,00
3.7.2.9.2.00.00 - Outras Contribuições - Intra OFSS	0,00
3.7.2.9.3.00.00 - Outras Contribuições - Inter OFSS - União	0,00
3.7.2.9.4.00.00 - Outras Contribuições - Inter OFSS - Estado	0,00
3.7.2.9.5.00.00 - Outras Contribuições - Inter OFSS - Município	0,00
3.8.0.0.0.00.00 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00
3.8.1.0.0.00.00 - Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	0,00
3.8.1.1.0.00.00 - Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	0,00
3.8.1.1.1.00.00 - CMV - Consolidação	0,00
3.8.1.1.2.00.00 - CMV - Intra OFSS	0,00
3.8.1.1.3.00.00 - CMV - Inter OFSS - União	0,00
3.8.1.1.4.00.00 - CMV - Inter OFSS - Estado	0,00
3.8.1.1.5.00.00 - CMV - Inter OFSS - Município	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
3.8.2.0.0.00.00 - Custo dos Produtos Vendidos - CPV	0,00
3.8.2.1.0.00.00 - Custo dos Produtos Vendidos - CPV	0,00
3.8.2.1.1.00.00 - CPV - Consolidação	0,00
3.8.2.1.2.00.00 - CPV - Intra OFSS	0,00
3.8.2.1.3.00.00 - CPV - Inter OFSS - União	0,00
3.8.2.1.4.00.00 - CPV - Inter OFSS - Estado	0,00
3.8.2.1.5.00.00 - CPV - Município	0,00
3.8.3.0.0.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - CSP	0,00
3.8.3.1.0.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - CSP	0,00
3.8.3.1.1.00.00 - CSP - Consolidação	0,00
3.8.3.1.2.00.00 - CSP - Intra OFSS	0,00
3.8.3.1.3.00.00 - CSP - Inter OFSS - União	0,00
3.8.3.1.4.00.00 - CSP - Inter OFSS - Estado	0,00
3.8.3.1.5.00.00 - CSP - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	792.539.052,62
3.9.1.0.0.00.00 - Premiações	1.392.717,42
3.9.1.1.0.00.00 - Premiações Culturais	0,00
3.9.1.1.1.00.00 - Premiações Culturais - Consolidação	0,00
3.9.1.1.2.00.00 - Premiações Culturais - Intra OFSS	0,00
3.9.1.1.3.00.00 - Premiações Culturais - Inter OFSS - União	0,00
3.9.1.1.4.00.00 - Premiações Culturais - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.1.1.5.00.00 - Premiações Culturais - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.1.2.0.00.00 - Premiações Artísticas	0,00
3.9.1.2.1.00.00 - Premiações Artísticas - Consolidação	0,00
3.9.1.2.2.00.00 - Premiações Artísticas - Intra OFSS	0,00
3.9.1.2.3.00.00 - Premiações Artísticas - Inter OFSS - União	0,00
3.9.1.2.4.00.00 - Premiações Artísticas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.1.2.5.00.00 - Premiações Artísticas - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.1.3.0.00.00 - Premiações Científicas	0,00
3.9.1.3.1.00.00 - Premiações Científicas - Consolidação	0,00
3.9.1.3.2.00.00 - Premiações Científicas - Intra OFSS	0,00
3.9.1.3.3.00.00 - Premiações Científicas - Inter OFSS - União	0,00
3.9.1.3.4.00.00 - Premiações Científicas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.1.3.5.00.00 - Premiações Científicas - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.1.4.0.00.00 - Premiações Desportivas	0,00
3.9.1.4.1.00.00 - Premiações Desportivas - Consolidação	0,00
3.9.1.4.2.00.00 - Premiações Desportivas - Intra OFSS	0,00
3.9.1.4.3.00.00 - Premiações Desportivas - Inter OFSS - União	0,00
3.9.1.4.4.00.00 - Premiações Desportivas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.1.4.5.00.00 - Premiações Desportivas - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.1.5.0.00.00 - Ordens Honoríficas	0,00
3.9.1.5.1.00.00 - Ordens Honoríficas - Consolidação	0,00
3.9.1.5.2.00.00 - Ordens Honoríficas - Intra OFSS	0,00
3.9.1.5.3.00.00 - Ordens Honoríficas - Inter OFSS - União	0,00
3.9.1.5.4.00.00 - Ordens Honoríficas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.1.5.5.00.00 - Ordens Honoríficas - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.1.9.0.00.00 - Outras Premiações	1.392.717,42
3.9.1.9.1.00.00 - Outras Premiações - Consolidação	1.392.717,42
3.9.1.9.2.00.00 - Outras Premiações - Intra OFSS	0,00
3.9.1.9.3.00.00 - Outras Premiações - Inter OFSS - União	0,00
3.9.1.9.4.00.00 - Outras Premiações - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.1.9.5.00.00 - Outras Premiações - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.2.0.0.00.00 - Resultado Negativo de Participações	0,00
3.9.2.1.0.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	0,00
3.9.2.1.1.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	0,00
3.9.2.1.2.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	0,00
3.9.2.1.3.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - União	0,00
3.9.2.1.4.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.2.1.5.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.3.0.0.00.00 - Operações da Autoridade Monetária	0,00
3.9.3.1.0.00.00 - Juros	0,00
3.9.3.1.1.00.00 - Juros - Consolidação	0,00
3.9.3.2.0.00.00 - Posição de Negociação	0,00
3.9.3.2.1.00.00 - Posição de Negociação - Consolidação	0,00
3.9.3.3.0.00.00 - Posição de Investimentos	0,00
3.9.3.3.1.00.00 - Posição de Investimentos - Consolidação	0,00
3.9.3.4.0.00.00 - Correção Cambial	0,00
3.9.3.4.1.00.00 - Correção Cambial - Consolidação	0,00
3.9.3.9.0.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária	0,00
3.9.3.9.1.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária - Consolidação	0,00
3.9.4.0.0.00.00 - Incentivos	1.612.555,98
3.9.4.1.0.00.00 - Incentivos a Educação	1.612.555,98
3.9.4.1.1.00.00 - Incentivos a Educação - Consolidação	1.612.555,98
3.9.4.2.0.00.00 - Incentivos a Ciência	0,00
3.9.4.2.1.00.00 - Incentivos a Ciência - Consolidação	0,00
3.9.4.3.0.00.00 - Incentivos a Cultura	0,00
3.9.4.3.1.00.00 - Incentivos a Cultura - Consolidação	0,00
3.9.4.3.2.00.00 - Incentivos a Cultura - Intra OFSS	0,00
3.9.4.3.3.00.00 - Incentivos a Cultura - Inter OFSS - União	0,00
3.9.4.3.4.00.00 - Incentivos a Cultura - Inter OFSS - Estado	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
3.9.4.3.5.00.00 - Incentivos a Cultura - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.4.4.0.00.00 - Incentivos ao Esporte	0,00
3.9.4.4.1.00.00 - Incentivos ao Esporte - Consolidação	0,00
3.9.4.4.2.00.00 - Incentivos ao Esporte - Intra OFSS	0,00
3.9.4.4.3.00.00 - Incentivos ao Esporte - Inter OFSS - União	0,00
3.9.4.4.4.00.00 - Incentivos ao Esporte - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.4.4.5.00.00 - Incentivos ao Esporte - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.4.9.0.00.00 - Outros Incentivos	0,00
3.9.4.9.1.00.00 - Outros Incentivos - Consolidação	0,00
3.9.4.9.2.00.00 - Outros Incentivos - Intra OFSS	0,00
3.9.4.9.3.00.00 - Outros Incentivos - Inter OFSS - União	0,00
3.9.4.9.4.00.00 - Outros Incentivos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.4.9.5.00.00 - Outros Incentivos - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.5.0.0.00.00 - Subvenções Econômicas	0,00
3.9.5.1.0.00.00 - Subvenções Econômicas	0,00
3.9.5.1.1.00.00 - Subvenções Econômicas - Consolidação	0,00
3.9.5.1.2.00.00 - Subvenções Econômicas - Intra OFSS	0,00
3.9.5.1.3.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - União	0,00
3.9.5.1.4.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.5.1.5.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.6.0.0.00.00 - Participações e Contribuições	0,00
3.9.6.1.0.00.00 - Participações de Debêntures	0,00
3.9.6.1.1.00.00 - Participações de Debêntures - Consolidação	0,00
3.9.6.1.2.00.00 - Participações de Debêntures - Intra OFSS	0,00
3.9.6.1.3.00.00 - Participações de Debêntures - Inter OFSS - União	0,00
3.9.6.1.4.00.00 - Participações de Debêntures - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.6.1.5.00.00 - Participações de Debêntures - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.6.2.0.00.00 - Participações de Empregados	0,00
3.9.6.2.1.00.00 - Participações de Empregados - Consolidação	0,00
3.9.6.3.0.00.00 - Participações de Administradores	0,00
3.9.6.3.1.00.00 - Participações de Administradores - Consolidação	0,00
3.9.6.4.0.00.00 - Participações de Partes Beneficiárias	0,00
3.9.6.4.1.00.00 - Participações de Partes Beneficiárias - Consolidação	0,00
3.9.6.4.2.00.00 - Participações de Partes Beneficiárias - Intra OFSS	0,00
3.9.6.4.3.00.00 - Participações de Partes Beneficiárias - Inter OFSS - União	0,00
3.9.6.4.4.00.00 - Participações de Partes Beneficiárias - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.6.4.5.00.00 - Participações de Partes Beneficiárias - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.6.5.0.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados	0,00
3.9.6.5.1.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Consolidação	0,00
3.9.6.5.2.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Intra OFSS	0,00
3.9.6.5.3.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Inter OFSS - União	0,00
3.9.6.5.4.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.6.5.5.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.7.0.0.00.00 - VPD de Constituição de Provisões	495.960.721,26
3.9.7.1.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	0,00
3.9.7.1.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	0,00
3.9.7.1.2.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Intra OFSS	0,00
3.9.7.1.3.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Inter OFSS - União	0,00
3.9.7.1.4.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.7.1.5.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.7.2.0.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	0,00
3.9.7.2.1.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	0,00
3.9.7.2.2.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00
3.9.7.2.3.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Inter OFSS - União	0,00
3.9.7.2.4.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.7.2.5.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.7.3.0.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais	0,00
3.9.7.3.1.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	0,00
3.9.7.3.2.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Intra OFSS	0,00
3.9.7.3.3.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Inter OFSS - União	0,00
3.9.7.3.4.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.7.3.5.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.7.4.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis	0,00
3.9.7.4.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	0,00
3.9.7.4.2.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Intra OFSS	0,00
3.9.7.4.3.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Inter OFSS - União	0,00
3.9.7.4.4.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.7.4.5.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.7.5.0.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos	0,00
3.9.7.5.3.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - União	0,00
3.9.7.5.4.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - Estados	0,00
3.9.7.5.5.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.7.6.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP	0,00
3.9.7.6.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP - Consolidação	0,00
3.9.7.7.0.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental	0,00
3.9.7.7.1.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Consolidação	0,00
3.9.7.7.2.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Intra OFSS	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
3.9.7.7.3.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Inter OFSS - União	0,00
3.9.7.7.4.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.7.7.5.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.7.9.0.00.00 - VPD de Outras Provisões	495.960.721,26
3.9.7.9.1.00.00 - VPD de Outras Provisões - Consolidação	495.960.721,26
3.9.7.9.2.00.00 - VPD de Outras Provisões - Intra OFSS	0,00
3.9.7.9.3.00.00 - VPD de Outras Provisões - Inter OFSS - União	0,00
3.9.7.9.4.00.00 - VPD de Outras Provisões - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.7.9.5.00.00 - VPD de Outras Provisões - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	293.573.057,96
3.9.9.1.0.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	98.569,63
3.9.9.1.2.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Intra OFSS	0,00
3.9.9.1.3.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	98.569,63
3.9.9.1.4.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.9.1.5.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.9.2.0.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios	0,00
3.9.9.2.3.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - União	0,00
3.9.9.2.4.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.9.2.5.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.9.3.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações	0,00
3.9.9.3.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Consolidação	0,00
3.9.9.3.2.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Intra OFSS	0,00
3.9.9.3.3.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Inter OFSS - União	0,00
3.9.9.3.4.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.9.3.5.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.9.4.0.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos	254.956.507,03
3.9.9.4.1.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Consolidação	254.956.507,03
3.9.9.4.2.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Intra OFSS	0,00
3.9.9.4.3.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - União	0,00
3.9.9.4.4.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.9.4.5.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.9.5.0.00.00 - Multas Administrativas	2.951,72
3.9.9.5.1.00.00 - Multas Administrativas - Consolidação	2.951,72
3.9.9.5.2.00.00 - Multas Administrativas - Intra OFSS	0,00
3.9.9.5.3.00.00 - Multas Administrativas - Inter OFSS - União	0,00
3.9.9.5.4.00.00 - Multas Administrativas - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.9.5.5.00.00 - Multas Administrativas - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.9.6.0.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	38.515.029,58
3.9.9.6.1.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Consolidação	38.515.029,58
3.9.9.6.2.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Intra OFSS	0,00
3.9.9.6.3.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - União	0,00
3.9.9.6.4.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.9.6.5.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - Município	0,00
3.9.9.7.0.00.00 - Compensações ao RGPS	0,00
3.9.9.7.1.00.00 - Compensações ao RGPS - Consolidação	0,00
3.9.9.7.2.00.00 - Compensações ao RGPS - Intra OFSS	0,00
3.9.9.7.3.00.00 - Compensações ao RGPS - Inter OFSS - União	0,00
3.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	0,00
3.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	0,00
3.9.9.9.2.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra OFSS	0,00
3.9.9.9.3.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - União	0,00
3.9.9.9.4.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - Estado	0,00
3.9.9.9.5.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - Município	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa	-
Variação Patrimonial Aumentativa	-
4.0.0.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa	7.942.794.297,41
4.1.0.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.118.231.339,03
4.1.1.0.0.00.00 - Impostos	1.890.117.765,84
4.1.1.1.0.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior	0,00
4.1.1.1.1.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Consolidação	0,00
4.1.1.1.2.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Intra OFSS	0,00
4.1.1.1.3.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Inter OFSS - União	0,00
4.1.1.1.4.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.1.1.5.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.1.2.0.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda	1.087.031.492,83
4.1.1.2.1.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	1.087.031.492,83
4.1.1.2.2.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Intra OFSS	0,00
4.1.1.2.3.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Inter OFSS - União	0,00
4.1.1.2.4.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.1.2.5.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.1.3.0.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação	803.086.273,01
4.1.1.3.1.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Consolidação	803.086.273,01
4.1.1.3.2.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Intra OFSS	0,00
4.1.1.3.3.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Inter OFSS - União	0,00
4.1.1.3.4.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.1.3.5.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.1.4.0.00.00 - Impostos Extraordinários	0,00
4.1.1.4.1.00.00 - Impostos Extraordinários - Consolidação	0,00
4.1.1.4.2.00.00 - Impostos Extraordinários - Intra OFSS	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
4.1.1.4.3.00.00 - Impostos Extraordinários - Inter OFSS - União	0,00
4.1.1.4.4.00.00 - Impostos Extraordinários - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.1.4.5.00.00 - Impostos Extraordinários - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.1.9.0.00.00 - Outros Impostos	0,00
4.1.1.9.1.00.00 - Outros Impostos - Consolidação	0,00
4.1.1.9.2.00.00 - Outros Impostos - Intra OFSS	0,00
4.1.1.9.3.00.00 - Outros Impostos - Inter OFSS - União	0,00
4.1.1.9.4.00.00 - Outros Impostos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.1.9.5.00.00 - Outros Impostos - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.2.0.0.00.00 - Taxas	228.113.573,19
4.1.2.1.0.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	66.982.797,86
4.1.2.1.1.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	66.982.797,86
4.1.2.1.2.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Intra OFSS	0,00
4.1.2.1.3.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Inter OFSS - União	0,00
4.1.2.1.4.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.2.1.5.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.2.2.0.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços	161.130.775,33
4.1.2.2.1.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Consolidação	161.130.775,33
4.1.2.2.2.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Intra OFSS	0,00
4.1.2.2.3.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Inter OFSS - União	0,00
4.1.2.2.4.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.2.2.5.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.3.0.0.00.00 - Contribuições de Melhoria	0,00
4.1.3.1.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário	0,00
4.1.3.1.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Consolidação	0,00
4.1.3.1.2.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Intra OFSS	0,00
4.1.3.1.3.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Inter OFSS - União	0,00
4.1.3.1.4.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.3.1.5.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.3.2.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade	0,00
4.1.3.2.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Consolidação	0,00
4.1.3.2.2.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Intra OFSS	0,00
4.1.3.2.3.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Inter OFSS - União	0,00
4.1.3.2.4.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.3.2.5.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.3.3.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural	0,00
4.1.3.3.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Consolidação	0,00
4.1.3.3.2.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Intra OFSS	0,00
4.1.3.3.3.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Inter OFSS - União	0,00
4.1.3.3.4.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.3.3.5.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.3.4.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares	0,00
4.1.3.4.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Consolidação	0,00
4.1.3.4.2.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Intra OFSS	0,00
4.1.3.4.3.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Inter OFSS - União	0,00
4.1.3.4.4.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.3.4.5.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Inter OFSS - Município	0,00
4.1.3.9.0.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria	0,00
4.1.3.9.1.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Consolidação	0,00
4.1.3.9.2.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	0,00
4.1.3.9.3.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - União	0,00
4.1.3.9.4.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - Estado	0,00
4.1.3.9.5.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.0.0.0.00.00 - Contribuições	382.666.033,98
4.2.1.0.0.00.00 - Contribuições Sociais	306.612.861,20
4.2.1.1.0.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS e Militares	306.612.861,20
4.2.1.1.1.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS e Militares - Consolidação	128.232.733,83
4.2.1.1.1.02.00 - Contribuição do Segurado ao RPPS	128.232.733,83
4.2.1.1.1.03.00 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	0,00
4.2.1.1.1.04.00 - Contribuições para Custeio das Pensões e Inatividade Militares	0,00
4.2.1.1.1.97.00 - (-) Deduções	0,00
4.2.1.1.1.99.00 - Outras Contribuições Sociais - RPPS	0,00
4.2.1.1.2.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS e Militares - Intra OFSS	178.380.127,37
4.2.1.1.3.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - União	0,00
4.2.1.1.4.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - Estado	0,00
4.2.1.1.5.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.1.2.0.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS	0,00
4.2.1.2.1.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Consolidação	0,00
4.2.1.2.2.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Intra OFSS	0,00
4.2.1.2.3.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - União	0,00
4.2.1.2.4.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - Estado	0,00
4.2.1.2.5.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.1.3.0.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento	0,00
4.2.1.3.1.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Consolidação	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
4.2.1.3.2.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Intra OFSS	0,00
4.2.1.3.3.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Inter OFSS - União	0,00
4.2.1.3.4.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Inter OFSS - Estado	0,00
4.2.1.3.5.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.1.4.0.00.00 - Contribuição sobre o Lucro	0,00
4.2.1.4.1.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Consolidação	0,00
4.2.1.4.2.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Intra OFSS	0,00
4.2.1.4.3.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Inter OFSS - União	0,00
4.2.1.4.4.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Inter OFSS - Estado	0,00
4.2.1.4.5.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.1.5.0.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognóstico	0,00
4.2.1.5.1.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognóstico - Consolidação	0,00
4.2.1.5.2.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognóstico - Intra OFSS	0,00
4.2.1.5.3.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognóstico - Inter OFSS - União	0,00
4.2.1.5.4.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognóstico - Inter OFSS - Estado	0,00
4.2.1.5.5.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognóstico - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.1.6.0.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior	0,00
4.2.1.6.1.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Consolidação	0,00
4.2.1.6.2.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Intra OFSS	0,00
4.2.1.6.3.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Inter OFSS - União	0,00
4.2.1.6.4.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Inter OFSS - Estado	0,00
4.2.1.6.5.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.1.9.0.00.00 - Outras Contribuições Sociais	0,00
4.2.1.9.1.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Consolidação	0,00
4.2.1.9.2.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Intra OFSS	0,00
4.2.1.9.3.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Inter OFSS - União	0,00
4.2.1.9.4.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Inter OFSS - Estado	0,00
4.2.1.9.5.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.2.0.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00
4.2.2.1.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00
4.2.2.1.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação	0,00
4.2.2.1.2.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Intra OFSS	0,00
4.2.2.1.3.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - União	0,00
4.2.2.1.4.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - Estado	0,00
4.2.2.1.5.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.3.0.0.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública	76.053.172,78
4.2.3.1.0.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública	76.053.172,78
4.2.3.1.1.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - Consolidação	76.053.172,78
4.2.3.1.2.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - Intra OFSS	0,00
4.2.3.1.5.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - Inter OFSS - Município	0,00
4.2.4.0.0.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00
4.2.4.1.0.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00
4.2.4.1.1.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais - Consolidação	0,00
4.2.4.1.2.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais - Intra OFSS	0,00
4.2.4.1.3.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais - Inter OFSS - União	0,00
4.3.0.0.00.00 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	144.009.799,10
4.3.1.0.00.00 - Venda de Mercadorias	0,00
4.3.1.1.0.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias	0,00
4.3.1.1.1.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	0,00
4.3.1.1.2.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Intra OFSS	0,00
4.3.1.1.3.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - União	0,00
4.3.1.1.4.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - Estado	0,00
4.3.1.1.5.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - Município	0,00
4.3.1.9.0.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias	0,00
4.3.1.9.1.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	0,00
4.3.1.9.2.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Intra OFSS	0,00
4.3.1.9.3.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - União	0,00
4.3.1.9.4.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - Estado	0,00
4.3.1.9.5.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - Município	0,00
4.3.2.0.00.00 - Venda de Produtos	0,00
4.3.2.1.0.00.00 - Venda Bruta de Produtos	0,00
4.3.2.1.1.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Consolidação	0,00
4.3.2.1.2.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Intra OFSS	0,00
4.3.2.1.3.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - União	0,00
4.3.2.1.4.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.3.2.1.5.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - Município	0,00
4.3.2.9.0.00.00 - (-) Deduções de Venda Bruta de Produtos	0,00
4.3.2.9.1.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Consolidação	0,00
4.3.2.9.2.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Intra OFSS	0,00
4.3.2.9.3.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - União	0,00
4.3.2.9.4.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.3.2.9.5.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - Município	0,00
4.3.3.0.00.00 - Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	144.009.799,10
4.3.3.1.0.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	144.384.795,04
4.3.3.1.1.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	144.384.795,04
4.3.3.1.2.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	0,00
4.3.3.1.3.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - União	0,00
4.3.3.1.4.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - Estado	0,00
4.3.3.1.5.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - Município	0,00
4.3.3.9.0.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	374.995,94

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanzo Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
4.3.3.9.1.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	374.995,94
4.3.3.9.2.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	0,00
4.3.3.9.3.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - União	0,00
4.3.3.9.4.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - Estado	0,00
4.3.3.9.5.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	325.044.913,01
4.4.1.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
4.4.1.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos	0,00
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.1.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Intra OFSS	0,00
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.1.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos	0,00
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.1.2.2.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Intra OFSS	0,00
4.4.1.2.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.1.2.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.1.2.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.1.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	0,00
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.1.3.2.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Intra OFSS	0,00
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.1.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos	0,00
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora	158.067.688,86
4.4.2.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos	0,00
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.2.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Intra OFSS	0,00
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.2.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos	0,00
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.2.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	0,00
4.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	0,00
4.4.2.3.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Intra OFSS	0,00
4.4.2.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Inter OFSS - União	0,00
4.4.2.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.2.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	100.103.665,76
4.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Consolidação	100.103.665,76
4.4.2.4.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Intra OFSS	0,00
4.4.2.4.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Inter OFSS - União	0,00
4.4.2.4.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.2.4.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários	3.204.401,23
4.4.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Consolidação	0,00
4.4.2.5.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Intra OFSS	3.204.401,23
4.4.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Inter OFSS - União	0,00
4.4.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00
4.4.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Consolidação	0,00
4.4.2.6.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Intra OFSS	0,00
4.4.2.6.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.2.6.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.2.6.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora	54.759.621,87
4.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	54.759.621,87
4.4.2.9.2.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Intra OFSS	0,00
4.4.2.9.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - União	0,00
4.4.2.9.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.2.9.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.3.0.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais	50.230.470,47
4.4.3.1.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos	0,00
4.4.3.1.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.3.1.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Intra OFSS	0,00
4.4.3.1.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.3.1.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.3.1.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.3.2.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Externos Concedidos	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)


Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
4.4.3.2.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.3.3.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	0,00
4.4.3.3.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.3.3.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Intra OFSS	0,00
4.4.3.3.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.3.3.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.3.3.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.3.4.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Externos Concedidos	0,00
4.4.3.4.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	0,00
4.4.3.5.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00
4.4.3.5.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Consolidação	0,00
4.4.3.5.1.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Consolidação	0,00
4.4.3.5.1.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Consolidação	0,00
4.4.3.5.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Intra OFSS	0,00
4.4.3.5.2.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Intra OFSS	0,00
4.4.3.5.2.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Intra OFSS	0,00
4.4.3.5.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.3.5.3.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.3.5.3.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.3.5.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.3.5.4.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.3.5.4.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.3.5.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.3.5.5.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.3.5.5.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.3.9.0.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais	50.230.470,47
4.4.3.9.1.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	38.748.095,68
4.4.3.9.2.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	0,00
4.4.3.9.3.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	11.482.374,79
4.4.3.9.4.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.3.9.5.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.4.0.0.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos	0,00
4.4.4.1.0.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos	0,00
4.4.4.1.1.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Consolidação	0,00
4.4.4.1.2.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Intra OFSS	0,00
4.4.4.1.3.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.4.1.4.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.4.1.5.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.5.0.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	114.932.105,64
4.4.5.1.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários	0,00
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	0,00
4.4.5.2.0.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras	114.932.105,64
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	114.932.105,64
4.4.5.2.2.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Intra OFSS	0,00
4.4.6.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00
4.4.6.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos	0,00
4.4.6.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Consolidação	0,00
4.4.6.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Intra - OFSS	0,00
4.4.6.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Inter OFSS - União	0,00
4.4.6.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.6.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Inter OFSS - Município	0,00
4.4.8.0.0.00.00 - Aportes do Banco Central	0,00
4.4.8.1.0.00.00 - Resultado Positivo do Banco Central	0,00
4.4.8.1.1.00.00 - Resultado Positivo do Banco Central - Consolidação	0,00
4.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	1.814.648,04
4.4.9.1.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	1.814.648,04
4.4.9.1.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Consolidação	1.814.648,04
4.4.9.1.2.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Intra OFSS	0,00
4.4.9.1.3.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Inter OFSS - União	0,00
4.4.9.1.4.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Inter OFSS - Estado	0,00
4.4.9.1.5.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Inter OFSS - Município	0,00
4.5.0.0.0.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas	2.919.532.876,10
4.5.1.0.0.00.00 - Transferências Intragovernamentais	375.424.312,38
4.5.1.1.0.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	98.154.203,30
4.5.1.1.2.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	98.154.203,30
4.5.1.2.0.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	570,86
4.5.1.2.2.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	570,86
4.5.1.3.0.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	277.269.538,22
4.5.1.3.2.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS – Intra OFSS	277.269.538,22
4.5.1.4.0.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS	0,00
4.5.1.4.2.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS – Intra OFSS	0,00
4.5.1.5.0.00.00 - Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	0,00
4.5.1.5.2.00.00 - Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	0,00
4.5.2.0.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	2.542.547.174,74
4.5.2.1.0.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	1.812.952.719,91
4.5.2.1.1.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Consolidação	22.021.693,43
4.5.2.1.3.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS – União	221.428.497,08
4.5.2.1.4.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - Estado	1.569.502.529,40
4.5.2.2.0.00.00 - Transferências do FUNDEB	498.066.314,55

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
4.5.2.2.3.00.00 - Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - União	0,00
4.5.2.2.4.00.00 - Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	498.066.314,55
4.5.2.3.0.00.00 - Transferências Voluntárias	0,00
4.5.2.3.1.00.00 - Transferências Voluntárias - Consolidação	0,00
4.5.2.3.3.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	0,00
4.5.2.3.4.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Estado	0,00
4.5.2.3.5.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	0,00
4.5.2.4.0.00.00 - Outras Transferências	231.528.140,28
4.5.2.4.1.00.00 - Outras Transferências - Consolidação	156.368.330,12
4.5.2.4.3.00.00 - Outras Transferências - Inter OFSS - União	11.958.726,45
4.5.2.4.4.00.00 - Outras Transferências - Inter OFSS - Estado	63.201.083,71
4.5.2.4.5.00.00 - Outras Transferências - Inter OFSS - Município	0,00
4.5.3.0.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas	0,00
4.5.3.1.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00
4.5.3.1.1.00.00 - Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	0,00
4.5.3.2.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00
4.5.3.2.1.00.00 - Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	0,00
4.5.4.0.0.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00
4.5.4.1.0.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00
4.5.4.1.1.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais - Consolidação	0,00
4.5.5.0.0.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos	0,00
4.5.5.1.0.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos	0,00
4.5.5.1.1.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos - Consolidação	0,00
4.5.6.0.0.00.00 - Transferências do Exterior	0,00
4.5.6.1.0.00.00 - Transferências do Exterior	0,00
4.5.6.1.1.00.00 - Transferências do Exterior - Consolidação	0,00
4.5.7.0.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada	0,00
4.5.7.1.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00
4.5.7.1.3.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes - Inter OFSS - União	0,00
4.5.7.1.4.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes - Inter OFSS - Estado	0,00
4.5.7.1.5.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes - Inter OFSS - Município	0,00
4.5.7.2.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Consórcios	0,00
4.5.7.2.1.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Consórcios - Consolidação	0,00
4.5.8.0.0.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas	0,00
4.5.8.1.0.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas	0,00
4.5.8.1.1.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	0,00
4.5.9.0.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.561.388,98
4.5.9.1.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.561.388,98
4.5.9.1.1.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	1.561.388,98
4.5.9.1.2.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Intra OFSS	0,00
4.5.9.1.3.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Inter OFSS - União	0,00
4.5.9.1.4.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Inter OFSS - Estado	0,00
4.5.9.1.5.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Inter OFSS - Município	0,00
4.6.0.0.0.00.00 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	845.642.946,37
4.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação de Ativos	611.281.526,97
4.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado	313.524.182,99
4.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	313.524.182,99
4.6.1.2.0.00.00 - Reavaliação de Intangíveis	0,00
4.6.1.2.1.00.00 - Reavaliação de Intangíveis - Consolidação	0,00
4.6.1.7.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Ajuste de Ganhos de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias	0,00
4.6.1.7.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Ajuste de Ganhos de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias - Consolidação	0,00
4.6.1.9.0.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos	297.757.343,98
4.6.1.9.1.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	297.757.343,98
4.6.2.0.0.00.00 - Ganhos com Alienação	210.032.765,69
4.6.2.1.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos	55.206,36
4.6.2.1.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos - Consolidação	55.206,36
4.6.2.1.2.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos - Intra OFSS	0,00
4.6.2.2.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Imobilizado	209.977.559,33
4.6.2.2.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	209.977.559,33
4.6.2.3.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Intangíveis	0,00
4.6.2.3.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Intangíveis - Consolidação	0,00
4.6.2.9.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Demais Ativos	0,00
4.6.2.9.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Demais Ativos - Consolidação	0,00
4.6.3.0.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos	23.384.008,13
4.6.3.1.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas	0,00
4.6.3.1.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas - Consolidação	0,00
4.6.3.2.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	0,00
4.6.3.2.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	0,00
4.6.3.3.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos	0,00
4.6.3.3.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos - Consolidação	0,00
4.6.3.4.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Por Produção	0,00
4.6.3.4.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Por Produção - Consolidação	0,00
4.6.3.9.0.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	23.384.008,13
4.6.3.9.1.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	23.384.008,13
4.6.3.9.2.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Intra OFSS	0,00
4.6.3.9.3.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Inter OFSS - União	0,00
4.6.3.9.4.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.6.3.9.5.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Inter OFSS - Município	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2023
4.6.4.0.0.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos	944.645,58
4.6.4.1.0.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos	944.645,58
4.6.4.1.1.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Consolidação	944.645,58
4.6.4.1.2.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Intra OFSS	0,00
4.6.4.1.3.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Inter OFSS - União	0,00
4.6.4.1.4.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.6.4.1.5.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Inter OFSS - Município	0,00
4.6.5.0.0.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável	0,00
4.6.5.1.0.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos	0,00
4.6.5.1.1.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	0,00
4.6.5.1.2.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	0,00
4.6.5.1.3.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	0,00
4.6.5.1.4.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.6.5.1.5.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	0,00
4.6.5.2.0.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	0,00
4.6.5.2.1.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	0,00
4.6.5.3.0.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	0,00
4.6.5.3.1.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	0,00
4.9.0.0.0.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.207.666.389,82
4.9.1.0.0.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00
4.9.1.1.0.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00
4.9.1.1.1.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Consolidação	0,00
4.9.1.1.2.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Intra OFSS	0,00
4.9.1.1.3.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Inter OFSS - União	0,00
4.9.1.1.4.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Inter OFSS - Estado	0,00
4.9.1.1.5.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Inter OFSS - Município	0,00
4.9.2.0.0.00 - Resultado Positivo de Participações	5.242.581,31
4.9.2.1.0.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	0,00
4.9.2.1.1.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	0,00
4.9.2.1.2.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	0,00
4.9.2.1.3.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - União	0,00
4.9.2.1.4.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Estado	0,00
4.9.2.1.5.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Município	0,00
4.9.2.2.0.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	5.242.581,31
4.9.2.2.1.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	5.242.581,31
4.9.2.2.2.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Intra OFSS	0,00
4.9.2.2.3.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Inter OFSS - União	0,00
4.9.2.2.4.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Inter OFSS - Estado	0,00
4.9.2.2.5.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Inter OFSS - Município	0,00
4.9.3.0.0.00 - Operações da Autoridade Monetária	0,00
4.9.3.1.0.00 - Juros	0,00
4.9.3.1.1.00 - Juros - Consolidação	0,00
4.9.3.2.0.00 - Posição de Negociação	0,00
4.9.3.2.1.00 - Posição de Negociação - Consolidação	0,00
4.9.3.3.0.00 - Posição de Investimentos	0,00
4.9.3.3.1.00 - Posição de Investimentos - Consolidação	0,00
4.9.3.4.0.00 - Correção Cambial	0,00
4.9.3.4.1.00 - Correção Cambial - Consolidação	0,00
4.9.3.9.0.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária	0,00
4.9.3.9.1.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária - Consolidação	0,00
4.9.5.0.0.00 - Subvenções Econômicas	0,00
4.9.5.1.0.00 - Subvenções Econômicas	0,00
4.9.5.1.1.00 - Subvenções Econômicas - Consolidação	0,00
4.9.5.1.2.00 - Subvenções Econômicas - Intra OFSS	0,00
4.9.5.1.3.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - União	0,00
4.9.5.1.4.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - Estado	0,00
4.9.5.1.5.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - Município	0,00
4.9.7.0.0.00 - Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	7.231.415,94
4.9.7.1.0.00 - Reversão de Provisões	0,00
4.9.7.1.1.00 - Reversão de Provisões - Consolidação	0,00
4.9.7.1.2.00 - Reversão de Provisões - Intra OFSS	0,00
4.9.7.1.3.00 - Reversão de Provisões - Inter OFSS - União	0,00
4.9.7.1.4.00 - Reversão de Provisões - Inter OFSS - Estados	0,00
4.9.7.1.5.00 - Reversão de Provisões - Inter OFSS - Municípios	0,00
4.9.7.2.0.00 - Reversão de Ajustes de Perdas	7.231.415,94
4.9.7.2.1.00 - Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	7.231.415,94
4.9.7.2.2.00 - Reversão de Ajustes de Perdas - Intra OFSS	0,00
4.9.7.2.3.00 - Reversão de Ajustes de Perdas - Inter OFSS - União	0,00
4.9.7.2.4.00 - Reversão de Ajustes de Perdas - Inter OFSS - Estado	0,00
4.9.7.2.5.00 - Reversão de Ajustes de Perdas - Inter OFSS - Município	0,00
4.9.9.0.0.00 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.195.192.392,57
4.9.9.1.0.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	81.919.136,44
4.9.9.1.2.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Intra OFSS	0,00
4.9.9.1.3.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	81.919.136,44
4.9.9.1.4.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Estado	0,00
4.9.9.1.5.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Município	0,00
4.9.9.2.0.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios	573.523,87
4.9.9.2.3.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - União	0,00
4.9.9.2.4.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Estado	0,00
4.9.9.2.5.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Município	573.523,87

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balanco Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores	
	31/12/2023	
4.9.9.3.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações		0,00
4.9.9.3.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Consolidação		0,00
4.9.9.3.2.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Intra OFSS		0,00
4.9.9.3.3.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Inter OFSS - União		0,00
4.9.9.3.4.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Inter OFSS - Estado		0,00
4.9.9.3.5.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Inter OFSS - Município		0,00
4.9.9.4.0.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos		288.854.214,11
4.9.9.4.1.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Consolidação		288.854.214,11
4.9.9.4.2.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Intra OFSS		0,00
4.9.9.4.3.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - União		0,00
4.9.9.4.4.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - Estado		0,00
4.9.9.4.5.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - Município		0,00
4.9.9.5.0.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		83.894.881,40
4.9.9.5.1.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Consolidação		83.894.881,40
4.9.9.5.2.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Intra OFSS		0,00
4.9.9.5.3.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Inter OFSS - União		0,00
4.9.9.5.4.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Inter OFSS - Estado		0,00
4.9.9.5.5.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Inter OFSS - Município		0,00
4.9.9.6.0.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		39.611.642,61
4.9.9.6.1.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Consolidação		39.611.642,61
4.9.9.6.2.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Intra OFSS		0,00
4.9.9.6.3.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - União		0,00
4.9.9.6.4.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - Estado		0,00
4.9.9.6.5.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - Município		0,00
4.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos		700.338.994,14
4.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação		700.338.994,14
4.9.9.9.2.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra OFSS		0,00
4.9.9.9.3.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - União		0,00
4.9.9.9.4.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - Estado		0,00
4.9.9.9.5.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - Município		0,00
Resultado Patrimonial do Período		-
Resultado Patrimonial do Período		-
Resultado Patrimonial do Período		1.041.642.372,44

DCA-Anexo I-HI | Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período

Notas Explicativas Variações Patrimoniais	Valores	
	31/12/2023	
Notas Explicativas Variações Patrimoniais	-	
Notas Explicativas	<p>1) - A partir da convergência dos demonstrativos contábeis às NICSP a Demonstração das Variações Patrimoniais mudou o foco de orçamentário para patrimonial considerando no cálculo do resultado patrimonial as Variações Quantitativas (modificações da composição patrimonial, com alteração do resultado patrimonial), e as Variações Qualitativas (modificações da composição patrimonial, sem alteração do resultado patrimonial) passaram a ser informadas como um complemento específico.</p> <p>2) - A conta 3.1.2.1.1.00.00 – (ENCARGOS PATRONAIS RPPS – CONSOLIDAÇÃO) não possui abertura neste anexo, portanto foi lançada na conta 3.1.2.1.2.00.00 (Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS).</p> <p>3) O presente relatório será publicado em 30/04/2024 no Jornal Notícias do Município e disponibilizado no endereço eletrônico: http://www.saobernardo.sp.gov.br/web/transparencia/relatorios-de-responsabilidade-fiscal</p>	

Ineditoriais
Fundação do ABC

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	163.890.777	108.048.801
Convênios e contratos a receber	7	136.667.699	99.851.151
Mensalidades a receber	8	20.305.278	17.617.123
Atividades acadêmicas a receber		706.247	537.898
Estoques	9	39.151.043	40.229.509
Outros créditos	10	9.194.442	2.896.928
		369.915.486	269.181.410
Não circulante			
Bloqueio judicial	11	31.441.936	33.115.393
Mensalidades a receber	8	6.652.884	6.652.884
Convênios e contratos a receber	7	5.251.977	5.251.977
Outros créditos	10	92.450	12.869
Imobilizado	12	169.833.994	103.110.839
		213.273.241	148.143.962
Total do ativo		583.188.727	417.325.372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**

Em reais

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	13	209.434.534	233.095.669
Obrigações fiscais	14	39.448.082	39.323.351
Obrigações sociais e trabalhistas	15	176.825.835	313.192.732
Provisões de férias	16	167.983.436	166.204.620
Obrigações acadêmicas		355.697	259.603
Contratos a pagar		431.036	503.876
Parcelamento de impostos		207.832	220.673
Outros passivos		30.917.723	27.023.276
		625.604.175	779.823.800
Não circulante			
Parcelamento de impostos		30.092	140.429
Fornecedores	13	10.005.418	2.757.155
Provisão para contingências	17	39.925.554	44.709.373
Receitas antecipadas		2.603.286	2.535.622
		52.564.350	50.142.579
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(293.954.487)	(447.328.649)
Ajuste de avaliação patrimonial		68.781.780	-
Superávits acumulados		130.192.909	34.687.642
		(94.979.798)	(412.641.007)
Total do passivo e patrimônio líquido		583.188.727	417.325.372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal		2.500.655.384	2.170.690.327
Contratos de gestão - Estadual		601.336.732	474.292.573
Convênios público - Municipal		264.988.846	436.033.389
Convênios público - Estadual		1.443.208	-
Parceria público - Municipal		31.793.077	9.193.889
Repasse Covid-19		1.972.536	35.826.686
Atividades acadêmicas		110.355.292	95.410.208
Subvenção municipal		36.751.000	36.124.300
Convênios de atendimentos médicos		84.146.663	52.000.364
Protocolo de pesquisas		9.763.130	9.882.929
Atendimentos particulares		-	1.684.381
Outras receitas		27.995.193	31.229.697
		<u>3.671.201.061</u>	<u>3.352.368.743</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(1.984.938.376)	(1.941.507.811)
Medicamentos e insumos hospitalares	21	(246.452.004)	(244.051.356)
Prestadores de serviços médicos	22	(770.754.973)	(654.231.348)
Prestadores de serviços de terceiros	23	(395.112.664)	(341.743.290)
Administrativas e gerais	24	(84.873.089)	(82.505.823)
Atividades acadêmicas		(32.666.057)	(32.061.385)
Contingências e despesas judiciais	25	(30.397.727)	(11.834.969)
Bens de terceiros	3(d)	(7.528.829)	(18.318.981)
		<u>(3.552.723.719)</u>	<u>(3.326.254.963)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>118.477.342</u>	<u>26.113.780</u>
Receitas financeiras	26	17.638.707	10.261.302
Despesas financeiras	26	(5.923.140)	(1.687.440)
		<u>11.715.567</u>	<u>8.573.862</u>
Superávit do exercício		<u>130.192.909</u>	<u>34.687.642</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Notas	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(378.753.650)	-	(61.079.421)	(439.833.071)
Ajuste do exercício anterior		(6.857.104)	-	-	(6.857.104)
Acervo líquido cindido		28.136.371	-	-	28.136.371
Acervo líquido incorporado		(28.136.371)	-	-	(28.136.371)
Amortização do imobilizado		(638.474)	-	-	(638.474)
Superávit do exercício		-	-	34.687.642	34.687.642
Incorporação ao patrimônio social		(61.079.421)	-	61.079.421	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		(447.328.649)	-	34.687.642	(412.641.007)
Ajuste do exercício anterior	18	118.686.520	-	-	118.686.520
Acervo líquido cindido	19	8.901.199	-	-	8.901.199
Acervo líquido incorporado	20	(8.901.199)	-	-	(8.901.199)
Ajuste de avaliação patrimonial	3 (d)	-	68.781.780	-	68.781.780
Superávit do exercício		-	-	130.192.909	130.192.909
Incorporação ao patrimônio social		34.687.642	-	(34.687.642)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(293.954.487)	68.781.780	130.192.909	(94.979.798)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	130.192.909	34.687.642
Ajustes do exercício anterior	118.686.520	(6.857.104)
Acervo líquido cindido	8.901.199	28.136.371
Acervo líquido incorporado	(8.901.199)	(28.136.371)
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	3.076.961	1.983.019
Provisões para demandas judiciais	(4.783.819)	(23.261.491)
Resultado na baixa do imobilizado	8.162	153.314
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(36.816.548)	53.408.514
Mensalidades a receber	(2.688.155)	(4.336.080)
Atividades acadêmicas a receber	(168.349)	18.284
Estoques	1.078.466	1.607.957
Outros créditos	(6.377.095)	8.114.762
Bloqueio judicial	1.673.457	3.184.483
Fornecedores	(16.412.872)	(27.337.950)
Obrigações fiscais	124.731	665.164
Obrigações sociais e trabalhistas	(136.366.897)	(1.629.561)
Provisões de férias	1.778.816	(8.155.709)
Obrigações acadêmicas	96.094	7.397
Parcelamento de impostos	(123.178)	(140.428)
Contratos a pagar	(72.840)	51.956
Receitas antecipadas	67.664	1.305.905
Outros passivos	3.894.447	4.772.935
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>56.868.474</u>	<u>38.243.009</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.026.498)	(4.675.690)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.026.498)</u>	<u>(4.675.690)</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>55.841.976</u>	<u>33.567.319</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	108.048.801	74.481.482
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>163.890.777</u>	<u>108.048.801</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>55.841.976</u>	<u>33.567.319</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. Em 2007 foi reconhecida como Entidade Benemérita pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo e São Caetano e, em 2009, pela Câmara de Santo André. A Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1969, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 1975. Primeira mantida da Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina do ABC abriga hoje nove cursos de graduação na área de Ciências da Saúde: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Gestão em Saúde Ambiental, Tecnologia em Gestão Hospitalar e Tecnologia em Radiologia. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final de 2017, a Faculdade de Medicina foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC. Com o passar dos anos, a Fundação do ABC começou a ser encarada como parceira estratégica das prefeituras do Grande ABC para a gestão e assistência em saúde. Com o braço de ensino da Faculdade de Medicina do ABC, hoje a Fundação do ABC está à frente de diversas unidades de saúde denominadas mantidas – modelo em que a gestão plena dos equipamentos está a cargo da FUABC, tanto na área administrativa como na clínica, sob diretrizes pré-estabelecidas pelo parceiro (Município ou Governo do Estado ou outro Ente Federativo). É mantenedora de 17 hospitais e 6 AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades), além da Faculdade de Medicina do ABC e de uma Central de Convênios, que atua por meio de contratos de gestão e convênios. Criada em 2007 para prestar serviços relacionados a necessidades específicas em saúde, a Central de Convênios é hoje a maior unidade da Fundação do ABC. Atua tanto na assistência à saúde da população quanto nas áreas administrativas e de serviços gerais de UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), UBSs (Unidades Básicas de Saúde), PID (Programa de Internação Domiciliar), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), PSF (Programa de Saúde da Família) e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), entre outros. Em 2014, a Fundação do ABC assumiu a gestão de dois equipamentos estaduais: o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP), na Capital e o Instituto de Infectologia Emilio Ribas II do Guarujá. Em 2015, incorporou três unidades em Guarulhos: Policlínica do Jardim Maria Dirce, Policlínica do Jardim Paraíso e UPA do Jardim São João Lavras. Em 2020 assumiu quatro unidades: Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos e Centro de Reabilitação Lucy Montoro.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

Em 2023 assumiu Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba, Hospital Geral de Carapicuíba, Rede de Atenção Básica de Santo André, Atenção Hospitalar de Santo André e Hospital São Mateus – Pronto Socorro.

Desta forma, as unidades sob gestão da Fundação do ABC são:

- Faculdade de Medicina do ABC
- Hospital Estadual Mário Covas de Santo André
- Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein de Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Mauá
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Praia Grande
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Itapevi
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Sorocaba
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santos
- Hospital Nardini e Complexo de Saúde de Mauá - COSAM
- Complexo de Saúde de São Bernardo de Campo
- Complexo Hospitalar de São Caetano do Sul (Hospital Márcia Braidó, Hospital Maria Braidó, Hospital de Emergências Albert Sabin, Hospital São Caetano, Hospital da Mulher e Complexo Municipal de Saúde)
- Complexo Hospitalar Irmã Dulce de Praia Grande
- Instituto de Infectologia Emílio Ribas II do Guarujá
- Hospital Estadual de Francisco Morato "Prof. Carlos da Silva Lacaz"
- Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP)
- Hospital Municipal Central de Osasco Antonio Giglio
- UPA Rodeio 24h – Mogi das Cruzes
- Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde – São Mateus
- UPA 24h Central – Santos
- Mogi das Cruzes II
- Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista
- Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema
- Rede de Atenção Básica de Santo André
- Atenção Hospitalar de Santo André
- Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba
- Hospital Geral de Carapicuíba
- Unidade de Apoio Administrativo (a Unidade de Apoio gerencia mais de 30 planos de trabalhos específicos, entre os quais UPAs de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Rio Grande da Serra, Mauá, Ribeirão Pires, Caieiras, Guarulhos, Interlagos, Assistência Social, Hospital São Mateus, Hospital Mogi das Cruzes, Rede de Estratégia de Saúde da Família de Itatiba, Santo André Dislexia, Projeto Conviver Bem, Hospital Mandaqui, Hospital de Guianases, Hospital Ferraz de Vasconcelos, Hospital Infantil Candido Fontoura, Hospital São Mateus, Hospital Ipiranga e Termo de Colaboração de São Bernardo de Campo,).

(ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde**

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) **PIS / PASEP**

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 531.963.485 e R\$ 520.324.093, respectivamente.

(vi) **Fontes de receita**

Os recursos da Fundação do ABC e suas filiais são provenientes dos instrumentos celebrados com entes públicos para o fomento, gerenciamento e execução de serviços de saúde nas unidades hospitalares. Na faculdade de medicina, a receita é proveniente das atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação, e dos convênios pelos atendimentos hospitalares e particulares prestados. Na mantenedora, a receita é oriunda da subvenção municipal respaldada pela lei municipal.

2 **Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 **Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos e convênios a receber, mensalidade a receber e atividades acadêmicas a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado

Itens do imobilizado adquiridos com os recursos próprios são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os terrenos e edificações foram registrados ao valor justo, conforme laudo emitido por empresa especializada. A contrapartida foi registrada no patrimônio líquido denominado de ajuste de avaliação patrimonial.

Bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

Impairment dos ativos

A administração julga que os itens registrados como ativo imobilizado não compõem, individualmente ou em grupos, de unidades geradoras de caixa, razão pelo qual não foi realizado o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme o Comunicado Técnico CPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

a. Redução valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo demandas judiciais. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

5 Normas, alterações e interpretações

As alterações emitidas às normas vigentes, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar estas alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações à IAS 1, CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*;
- Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”);

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Entidade.

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

6 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	18.918	23.189
Banco conta movimento	11.331.484	1.326.275
Aplicações financeiras	152.540.375	106.699.337
	163.890.777	108.048.801

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos e poupanças, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

7 Contratos e convênios a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão e dos convênios firmado com as prefeituras municipais e governo estadual pelo serviço de saúde prestado à população.

8 Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino na graduação e na pós-graduação.

9 Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Medicamentos	16.212.365	18.000.215
Material médico hospitalar	17.758.852	18.243.600
Gases industriais e medicinais	2.001	-
Dieta enteral e parenteral	222.875	29.992
Material de limpeza e higiene	678.081	679.399
Material de manutenção	2.730.749	1.910.827
Outros materiais	1.546.120	1.365.476
	39.151.043	40.229.509

10 Outros créditos

Refere-se aos saldos de adiantamentos de despesas e de reembolso de bloqueio judicial a receber.

11 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

12 Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Terrenos	95.060.676	67.307.710
Edifícios	89.265.774	47.820.860
Veículos	511.883	511.883
Móveis e utensílios	27.085.305	26.987.328

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

(Em reais)

Máquinas e equipamentos	8.764.264	8.721.542
Equipamentos hospitalares	36.841.481	36.729.775
Equipamentos de informática	8.499.318	8.000.395
Aparelhos e instrumentos	8.916.715	8.882.454
Linhas telefônicas	403.767	403.367
Software	2.342.473	2.338.492
Livros técnicos	64.311	64.312
Obras em andamento	-	416.100
(-) Depreciação acumulada	(107.921.973)	(105.073.379)
	169.833.994	103.110.839
13 Fornecedores		
Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.		
14 Obrigações fiscais		
Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	21.132.402	22.981.490
INSS retido de serviços a recolher	7.900.362	9.104.397
IRRF retido de serviços a recolher	9.474.561	6.316.174
ISS a recolher	940.757	921.290
	39.448.082	39.323.351
15 Obrigações sociais e trabalhistas		
Descrição	2023	2022
Salários a pagar	73.300.142	65.246.762
Rescisões a pagar	2.708.963	4.777.934
IRRF a recolher	39.443.504	171.971.843
FGTS a recolher	44.014.727	53.540.616
INSS sobre autônomos a recolher	10.333.307	9.627.695
Empréstimo consignado a pagar	5.690.571	5.588.524
Outros	1.334.621	2.439.358
	176.825.835	313.192.732
16 Provisões de férias		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

17 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhista	31.498.541	33.678.144
Cível	8.427.013	11.031.229
	<u>39.925.554</u>	<u>44.709.373</u>

18 Ajustes do exercício anterior

Com base nos pareceres jurídicos, a Administração efetuou baixas de impostos de renda sobre folha de pagamento, de fornecedores e de convênios a receber devido ao seu prazo decadencial e prescricional, e às baixas de recebíveis consideradas de difícil realização.

19 Acervo líquido cindido

Em decorrência do contrato encerrado das filiais de Santo André e de Itatiba da Unidade de Apoio Administrativo, os recursos financeiros e saldos de passivos foram transferidos para o novo Contrato de Gestão.

20 Acervo líquido incorporado

Referem-se aos recursos financeiros e saldos de passivos transferidos das filiais de Santo André e de Itatiba da Unidade de Apoio Administrativo, em decorrência da continuidade da operação do contrato de gestão.

21 Medicamentos e insumos hospitalares

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Medicamentos	93.670.841	93.305.712
Material médico hospitalar	102.144.553	104.567.287
Órtese e prótese	16.112.296	12.605.866
Material de laboratório	13.807.425	15.524.874
Gases industriais e medicinais	7.784.723	7.143.395
Dieta enteral e parenteral	4.244.069	3.593.344
Material de limpeza e higiene	4.029.177	4.348.656
Material de COVID-19	1.996	256.004
Outros materiais	4.656.924	2.706.218
	<u>246.452.004</u>	<u>244.051.356</u>

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

22	Prestadores de serviços médicos		
	Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
23	Prestadores de serviços de terceiros		
	Descrição	2023	2022
	Serviços de limpeza hospitalar	110.546.528	107.559.741
	Serviços de informática	22.630.810	16.933.639
	Serviços de vigilância	39.042.838	22.039.005
	Serviços de manutenção predial	56.243.102	43.130.313
	Serviços de refeitório	44.773.137	41.286.232
	Locação de veículos e equipamentos	16.117.573	14.401.599
	Serviços de lavanderia hospitalar	21.810.083	21.701.884
	Serviços de manutenção de equipamentos	17.122.293	16.666.862
	Serviços administrativos	26.908.920	20.622.757
	Serviços de motorista	15.824.373	14.327.975
	Serviços de logística	5.808.174	6.028.104
	Serviços de portaria	7.522.789	5.708.559
	Serviços de terceiros – Covid-19	-	7.245
	Outros serviços	10.762.044	11.329.375
		395.112.664	341.743.290
24	Administrativas e gerais		
	Descrição	2023	2022
	Gêneros alimentícios	18.357.921	17.919.828
	Material de conservação e reparo	6.888.719	8.296.612
	Material de consumo administrativo	11.955.237	10.108.001
	Utilidade pública (água, luz, telefone)	24.667.797	21.985.649
	Seguros patrimoniais	1.013.729	960.794
	Gastos com contratos encerrados	10.524.683	12.435.229
	Depreciação	3.076.961	1.981.689
	Outras despesas	8.388.042	8.818.021
		84.873.089	82.505.823
25	Contingências e despesas judiciais		
	Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.		
26	Resultado financeiro		
		2023	2022
	Receitas financeiras		
	Rendimento de aplicações financeiras	17.239.272	10.261.302
	Outras receitas financeiras	-	-
		17.239.272	10.261.302

Fundação do ABC – Consolidado – CNPJ 57.571.275/0001-00**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)**Despesas financeiras**

Tarifas e serviços bancários	(978.479)	(839.405)
Juros financeiros	(58)	(1.109)
Juros e multas de mora	(3.183.145)	(846.344)
Descontos concedidos	(1.761.458)	-
Outras despesas financeiras	-	(582)
	<u>(5.923.140)</u>	<u>(1.687.440)</u>

27 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC - Consolidado não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Consolidado

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Consolidado, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Consolidado, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, que emitimos o relatório de auditoria das demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, com ênfase, datada de 20 de abril de 2023, referente ao Acordo Judicial celebrado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de: (i) dispor os termos para manutenção dos serviços executados pela Fundação do ABC pelo prazo de 72 meses, a fim de possibilitar a continuidade dos serviços, bem como o pagamento da dívida apurada pela auditoria contábil da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; (ii) estabelecer as premissas, obrigações, condições de execução e plano operativo; (iii) estabelecer e garantir os valores a serem repassados pelo Município de Mauá à Fundação do ABC, necessários para a execução das atividades, mediante cronograma de desembolso; e (iv) estabelecer as premissas e garantir o pagamento da dívida do Município de Mauá apurada pela Auditoria, por meio do Plano de Pagamento da Dívida Apurada.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 23 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**

Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.668.061	3.168.053
Estoques	5	68.858	50.740
Outros créditos	6	46.086.833	45.621.645
		54.823.752	48.840.438
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	4.041.176	2.974.399
Convênios e contratos a receber		199.992	199.992
Outros créditos	6	3.120.582	3.120.582
Imobilizado	8	164.154.804	97.377.066
		171.516.554	103.672.039
Total do ativo		226.340.306	152.512.477

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**

Em reais

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		1.571.554	431.018
Obrigações fiscais	9	152.105	72.910
Obrigações sociais e trabalhistas	10	475.972	11.908.090
Provisões de férias	11	1.452.954	1.025.197
Parcelamento de impostos	12	207.832	220.673
Outros passivos	13	677.905	900.587
		4.538.322	14.558.475
Não circulante			
Parcelamento de impostos	12	30.092	140.429
Provisão para demandas judiciais	14	4.171.805	4.664.929
		4.201.897	4.805.358
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		141.324.801	127.242.650
Ajuste da avaliação patrimonial		68.781.780	-
Superávits (déficits) acumulados		7.493.506	5.905.994
		217.600.087	133.148.644
Total do passivo e patrimônio líquido		226.340.306	152.512.477

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Subvenção municipal	1 (vii)	36.751.000	36.124.300
Outras receitas		13.660.231	11.123.303
		<u>50.411.231</u>	<u>47.247.603</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(11.202.039)	(8.912.954)
Medicamentos e insumos hospitalares		(4.867)	(256.357)
Prestadores de serviços médicos		(32.529)	(22.333)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(17.071.971)	(14.628.438)
Administrativas e gerais	17	(15.246.131)	(18.316.213)
Atividades acadêmicas		(94.276)	(36.208)
Contingências e despesas judiciais		(221.420)	(277.591)
Bens de terceiros		(2.717)	-
		<u>(43.875.950)</u>	<u>(42.450.094)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>6.535.281</u>	<u>4.797.509</u>
Receitas financeiras	18	1.013.022	1.182.273
Despesas financeiras	18	(54.797)	(73.788)
		<u>958.225</u>	<u>1.108.485</u>
Superávit do exercício		<u><u>7.493.506</u></u>	<u><u>5.905.994</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Nota	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		125.734.488	-	(383.079)	125.351.409
Acervo líquido incorporado		1.887.723	-	-	1.887.723
Ajuste do exercício anterior		3.518	-	-	3.518
Superávit do exercício		-	-	5.905.994	5.905.994
Incorporação ao patrimônio social		(383.079)	-	383.079	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		127.242.650	-	5.905.994	133.148.644
Ajuste do exercício anterior	15	8.176.157	-	-	8.176.157
Ajuste de avaliação patrimonial		-	68.781.780	-	68.781.780
Superávit do exercício		-	-	7.493.506	7.493.506
Incorporação ao patrimônio social		5.905.994	-	(5.905.994)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		141.324.801	68.781.780	7.493.506	217.600.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficits) do exercício	7.493.506	5.905.994
Acervo líquido incorporado	-	1.887.723
Ajustes do exercício anterior	8.176.157	3.518
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Depreciação e amortização	2.207.092	1.983.019
Provisões para demandas judiciais	(493.124)	(619.800)
Resultado na baixa do imobilizado	8.162	153.314
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(18.118)	268.034
Outros créditos	(465.188)	(3.526.444)
Bloqueio judicial	(1.066.777)	(1.791.401)
Fornecedores	1.140.536	169.219
Obrigações fiscais	79.195	(10.522)
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.432.118)	78.659
Provisões de férias	427.757	(55.711)
Parcelamento de impostos	(123.178)	(140.428)
Outros passivos	(222.682)	(393.572)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>5.711.220</u>	<u>3.911.602</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(211.212)	(2.098.511)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(211.212)</u>	<u>(2.098.511)</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>5.500.008</u>	<u>1.813.091</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.168.053	1.354.962
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.668.061	3.168.053
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>5.500.008</u>	<u>1.813.091</u>

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 3.036.004 e R\$ 2.388.672, respectivamente.

(vi) **Mantenedora**

Caracterizada como pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social de Saúde e entidade filantrópica de assistência social, saúde e educação, a Fundação ABC foi criada em 1967 com intuito de viabilizar uma faculdade de medicina no Grande ABC. Foi instituída como fundação sem fins lucrativos pelos 3 municípios que encabeçam o ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). É declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André através do registro CMC nº 132.124-1 (PMSA). Em 2007 foi reconhecida como entidade Benemerita também pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(vii) **Subvenção**

Conforme a alínea "a" do artigo 5º da Lei nº 1546, de 6 de setembro de 1967, os três municípios (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) consignam mensalmente as subvenções obrigatórias à Fundação do ABC.

2 **Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 **Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

- (b) **Estoques**
Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.
- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Imobilizado**
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os terrenos e edificações foram registrados ao valor justo, conforme laudo emitido por empresa especializada. A contrapartida foi registrada no patrimônio líquido denominado de ajuste de avaliação patrimonial.
- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	1.000	7
Banco conta movimento	815	1.002
Aplicações financeiras	8.666.246	3.167.044
	8.668.061	3.168.053

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

5 Estoques		2023	2022
Descrição		2023	2022
Material médico hospitalar		19.251	21.080
Material de limpeza e higiene		9	9
Material de manutenção		44.015	26.037
Outros materiais		5.583	3.614
		68.858	50.740
6 Outros créditos			
Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.			
7 Bloqueio judicial			
Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.			
8 Imobilizado			
Descrição		2023	2022
Terrenos		95.060.676	67.307.710
Edifícios		89.265.774	47.820.860
Móveis e utensílios		1.332.949	1.324.782
Máquinas e equipamentos		265.545	319.244
Equipamentos de informática		740.968	597.323
Aparelhos e instrumentos		570.469	542.118
Software		219.630	219.630
Obras em andamento		-	416.100
(-) Depreciação acumulada		(23.301.207)	(21.170.701)
		164.154.804	97.377.066
9 Obrigações fiscais			
Descrição		2023	2022
PCC retido de serviços a recolher		30.051	16.949
INSS retido de serviços a recolher		76.400	48.263
IRRF retido de serviços a recolher		31.276	5.629
ISS a recolher		14.378	2.069
		152.105	72.910
10 Obrigações sociais e trabalhistas			
Descrição		2023	2022
IRRF a recolher		277.328	11.754.505
FGTS a recolher		110.529	86.832
INSS sobre autônomos a recolher		45.475	35.147
Empréstimo consignado a pagar		36.715	30.451
Outros		5.925	1.155
		475.972	11.908.090

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)**11 Provisões de férias**

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

12 Parcelamento de impostos

Em 26 de março de 2021, a Entidade aderiu ao programa de parcelamento simplificado da contribuição previdenciária, do período de janeiro a dezembro de 2005, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em 60 parcelas.

13 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

14 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2023	2022
Trabalhista	3.491.730	3.762.090
Cível	680.075	902.839
	4.171.805	4.664.929

15 Ajuste do exercício anterior

Com base nos pareceres jurídicos, a Administração efetuou baixas de impostos de renda sobre folha de pagamento, de fornecedores e de convênios a receber devido ao seu prazo decadencial e prescricional.

16 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	-	293.827
Serviços de informática	1.569.283	1.440.540
Serviços de manutenção predial	402.568	25.619
Locação de veículos e equipamentos	42.790	47.592
Serviços de manutenção de equipamentos	55.716	64.047
Serviços administrativos	12.893.446	9.858.256
Serviços de motorista	3.000	59.577
Serviços de portaria	758.378	-
Serviços de terceiros - COVID	-	7.244
Outros serviços	1.346.790	2.831.736
	17.071.971	14.628.438

Fundação do ABC – Mantenedora – CNPJ 57.571.275/0001-00**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

17 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	15.377	16.084
Material de conservação e reparo	64.111	84.066
Material de consumo administrativo	181.995	284.500
Utilidade pública (água, luz, telefone)	39.063	41.711
Gastos com contratos encerrados	10.524.683	12.435.229
Depreciação	2.207.092	1.981.689
Outras despesas	2.214.426	3.472.934
	15.246.747	18.316.213
18 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.013.022	1.182.273
	1.013.022	1.182.273
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(29.816)	(57.986)
Juros e multas de mora	(24.981)	(15.802)
	(54.797)	(73.788)

19 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC-Mantenedora não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Mantenedora

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mantenedora, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mantenedora, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do
ABC – CNPJ 57.571.275/0007-98**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.576.416	15.371.960
Convênios e contratos a receber	5	4.989.325	5.111.148
Mensalidades a receber	6	20.305.278	17.617.123
Atividades acadêmicas a receber		706.247	537.898
Estoques	7	1.308.346	1.199.488
Outros créditos	8	734.532	1.482.286
		46.620.144	41.319.903
Não circulante			
Bloqueio judicial	9	5.297.247	5.986.119
Mensalidades a receber	6	6.652.884	6.652.884
Outros créditos	8	92.450	12.869
Imobilizado	10	5.016.713	5.057.314
		17.059.294	17.709.186
Total do ativo		63.679.438	59.029.089

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC – CNPJ 57.571.275/0007-98

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	11	3.624.904	5.512.808
Obrigações fiscais	12	452.603	296.898
Obrigações sociais e trabalhistas	13	10.828.624	26.407.828
Provisões de férias	14	10.219.347	9.681.201
Obrigações acadêmicas		150.392	156.951
Outros passivos		643.919	714.444
		25.919.789	42.770.130
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	15	32.857	61.636
Receitas antecipadas		2.603.285	2.535.621
		2.636.142	2.597.257
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		34.522.454	15.249.456
Superávits (déficits) acumulados		601.053	(1.587.754)
		35.123.507	13.661.702
Total do passivo e patrimônio líquido		63.679.438	59.029.089

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2023	2022
Receitas operacionais			
Atividades acadêmicas		110.220.805	95.410.208
Convênios de atendimentos médicos		83.830.543	51.815.428
Protocolo de pesquisas		9.763.130	9.882.929
Atendimentos particulares		1.808.355	1.684.381
Outras receitas		9.104.062	7.392.060
		214.726.895	166.185.006
Despesas operacionais			
Com pessoal		(158.818.126)	(115.380.142)
Medicamentos e insumos hospitalares	17	(18.324.487)	(19.705.266)
Prestadores de serviços médicos	18	(4.655.171)	(4.356.067)
Prestadores de serviços de terceiros	19	(8.892.756)	(8.100.535)
Administrativas e gerais	20	(8.936.615)	(8.181.698)
Atividades acadêmicas		(14.090.409)	(13.482.604)
Contingências e despesas judiciais		(250.264)	(2.372)
		(213.967.828)	(169.208.684)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		759.067	(3.023.678)
Receitas financeiras	21	2.141.594	1.858.601
Despesas financeiras	21	(2.299.608)	(422.677)
		(158.014)	1.435.924
Superávit (déficit) do exercício		601.053	(1.587.754)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.489.067	15.262.786	17.751.853
Acervo líquido cindido		(1.887.723)	-	(1.887.723)
Amortização do imobilizado		(614.674)	-	(614.674)
Déficit do exercício		-	(1.587.754)	(1.587.754)
Incorporação ao patrimônio social		15.262.786	(15.262.786)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		15.249.456	(1.587.754)	13.661.702
Ajustes do exercício anterior	16	20.860.752	-	20.860.752
Déficit do exercício		-	601.053	601.053
Incorporação ao patrimônio social		(1.587.754)	1.587.754	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		34.522.454	601.053	35.123.507

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	601.053	(1.587.754)
Acervo líquido cindido	-	(1.887.723)
Ajustes do exercício anterior	20.860.752	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação	845.600	-
Provisão para demandas judiciais	(28.779)	(469.220)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	121.823	3.101.383
Mensalidades a receber	(2.688.155)	(4.336.080)
Atividades acadêmicas a receber	(168.349)	18.284
Estoques	(108.858)	494.871
Outros créditos	668.173	192.981
Bloqueio judicial	688.872	(2.011.670)
Fornecedores	(1.887.904)	2.090.407
Obrigações fiscais	155.705	110.376
Obrigações sociais e trabalhistas	(15.579.204)	(365.446)
Provisões de férias	538.146	1.332.933
Obrigações acadêmicas	(6.559)	4.658
Receitas antecipadas	67.664	1.305.904
Outros passivos	(70.525)	39.567
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>4.009.455</u>	<u>(1.966.529)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(804.999)	(2.559.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(804.999)</u>	<u>(2.559.171)</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>3.204.456</u>	<u>(4.525.700)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.371.960	19.897.660
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.576.416	15.371.960
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>3.204.456</u>	<u>(4.525.700)</u>

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC – CNPJ 57.571.275/0007-98

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC – CNPJ 57.571.275/0007-98

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 42.563.258 e R\$ 30.921.878, respectivamente.

(vi) **Faculdade de Medicina do ABC**

Com sede e foro na cidade de Santo André, a Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1.969 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 1.975. Mantida pela Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina abriga os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Gestão em Saúde Humana. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final do ano de 2017 foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC. Em 2020, o Centro Universitário Saúde ABC ganhou nova logomarca e passou a se chamar Centro Universitário FMABC.

O Centro Universitário FMABC mantém projetos de integração com o Poder Público da região do ABC Paulista, o que propicia amplo campo de atuação e estágio para seus alunos. Entre as unidades parceiras estão o Centro Hospitalar Municipal (CHM), Hospital Estadual Mário Covas e Centro de Saúde Escola do Parque Capuava, em Santo André; Hospital de Ensino Anchieta, Hospital Municipal Universitário (HMU) e Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), em São Bernardo do Campo; Hospital Marcia Braidó e Hospital Maria Braidó, em São Caetano do Sul; além do Ambulatório de Especialidades, que funciona no próprio campus universitário. Essa integração tem formalizado a vocação regional da faculdade e seu potencial em colaborar com o desenvolvimento de programas e projetos no campo da saúde e assistência médica do Grande ABC. Integram a relação de objetivos institucionais do Centro Universitário FMABC:

- Promover a pesquisa e estimular trabalhos que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos setores por ela abrangidos.
- Estender serviços à comunidade, sob as mais diferentes formas e em colaboração com instituições de caráter público e privado.
- Manter intercâmbio com instituições congêneres do país e do exterior, visando à atualização e o aperfeiçoamento da metodologia do ensino, da pesquisa e do conhecimento especializado.
- Oferecer programas de pós-graduação lato sensu, incluindo-se a Residência Médica, conforme demanda por recursos humanos especializados na região.
- Propiciar a formação de mestres e doutores em Ciências da Saúde.

2 **Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC – CNPJ 57.571.275/0007-98

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, convênio, contratos, mensalidades e atividades acadêmicas a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC –
CNPJ 57.571.275/0007-98****Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas**3.1 Descrição das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais).

(d) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(e) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

- (g) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (h) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a Provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (i) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	3.000	3.000
Banco conta movimento	1.255.057	541.913
Aplicações financeiras	17.318.359	14.827.047
	<u>18.576.416</u>	<u>15.371.960</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Convênios a receber

Refere-se ao valor a receber de exames clínicos e laboratoriais e serviços prestados a diversos hospitais.

6 Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino (graduação e pós-graduação).

7 Estoques

Compreende ao saldo do material médico hospitalar.

8 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, ao empréstimo concedido para a mantenedora.

9 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

10 Imobilizado		2023	2022
Descrição		2023	2022
Veículos		35.211	35.211
Móveis e utensílios		2.722.952	2.633.988
Máquinas e equipamentos		3.740.311	3.644.218
Equipamentos hospitalares		2.906.321	2.763.529
Equipamentos de informática		3.138.611	2.786.113
Aparelhos e instrumentos		2.457.987	2.448.688
Linhas telefônicas		46.357	46.357
Software		714.571	710.590
Livros técnicos		64.311	64.311
(-) Depreciação acumulada		(10.809.919)	(10.075.691)
		5.016.713	5.057.314
11 Fornecedores			
Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.			
12 Obrigações fiscais			
Descrição		2023	2022
PCC retido de serviços a recolher		240.385	175.684
INSS retido de serviços a recolher		29.006	45.038
IRRF retido de serviços a recolher		158.401	51.550
ISS a recolher		24.811	24.626
		452.603	296.898
13 Obrigações sociais e trabalhistas			
Descrição		2023	2022
Salários a pagar		5.115.541	19.554
Rescisões a pagar		17.553	4.610
IRRF a recolher		3.975.365	24.724.816
FGTS a recolher		861.922	832.822
INSS sobre autônomos a recolher		557.629	508.621
Empréstimo consignado a pagar		187.734	164.115
Outros		112.880	153.290
		10.828.624	26.407.828
14 Provisões de férias			
Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.			
15 Provisão para demandas judiciais			
A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas			

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2023	2022
Trabalhista	29.857	58.636
Cível	3.000	3.000
	32.857	61.636

16 Ajustes do exercício anterior

Com base nos pareceres jurídicos, a Administração efetuou baixas de impostos de fornecedores devido ao seu prazo decadencial e prescricional.

17 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2023	2022
Medicamentos	855.117	932.743
Material médico hospitalar	2.219.961	2.472.462
Material de laboratório	13.757.531	15.399.437
Gases industriais e medicinais	76.732	54.449
Material de limpeza e higiene	356.588	335.430
Outros materiais	1.058.558	510.745
	18.324.487	19.705.266

18 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

19 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	-	319.047
Serviços de informática	1.365.560	1.176.461
Serviços de manutenção predial	316.725	65.421
Serviços de refeitório	1.226.812	885.813
Locação de veículos e equipamentos	822.911	550.358
Serviços de lavanderia hospitalar	130.345	101.627
Serviços de manutenção de equipamentos	405.678	283.055
Serviços administrativos	1.326.530	1.396.955
Serviços de motorista	2.520.710	2.226.403
Outros serviços	777.485	1.095.395
	8.892.756	8.100.535

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

20	Administrativas e gerais		
	Descrição	2023	2022
	Gêneros alimentícios	53.037	20.167
	Material de conservação e reparo	1.290.979	1.636.094
	Material de consumo administrativo	1.072.656	1.253.823
	Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.071.869	2.116.249
	Seguros patrimoniais	489.743	412.695
	Depreciação	845.600	-
	Outras despesas	3.112.731	2.742.670
		8.936.615	8.181.698
		2023	2022
21	Resultado financeiro		
	Receitas financeiras		
	Rendimento de aplicações financeiras	1.744.085	1.858.600
	Outras receitas financeiras	397.512	-
		2.141.597	1.858.600
	Despesas financeiras		
	Descontos financeiros	(1.761.459)	-
	Tarifas e serviços bancários	(532.918)	(330.942)
	Juros e multas de mora	(5.231)	(91.732)
	Outras despesas financeiras	-	(2)
		(2.299.608)	(422.676)
22	Instrumentos financeiros		
	O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.		

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein –
CNPJ 57.571.275/0008-79**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.423.456	4.399
Convênios e contratos a receber	5	722.111	10.564.264
Estoques	6	-	520.133
Outros créditos		49.056	49.056
		2.194.623	11.137.852
Não circulante			
Bloqueio judicial		79.216	3.568
		79.216	3.568
Total do ativo		2.273.839	11.141.420
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	7	3.390.140	5.528.418
Obrigações fiscais	8	102.280	176.952
Obrigações sociais e trabalhistas		-	7.172.776
Provisões de férias		-	3.658.701
Outros passivos	9	2.708.950	2.543.990
		6.201.370	19.080.837
Não circulante			
Fornecedores	7	1.233.084	1.233.084
Provisão para demandas judiciais	10	-	3.219.595
		1.233.084	4.452.679
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(2.952.911)	(12.357.142)
Superávits (déficits) acumulados		(2.207.704)	(34.954)
		(5.160.615)	(12.392.096)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.273.839	11.141.420

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Municipal	1 (vi)	27.290.000	54.580.000
Outras receitas		65.215	46.672
		<u>27.355.215</u>	<u>54.626.672</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(19.139.604)	(38.037.613)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(1.624.466)	(2.744.381)
Prestadores de serviços médicos	14	(3.438.396)	(5.508.013)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(4.400.888)	(7.149.523)
Administrativas e gerais	16	(1.043.765)	(763.542)
Contingências e despesas judiciais		-	(405.155)
Bens de terceiros	3 (e)	(20.330)	(18.835)
		<u>(29.667.449)</u>	<u>(54.627.062)</u>
		<u>(2.312.234)</u>	<u>(390)</u>
Déficit antes do resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	127.333	1.910
Despesas financeiras	17	(22.803)	(36.474)
		<u>104.530</u>	<u>(34.564)</u>
		<u>(2.207.704)</u>	<u>(34.954)</u>
Déficit do exercício			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Notas	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(13.255.370)	990.936	(12.264.434)
Ajuste do exercício anterior		(92.708)	-	(92.708)
Déficit do exercício		-	(34.954)	(34.954)
Incorporação ao patrimônio social		990.936	(990.936)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		(12.357.142)	(34.954)	(12.392.096)
Ajuste do exercício anterior	11	4.164.171	-	4.164.171
Acervo líquido cindido	12	5.275.014	-	5.275.014
Déficit do exercício		-	(2.207.704)	(2.207.704)
Incorporação ao patrimônio social		(34.954)	34.954	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(2.952.911)	(2.207.704)	(5.160.615)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficits do exercício	(2.207.704)	(34.954)
Ajustes do exercício anterior	4.164.171	(92.708)
Acervo líquido cindido	5.275.014	-
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisão para demandas judiciais	(3.219.595)	(79.019)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	9.842.153	(469.264)
Estoques	520.133	256.880
Outros créditos	-	(49.056)
Bloqueio judicial	(75.648)	(3.568)
Fornecedores	(2.138.278)	235.116
Obrigações fiscais	(74.672)	7.008
Obrigações sociais e trabalhistas	(7.172.776)	(55.598)
Provisões de férias	(3.658.701)	(426.218)
Outros passivos	164.960	328.085
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>1.419.057</u>	<u>(383.296)</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.419.057</u>	<u>(383.296)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.399	387.695
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.423.456</u>	<u>4.399</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.419.057</u>	<u>(383.296)</u>

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein – CNPJ 57.571.275/0007-98

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein – CNPJ 57.571.275/0007-98

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

- (v) **Isenção Previdenciária Usufruída**
Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, os montantes de R\$ 5.129.414 e R\$ 10.194.080, respectivamente.
- (vi) **Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**
O Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein – OSS é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 22 de setembro de 2008, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0008-79, com sede na Rua América do Sul, nº 285, no bairro Parque Novo Oratório, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo. Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 522/2018 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, tem por objeto gerenciamento, operacionalização e execução das ações, caracterizado como um serviço hospitalar cuja vocação assistencial está concentrada na atenção à saúde da mulher e do recém-nascido ofertando assistência em média complexidade nas clínicas cirúrgica e obstetrícia, na assistência em alta complexidade em mastologia cirúrgica, nas unidades de terapia intensiva adulto e neonatal e leitos de gestação de alto risco, como também em atendimento em urgências/emergências, atendendo a demanda espontânea de pronto atendimento obstétrico e ginecológico. O prazo de vigência do Contrato é de cinco anos, a contar de 1 de janeiro de 2019.
- 2 Políticas contábeis materiais**
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.
- 2.1 Base de elaboração e apresentação**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.
- 2.2 Base de mensuração**
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.
- 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein – CNPJ 57.571.275/0007-98

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

- (b) **Contratos a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Estoques**
Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.
- (d) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (e) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (f) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (g) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (h) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Aplicações financeiras	1.423.456	4.399
	1.423.456	4.399

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos. Em janeiro de 2022, a Entidade celebrou acordos com os seus principais fornecedores para saldar a dívida em 34 parcelas iguais, mensais e sucessivas, após ter conseguido recurso junto a Prefeitura de Santo André.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	51.258	80.617
INSS retido de serviços a recolher	26.057	57.432
IRRF retido de serviços a recolher	15.245	23.210
ISS a recolher	9.720	15.693
	102.280	176.952

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Provisão para demandas judiciais

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para demandas judiciais em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

11 Ajustes do exercício anterior

Com base nos pareceres jurídicos, a Administração efetuou baixas de impostos de fornecedores devido ao seu prazo decadencial e prescricional.

12 Acervo líquido cindido

Os saldos de estoque, de provisões de férias e de provisões para demandas judiciais foram transferidos para o novo Contrato de Gestão nº 219/2023.

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

13 Medicamentos e insumos hospitalares		
Descrição	2023	2022
Medicamentos	489.181	954.450
Material médico hospitalar	773.387	1.156.570
Órtese e prótese	15.442	31.870
Material de laboratório	273	453
Gases industriais e medicinais	156.692	270.903
Dieta enteral e parenteral	73.081	115.423
Material de limpeza e higiene	103.266	173.236
Outros materiais	13.144	41.476
	1.624.466	2.744.381
14 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
15 Prestadores de serviços de terceiros		
Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	1.157.061	1.985.210
Serviços de informática	15.810	31.618
Serviços de vigilância	440.865	605.743
Serviços de refeitório	1.491.853	2.283.341
Serviços de lavanderia hospitalar	401.015	779.147
Serviços de manutenção de equipamentos	167.445	271.130
Serviços administrativos	175.401	319.368
Outros serviços	530.388	873.966
	4.379.838	7.149.523
16 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	16.818	50.802
Material de conservação e reparo	108.259	299.515
Material de consumo administrativo	83.905	130.644
Utilidade pública (água, luz, telefone)	828.202	164.413
Seguros patrimoniais	2.827	1.700

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein –
CNPJ 57.571.275/0007-98**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

Outras despesas	3.370	116.468
	<u>1.043.381</u>	<u>763.542</u>
17 Resultado financeiro		
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	127.333	1.910
	<u>127.333</u>	<u>1.910</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.717)	(4.427)
Juros e multas de mora	(19.086)	(32.047)
	<u>(22.803)</u>	<u>(36.474)</u>

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Hospital Bertioga – CNPJ 57.571.275/0011-74**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**

Em reais

Ativo	2023	2022
Não circulante		
Convênios e contratos a receber	5.051.985	5.051.985
	5.051.985	5.051.985
Total do ativo	5.051.985	5.051.985
Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Outros passivos	1.669.625	1.669.625
	1.669.625	1.669.625
Não circulante		
Fornecedores	561.945	561.945
Outros passivos	3.120.582	3.120.582
	3.682.527	3.682.527
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	-300.167	-300.167
	-300.167	-300.167
Total do passivo e patrimônio líquido	5.051.985	5.051.985

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital Bertioga – CNPJ 57.571.275/0011-74

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

Sem movimentação

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital Bertioga – CNPJ 57.571.275/0011-74**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(300.167)	-	(300.167)
Incorporação ao patrimônio social	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(300.167)	-	(300.167)
Incorporação ao patrimônio social	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(300.167)	-	(300.167)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficits) do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	-	(1.669.625)
Outros passivos	-	<u>1.669.625</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. O contrato foi encerrado em julho de 2014. Em 2022, a Mantenedora honrou o passivo provisionado junto aos fornecedores. Desta forma, os valores provisionados como “outros passivos” são com a Mantenedora e serão eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Hospital Bertioga

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Bertioga, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Bertioga, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ
57.571.275/0013-36**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.535.270	12.193
Convênios e contratos a receber	5	14.973.870	25.667.693
Estoques	6	1.681.324	1.856.355
Outros créditos	7	2.991.148	4.556.841
		21.181.612	32.093.082
Não circulante			
Bloqueio judicial	8	2.875.302	2.079.842
		2.875.302	2.079.842
Total do ativo		24.056.914	34.172.924
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	9	23.667.131	33.054.642
Obrigações fiscais	10	6.959.193	12.153.568
Obrigações sociais e trabalhistas	11	38.987.840	143.381.153
Provisões de férias	12	11.676.276	11.515.961
Outros passivos	13	25.785.051	21.072.814
		107.075.491	221.178.138
Não circulante			
Fornecedores	9	8.210.390	504.590
Provisão para demandas judiciais	14	12.289.458	17.408.863
		20.499.848	17.913.453
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(106.471.833)	(209.311.123)
Superávits acumulados		2.953.408	4.392.456
		(103.518.425)	(204.918.667)
Total do passivo e patrimônio líquido		24.056.914	34.172.924

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ
57.571.275/0013-36**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	225.000.609	211.337.938
Outras receitas		597.213	152.174
		<u>225.597.822</u>	<u>211.490.112</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(123.469.650)	(125.068.310)
Medicamentos e insumos hospitalares	16	(12.076.566)	(13.275.380)
Prestadores de serviços médicos	17	(57.446.562)	(52.461.916)
Prestadores de serviços de terceiros	18	(11.550.281)	(10.475.908)
Administrativas e gerais	19	(6.398.226)	(4.609.746)
Para demandas judiciais e despesas judiciais	20	(9.027.667)	(1.069.992)
Bens de terceiros	3 (e)	(66.801)	(23.935)
		<u>(220.035.753)</u>	<u>(206.985.187)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>5.562.069</u>	<u>4.504.925</u>
Receitas financeiras	21	455.541	719
Despesas financeiras	21	(3.064.202)	(113.188)
		<u>(2.608.661)</u>	<u>(112.469)</u>
Superávit do exercício		<u>2.953.408</u>	<u>4.392.456</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ
57.571.275/0013-36**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávit (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(207.780.353)	(1.771.921)	(209.552.274)
Ajuste do exercício anterior		241.151	-	241.151
Déficit do exercício		-	4.392.456	4.392.456
Incorporação ao patrimônio social		<u>(1.771.921)</u>	<u>1.771.921</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>(209.311.123)</u>	<u>4.392.456</u>	<u>(204.918.667)</u>
Ajuste do exercício anterior	15	98.446.834	-	98.446.834
Superávit do exercício		-	2.953.408	2.953.408
Incorporação ao patrimônio social		<u>4.392.456</u>	<u>(4.392.456)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u><u>(106.471.833)</u></u>	<u><u>2.953.408</u></u>	<u><u>(103.518.425)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ
57.571.275/0013-36**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.953.408	4.392.456
Ajustes do exercício anterior	98.446.834	241.151
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(5.119.405)	(5.819.393)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	10.693.823	(115.020)
Estoques	175.031	(9.221)
Outros créditos	1.565.693	(1.790.269)
Bloqueio judicial	(795.460)	(134.264)
Fornecedores	(1.681.711)	1.072.367
Obrigações fiscais	(5.194.375)	1.425.186
Obrigações sociais e trabalhistas	(104.393.313)	301.170
Provisões de férias	160.315	(575.802)
Outros passivos	4.712.237	1.022.088
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.523.077</u>	<u>10.449</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.523.077</u>	<u>10.449</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.193	1.744
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.535.270</u>	<u>12.193</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.523.077</u>	<u>10.449</u>

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ 57.571.275/0013-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ 57.571.275/0013-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 33.089.866 e R\$ 33.518.307, respectivamente.

(vi) **Complexo de Saúde de Mauá - COSAM**

O Complexo de Saúde de Mauá - COSAM é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0013-36, com sede na Rua Regente Feijó, nº 166, no bairro Vila Bocaina, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo. Em 27 de fevereiro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 01/2015 – Processo nº 8020/14 entre a Prefeitura do Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução das atividades de prestação de serviço de saúde e ensino em saúde sob gestão municipal, em caráter complementar e integrado a Secretaria de Saúde de Mauá, a partir dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e das estratégias de gestão. Os serviços prestados são desenvolvidos de acordo com as diretrizes constitucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde, sendo atendimentos realizados à população obrigatoriamente gratuitos, em caráter 100% público. O prazo de vigência do contrato é de doze meses, a iniciar em 1 de março de 2015, podendo ser prorrogado até o alcance de seu prazo maior, limitado a 60 meses. A gestão do Complexo de Saúde de Mauá (COSAM) feita via Organização Social de Saúde possibilita maior facilidade administrativa e maior agilidade em muitas ações consideradas burocráticas quando geridas diretamente pelo poder público. A partir do COSAM, a Fundação passou a responder pela gestão clínica e administrativa do Nardini, das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do município. Também fazem parte do contrato de gestão o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas, Centro de Atenção Psicossocial Adulto III Primavera, CAPS Infante-juvenil, Centro de Especialidades Médicas de Mauá (CEMMA), Centro Especializado em Reabilitação (CER-IV), Centro de Referência em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (CRSMCA), Centro de Referência em Saúde – HIV/DST, República Terapêutica Infante-juvenil, Residência Terapêutica I e II, Consultório de Rua, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Reabilitação Dr. Jaime Souza, Complexo Municipal de Regulação e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Em 7 de abril de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo ao Plano Operacional ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objeto de adotar as providências legais para a locação de imóvel comercial destinado ao abrigamento do CAPS Adulto, em prol do município de Mauá-SP, pela vigência de 36 meses. Em 25 de agosto de 2022 foi celebrado o Aditamento ao Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objeto de prorrogar o período da sua vigência por mais 24 meses.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ 57.571.275/0013-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ 57.571.275/0013-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ
57.571.275/0013-36**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo para demandas judiciais. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	1.032	983
Banco conta movimento	300	-
Aplicações financeiras	1.533.938	11.210
	1.535.270	12.193

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Mauá.

6 Estoques

Descrição	2023	2022
Medicamentos	675.201	938.427
Material médico hospitalar	803.221	675.078
Material de limpeza e higiene	67.759	55.695
Material de manutenção	129.208	187.155
Outros materiais	5.935	-
	1.681.324	1.856.355

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ
57.571.275/0013-36**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

7	Outros créditos Refere-se, substancialmente, aos recursos transferidos para outras filiais em decorrência do reembolso do bloqueio judicial ocorrido em suas contas bancárias.		
8	Bloqueio judicial Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.		
9	Fornecedores Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.		
10	Obrigações fiscais		
	Descrição	2023	2022
	PCC retido de serviços a recolher	5.145.905	7.892.662
	INSS retido de serviços a recolher	115.526	1.643.634
	IRRF retido de serviços a recolher	1.678.829	2.425.646
	ISS a recolher	18.933	191.626
		6.959.193	12.153.568
11	Obrigações sociais e trabalhistas		
	Descrição	2023	2022
	Salários a pagar	5.223.856	5.255.988
	Rescisões a pagar	-	525.933
	IRRF a recolher	14.179.556	107.892.686
	FGTS a recolher	18.382.476	28.353.295
	INSS sobre autônomos a recolher	660.550	526.453
	Empréstimo consignado a pagar	364.094	353.277
	Outros	177.308	172.351
		38.987.840	143.079.983
12	Provisões de férias Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
13	Outros passivos Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e TAC.		
14	Provisão para demandas judiciais A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:		

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ
57.571.275/0013-36**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

Descrição	2023	2022
Trabalhista	8.409.845	12.029.090
Cível	3.879.613	5.379.773
	12.289.458	17.408.863
15 Ajustes do exercício anterior		
Com base nos pareceres jurídicos, a Administração efetuou baixas de impostos de renda sobre folha de pagamento, de fornecedores e de convênios a receber devido ao seu prazo decadencial e prescricional.		
16 Medicamentos e insumos hospitalares		
Descrição	2023	2022
Medicamentos	5.425.043	5.991.610
Material médico hospitalar	4.376.061	5.378.061
Órtese e prótese	575.646	573.848
Gases industriais e medicinais	523.927	562.495
Dieta enteral e parenteral	788.776	521.534
Material de limpeza e higiene	219.946	242.825
Outros materiais	167.167	5.007
	12.076.566	13.275.380
17 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
18 Prestadores de serviços de terceiros		
Descrição	2023	2022
Serviços de informática	700.742	721.155
Serviços de manutenção predial	272.596	-
Serviços de refeitório	6.538.694	6.557.639
Locação de veículos e equipamentos	824.156	817.804
Serviços de lavanderia hospitalar	698.245	808.576
Serviços de manutenção de equipamentos	101.653	68.865
Serviços administrativos	2.379.430	1.467.225
Serviços de motorista	9.520	11.001
Outros serviços	25.245	23.643
	11.550.281	10.475.908

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá – COSAM – CNPJ
57.571.275/0013-36**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

19	Administrativas e gerais		
	Descrição	2023	2022
	Gêneros alimentícios	148.620	84.159
	Material de conservação e reparo	311.148	241.412
	Material de consumo administrativo	316.050	240.169
	Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.539.696	3.617.997
	Seguros patrimoniais	-	49.000
	Outras despesas	2.082.712	377.009
		<u>6.398.226</u>	<u>4.609.746</u>
20	Contingências e despesas judiciais		
	Compreende basicamente a constituição do saldo da provisão para contingência trabalhista e cível, conforme o relatório do departamento jurídico que patrocina tais processos.		
21	Resultado financeiro		
		2023	2022
	Receitas financeiras		
	Rendimento de aplicações financeiras	455.541	1.627
		<u>455.541</u>	<u>1.687</u>
	Despesas financeiras		
	Tarifas e serviços bancários	(33.531)	(23.111)
	Juros financeiros	(58)	(11)
	Juros e multas de mora	(3.030.613)	(934.053)
		<u>(3.064.202)</u>	<u>(957.175)</u>
22	Instrumentos financeiros		
	O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo de Saúde de Mauá - COSAM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.		

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, que emitimos o relatório de auditoria das demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, com ênfase, datada de 20 de abril de 2023, referente ao Acordo Judicial celebrado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de: (i) dispor os termos para manutenção dos serviços executados pela Fundação do ABC pelo prazo de 72 meses, a fim de possibilitar a continuidade dos serviços, bem como o pagamento da dívida apurada pela auditoria contábil da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; (ii) estabelecer as premissas, obrigações, condições de execução e plano operativo; (iii) estabelecer e garantir os valores a serem repassados pelo Município de Mauá à Fundação do ABC, necessários para a execução das atividades, mediante cronograma de desembolso; e (iv) estabelecer as premissas e garantir o pagamento da dívida do Município de Mauá apurada pela Auditoria, por meio do Plano de Pagamento da Dívida Apurada.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0014-17

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.818	70.111
Convênios e contratos a receber	5	11.603.525	8.532.205
Estoques	6	3.891.610	4.440.994
Outros créditos		3.751	553
		15.605.704	13.043.863
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	163.079	487.395
		163.079	487.395
Total do ativo		15.768.783	13.531.257
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	8	25.729.784	25.689.817
Obrigações fiscais	9	4.401.298	2.828.339
Obrigações sociais e trabalhistas	10	13.092.975	12.402.964
Provisões de férias	11	15.680.703	14.698.894
Outros passivos		451.420	731.722
		59.356.180	56.351.736
Não circulante			
Fornecedores	8	-	457.537
Provisão para demandas judiciais	12	2.699.505	2.414.530
		2.699.505	2.872.067
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(45.692.545)	(38.213.386)
Déficits acumulados		(594.357)	(7.479.159)
		(46.286.902)	(45.692.545)
Total do passivo e patrimônio líquido		15.768.783	13.531.257

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
– CNPJ 57.571.275/0014-17

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios públicos - Municipal	1 (vi)	391.109.394	360.515.735
Outras receitas		3.281.000	-
		<u>394.390.394</u>	<u>360.515.735</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(172.788.656)	(171.354.979)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(35.901.991)	(37.161.636)
Prestadores de serviços médicos	14	(122.456.781)	(108.940.035)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(53.352.555)	(39.373.484)
Administrativas e gerais	16	(8.733.966)	(9.327.878)
Atividades acadêmicas		(406.503)	(473.431)
Contingências e despesas judiciais	17	(928.629)	(58.911)
Bens de terceiros	3 (e)	(640.265)	(1.269.260)
		<u>(395.209.346)</u>	<u>(367.959.614)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(818.952)</u>	<u>(7.443.879)</u>
Receitas financeiras	18	321.244	195.874
Despesas financeiras	18	(96.649)	(231.154)
		<u>224.595</u>	<u>(35.280)</u>
Déficit do exercício		<u><u>(594.357)</u></u>	<u><u>(7.479.159)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
– CNPJ 57.571.275/0014-17

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(43.769.658)	3.654.653	(40.115.005)
Ajuste do exercício anterior	1.901.619	-	1.901.619
Déficit do exercício	-	(7.479.159)	(7.479.159)
Incorporação ao patrimônio social	3.654.653	(3.654.653)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(38.213.386)	(7.479.159)	(45.692.545)
Déficit do exercício	-	(594.357)	(594.357)
Incorporação ao patrimônio social	(7.479.159)	7.479.159	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(45.692.545)	(594.357)	(46.286.902)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
– CNPJ 57.571.275/0014-17

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(594.357)	(7.479.159)
Ajuste do exercício anterior	-	1.901.619
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	284.975	(1.122.045)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(3.071.320)	7.074.950
Estoques	549.384	1.160.289
Outros créditos	(3.198)	21.293
Bloqueio judicial	324.316	(487.395)
Fornecedores	(417.570)	2.252.750
Obrigações fiscais	1.572.959	(21.313)
Obrigações sociais e trabalhistas	690.011	(3.101.564)
Provisões de férias	981.809	(748.228)
Outros passivos	(280.302)	552.076
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>36.707</u>	<u>3.273</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>36.707</u></u>	<u><u>3.273</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70.111	66.838
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>106.818</u>	<u>70.111</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>36.707</u></u>	<u><u>3.273</u></u>

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0014-17

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0014-17

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 46.307.360 e R\$ 45.923.134, respectivamente.

(vi) **Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul**

O Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0014-17, com sede na Rua do Níquel, nº 251, no bairro Prosperidade, na cidade de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo. Em 2 de maio de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 88/2019 – Processo nº 11332/2017 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tem por objeto a conjunção de esforços, considerados os objetivos comuns, visando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde no âmbito da Rede Hospitalar e Ambulatorial de São Caetano do Sul, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e as diretrizes da SESAUD. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de sessenta meses, contados a partir da data da assinatura. Em 28 de dezembro de 2022 foi celebrado o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 088/2019 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e a Fundação do ABC, tem por objeto incluir no Contrato de Gestão a execução do plano diretor e projeto de investimentos do Complexo Hospitalar de Clínicas, visando a implantação de leitos cardiológicos de terapia intensiva e intermediária, bem como atualizar o Plano de Trabalho com a incorporação da Unidade Básica de Saúde Animal, CISE Fundação e Atende Fácil Saúde, conforme especificado nos anexos técnicos. Em 27 de dezembro de 2023 foi celebrado o 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 88/2019 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e a Fundação do ABC. As partes decidem incluir no Contrato de Gestão a execução das reformas de adequação e ampliação do Hospital de Emergências Albert Sabin e UPA, e revitalização da UBS Ângelo Antunes Zambon, UBS da Vila Gerty, ampliação do Centro de Oncologia e Supercentro da Saúde, conforme especificado nos anexos técnicos, Planos de Trabalho e Termo de Referência que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0014-17

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0014-17

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a

**Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
– CNPJ 57.571.275/0014-17**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

- (h) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	60	574
Aplicações financeiras	106.758	69.537
	<u>106.818</u>	<u>70.111</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por meio do Contrato de Gestão n° 88/2019 e seus aditivos.

6 Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Medicamentos	2.133.180	2.366.172
Material médico hospitalar	1.758.430	2.074.822
	<u>3.891.610</u>	<u>4.440.994</u>

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

9 Obrigações fiscais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PCC retido de serviços a recolher	1.896.193	1.240.126
INSS retido de serviços a recolher	1.251.283	1.102.651
IRRF retido de serviços a recolher	1.087.475	363.884

**Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
– CNPJ 57.571.275/0014-17**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

ISS a recolher	166.347	121.678
	<u>4.401.298</u>	<u>2.828.339</u>
10 Obrigações sociais e trabalhistas		
Descrição	2023	2022
Salários a pagar	7.758.422	7.229.559
Rescisões a pagar	138.298	23.586
IRRF a recolher	2.128.667	1.964.843
FGTS a recolher	1.412.643	1.236.350
INSS sobre autônomos a recolher	973.781	840.385
Empréstimo consignado a pagar	556.215	555.682
Outros	124.949	552.559
	<u>13.092.975</u>	<u>12.402.964</u>
11 Provisões de férias		
Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
12 Provisão para demandas judiciais		
A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:		
Descrição	2023	2022
Trabalhista	2.673.341	2.393.580
Cível	26.164	20.950
	<u>2.699.505</u>	<u>2.414.530</u>
13 Medicamentos e insumos hospitalares		
Descrição	2023	2022
Medicamentos	18.867.622	20.382.864
Material médico hospitalar	15.100.569	14.905.441
Gases industriais e medicinais	476.115	609.563
Dieta enteral e parenteral	1.435.787	1.261.240

**Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
– CNPJ 57.571.275/0014-17**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

Material de limpeza e higiene	29	5
Outros materiais	21.869	2.523
	35.901.991	37.161.636
14 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
15 Prestadores de serviços de terceiros		
Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	15.330.070	14.321.768
Serviços de informática	119.364	104.595
Serviços de vigilância	7.457.338	4.716.421
Serviços de manutenção predial	14.443.524	6.827.820
Locação de veículos e equipamentos	1.711.361	696.708
Serviços de lavanderia hospitalar	3.401.052	2.926.861
Serviços de manutenção de equipamentos	4.048.784	4.680.695
Serviços administrativos	2.657.301	1.697.717
Serviços de motorista	470	1.385
Outros serviços	4.183.291	3.399.514
	53.352.555	39.373.484
16 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	7.699.428	8.192.468
Material de conservação e reparo	122.891	242.337
Material de consumo administrativo	762.259	650.224
Utilidade pública (água, luz, telefone)	106.114	62.641
Seguros patrimoniais	3.724	366
Outras despesas	39.550	179.842
	8.733.966	9.327.878
17 Contingências e despesas judiciais		
Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.		
18 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	321.244	195.874
	321.244	195.874

**Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
– CNPJ 57.571.275/0014-17**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

Despesas financeiras

Tarifas e serviços bancários	(32.625)	(16.431)
Juros e multas de mora	(64.024)	(214.723)
	<u>(96.649)</u>	<u>(231.154)</u>

19 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Caetano do Sul, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Hospital Municipal Central de Osasco – CNPJ
57.571.275/0021-46**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Convênios e contratos a receber	23.207.075	23.207.075
	<u>23.207.075</u>	<u>23.207.075</u>
Total do ativo	<u><u>23.207.075</u></u>	<u><u>23.207.075</u></u>
Passivo e patrimônio líquido	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Fornecedores	6.425.721	6.425.721
Obrigações fiscais	453.045	453.045
Obrigações sociais e trabalhistas	3.653.618	3.653.618
Outros passivos	19.702.428	19.702.428
	<u>30.234.812</u>	<u>30.234.812</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	(7.027.737)	(6.479.191)
Déficits acumulados	-	(548.546)
	<u>(7.027.737)</u>	<u>(7.027.737)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>23.207.075</u></u>	<u><u>23.207.075</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital Municipal Central de Osasco – CNPJ
57.571.275/0021-46**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais		
Outras receitas	-	4.491
	<u>-</u>	<u>4.491</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal	-	(44.577)
Administrativas e gerais	-	(122.592)
Contingências e despesas judiciais	-	(35.594)
	<u>-</u>	<u>(202.763)</u>
Déficits antes do resultado financeiro	<u>-</u>	<u>(198.272)</u>
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	-	(350.274)
	<u>-</u>	<u>(350.274)</u>
Déficits do exercício	<u>-</u>	<u>(548.546)</u>
		4.491

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital Municipal Central de Osasco – CNPJ
57.571.275/0021-46**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(6.479.191)	-	(6.479.191)
Déficits do exercício	-	(548.546)	(548.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(6.479.191)	(548.546)	(7.027.737)
Incorporação ao patrimônio social	(548.546)	548.546	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(7.027.737)	-	(7.027.737)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital Municipal Central de Osasco – CNPJ
57.571.275/0021-46**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	-	(548.546)
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	-	(1.972.962)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(3.433.185)
Outros passivos	-	5.954.693
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

**Fundação do ABC – Hospital Municipal Central de Osasco – CNPJ
57.571.275/0021-46**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. O contrato foi encerrado em julho de 2017.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Hospital Municipal Central de Osasco

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Municipal Central de Osasco, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Municipal Central de Osasco, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.520.954	8.584.555
Estoques	5	465.242	539.834
Outros créditos		46.913	46.913
		22.033.109	9.171.302
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	3.484.120	4.916.315
		3.484.120	4.916.315
Total do ativo		25.517.229	14.087.617
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	7	4.004.005	3.526.513
Obrigações fiscais	8	405.489	356.983
Obrigações sociais e trabalhistas	9	7.328.149	6.392.403
Provisões de férias	10	16.217.816	17.058.386
Outros passivos		817.506	688.799
		28.772.965	28.023.084
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	11	768.930	637.326
		768.930	637.326
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(14.572.793)	(12.449.888)
Superávits (déficits) acumulados		10.548.127	(2.122.905)
		(4.024.666)	(14.572.793)
Total do passivo e patrimônio líquido		25.517.229	14.087.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios públicos - Municipal	1 (vi)	270.534.264	236.776.778
Outras receitas		127	7.038
		<u>270.534.391</u>	<u>236.783.816</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(207.110.160)	(188.035.229)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(2.741.677)	(3.050.243)
Prestadores de serviços médicos	13	(22.427.300)	(23.805.882)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(24.447.248)	(20.575.727)
Administrativas e gerais	15	(5.363.670)	(2.983.805)
Atividades acadêmicas		(14.295)	(466)
Contingências e despesas judiciais		(124.888)	(68.957)
Bens de terceiros	3 (e)	(245.027)	(1.424.028)
		<u>(262.474.265)</u>	<u>(239.944.337)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>8.060.126</u>	<u>(3.160.521)</u>
Receitas financeiras	16	2.517.976	1.107.995
Despesas financeiras	16	(29.975)	(70.379)
		<u>2.488.001</u>	<u>1.037.616</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>10.548.127</u></u>	<u><u>(2.122.905)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(4.330.909)	(8.118.979)	(12.449.888)
Déficit do exercício	-	(2.122.905)	(2.122.905)
Incorporação ao patrimônio social	<u>(8.118.979)</u>	<u>8.118.979</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(12.449.888)</u>	<u>(2.122.905)</u>	<u>(14.572.793)</u>
Superávit do exercício	-	10.548.127	10.548.127
Incorporação ao patrimônio social	<u>(2.122.905)</u>	<u>2.122.905</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>(14.572.793)</u></u>	<u><u>10.548.127</u></u>	<u><u>(4.024.666)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	10.548.127	(2.122.905)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	131.604	(590.463)
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	74.592	(52.122)
Outros créditos	-	(17.765)
Bloqueio judicial	1.432.195	2.792.910
Fornecedores	477.492	(356.407)
Obrigações fiscais	48.506	105.276
Obrigações sociais e trabalhistas	935.746	1.545.128
Provisões de férias	(840.570)	3.540.413
Outros passivos	128.707	659.581
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>12.936.399</u>	<u>5.503.646</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>12.936.399</u>	<u>5.503.646</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.584.555	3.080.909
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>21.520.954</u>	<u>8.584.555</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>12.936.399</u>	<u>5.503.646</u>

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 73.485.136 e R\$ 50.393.441, respectivamente.

(vi) Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

A Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0023-08, com sede na Rua Bandeira de Aracambi, nº 704, no bairro Jardim Rodolfo Pirani, na cidade São Paulo, no estado de São Paulo. Em 13 de agosto de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 009/2014-SMSNTCSS – Processo nº 2014-0.337.134-9 entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, tem por objetivo o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus. O Contrato de Gestão contempla outros serviços e ações, como o primeiro CENALAC (Centro de Coleta de Leite Humano) vinculado a uma unidade de saúde – ação inovadora dentro do município de São Paulo. A iniciativa garante que o estoque do banco de leite permaneça constantemente abastecido, permitindo a nutrição dos recém-nascidos prematuros e com patologias graves até o maior ganho de peso. Outros destaques são a atenção psicossocial reforçada através de 3 polos e 6 minipolos de saúde mental nas unidades; utilização de práticas integrativas e complementares em todas as unidades, ofertando diversos tratamentos e atividades para a população; e o PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis), que proporciona a interface dos equipamentos de saúde com o meio ambiente, contribuindo para um olhar mais ampliado do território. A Atenção Básica fortalecida em parte do território com as equipes da Estratégia de Saúde da Família e os Núcleos de Atenção à Saúde da Família têm produzido cuidado e vínculos com a comunidade. A Atenção Especializada do Hospital Dia da Rede Hora Certa reforça a rede de atenção na região. O acesso a serviços específicos como o PAI (Programa de Acompanhante de Idosos), CER (Centro Especializado em Reabilitação) e EMAD (Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar) completam o trabalho em rede desenvolvido na região. Por meio desses serviços, pacientes acamados ou portadores de doenças específicas têm acesso ao SUS no atendimento de suas necessidades. No exercício de 2023 foram celebrados diversos Termos Aditivos do Contrato de Gestão nº R009/2015 entre a Coordenadoria Regional de Saúde Leste da Prefeitura Municipal de São Paulo e a Fundação do ABC, dentre os quais destacamos: o Termo Aditivo nº 104/2023, de 21 de março de 2023, referente ao repasse de 1 de fevereiro de 2023 a 28 de fevereiro de 2023 no montante de R\$ 21.268.206 para custeio; o Termo Aditivo nº 112/2023, de 29 de maio de 2023, referente ao repasse de 1 de maio de 2023 a 31 de julho de 2023, no montante de R\$ 85.701.530 para custeio; e o Termo Aditivo nº 129/2023, de 22 de julho de 2023, referente ao repasse de 01 de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 90.907.660 para custeio.

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) **Caixa e equivalentes em caixa**

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) **Contratos a receber**

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) **Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) **Ativo circulante**

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) **Imobilizado e bens de terceiros**

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (f) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (g) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (h) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	-	10
Banco conta movimento	366.616	168
Aplicações financeiras	21.154.338	8.584.377
	21.520.954	8.584.555

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

Estoques

Descrição	2023	2022
Medicamentos	234.186	306.641
Material médico hospitalar	181.301	200.035
Material de limpeza e higiene	621	552
Material de manutenção	49.134	32.606
	465.242	539.834

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

7 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	116.230	135.790
INSS retido de serviços a recolher	170.554	169.737
IRRF retido de serviços a recolher	97.958	34.093
ISS a recolher	20.747	17.363
	405.489	356.983

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Rescisões a pagar	46.097	11.538
IRRF a recolher	3.669.039	2.892.011
FGTS a recolher	1.775.212	1.475.584
INSS sobre autônomos a recolher	961.963	833.735
Empréstimo consignado a pagar	731.548	614.014
Outros	144.290	565.521
	7.328.149	6.392.403

9 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2023	2022
Trabalhista	600.092	471.980
Cível	168.838	165.346
	768.930	637.326

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2023	2022
Medicamentos	1.197.147	1.293.944
Material médico hospitalar	863.967	1.008.129
Material de laboratório	-	1.170
Gases industriais e medicinais	42.298	55.698
Dieta enteral e parenteral	228.279	220.789
Material de limpeza e higiene	21.243	24.145
Outros materiais	388.743	446.368
	2.741.677	3.050.243

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	6.618.588	6.021.746
Serviços de informática	1.598.583	583.153
Serviços de vigilância	3.938.767	4.072.315
Serviços de manutenção predial	1.662.454	1.526.804
Serviços de refeitório	204.190	129.480
Locação de veículos e equipamentos	4.655.675	4.743.558
Serviços de lavanderia hospitalar	164.781	171.901
Serviços de manutenção de equipamentos	1.142.862	1.075.682
Serviços administrativos	3.115.668	1.142.819
Serviços de motorista	95.925	102.181
Serviços de portaria	521.400	423.925
Outros serviços	728.355	582.163
	24.447.248	20.575.727

14 Administrativas e gerais

Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	97.410	2.436
Material de conservação e reparo	188.864	148.328
Material de consumo administrativo	1.438.854	987.749
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.581.756	1.842.023
Seguros patrimoniais	419	297
Outras despesas	1.056.367	2.972
	5.363.670	2.983.805

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus – CNPJ 57.571.275/0023-08**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

15 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.517.976	1.107.995
	<u>2.517.976</u>	<u>1.107.995</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(29.721)	(69.100)
Juros e multas de mora	(254)	(1.279)
	<u>(29.975)</u>	<u>(70.379)</u>

16 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.438.773	2.271.347
Convênios e contratos a receber	5	1.495.299	-
Estoques	6	78.191	81.629
		3.012.263	2.352.976
Não circulante			
Bloqueio judicial		-	3.364
		-	3.364
Total do ativo		3.012.263	2.356.340
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	7	120.200	598.316
Obrigações fiscais	8	35.891	29.403
Obrigações sociais e trabalhistas	9	970.676	829.519
Provisões de férias	10	714.636	674.374
Outros passivos	11	43.503	86.075
		1.884.906	2.217.687
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	-	10.615
		-	10.615
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		128.038	(1.395.723)
Déficits acumulados		999.319	1.523.761
		1.127.357	128.038
Total do passivo e patrimônio líquido		3.012.263	2.356.340

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	14.334.392	15.386.480
Outras receitas		22.490	-
		<u>14.356.882</u>	<u>15.386.480</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(7.036.470)	(6.631.320)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(593.949)	(505.447)
Prestadores de serviços médicos	14	(3.777.121)	(4.186.019)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(1.470.572)	(1.873.651)
Administrativas e gerais	16	(614.725)	(710.373)
Contingências e despesas judiciais		(33.539)	(640)
Bens de terceiros	3 (e)	(3.019)	(2.135)
		<u>(13.529.395)</u>	<u>(13.909.585)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>827.487</u>	<u>1.476.895</u>
Receitas financeiras	17	178.070	53.477
Despesas financeiras	17	(6.238)	(6.611)
		<u>171.832</u>	<u>46.866</u>
Superávit do exercício		<u>999.319</u>	<u>1.523.761</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(559.731)	(835.992)	(1.395.723)
Superávit do exercício	-	1.523.761	1.523.761
Incorporação ao patrimônio social	<u>(835.992)</u>	<u>835.992</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(1.195.863)</u>	<u>1.523.761</u>	<u>128.038</u>
Superávit do exercício	-	999.319	999.319
Incorporação ao patrimônio social	<u>1.523.761</u>	<u>(1.523.761)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>128.038</u></u>	<u><u>999.319</u></u>	<u><u>1.127.357</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	999.319	1.523.761
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(10.615)	(168.521)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(1.495.299)	-
Estoques	3.438	67
Bloqueio judicial	3.364	-
Fornecedores	(478.116)	(49.338)
Obrigações fiscais	6.488	(13.742)
Obrigações sociais e trabalhistas	141.157	111.427
Provisões de férias	40.262	140.684
Outros passivos	(42.572)	(20.658)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(832.574)	1.523.680
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(832.574)	1.523.680
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.271.347	747.667
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.438.773	2.271.347
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(832.574)	1.523.680

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ 57.571.275/0022-27

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27****Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 275.821 e R\$ 1.777.194, respectivamente.

(vi) UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Em 1 de outubro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 90 – Processo nº 13076/2020 – Chamamento Público nº 009/20 – SMS entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento – Porte I – 24 horas – Rodeio – “Dr. Manoel Maisette Salgado”, assegurando assistência universal e gratuita à população. O prazo de vigência é de 36 meses, iniciando em 1 de outubro de 2020, podendo ser renovado, após demonstração da consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes. Em 18 de dezembro de 2020 foi celebrado o Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 90 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de inclusão de 1,81% sobre o valor do Contrato de Gestão nº 90, em virtude de restituição de provisionamento trabalhista de serviços executados no período de vigência do Contrato de Gestão nº 74/2015, onde à época, a Organização Social anuiu e recebeu a sub-rogação total com direitos e obrigações trabalhistas do Contrato de Gestão nº 74/2015. Em 5 de setembro de 2023, foi celebrado o 3º Termo de Aditamento por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Gestão nº 95/2018, por 12 (doze) meses iniciando em 1 de outubro de 2023. Em 19 de outubro de 2023, foi celebrado o 4º Termo de Aditamento, com objeto de repactuação do plano de trabalho financeiro do Contrato de Gestão 90/2020, para a inclusão de recursos financeiros às entidades que atendam no mínimo 60% de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por força e obrigatoriedade da implementação do piso nacional aos enfermeiros e técnicos de enfermagem. A adequação do Plano de Trabalho do Contrato 90/2020, decorrente de despesas trabalhistas para o novo piso salarial para Auxiliares, Técnicos de Enfermagem e Parteiras, estabelecido pelo Ministério da Saúde. Em 28 de novembro de 2023, foi celebrado o 5º Termo de Aditamento, como objeto deste Termo Aditivo, o Repasse da Assistência Complementar da União destinada a repactuação do plano de trabalho financeiro do Contrato de Gestão 90/2020, para a inclusão da segunda parcela de recursos financeiros às entidades que atendam no mínimo 60% de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar ao Quarto Termo Aditivo, nos moldes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, contendo a previsão de eventuais valores decorrentes dos ajustes previstos no § 1º e 2º da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023 e da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023 e na Portaria Ministerial GM/MS nº 1.355, de 27 de setembro de 2023. Em 19 de dezembro de 2023, foi celebrado o 6º Termo de Aditamento tem por objeto proceder com as providências de aporte para o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Gestão nº 90/2020;

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ 57.571.275/0022-27

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contrato a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ 57.571.275/0022-27

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

- (f) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (g) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	20	-
Aplicações financeiras	1.438.753	2.271.347
	1.438.773	2.271.347

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicação em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão nº 90 - Processo nº 13076/2020 e seus aditivos, firmado com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

6 Estoques

Descrição	2023	2022
Medicamentos	39.866	41.902
Material médico hospitalar	15.130	17.977
Material de manutenção	23.195	21.750
	78.191	81.629

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

8 Obrigações fiscais		2023	2022
Descrição		2023	2022
PCC retido de serviços a recolher		14.838	19.188
INSS retido de serviços a recolher		10.015	4.409
IRRF retido de serviços a recolher		8.263	4.739
ISS a recolher		2.775	1.067
		35.891	29.403
9 Obrigações sociais e trabalhistas			
Descrição		2023	2022
Salários a pagar		289.730	292.840
IRRF a recolher		55.580	45.628
FGTS a recolher		555.130	440.333
INSS sobre autônomos a recolher		44.602	36.839
Empréstimo consignado a pagar		-	849
Outros		25.634	13.030
		970.676	829.519
10 Provisões de férias			
Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.			
11 Outros passivos			
Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.			
12 Provisão para demandas judiciais			
A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.			
13 Medicamentos e insumos hospitalares			
Descrição		2023	2022
Medicamentos		420.474	339.774
Material médico hospitalar		79.973	83.899
Dieta enteral e parenteral		88.406	76.163
Material de limpeza e higiene		841	680
Outros materiais		4.255	4.931
		593.949	505.447
14 Prestadores de serviços médicos			
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.			

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0022-27**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

15 Prestadores de serviços de terceiros		
Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	552.152	682.184
Serviços de manutenção predial	69.811	76.369
Locação de veículos e equipamentos	122.100	138.400
Serviços de lavanderia hospitalar	-	83.117
Serviços de manutenção de equipamentos	59.319	50.008
Serviços administrativos	32.868	28.748
Serviços de motorista	184.052	205.973
Serviços de portaria	446.333	603.303
Outros serviços	3.937	5.549
	1.470.572	1.873.651
16 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Material de conservação e reparo	23.991	13.119
Material de consumo administrativo	86.140	81.037
Utilidade pública (água, luz, telefone)	21.452	30.180
Seguros patrimoniais	5.302	4.939
Outras despesas	477.840	581.098
	614.725	710.373
17 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	178.070	53.477
	178.070	53.477
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(6.238)	(6.611)
	(6.238)	(6.611)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o

assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro**

Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.319.948	2.623.894
		3.319.948	2.623.894
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	135.845	11.006
		135.845	11.006
Total do ativo		3.455.793	2.634.900
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	6	94.472	1.510.798
Obrigações fiscais	7	31.249	90.059
Obrigações sociais e trabalhistas	8	779.415	1.205.610
Provisões de férias	9	498.529	761.781
Outros passivos		38.266	110.541
		1.441.931	3.678.789
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(1.043.889)	(1.974.708)
Superávits acumulados		3.057.751	930.819
		2.013.862	(1.043.889)
Total do passivo e patrimônio líquido		3.455.793	2.634.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Municipal	1 (vi)	28.769.418	28.981.561
Repasses COVID-19		1.443.208	-
Outras receitas		280	-
		<u>30.212.906</u>	<u>28.981.561</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(11.328.374)	(10.755.271)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(535.417)	(594.606)
Prestadores de serviços médicos	12	(12.586.249)	(13.974.230)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(2.264.866)	(1.876.711)
Administrativas e gerais	14	(752.513)	(929.096)
Contingências e despesas judiciais		(29.365)	(380)
Bens de terceiros	3 (d)	(2.411)	(123.139)
		<u>(27.499.195)</u>	<u>(28.253.433)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>2.713.711</u>	<u>728.128</u>
Receitas financeiras	15	356.576	218.382
Despesas financeiras	15	(12.536)	(15.691)
		<u>344.040</u>	<u>202.691</u>
Superávit do exercício		<u><u>3.057.751</u></u>	<u><u>930.819</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(320.794)	(1.653.914)	(1.974.708)
Superávit do exercício	-	930.819	930.819
Incorporação ao patrimônio social	<u>(1.653.914)</u>	<u>1.653.914</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(1.974.708)</u>	<u>930.819</u>	<u>(1.043.889)</u>
Superávit do exercício	-	3.057.751	3.057.751
Incorporação ao patrimônio social	<u>930.819</u>	<u>(930.819)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>(1.043.889)</u></u>	<u><u>3.057.751</u></u>	<u><u>2.013.862</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	3.057.751	930.819
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	-	(21.305)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	337.285
Bloqueio judicial	(124.839)	-
Fornecedores	(1.416.326)	176.193
Obrigações fiscais	(58.810)	35.132
Obrigações sociais e trabalhistas	(426.195)	206.582
Provisões de férias	(263.252)	147.218
Outros passivos	(72.275)	(10.915)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>696.054</u>	<u>1.801.009</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>696.054</u>	<u>1.801.009</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.623.894	822.885
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.319.948</u>	<u>2.623.894</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>696.054</u>	<u>1.801.009</u>

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 3.036.004 e R\$ 2.882.413, respectivamente.

(vi) **Mogi das Cruzes II**

Mogi das Cruzes II é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 16 de abril de 2019, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0026-50, com sede na Rua Dom Luiz de Souza, nº 136, no bairro Jardim Universo, na cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. Em 22 de outubro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 95 – Processo nº 41271/17 – Chamamento Público nº 2/2018, entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC referente ao gerenciamento, operacionalização e a execução de serviços de saúde nas Unidades de Saúde Jardim Universo e Jundiapéba – Pronto Atendimento; Unidade Básica de Saúde Jardim Universo – Atenção Básica; Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes; Serviço de apoio e Diagnose – Exames Radiológicos de Urgência e Emergência nas Unidades de Saúde Jardim Universo, Jundiapéba e Pró Criança; e Serviço de Imagem – Tomografia Computadorizada na Unidade de Saúde Vila Suissa. O prazo de vigência deste contrato de gestão é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 30 de outubro de 2018, podendo ser renovado, havendo concordância das partes. Em 18 de janeiro de 2021 foi celebrado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto a alteração do Plano de Trabalho Assistencial do Contrato de Gestão, em virtude de demanda por procura por atendimento na especialidade de Clínica Médica e, baixa procura por consultas de pediatra na Unidade Básica de Saúde Jardim Universo, resultado na necessidade de adequação da oferta das duas especialidades de forma proporcional, sem acréscimo no total de volume ou necessidade de alteração financeira. Em 1 de dezembro de 2022 foi celebrado o Décimo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de proceder aporte financeiro para o ajuste de contas, com vigência prorrogado de 30 de outubro de 2022 a 29 de outubro de 2023. Em 20 de março de 2023 foi celebrado do 12º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de adotar as providências legais para a supressão do pactuado no Oitavo Termo Aditivo, pela necessidade de retorno da vigência do quadro de plantões médicos pactuados no quinto termo aditivo ao Contrato de Gestão 95/2018, a partir de 01 de março de 2023. Em 30 de junho de 2023 foi celebrado do 13º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com o objetivo de suprir as necessidades da assistência, procedendo com o acréscimo de horas médicas no Pronto Atendimento Infantil Municipal "VAGALUME SAÚDE INFANTIL". Em 16 de agosto de 2023 foi celebrado do 14º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de repactuação do plano de trabalho financeiro do Contrato de Gestão 95/2018, para a inclusão de recursos financeiros às entidades que atendam no mínimo 60% de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por força e obrigatoriedade da implementação do piso nacional aos enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Em 17 de outubro de 2023 foi celebrado do 15º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

objetivo de prorrogação excepcional de 06 (seis) meses, com cláusula vinculativa ao término de Chamamentos Públicos, que compõe o objeto contratado e tramitam nos Processos nº 4412/2023 e 4423/2023, com supressão parcial de objeto. Em 1 dezembro de 2023 foi celebrado o 16º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de o Repasse da Assistência Complementar da União destinada a repactuação do plano de trabalho financeiro do Contrato de Gestão 95/2018, para a inclusão da segunda parcela de recursos financeiros às entidades que atendam no mínimo 60% de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar ao Décimo Quarto Termo Aditivo, nos moldes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, contendo a previsão de eventuais valores decorrentes dos ajustes previstos no § 1º e 2º da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023 e na Portaria Ministerial GM/MS.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Bancos conta movimento	194	194
Aplicações financeiras	3.319.754	2.623.700
	3.319.948	2.623.894

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Hospital Mogi das Cruzes II.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	8.932	60.457
INSS retido de serviços a recolher	6.892	12.621
IRRF retido de serviços a recolher	14.851	16.981
ISS a recolher	574	-
	31.249	90.059

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)**8 Obrigações sociais e trabalhistas**

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	288.086	468.380
Rescisões a pagar	-	4.050
IRRF a recolher	45.866	59.901
FGTS a recolher	379.541	553.703
INSS sobre autônomos a recolher	23.065	67.322
Empréstimo consignado a pagar	-	804
Outros	42.857	51.450
	779.415	1.205.610

9 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Provisão para demandas judiciais

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para demandas judiciais em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2023	2022
Medicamentos	427.785	453.236
Material médico hospitalar	77.345	107.243
Material de limpeza e higiene	1.062	1.670
Outros materiais	29.225	32.457
	535.417	594.606

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	684.560	711.369
Serviços de vigilância	563.522	582.145
Serviços de manutenção predial	57.962	67.327
Locação de veículos e equipamentos	160.014	177.568
Serviços de lavanderia hospitalar	65.340	60.262
Serviços de manutenção de equipamentos	271.532	88.020
Serviços administrativos	43.705	46.045
Serviços de portaria	418.231	139.439
Outros serviços	-	4.536
	2.264.866	1.876.711

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II – CNPJ 57.571.275/0026-50**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

14 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	51.288	51.323
Material de conservação e reparo	5.303	5.553
Material de consumo administrativo	96.732	134.147
Utilidade pública (água, luz, telefone)	7.783	3.819
Seguros patrimoniais	4.268	5.324
Outras despesas	587.139	728.930
	752.513	929.096
15 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	356.576	218.382
	356.576	218.382
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(12.536)	(15.691)
	(12.536)	(15.691)

16 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Mogi das Cruzes II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo –
CNPJ 57.571.275/0025-70**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
			(Consolidado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	387.796	7.229.708
Estoques	5	16.058.133	22.779.139
Outros créditos	6	199.366	8.177.524
		16.645.295	38.186.371
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	564.937	525.410
		564.937	525.410
Total do ativo		17.210.232	38.711.781
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
			(Consolidado)
Circulante			
Fornecedores	8	16.994.867	24.860.477
Obrigações fiscais	9	3.483.823	2.747.082
Obrigações sociais e trabalhistas	10	46.769.914	48.392.406
Provisões de férias	11	56.271.044	58.603.029
Outros passivos	12	588.018	8.035.952
		124.107.666	142.638.946
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	3.588.122	5.762.421
		3.588.122	5.762.421
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(109.689.586)	(134.889.872)
Superávits (déficits) acumulados		(795.970)	25.200.286
		(110.485.556)	(109.689.586)
Total do passivo e patrimônio líquido		17.210.232	38.711.781

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo –
CNPJ 57.571.275/0025-70**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
			(Consolidado)
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	1.192.267.251	1.162.071.157
Outras receitas		376.061	117.899
		<u>1.192.643.312</u>	<u>1.162.189.056</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(673.446.149)	(662.894.114)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(75.955.921)	(81.742.639)
Prestadores de serviços médicos	15	(208.353.155)	(195.960.633)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(201.448.938)	(169.468.659)
Administrativas e gerais	17	(6.446.226)	(8.147.448)
Atividades acadêmicas		(16.201.717)	(16.204.716)
Contingências e despesas judiciais	18	(10.592.658)	(1.941.364)
Bens de terceiros	3 (e)	(1.812.445)	(1.075.172)
		<u>(1.194.257.209)</u>	<u>(1.137.434.745)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(1.613.897)</u>	<u>24.754.311</u>
Receitas financeiras	19	928.189	567.790
Despesas financeiras	19	(110.262)	(121.815)
		<u>817.927</u>	<u>445.975</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>(795.970)</u></u>	<u><u>25.200.286</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo –
CNPJ 57.571.275/0025-70**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(103.599.043)	(31.290.829)	(134.889.872)
Superávit do exercício	-	25.200.286	25.200.286
Incorporação ao patrimônio social	<u>(31.290.829)</u>	<u>31.290.829</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(134.889.872)</u>	<u>25.200.286</u>	<u>(109.689.586)</u>
Déficit do exercício	-	(795.970)	(795.970)
Incorporação ao patrimônio social	<u>25.200.286</u>	<u>(25.200.286)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>(109.689.586)</u></u>	<u><u>(795.970)</u></u>	<u><u>(110.485.556)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo –
CNPJ 57.571.275/0025-70**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
		(Consolidado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(795.970)	25.200.286
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(2.174.299)	(7.929.271)
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	6.721.006	(1.143.098)
Outros créditos	7.978.158	212.711.729
Bloqueio judicial	(39.527)	(304.266)
Fornecedores	(7.865.610)	(15.569.272)
Obrigações fiscais	736.741	199.530
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.622.492)	2.303.353
Provisões de férias	(2.331.985)	2.551.451
Outros passivos	(7.447.934)	(210.824.010)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(6.841.912)</u>	<u>7.196.432</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.841.912)</u>	<u>7.196.432</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.229.708	33.276
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>387.796</u>	<u>7.229.708</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.841.912)</u>	<u>7.196.432</u>

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0025-70

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0025-70

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 180.483.568 e R\$ 177.655.623, respectivamente.

(vi) **Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo**

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 001/2022 entre o Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Saúde, e a Fundação do ABC, com objetivo de conjugar os esforços considerados de objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito do Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – CSSBC, para atingir eficácia e qualidades requeridas. Em 28 de dezembro de 2023 foi celebrado o Quarto Termo de Aditamento SS nº 019/2023 ao Contrato de Gestão SS nº 001/2022 com objetivo de prorrogar o prazo de vigência pelo período de 12 meses consecutivos, a partir de 1 de janeiro de 2024, repactuar o valor global do Termo de Aditamento.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Apresentação da consolidação do saldo anterior

Em decorrência da celebração do Contrato de Gestão SS nº 001/2022, os contratos de gestão (Contrato de Gestão nº 001/2018 e Contrato de Gestão nº 002/2018) divulgados separadamente até o exercício de 2022, está sendo apresentado de forma consolidada para fins comparativos com o exercício corrente.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0025-70

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

Entidade.

2.5 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.6 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo –
CNPJ 57.571.275/0025-70**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Aplicações financeiras	387.796	7.229.708
	387.796	7.229.708

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo –
CNPJ 57.571.275/0025-70**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

5 Estoques

Descrição	2023	2022
Medicamentos	6.012.763	9.748.554
Material médico hospitalar	8.185.790	10.687.299
Material de limpeza e higiene	202.715	377.824
Material de manutenção	627.410	824.424
Outros materiais	1.029.455	1.141.038
	16.058.133	22.779.139

6 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	964.309	1.360.537
INSS retido de serviços a recolher	835.887	811.962
IRRF retido de serviços a recolher	1.323.296	243.865
ISS a recolher	360.331	330.718
	3.483.823	2.747.082

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	29.023.451	29.991.192
Rescisões a pagar	149.918	97.823
IRRF a recolher	6.715.553	7.144.962
FGTS a recolher	4.996.722	5.130.988
INSS sobre autônomos a recolher	3.596.110	3.529.756

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo –
CNPJ 57.571.275/0025-70**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

	Empréstimo consignado a pagar	2.124.551	2.285.522
	Outros	163.609	212.163
		46.769.914	48.392.406
11	Provisões de férias		
	Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
12	Outros passivos		
	Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.		
13	Provisão para contingências		
	A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:		
	Descrição	2023	2022
	Trabalhista	3.046.562	4.417.989
	Cível	541.560	1.344.432
		3.588.122	5.762.421
14	Medicamentos e insumos hospitalares		
	Descrição	2023	2022
	Medicamentos	28.381.442	30.143.736
	Material médico hospitalar	43.117.748	46.754.556
	Gases industriais e medicinais	2.719.851	2.468.374
	Material de limpeza e higiene	1.685.494	2.146.684
	Outros materiais	51.386	229.289
		75.955.921	81.742.639
15	Prestadores de serviços médicos		
	Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
16	Prestadores de serviços de terceiros		
	Descrição	2023	2022
	Serviços de limpeza hospitalar	67.714.162	63.247.205
	Serviços de informática	7.056.325	6.937.244
	Serviços de vigilância	25.262.450	10.100.218
	Serviços de manutenção predial	35.675.049	30.866.658
	Serviços de refeitório	34.259.411	29.856.257
	Locação de veículos e equipamentos	3.869.863	3.868.989

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo –
CNPJ 57.571.275/0025-70**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

Serviços de lavanderia hospitalar	8.719.373	8.963.860
Serviços de manutenção de equipamentos	3.489.387	3.648.787
Serviços administrativos	9.233.961	7.027.914
Serviços de motorista	4.800.460	3.618.802
Serviços de logística	979.684	822.985
Serviços de portaria	103.059	165.055
Outros serviços	285.752	344.685
	201.448.936	169.468.659
17 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	645.694	700.868
Material de conservação e reparo	2.863.440	4.141.596
Material de consumo administrativo	1.831.520	1.864.660
Utilidade pública (água, luz, telefone)	532.639	839.671
Seguros patrimoniais	107.585	125.922
Outras despesas	465.348	474.731
	6.446.226	8.147.448
18 Contingências e despesas judiciais		
Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.		
19 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	928.188	567.790
	928.188	567.790
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(79.847)	(102.905)
Juros e multas de mora	(30.414)	(18.910)
	(110.261)	(121.815)
20 Instrumentos financeiros		
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.		

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Bernardo de Campo, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0031-18**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.363.078	9.856.406
Estoques	5	987.731	1.522.755
		12.350.809	11.379.161
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	1.722.204	6.394
		1.722.204	6.394
Total do ativo		14.073.013	11.385.555
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	7	3.286.671	3.372.361
Obrigações fiscais	8	145.280	122.046
Obrigações sociais e trabalhistas	9	2.940.815	1.791.862
Provisões de férias	10	1.847.290	1.943.356
Outros passivos	11	73.925	75.566
		8.293.981	7.305.191
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	58.947	68.947
		58.947	68.947
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		4.378.060	(2.843.917)
Superávits acumulados		1.342.025	6.855.334
		5.720.085	4.011.417
Total do passivo e patrimônio líquido		14.073.013	11.385.555

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0031-18**

**Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	61.549.500	72.998.406
Repasse público - COVID-19		-	-
Outras receitas		7.862	27.262
		<u>61.557.362</u>	<u>73.025.668</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(20.720.762)	(24.927.960)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(4.217.422)	(5.935.228)
Prestadores de serviços médicos	16	(19.036.540)	(20.259.991)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(9.172.397)	(8.010.535)
Administrativas e gerais	17	(7.965.648)	(7.527.964)
Contingências e despesas judiciais		(4.473)	(59.597)
Bens de terceiros	3 (d)	(189.402)	(96.940)
		<u>(61.306.644)</u>	<u>(66.818.215)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>250.718</u>	<u>6.207.453</u>
Receitas financeiras	18	1.112.869	655.151
Despesas financeiras	18	(21.562)	(7.270)
		<u>1.091.307</u>	<u>647.881</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.342.025</u></u>	<u><u>6.855.334</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0031-18**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(684.569)	(2.463.843)	(3.148.412)
Ajuste do exercício anterior		304.496	-	304.496
Superávit do exercício		-	6.855.334	6.855.334
Incorporação ao patrimônio social		<u>(2.463.843)</u>	<u>2.463.843</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>(2.843.917)</u>	<u>6.855.334</u>	<u>4.011.417</u>
Ajuste do exercício anterior	13	367.208	-	367.208
Acervo líquido cindido		(565)	-	(565)
Superávit do exercício		-	1.342.025	1.342.025
Incorporação ao patrimônio social		<u>6.855.334</u>	<u>(6.855.334)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>4.378.060</u>	<u>1.342.025</u>	<u>5.720.085</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0031-18**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.342.025	6.855.334
Ajuste do exercício anterior	367.208	304.496
Acervo líquido cindido	(565)	-
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(10.000)	(16.621)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	983.120
Estoques	535.024	497.583
Bloqueio judicial	(1.715.810)	3.294
Fornecedores	(85.690)	176.551
Obrigações fiscais	23.234	(41.562)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.148.953	(878.444)
Provisões de férias	(96.066)	(168.865)
Outros passivos	(1.641)	(293.713)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.506.672</u>	<u>7.421.173</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.506.672</u>	<u>7.421.173</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.856.406	2.435.233
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>11.363.078</u>	<u>9.856.406</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.506.672</u>	<u>7.421.173</u>

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ 57.571.275/0031-18

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0031-18**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 5.553.164 e R\$ 6.680.693, respectivamente.

(vi) Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Em 19 de junho de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 58 - Processo nº 1.163/2018 - Chamamento Público nº 02/19 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com o objeto de gerenciamento, operacionalização e execução das atividades e dos serviços de saúde no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes “Prefeito Waldemar Costa Filho”. No âmbito da assistência ambulatorial, a unidade destina-se à realização de consultas agendadas de especialidades reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde. São nove consultórios multiprofissionais ambulatoriais, além de sala de coleta de exames, sala de espera e recepção. As consultas de especialidades médicas são nas seguintes áreas: cardiologia (pré-operatório), cirurgia geral, cirurgia ginecológica, cirurgia otorrinolaringológica, cirurgia pediátrica, cirurgia urológica, cirurgia vascular, geriatria e oftalmologia (consultas pós-operatória), além do Atendimento à Vítima de Violência com pediatra e/ou infectologista, inclusive com psicólogo e assistente social. São ofertadas também consultas de Enfermagem, para orientação pré-operatória, ou para realização de exames complementares. A unidade dispõe de exames e procedimentos como colonoscopia, ecocardiografia, eletrocardiograma, endoscopia digestiva alta, estudo urodinâmico, exames laboratoriais de análises clínicas e de anatomia patológica, exames oftalmológicos, tomografia computadorizada, ultrassonografia, hemodiálise e transfusão sanguínea. O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes “Prefeito Waldemar Costa Filho” está situado na Rua Guttermann, 577, no bairro Braz Cubas, da cidade de Mogi das Cruzes-SP. O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, podendo ser renovado, após demonstração a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes, tendo por termo inicial o encerramento da vigência do Contrato de Gestão nº 22/2014, que se dará no dia 26 de junho de 2019. Em 3 de fevereiro de 2022, por meio do 14º Termo Aditivo, a Fundação do ABC solicitou junto ao Município de Mogi das Cruzes, alteração do CNPJ Matriz 57.571.275/0001-00 para o CNPJ filial 57.571.275/0031-18. Em 21 de junho de 2022, foi celebrado o 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, que tem por objeto prorrogar o gerenciamento e a operacionalização do Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – Prefeito Waldemar Costa Filho por doze meses, iniciando em 26 de junho de 2022 e encerrando em 25 de junho de 2023.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ 57.571.275/0031-18

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ 57.571.275/0031-18

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0031-18**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	509	1.275
Banco conta movimento	1.487	1.555
Aplicações financeiras	11.361.082	9.853.576
	11.363.078	9.856.406

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Estoques

Descrição	2023	2022
Medicamentos	351.507	600.438
Material médico hospitalar	446.920	757.710
Material de limpeza e higiene	10.202	6.140
Material de manutenção	48.872	71.077
Outros materiais	130.230	87.390
	987.731	1.522.755

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Hospital Municipal de Mogi das Cruzes.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	42.627	56.928
INSS retido de serviços a recolher	40.700	35.147
IRRF retido de serviços a recolher	48.822	17.756
ISS a recolher	13.131	12.215
	145.280	122.046

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
------------------	-------------	-------------

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0031-18**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

Salários a pagar	971.837	180.020
Rescisões a pagar	11.854	4.082
IRRF a recolher	149.074	157.792
FGTS a recolher	1.645.188	1.295.796
INSS sobre autônomos a recolher	120.241	112.372
Empréstimo consignado a pagar	27.952	21.055
Outros	14.669	20.745
	2.940.815	1.791.862
10 Provisões de férias		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
11 Outros passivos		
Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.		
12 Provisão para demandas judiciais		
A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:		
Descrição	2023	2022
Trabalhista	58.947	68.947
	58.947	68.947
13 Ajustes do exercício anterior		
Refere-se ao estorno de provisão de fornecedores indevidos, no exercício anterior.		
14 Medicamentos e insumos hospitalares		
Descrição	2023	2022
Medicamentos	1.778.363	2.477.392
Material médico hospitalar	2.101.467	3.192.481
Gases industriais e medicinais	258.215	208.496
Material de limpeza e higiene	6.180	9.750
Outros materiais	73.197	47.109
	4.217.422	5.935.228
15 Prestadores de serviços de terceiros		
Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	3.330.629	3.121.479
Serviços de informática	117.655	135.397
Serviços de vigilância	-	300.287
Serviços de manutenção predial	452.910	217.632

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – CNPJ
57.571.275/0031-18**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

Locação de veículos e equipamentos	534.100	466.308
Serviços de lavanderia hospitalar	907.512	869.883
Serviços de manutenção de equipamentos	1.546.214	1.485.335
Serviços administrativos	960.552	409.782
Serviços de motorista	67.016	86.960
Serviços de portaria	1.024.764	572.684
Outros serviços	231.045	344.788
	9.172.397	8.010.535
16 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
17 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	4.462.100	3.721.679
Material de conservação e reparo	111.141	227.617
Material de consumo administrativo	423.656	269.541
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.963.018	2.973.395
Seguros patrimoniais	-	18.656
Outras despesas	5.733	317.076
	7.965.648	7.527.964
18 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.112.869	655.151
	1.112.869	655.151
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(21.562)	(7.270)
	(21.562)	(7.270)
19 Instrumentos financeiros		
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.		

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Mogi das Cruzes, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais**

Ativo	Notas	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.680
Convênios e contratos a receber	5	25.477.824
		25.490.504
Não circulante		
Bloqueio judicial		767
		767
Total do ativo		25.491.271
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	6	3.567.295
Obrigações fiscais	7	869.776
Obrigações sociais e trabalhistas	8	6.908.874
Provisões de férias	9	9.937.929
Outros passivos	10	956.385
		22.240.259
Não circulante		
Provisão para demandas judiciais	11	136.719
		136.719
Patrimônio líquido		
Patrimônio social		(8.915.559)
Superávits acumulados		12.029.852
		3.114.293
Total do passivo e patrimônio líquido		25.491.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Demonstrações de resultado
Para o período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
Em reais**

	Notas	<u>2023</u>
Receitas operacionais		
Contrato de gestão - Municipal	1 (vi)	157.232.090
		<u>157.232.090</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(93.688.736)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(2.460.509)
Prestadores de serviços médicos	14	(35.471.330)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(10.788.210)
Administrativas e gerais	16	(3.116.120)
Contingências e despesas judiciais		(269.346)
Bens de terceiros	3 (d)	(406.714)
		<u>(146.200.965)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>11.031.125</u>
Receitas financeiras	17	1.007.248
Despesas financeiras	17	(8.521)
		<u>998.727</u>
Superávit do período		<u><u>12.029.852</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31****Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
Em reais**

	Nota	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Acervo líquido incorporado	12	(8.915.559)	-	(8.915.559)
Superávit do período		<u>-</u>	<u>12.029.852</u>	<u>12.029.852</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>(8.915.559)</u>	<u>12.029.852</u>	<u>3.114.293</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
Em reais**

	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	12.029.852
Acervo líquido incorporado	(8.915.559)
Ajustes para conciliar o resultado	
Provisões para demandas judiciais	136.719
Variações nos ativos e passivos:	
Convênios a receber	(25.477.824)
Bloqueio judicial	(767)
Fornecedores	3.567.295
Obrigações fiscais	869.776
Obrigações sociais e trabalhistas	6.908.874
Provisões de férias	9.937.929
Outros passivos	<u>956.385</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>12.680</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>12.680</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>12.680</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>12.680</u></u>

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 1 de fevereiro a dezembro de 2023, o montante de R\$ 25.108.581.

(vi) Santo André – Atenção Básica

A Fundação do ABC deu início em 1º de fevereiro de 2023 ao novo contrato de gestão para gerenciamento, operacionalização, execução e fomento de serviços da Rede de Saúde do Município de Santo André nas áreas de Atenção Básica, Vigilância à Saúde e Apoio à Gestão. A Fundação do ABC atua de forma plena na Atenção Básica e de maneira complementar nos serviços e programas das Vigilâncias em Saúde e Apoio à Gestão, por meio da contratação de recursos humanos para o desenvolvimento das ações, bem como para a disponibilização de serviços diversos visando ao pleno funcionamento das atividades, conforme diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde de Santo André. O objetivo central é a integração da Rede de Atenção à Saúde, articulação e interação com todos os equipamentos de saúde, em busca de ampliar e qualificar o acesso aos usuários. Os esforços incluem planejamento, coordenação de processos, supervisão técnica, controle e avaliação, além do acompanhamento das determinações do gestor municipal com relação às diretrizes dos cenários internos e externos, demandadas pelo Ministério da Saúde. Outro objetivo ao longo da gestão é realizar de forma contínua a observação e o levantamento das prioridades de saúde, com a identificação de eventuais melhorias técnicas e operacionais que podem ser implementadas. A Rede de Atenção Básica de Santo André engloba Unidades Básicas de Saúde, Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAPs), Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMADs), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Núcleo de Qualidade, Apoio e Gestão. O fortalecimento da Atenção Primária é uma estratégia fundamental para a mudança do modelo assistencial em todos os níveis de complexidade. A construção de redes de atenção que garantam a integralidade e o acesso às ações e serviços de saúde é primordial para que a Atenção Primária seja efetivamente a ordenadora da rede e orientadora das linhas de cuidado, fomentando a construção de uma rede primária resolutive e humanizada, que trabalhe com instrumentos capazes de coordenar o processo de atenção à saúde. Em 31 de janeiro de 2023 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 46/2023 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, no âmbito da Atenção Básica, Vigilância à Saúde e Apoio Administrativo da Secretaria de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 12 meses, a contar de 1 de fevereiro de 2023, sendo prorrogável por 4 períodos consecutivos, até o limite máximo de 60 meses.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ 57.571.275/0027-31

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023
Banco conta movimento	631
Aplicações financeiras	12.049
	12.680

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município de Santo André.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 Obrigações fiscais

Descrição	2023
PCC retido de serviços a recolher	277.862
INSS retido de serviços a recolher	166.827
IRRF retido de serviços a recolher	341.398
ISS a recolher	83.689
	869.776

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023
Salários a pagar	4.414.226
Rescisões a pagar	12.087
IRRF a recolher	937.207
FGTS a recolher	715.930
INSS sobre autônomos a recolher	516.479
Empréstimo consignado a pagar	284.704
Outros	28.241
	6.908.874

9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

10 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>
Trabalhista	136.719
	<u>136.719</u>

12 Acervo líquido incorporado

Referem-se aos saldos de provisão de férias com os respectivos encargos transferidos da filial Santo André VII, do Contrato de Gestão nº 035/2022, em decorrência da continuidade da operação no novo Contrato de Gestão nº 46/2023.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>
Medicamentos	329.700
Material médico hospitalar	1.136.654
Material de laboratório	658
Gases industriais e medicinais	600.415
Material de limpeza e higiene	4.443
Outros materiais	388.639
	<u>2.460.509</u>

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>
Serviços de limpeza hospitalar	2.312.851
Serviços de informática	734.446
Locação de veículos e equipamentos	160.068
Serviços de manutenção de equipamentos	771.073
Serviços administrativos	251.015
Serviços de motorista	5.949.401
Outros serviços	609.356

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

	<u>10.788.210</u>
16 Administrativas e gerais	
Descrição	2023
Gêneros alimentícios	79.774
Material de conservação e reparo	12.766
Material de consumo administrativo	318.688
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.016.957
Outras despesas	1.687.935
	<u>3.116.120</u>
17 Resultado financeiro	
	2023
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	1.007.248
	<u>1.007.248</u>
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(8.521)
	<u>(8.521)</u>
18 Instrumentos financeiros	
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Santo André – Atenção Básica não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.	

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar – CNPJ
57.571.275/0027-31**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	160.566
Convênios e contratos a receber	5	30.283.639
Estoques	6	1.012.888
Outros créditos	7	793.167
		32.250.260
Não circulante		
Bloqueio judicial		15
		15
Total do ativo		32.250.275
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	8	9.391.129
Obrigações fiscais	9	1.688.332
Obrigações sociais e trabalhistas	10	7.346.791
Provisões de férias	11	11.702.682
Outros passivos	12	238.023
		30.366.957
Não circulante		
Provisão para demandas judiciais	13	4.955.927
		4.955.927
Patrimônio líquido		
Patrimônio social		(17.154.970)
Superávits acumulados		14.082.361
		(3.072.609)
Total do passivo e patrimônio líquido		32.250.275

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar – CNPJ
57.571.275/0027-31**

Demonstrações de resultado

Para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023

Em reais

	Notas	<u>2023</u>
Receitas operacionais		
Contrato de gestão - Municipal	1 (vi)	132.608.266
Outras receitas		367.564
		<u>132.975.830</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(56.082.892)
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(5.176.932)
Prestadores de serviços médicos	16	(46.495.556)
Prestadores de serviços de terceiros	17	(8.493.900)
Administrativas e gerais	18	(2.484.809)
Contingências e despesas judiciais		(133.830)
Bens de terceiros	3 (e)	(144.523)
		<u>(119.012.442)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>13.963.388</u>
Receitas financeiras	19	132.709
Despesas financeiras	19	(13.736)
		<u>118.973</u>
Superávit do período		<u><u>14.082.361</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023
Em reais**

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Acervo líquido incorporado	14	(17.154.970)	-	(17.154.970)
Superávit do período		-	14.082.361	14.082.361
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(17.154.970)	14.082.361	(3.072.609)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar – CNPJ
57.571.275/0027-31**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023
Em reais**

	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	14.082.361
Acervo líquido incorporado	(17.154.970)
Ajustes para conciliar o resultado	
Provisões para demandas judiciais	4.955.927
Variações nos ativos e passivos:	
Convênios a receber	(30.283.639)
Estoques	(1.012.888)
Outros créditos	(793.167)
Bloqueio judicial	(15)
Fornecedores	9.391.129
Obrigações fiscais	1.688.332
Obrigações sociais e trabalhistas	7.346.791
Provisões de férias	11.702.682
Outros passivos	<u>238.023</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>160.566</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>160.566</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>160.566</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>160.566</u></u>

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 1 de julho a dezembro de 2023, o montante de R\$ 15.030.215.

(vi) **Santo André – Atenção Hospitalar**

Em 1 de julho de 2023 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 219/2023 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Atenção Hospitalar do Município, composto pelo Hospital da Mulher “Maria José dos Santos Stein” e Centro Hospitalar Municipal “Dr. Newton Brandão”, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O acordo unifica os dois equipamentos de saúde no mesmo contrato de gestão (nº 219/2023). Antes, o Centro Hospitalar Municipal de Santo André (CHM-SA) tinha a gestão vinculada à Unidade de Apoio Administrativo da FUABC, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Já o Hospital da Mulher, gerenciado pela Fundação do ABC desde 2008, apenas migrou para a formalização do novo contrato. O CHM-SA é um hospital-geral de urgência e emergência, referência municipal para atendimento nas áreas de clínica médica e clínica cirúrgica adulto e infantil e UTI adulto e infantil. Realiza atendimentos de média e alta complexidade, procedimentos eletivos, ambulatoriais e exames diagnósticos e complementares. A unidade está credenciada junto ao Ministério da Saúde como hospital de ensino e é um dos campos de estágio para alunos do Centro Universitário FMABC. Os atendimentos ambulatoriais realizados no CHM envolvem procedimentos, consultas médicas e multiprofissionais nas mais diversas especialidades. Na área de apoio diagnóstico, a unidade disponibiliza exames como ultrassonografia, broncoscopia, endoscopia, colonoscopia, retossigmoidoscopia, ecocardiograma, eletrocardiograma e hemoterapia. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 12 meses, a contar de 1 de julho de 2023, sendo prorrogável por 4 períodos consecutivos, até o limite máximo de 60 meses.

2 **Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 **Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

4	Caixa e equivalentes em caixa	2023
	Descrição	
	Aplicações financeiras	160.566
		160.566
	As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos <i>pro rata temporis</i> .	
5	Contratos a receber	
	Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município de Santo André.	
6	Estoques	2023
	Descrição	
	Medicamentos	443.432
	Material médico hospitalar	347.421
	Material de limpeza e higiene	22.608
	Material de manutenção	105.797
	Outros materiais	93.630
		1.012.888
7	Outros créditos	
	Refere-se, substancialmente, ao empréstimo concedido para a mantenedora.	
8	Fornecedores	
	Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.	
9	Obrigações fiscais	2023
	Descrição	
	PCC retido de serviços a recolher	716.481
	INSS retido de serviços a recolher	178.383
	IRRF retido de serviços a recolher	722.432
	ISS a recolher	71.036
		1.688.332
10	Obrigações sociais e trabalhistas	2023
	Descrição	
	Salários a pagar	4.422.917
	IRRF a recolher	13.496
	FGTS a recolher	1.285.333
	INSS sobre autônomos a recolher	779.660
	Empréstimo consignado a pagar	346.544
	Outros	8.067
		7.346.791

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

11 Provisões de férias	Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.	
12 Outros passivos	Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.	
13 Provisão para demandas judiciais	A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:	
	Descrição	2023
	Trabalhista	3.119.264
	Cível	1.836.663
		4.955.927
14 Acervo líquido incorporado	Referem-se aos saldos de estoques, provisão de férias com os respectivos encargos e das provisões para contingências transferidos da filial Santo André, do Contrato de Gestão nº 522/2018, em decorrência da continuidade da operação no novo Contrato de Gestão nº 219/2023.	
15 Medicamentos e insumos hospitalares	Descrição	2023
	Medicamentos	389.042
	Material médico hospitalar	4.473.370
	Gases industriais e medicinais	154.872
	Material de limpeza e higiene	83.612
	Outros materiais	76.036
		5.176.932
16 Prestadores de serviços médicos	Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.	
17 Prestadores de serviços de terceiros	Descrição	2023
	Serviços de limpeza hospitalar	2.403.459
	Serviços de informática	50.669
	Serviços de refeitório	1.052.178
	Locação de veículos e equipamentos	73.328
	Serviços de lavanderia hospitalar	1.856.743

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

	Serviços de manutenção de equipamentos	699.919
	Serviços administrativos	4.031
	Serviços de portaria	2.112.594
	Outros serviços	240.979
		8.493.900
18	Administrativas e gerais	
	Descrição	2023
	Gêneros alimentícios	11.944
	Material de conservação e reparo	41.458
	Material de consumo administrativo	59.992
	Utilidade pública (água, luz, telefone)	972.872
	Outras despesas	1.398.543
		2.484.809
19	Resultado financeiro	
		2023
	Receitas financeiras	
	Rendimento de aplicações financeiras	132.709
		132.709
	Despesas financeiras	
	Tarifas e serviços bancários	(13.736)
		(13.736)
20	Instrumentos financeiros	
	O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Santo André – Atenção Hospitalar não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.	

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 19 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	440.106	250.046
Convênios e contratos a receber		533.748	326.166
Outros créditos		68.547	190.836
		1.042.401	767.048
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	304.826	311.875
		304.826	311.875
Total do ativo		1.347.227	1.078.923
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		19.449	17.525
Obrigações fiscais		997	
Obrigações sociais e trabalhistas	6	186.940	163.146
Provisões de férias	7	159.095	144.777
Outros passivos	8	416.945	152.762
		783.426	478.210
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		412.270	499.520
Superávits acumulados		151.531	101.193
		563.801	600.713
Total do passivo e patrimônio líquido		1.347.227	1.078.923

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Secretaria de Assistência Social - SBC		1.972.536	1.335.974
Outras receitas	1 (vi)	<u>1.045.820</u>	<u>971.947</u>
		<u>3.018.356</u>	<u>2.307.921</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(2.634.801)	(2.042.983)
Administrativas e gerais		(250.778)	(167.174)
Contingências e despesas judiciais		<u>(26)</u>	<u>-</u>
		<u>(2.885.605)</u>	<u>(2.210.157)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>132.751</u>	<u>97.764</u>
Receitas financeiras	9	23.343	7.319
Despesas financeiras	9	<u>(4.563)</u>	<u>(3.890)</u>
		<u>18.780</u>	<u>3.429</u>
Superávit do exercício		<u>151.531</u>	<u>101.193</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.234.706	(735.186)	499.520
Superávit do exercício	-	101.193	101.193
Incorporação ao patrimônio social	<u>(735.186)</u>	<u>735.186</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	499.520	101.193	600.713
Ajuste do exercício anterior	(188.443)	-	(188.443)
Superávit do exercício	-	151.531	151.531
Incorporação ao patrimônio social	<u>101.193</u>	<u>(101.193)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>412.270</u>	<u>151.531</u>	<u>563.801</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004/45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	151.531	101.193
Ajustes do exercício anterior	(188.443)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	(207.582)	(92.303)
Outros créditos	122.289	14.927
Bloqueio judicial	7.049	(37.186)
Fornecedores	1.924	2.967
Obrigações fiscais	997	
Obrigações sociais e trabalhistas	23.794	(15.640)
Provisões de férias	14.318	49.125
Outros passivos	<u>264.183</u>	<u>123.885</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>190.060</u>	<u>146.968</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>190.060</u>	<u>146.968</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	250.046	103.078
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>440.106</u>	<u>250.046</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>190.060</u>	<u>146.968</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 706.127 e R\$ 547.519, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

A Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de Serviços, tem por objetivo, executar apoio técnico para o gerenciamento das atividades administrativas internas, como por exemplo, o serviço de digitalização de documentos, com objetivo de otimizar custos para suas unidades.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

(Em reais)

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

(Em reais)

(c) **Passivo circulante**

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) **Provisão para contingências**

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos na Normas e Procedimentos Contábeis CPC nº 25 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	86	86
Aplicações financeiras	440.020	249.960
	<u>440.106</u>	<u>103.078</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	109.833	104.971
Rescisões a pagar	3.524	-
IRRF a recolher	32.809	23.853
FGTS a recolher	20.567	18.239
INSS sobre autônomos a recolher	16.392	14.559
Empréstimo consignado a pagar	3.815	1.524
	<u>186.940</u>	<u>163.146</u>

7 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

(Em reais)

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	<u>23.343</u>	<u>7.319</u>
	<u>23.343</u>	<u>7.319</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	<u>(4.563)</u>	<u>(3.890)</u>
	<u>(4.563)</u>	<u>(3.890)</u>

10 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.156.362	736.202
Outros créditos	5	5.338.657	9.077.788
		6.495.019	9.813.990
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	1.925.025	1.177.500
Imobilizado	7	662.477	676.459
		2.587.502	1.853.959
Total do ativo		9.082.521	11.667.949
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		300.761	121.424
Obrigações fiscais		50.518	5.463
Obrigações sociais e trabalhistas	8	462.100	438.007
Provisões de férias	9	1.515.665	1.397.489
Contratos a pagar		431.031	251.698
Outros passivos	10	5.071.094	5.348.552
		7.831.169	7.562.633
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		966.884	4.989.531
Superávits (déficits) acumulados		284.468	(884.215)
		1.251.352	4.105.316
Total do passivo e patrimônio líquido		9.082.521	11.667.949

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios de atendimentos médicos		316.120	184.936
Outras receitas	1 (vi)	<u>18.356.061</u>	<u>13.241.864</u>
		<u>18.672.181</u>	<u>13.426.800</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(15.198.122)	(11.783.870)
Medicamentos e insumos hospitalares		(16.043)	(64.255)
Prestadores de serviços médicos	13	(62.029)	(163.163)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(2.096.556)	(849.616)
Administrativas e gerais	15	(654.178)	(695.135)
Atividades acadêmicas		(1.436)	-
Contingências e despesas judiciais		<u>(412.440)</u>	<u>(785.511)</u>
		<u>(18.440.804)</u>	<u>(14.341.550)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>231.377</u>	<u>(914.750)</u>
Receitas financeiras	16	110.987	68.870
Despesas financeiras	16	<u>(57.896)</u>	<u>(38.335)</u>
		<u>53.091</u>	<u>30.535</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>284.468</u>	<u>(884.215)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Notas	Patrimônio social	Superávits (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.842.462	1.170.868	5.013.330
Amortização do imobilizado		(23.799)		(23.799)
Déficit do exercício		-	(884.215)	(884.215)
Incorporação ao patrimônio social		1.170.868	(1.170.868)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.989.531	(884.215)	4.105.316
Ajuste do exercício anterior	11	(3.139.007)	-	(3.139.007)
Acervo líquido incorporado		575	-	575
Superávit do exercício		-	284.468	284.468
Incorporação ao patrimônio social		(884.215)	884.215	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		966.884	284.468	1.251.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	284.468	(884.215)
Ajustes do exercício anterior	(3.139.007)	-
Acervo líquido incorporado	575	-
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Depreciação	24.269	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	3.739.131	(227.162)
Bloqueio judicial	(747.525)	(513.376)
Fornecedores	179.337	(5.779)
Obrigações fiscais	45.055	5.388
Obrigações sociais e trabalhistas	24.093	(433.425)
Provisões de férias	118.176	196.155
Contratos a pagar	179.333	61.029
Outros passivos	(277.458)	1.697.635
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>406.178</u>	<u>(103.750)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(10.287)	(18.007)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(10.287)</u>	<u>(18.007)</u>
Aumento (redução), líquida, no caixa e equivalentes de caixa	<u>420.160</u>	<u>(121.757)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	736.202	857.959
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.156.362</u>	<u>736.202</u>
Aumento (redução), líquida, no caixa e equivalentes de caixa	<u>420.160</u>	<u>(121.757)</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 4.073.097 e R\$ 3.158.077, respectivamente.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Administração**

A Unidade de Apoio Administrativo – Administração, tem por objetivo, executar apoio administrativo para o gerenciamento dos contratos/convênios sob sua responsabilidade.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e de mercado.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos na Normas e Procedimentos Contábeis CPC nº 25 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	-	6.166
Banco conta movimento	33.735	33.976
Aplicações financeiras	1.122.627	696.060
	<u>1.156.362</u>	<u>736.202</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a valores a receber das despesas compartilhadas com as unidades.

6 Bloqueios judiciais

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo.

7 Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Móveis e utensílios	1.076.213	1.075.013
Máquinas e equipamentos	221.269	215.361
Equipamentos hospitalares	40.579	40.579
Equipamentos de informática	458.362	455.583
Aparelhos e instrumentos	564.851	564.851
Linhas telefônicas	4.089	3.689
Software	16.282	16.282
(-) Depreciação acumulada	(1.719.168)	(1.694.899)
	<u>662.477</u>	<u>676.459</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

8 Obrigações sociais e trabalhistas		
Descrição	2023	2022
IRRF a recolher	231.896	214.597
FGTS a recolher	118.953	99.445
INSS sobre autônomos a recolher	76.411	59.291
Empréstimo consignado a pagar	27.946	58.235
Outros	6.894	6.439
	462.100	438.007
9 Provisões de férias		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
10 Outros passivos		
Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.		
11 Ajustes do exercício anterior		
Referem-se a baixas de passivos de contratos encerrados sem previsão de pagamentos de contratos gerenciados pela unidade de apoio administrativo.		
12 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
13 Prestadores de serviços de terceiros		
Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	721.455	36.291
Serviços de informática	211.336	400.193
Serviços de manutenção predial	-	6.545
Locação de veículos e equipamentos	507.919	194.949
Serviços de manutenção de equipamentos	390	843
Serviços administrativos	29.386	41.841
Serviços de motorista	541.846	161.358
Outros serviços	84.224	7.596
	2.096.556	849.616

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

14 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	13.528	9.677
Material de conservação e reparo	13.445	4.049
Material de consumo administrativo	323.640	142.081
Utilidade pública (água, luz, telefone)	108.445	255.893
Depreciação	24.269	-
Outras despesas	170.851	283.435
	654.178	695.135
15 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	110.977	68.870
	110.977	68.870
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(50.177)	(21.856)
Juros financeiros	-	(980)
Juros e multas de mora	(7.719)	(15.499)
	(57.896)	(38.335)

16 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Administração não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	157.460	147.363
Convênios e contratos a receber	325.853	325.853
	483.313	473.216
Não circulante		
Bloqueio judicial	-	205
	-	205
Total do ativo	483.313	473.421
Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	138.760	138.760
Obrigações fiscais	-	195.116
Outros passivos	359.946	359.946
	498.706	693.822
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	224.836	215
Déficits acumulados	(240.229)	(220.616)
	(15.393)	(220.401)
Total do passivo e patrimônio líquido	483.313	473.421

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais		
Outras receitas	-	5.449
	<u>-</u>	<u>5.449</u>
Despesas operacionais		
Prestadores de serviços médicos	-	(242.487)
Contingências e despesas judiciais	(255.777)	
	<u>(255.777)</u>	<u>(242.487)</u>
Déficit antes do resultado financeiro	<u>(255.777)</u>	<u>(237.038)</u>
Receitas financeiras	16.100	17.017
Despesas financeiras	(552)	(595)
	<u>15.548</u>	<u>16.422</u>
Déficit do exercício	<u><u>(240.229)</u></u>	<u><u>(220.616)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

		Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(64.468)	64.683	215
Déficit do exercício		-	(220.616)	(220.616)
Incorporação ao patrimônio social		64.683	(64.683)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		215	(220.616)	(220.401)
Ajuste do exercício anterior	2	195.115	-	195.115
Acervo líquido incorporado	3	250.122	-	250.122
Déficit do exercício		-	(240.229)	(240.229)
Incorporação ao patrimônio social		(220.616)	220.616	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		224.836	(240.229)	(15.393)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(240.229)	(220.616)
Ajustes do exercício anterior	195.115	-
Acervo líquido incorporado	250.122	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	1.753.181
Bloqueio judicial	205	(10)
Fornecedores	-	(973.490)
Obrigações fiscais	<u>(195.116)</u>	<u>(411.722)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>10.097</u>	<u>147.343</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>10.097</u></u>	<u><u>147.343</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	147.363	20
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>157.460</u>	<u>147.363</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>10.097</u></u>	<u><u>147.343</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. O contrato foi encerrado em junho de 2015.

2. Ajustes do exercício anterior

Com base nos pareceres jurídicos, a Administração efetuou baixas de impostos de fornecedores devido ao seu prazo decadencial e prescricional.

3. Acervo líquido incorporado

Refere-se a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 250.171, do Contrato de Gestão SS nº 035/2022 de Santo André, para reembolso de processos trabalhistas já executados na Filial da Unidade de Apoio Adm

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o

assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 15 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	847.448	513.237
Convênios e contratos a receber	5	796.432	734.121
Outros créditos		719	719
		1.644.599	1.248.077
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	1.406.968	1.397.404
		1.406.968	1.397.404
Total do ativo		3.051.567	2.645.481
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		55.345	42.507
Obrigações fiscais		15.097	4.333
Obrigações sociais e trabalhistas	7	510.704	470.598
Provisões de férias	8	582.409	528.943
Outros passivos	9	80.788	107.455
		1.244.343	1.153.836
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	10	-	18.913
		-	18.913
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.472.732	1.363.603
Superávits acumulados		334.492	109.129
		1.807.224	1.472.732
Total do passivo e patrimônio líquido		3.051.567	2.645.481

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	8.820.070	7.491.075
Outras receitas		-	36.453
		<u>8.820.070</u>	<u>7.527.528</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(7.090.509)	(6.007.837)
Medicamentos e insumos hospitalares		(77)	-
Prestadores de serviços de terceiros	11	(555.562)	(433.742)
Administrativas e gerais	12	(504.839)	(483.610)
Atividades acadêmicas		(328.487)	(521.197)
Contingências e despesas judiciais		(55.048)	(21.916)
		<u>(8.534.522)</u>	<u>(7.468.302)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>285.548</u>	<u>59.226</u>
Receitas financeiras	13	49.984	50.832
Despesas financeiras	13	(1.040)	(929)
		<u>48.944</u>	<u>49.903</u>
Superávit do exercício		<u>334.492</u>	<u>109.129</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.060.328	303.275	1.363.603
Superávit do exercício	-	109.129	109.129
Incorporação ao patrimônio social	<u>303.275</u>	<u>(303.275)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.363.603</u>	<u>109.129</u>	<u>1.472.732</u>
Superávit do exercício	-	334.492	334.492
Incorporação ao patrimônio social	<u>109.129</u>	<u>(109.129)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.472.732</u></u>	<u><u>334.492</u></u>	<u><u>1.807.224</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	334.492	109.129
Ajustes do exercício anterior	-	-
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(18.913)	(164.748)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	(62.311)	(142.725)
Outros créditos	-	-
Bloqueio judicial	(9.564)	(339.013)
Fornecedores	12.838	6.057
Obrigações fiscais	10.764	(878)
Obrigações sociais e trabalhistas	40.106	85.907
Provisões de férias	53.466	55.815
Outros passivos	(26.667)	2.443
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>334.211</u>	<u>(388.013)</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>334.211</u>	<u>(388.013)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	513.237	901.250
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>847.448</u>	<u>513.237</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>334.211</u>	<u>(388.013)</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 1.900.256 e R\$ 1.610.100, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Em 29 de julho de 2020 foi celebrado o Convênio nº 03/202 – Processo nº 6768/2020 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de manter o programa municipal de DST/AIDS, com plano de ações e metas de apoio à gestão de programa, mantendo o serviço de atendimento especializado (SAE/CEPADI) com equipe técnica de profissionais de nível assistencial compatíveis com a necessidade; aprimorar as atividades do programa, objetivando reduzir a incidência das DST/AIDS e melhorar na qualidade de vida dos portadores de vírus correlacionados; aumentar a cobertura das ações de prevenção, principalmente em grupos com maior vulnerabilidade; reduzir o estigma, a discriminação e os demais impactos sociais negativos das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais. O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o dispositivo do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93. Em 29 de julho de 2022 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento do Convênio nº 03/2020, prorrogando o prazo de vigência por mais doze meses, a partir do dia 29 de julho de 2022. E o valor da prorrogação é de R\$ 2.682.626,61.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (b) **Contratos a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (e) **Provisão para contingências**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (f) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	228.255	198.710
Aplicações financeiras	619.193	314.527
	<u>847.448</u>	<u>513.237</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros dos contratos de gestão firmados com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	305.789	295.992
Rescisões a pagar	17.401	-
IRRF a recolher	75.145	73.160
FGTS a recolher	51.684	47.223
INSS sobre autônomos a recolher	39.259	40.299
Empréstimo consignado a pagar	18.217	13.924
Outras	3.209	-
	510.704	470.598

8 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis eventuais perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2023	2022
Trabalhista	-	18.913
	-	18.913

11 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	249.524	237.209
Serviços de manutenção predial	306.038	196.533
	555.562	433.742

12 Administrativas e gerais

Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	167.472	186.180
Material de consumo administrativo	16.432	-
Outras despesas	320.935	297.430
	504.839	483.610

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

13 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	49.984	50.832
	<u>49.984</u>	<u>50.832</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.040)	(929)
	<u>(1.040)</u>	<u>(929)</u>

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Caetano do Sul, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Rio Grande da Serra – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	8
Convênios e contratos a receber	-	2.231.300
	<u>4</u>	<u>2.231.308</u>
Não circulante		
Bloqueio judicial	883	126
	<u>883</u>	<u>126</u>
Total do ativo	<u><u>887</u></u>	<u><u>2.231.434</u></u>
Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	-	221.525
Obrigações fiscais	-	50.453
Outros passivos	-	1.023.646
	<u>-</u>	<u>1.295.624</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	133	935.805
Superávit acumulado	754	5
	<u>887</u>	<u>935.810</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>887</u></u>	<u><u>2.231.434</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Rio Grande da Serra – CNPJ 57.571.275/0004-45**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais		
Outras receitas	149.131	220.855
	<u>149.131</u>	<u>220.855</u>
Despesas Operacionais		
Contingências e despesas judiciais	(147.917)	(220.000)
	<u>(147.917)</u>	<u>(220.000)</u>
Superávit antes do resultado financeiro	<u>1.214</u>	<u>855</u>
Despesas financeiras	(460)	(850)
	<u>(460)</u>	<u>(850)</u>
Superávit do exercício	<u>754</u>	<u>5</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Rio Grande da Serra – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	935.805	-	935.805
Superávit do exercício	-	5	5
Saldos em 31 de dezembro de 2022	935.805	5	935.810
Ajuste do exercício anterior	(935.677)	-	(935.677)
Superávit do exercício	-	754	754
Incorporação ao patrimônio social	5	(5)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	133	754	887

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Rio Grande da Serra – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	754	5
Ajustes do exercício anterior	(935.677)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	2.231.300	-
Bloqueio judicial	(757)	(5)
Fornecedores	(221.525)	-
Obrigações fiscais	(50.453)	-
Outros passivos	<u>(1.023.646)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(4)</u>	<u>-</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4)</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	8
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4</u>	<u>8</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4)</u>	<u>-</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Rio Grande da Serra – CNPJ 57.571.275/0004-45**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. No exercício de 2023, a Entidade efetuou baixas de saldos das contas de ativos e passivos contra a conta de ajuste de exercícios anteriores, em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Rio Grande da Serra

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Rio Grande da Serra, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Rio Grande da Serra, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Mauá – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	51	46
Convênios e contratos a receber	-	6.820.795
	<u>51</u>	<u>6.820.841</u>
Não circulante		
Bloqueio judicial	1.756	1.756
	<u>1.756</u>	<u>1.756</u>
Total do ativo	<u><u>1.807</u></u>	<u><u>6.822.597</u></u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	-	977.755
Obrigações fiscais	-	206.029
Obrigações sociais e trabalhistas	-	2.193.108
Outros passivos	-	3.503.567
	<u>-</u>	<u>6.880.459</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	1.802	(57.866)
Superávit acumulado	5	4
	<u>1.807</u>	<u>(57.862)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>1.807</u></u>	<u><u>6.822.597</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Mauá – CNPJ
57.571.275/0004-45****Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras	5	4
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5</u>	<u>4</u>
Superávit do exercício	<u><u>5</u></u>	<u><u>4</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Mauá – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(57.866)	-	(57.866)
Superávit do exercício	-	4	4
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(57.866)	4	(57.862)
Ajuste do exercício anterior	59.664	-	59.664
Superávit do exercício	-	5	5
Incorporação ao patrimônio social	4	(4)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.802</u>	<u>5</u>	<u>1.807</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Mauá – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	5	4
Ajustes do exercício anterior	59.664	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	6.820.795	-
Fornecedores	(977.755)	-
Obrigações fiscais	(206.029)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.193.108)	-
Outros passivos	(3.503.567)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5	4
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	5	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	42
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	51	46
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	5	4

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Mauá – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. No exercício de 2023, a Entidade efetuou baixas de saldos das contas de ativos e passivos contra a conta de ajuste de exercícios anteriores, em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Mauá

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Mauá, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Mauá, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido

divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Mauá, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Ribeirão Pires –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Convênios e contratos a receber	-	3.018.392
	<u>-</u>	<u>3.018.392</u>
Total do ativo	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.018.392</u></u>
Passivo e patrimônio líquido	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Outros passivos	-	2.162.625
	<u>-</u>	<u>2.162.625</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	-	855.767
	<u>-</u>	<u>855.767</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.018.392</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Ribeirão Pires –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

Sem movimentação

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Ribeirão Pires –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	855.767	-	855.767
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>855.767</u>	-	<u>855.767</u>
Ajuste do exercício anterior	(855.767)	-	(855.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Ribeirão Pires –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	-	-
Ajustes do exercício anterior	(855.767)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	3.018.392	-
Outros passivos	<u>(2.162.625)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Ribeirão Pires –
CNPJ 57.571.275/0004-45****Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. No exercício de 2023, a Entidade efetuou baixas de saldos das contas de ativos e passivos contra a conta de ajuste de exercícios anteriores, em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Ribeirão Pires

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Ribeirão Pires, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Ribeirão Pires, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Caieiras – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	434	426
Outros créditos	-	2.924
	434	3.350
Não circulante		
Bloqueio judicial	998.093	998.088
	998.093	998.088
Total do ativo	998.527	1.001.438
Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Obrigações fiscais	-	33.015
	-	33.015
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	998.514	968.403
Superávit acumulado	13	20
	998.527	968.423
Total do passivo e patrimônio líquido	998.527	1.001.438

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Caieiras – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais		
Outras receitas	1	9
	<u>1</u>	<u>9</u>
Despesas Operacionais		
Contingências e despesas judiciais	(1)	-
	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Superávit antes do resultado financeiro	<u>-</u>	<u>9</u>
Receitas financeiras	45	43
Despesas financeiras	(32)	(32)
	<u>13</u>	<u>11</u>
Superávit do exercício	<u><u>13</u></u>	<u><u>20</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Caieiras – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	968.403	-	968.403
Ajuste do exercício anterior	-	-	-
Superávit do exercício	-	20	20
Saldos em 31 de dezembro de 2022	968.403	20	968.423
Ajuste do exercício anterior	30.091	-	30.091
Superávit do exercício	-	13	13
Incorporação ao patrimônio social	20	(20)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	998.514	13	998.527

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Caieiras – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	13	20
Ajustes do exercício anterior	30.091	3
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	2.924	-
Bloqueio judicial	(5)	(22)
Obrigações fiscais	<u>(33.015)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>8</u>	<u>1</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>8</u></u>	<u><u>1</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	426	425
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>434</u>	<u>426</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>8</u></u>	<u><u>1</u></u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Caieiras – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. No exercício de 2023, a Entidade efetuou baixas de saldos das contas de ativos e passivos contra a conta de ajuste de exercícios anteriores, em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Caieiras

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Caieiras, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Caieiras, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	411	659.837
Outros créditos	-	-	145.635
		411	805.472
Não circulante			
Bloqueio judicial		-	315.991
		-	315.991
Total do ativo		411	1.121.463
Patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		258.154	764.512
Déficits acumulados		(257.743)	356.951
		411	1.121.463
Total do patrimônio líquido		411	1.121.463

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais		
Convênios público - Municipal	-	307.827
Outras receitas	224	40
	<u>224</u>	<u>307.867</u>
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	-	(17)
Contingências e despesas judiciais	(312.072)	(3.000)
	<u>(312.072)</u>	<u>(3.017)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	<u>(311.848)</u>	<u>304.850</u>
Receitas financeiras	54.105	52.270
Despesas financeiras	-	(169)
	<u>54.105</u>	<u>52.101</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>(257.743)</u>	<u>356.951</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Notas	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		13.070.498	(2.375.289)	10.695.209
Ajuste do exercício anterior		(9.930.697)	-	(9.930.697)
Superávit do exercício		-	356.951	356.951
Incorporação ao patrimônio social		(2.375.289)	2.375.289	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		764.512	356.951	1.121.463
Ajuste do exercício anterior	4	(145.054)	-	(145.054)
Acervo líquido cindido	5	(718.255)	-	(718.255)
Déficit do exercício		-	(257.743)	(257.743)
Incorporação ao patrimônio social		356.951	(356.951)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		258.154	(257.743)	411

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(257.743)	356.951
Ajustes do exercício anterior	(145.054)	(9.930.697)
Acervo líquido cindido	(718.255)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	9.930.697
Outros créditos	145.635	607.144
Bloqueio judicial	315.991	(307.783)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(659.426)</u>	<u>656.312</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(659.426)</u></u>	<u><u>656.312</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	659.837	3.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>411</u>	<u>659.837</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(659.426)</u></u>	<u><u>656.312</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incura; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos**

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o Convênio nº 8822/2015-FMS-PA nº 19.612/15-SS entre a Prefeitura Municipal de Guarulhos, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de cooperação técnica e financeira visando a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre os partícipes, e integrar as Policlínicas Maria Dirce e Paraíso, e Unidades de Pronto Atendimento – UPA São João – Lavras e UPA Cumbica, na rede regionalizada e hierarquizada de estabelecimentos de saúde que constituem o SUS Guarulhos, de modo a garantir aos seus usuários atenção integral, humanizada e de qualidade, em ação conjunta a ser desenvolvida entre o Município, por meio da Secretária Municipal da Saúde e a Fundação do ABC. Em dezembro de 2017, a Prefeitura transferiu os serviços da unidade Paraíso para a nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Cumbica “Prefeito Vicentino Papotto”, também sob administração da Fundação do ABC. Com capacidade para 400 atendimentos diários, a unidade oferece assistência de urgência e emergência em clínica médica e pediatria, além de exames de raio X e atendimento odontológico. Todas as unidades estão inseridas na rede de estabelecimentos da saúde do SUS/Guarulhos, com a finalidade de servir como referência para a prestação de assistência integral à saúde dos usuários, particularmente nos níveis de baixa e média complexidade. O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 1 de abril de 2015, podendo ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo. Em 31 de março de 2020, foi celebrado o Termo de Aditamento nº 04-19/2020-FMS, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência por doze meses compreendendo o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, ou em menor prazo mediante conclusão de Chamamento Público, exclusão do equipamento PA Paraíso. Não houve renovação do Contrato, encerrando em março de 2021.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. **Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	299	165
Aplicações financeiras	112	659.672
	411	659.837

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

4 Ajustes do exercício anterior

No exercício de 2023, a Entidade efetuou baixas de saldos das contas de ativos contra a conta de ajuste de exercícios anteriores, em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão.

5 Acervo líquido cindido

Em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão n° 8822/2015, foram transferidos recursos financeiros no montante de R\$ 718.255 para a modalidade de indenizatório.

6 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Guarulhos, 15 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.121	2.930
Convênios e contratos a receber	5	243.186	243.186
Outros créditos		1.203.806	823.054
		1.468.113	1.069.170
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	3.873	37.793
		3.873	37.793
Total do ativo		1.471.986	1.106.963
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	7	17.650.645	23.586.112
Obrigações fiscais	8	697.153	914.102
Outros passivos	9	572.302	654.155
		18.920.100	25.154.369
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(13.936.449)	(18.490.571)
Déficits acumulados		(3.511.665)	(5.556.835)
		(17.448.114)	(24.047.406)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.471.986	1.106.963

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Outras receitas		-	28.113
		<u>-</u>	<u>28.113</u>
Despesas operacionais			
Prestadores de serviços de terceiros		-	(16)
Contingências e despesas judiciais	12	<u>(3.513.602)</u>	<u>(5.586.009)</u>
		<u>(3.513.602)</u>	<u>(5.586.025)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(3.513.602)</u>	<u>(5.557.912)</u>
Receitas financeiras	13	2.317	1.352
Despesas financeiras	13	<u>(380)</u>	<u>(275)</u>
		<u>1.937</u>	<u>1.077</u>
Déficit do exercício		<u>(3.511.665)</u>	<u>(5.556.835)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficit) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(24.201.969)	(2.199.160)	(26.401.129)
Acervo líquido incorporado		7.910.558	-	7.910.558
Déficit do exercício		-	(5.556.835)	(5.556.835)
Incorporação ao patrimônio social		<u>(2.199.160)</u>	<u>2.199.160</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>(18.490.571)</u>	<u>(5.556.835)</u>	<u>(24.047.406)</u>
Acervo líquido cindido	11	(438.476)	-	(438.476)
Acervo líquido incorporado	12	10.549.433	-	10.549.433
Déficit do exercício		-	(3.511.665)	(3.511.665)
Incorporação ao patrimônio social		<u>(5.556.835)</u>	<u>5.556.835</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>(13.936.449)</u>	<u>(3.511.665)</u>	<u>(17.448.114)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(3.511.665)	(5.556.835)
Acervo líquido cindido	(438.476)	7.910.558
Acervo líquido incorporado	10.549.433	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	112.988
Outros créditos	(380.752)	(438.457)
Bloqueio judicial	33.920	(37.614)
Fornecedores	(5.935.467)	(2.169.739)
Obrigações fiscais	(216.949)	(93.704)
Outros passivos	(81.853)	271.748
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	18.191	(1.055)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	18.191	(1.055)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.930	3.985
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.121	2.930
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	18.191	(1.055)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Durante o exercício de 2023, a unidade gerenciada não usufruiu de isenções previdenciárias.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

Em 30 de junho de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 348/15-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência deste contrato de gestão é de cinco anos, contados a partir do dia 1 de julho de 2015. Em 30 de dezembro de 2019, foi celebrado o 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 348/2015-PJ, Termo Aditivo nº 238/2019, apresentando o valor do Plano Operativo para a vigência do contrato de 1 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020. Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	2.870	2.875
Aplicações financeiras	18.251	55
	<u>21.121</u>	<u>2.930</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

8 Obrigações fiscais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PCC retido de serviços a recolher	697.153	914.102
	697.153	914.102

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Acervo líquido cindido

Refere-se a transferência recursos financeiros do Contrato de Gestão n° 348/2015 para o Contrato de Gestão n° 035/2022, para devolução de saldo bloqueado.

11 Acervo líquido incorporado

Refere-se a transferência de recursos financeiros do contrato de Gestão n° 035/2022 para o Contrato de Gestão n° 348/2015 para pagamentos diversos.

12 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos e dos acordos dos fornecedores.

13 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.317	1.352
	2.317	1.352
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(380)	(275)
	(380)	(275)

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital e Maternidade Interlagos – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7	18
	<u>7</u>	<u>18</u>
Não circulante		
Bloqueio judicial	172.298	172.298
	<u>172.298</u>	<u>172.298</u>
Total do ativo	<u><u>172.305</u></u>	<u><u>172.316</u></u>
Patrimônio líquido		
	2023	2022
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	172.316	172.305
Superávit (déficit) acumulado	(11)	11
	<u>172.305</u>	<u>172.316</u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>172.305</u></u>	<u><u>172.316</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital e
Maternidade Interlagos – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais		
Outras receitas	-	7.584
	<u>-</u>	<u>7.584</u>
Superávit antes do resultado financeiro	<u>-</u>	<u>7.584</u>
Receitas financeiras	1	1
Despesas financeiras	(12)	(7.574)
	<u>(11)</u>	<u>(7.573)</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u><u>(11)</u></u>	<u><u>11</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital e Maternidade Interlagos – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (Déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	172.305	-	172.305
Superávit do exercício	-	11	11
Saldos em 31 de dezembro de 2022	172.305	11	172.316
Déficit do exercício	-	(11)	(11)
Incorporação ao patrimônio social	11	(11)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	172.316	(11)	172.305

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital e
Maternidade Interlagos – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	(11)	11
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(11)</u>	<u>11</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(11)</u>	<u>11</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7</u>	<u>18</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(11)</u>	<u>11</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital e Maternidade Interlagos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital e Maternidade Interlagos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital e Maternidade Interlagos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital e Maternidade Interlagos, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido

divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 15 de abril de 2024

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia
Saúde da Família (ESF) de Itatiba – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	81
Outros créditos	-	8.761
	<u>-</u>	<u>8.842</u>
Não circulante		
Bloqueio judicial	-	361.256
	<u>-</u>	<u>361.256</u>
Total do ativo	<u>-</u>	<u>370.098</u>
Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Outros passivos	-	157.863
	<u>-</u>	<u>157.863</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	212.235	1.940.765
Déficits acumulados	(212.235)	(1.728.530)
	<u>-</u>	<u>212.235</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>370.098</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia
Saúde da Família (ESF) de Itatiba – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal		-	5.392.664
Outras receitas		-	11.754
		<u>-</u>	<u>5.404.418</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		-	(6.471.987)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(92.585)
Prestadores de serviços médicos		-	(11.254)
Prestadores de serviços de terceiros		-	(353.401)
Administrativas e gerais		(80)	(336.127)
Contingências e despesas judiciais		(212.155)	(24.414)
Bens de terceiros		-	(6.350)
		<u>(212.235)</u>	<u>(7.296.118)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(212.235)</u>	<u>(1.891.700)</u>
Receitas financeiras		-	163.900
Despesas financeiras		-	(730)
		<u>-</u>	<u>163.170</u>
Déficit do exercício		<u>(212.235)</u>	<u>(1.728.530)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia
Saúde da Família (ESF) de Itatiba – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.102.120	1.266.950	3.369.070
Acervo líquido cindido	(1.428.305)	-	(1.428.305)
Déficit do exercício	-	(1.728.530)	(1.728.530)
Incorporação ao patrimônio social	1.266.950	(1.266.950)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.940.765	(1.728.530)	212.235
Déficit do exercício	-	(212.235)	(212.235)
Incorporação ao patrimônio social	(1.728.530)	1.728.530	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	212.235	(212.235)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia
Saúde da Família (ESF) de Itatiba – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(212.235)	(1.728.530)
Ajustes do exercício anterior	-	-
Acervo líquido cindido	-	(1.428.305)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para contingências	-	(8.323)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	2.289.243
Outros créditos	8.761	-
Bloqueio judicial	361.256	421.119
Fornecedores	-	(63.666)
Obrigações fiscais	-	(607)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(1.762.118)
Provisões de férias	-	(920.152)
Outros passivos	(157.863)	(94.816)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(81)	(3.296.155)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(81)	(3.296.155)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81	3.296.236
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	81
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(81)	(3.296.155)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba**

Em 31 de julho de 2017 foi celebrado o Termo de Convênio entre a Prefeitura do Município de Itatiba e a Fundação do ABC, que tem por objeto a gestão, o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidade de Saúde da Família no município de Itatiba-SP, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e diretrizes de SMS. Em 31 de julho de 2020, foi celebrado o Quarto Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade prorrogação de prazo de vigência por mais doze meses. Em 31 de julho de 2021, foi celebrado o Quinto Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade prorrogação de prazo de vigência por mais doze meses. Em 2 de março de 2022, foi celebrado o Sétimo Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade a inclusão de dois profissionais médicos, com validade até a data de 31 de julho de 2022. Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Termo de Convênio.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. **Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.1 **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.2 **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 **Descrição das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia
Saúde da Família (ESF) de Itatiba – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 Instrumentos financeiros**
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia Saúde da Família (ESF)
de Itatiba

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Itatiba, 15 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.303.909	1.485.591
		<u>1.303.909</u>	<u>1.485.591</u>
Não circulante			
Bloqueio judicial		-	379.681
		<u>-</u>	<u>379.681</u>
		<u>-</u>	<u>379.681</u>
Total do ativo		<u>1.303.909</u>	<u>1.865.272</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		42.532	38.108
Obrigações fiscais		1.896	33
Obrigações sociais e trabalhistas	5	588.399	554.491
Provisões de férias	6	52.326	81.701
Outros passivos	7	18.680	30.634
		<u>703.833</u>	<u>704.967</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.160.295	329.784
Superávit (déficit) acumulado		<u>(560.219)</u>	<u>830.521</u>
		<u>600.076</u>	<u>1.160.305</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	4.087.017	4.625.011
Outras receitas		-	3.484
		<u>4.087.017</u>	<u>4.628.495</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(4.073.570)	(3.428.530)
Medicamentos e insumos hospitalares		(769)	(2.756)
Prestadores de serviços de terceiros		(144.055)	(66.100)
Administrativas e gerais	8	(488.776)	(272.382)
Contingências e despesas judiciais		-	(468)
Bens de terceiros	3 (d)	(64.629)	(145.260)
		<u>(4.771.799)</u>	<u>(3.915.496)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(684.782)</u>	<u>712.999</u>
Receitas financeiras	9	127.414	120.512
Despesas financeiras	9	(2.851)	(2.990)
		<u>124.563</u>	<u>117.522</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>(560.219)</u></u>	<u><u>830.521</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(235.991)	565.775	329.784
Superávit do exercício	-	830.521	830.521
Incorporação ao patrimônio social	<u>565.775</u>	<u>(565.775)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>329.784</u>	<u>830.521</u>	<u>1.160.305</u>
Acervo líquido cindido	(10)	-	(10)
Superávit do exercício	-	(560.219)	(560.219)
Incorporação ao patrimônio social	<u>830.521</u>	<u>(830.521)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.160.295</u></u>	<u><u>(560.219)</u></u>	<u><u>600.076</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(560.219)	830.521
Acervo líquido cindido	(10)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	-	6
Bloqueio judicial	379.681	(379.526)
Fornecedores	4.424	(34.865)
Obrigações fiscais	1.863	(483)
Obrigações sociais e trabalhistas	33.908	124.888
Provisões de férias	(29.376)	(26.147)
Outros passivos	<u>(11.954)</u>	<u>(1.862)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(181.682)</u>	<u>512.532</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(181.682)</u>	<u>512.532</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.485.591	973.059
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.303.909</u>	<u>1.485.591</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(181.682)</u>	<u>512.532</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 1.091.717 e R\$ 918.846, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Em 5 de abril de 2018 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objeto o Gerenciamento, operacionalização, formação e execução de ações complementares na Rede Municipal de Ensino, junto ao Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar (CAEM), Pólo Bilíngue, NANASA, unidades escolares e equipamentos municipais, devendo sempre ser considerada a concepção educacional da rede, na perspectiva da Educação Inclusiva. Em 16 de agosto de 2021 foi celebrado o 5º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objetivo repactuar o valor repassado a Entidade. Em 29 de dezembro de 2021 foi celebrado o 6º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objetivo prorrogar a vigência de 1 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2022, e repactuar o valor repassado a Entidade. Em 30 de dezembro de 2023 foi celebrado o 1º Termo de Colaboração nº 037/2023 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objetivo prorrogar a vigência de 1 de junho de 2023 até 31 de dezembro de 2023, e repactuar o valor repassado a Entidade

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (e) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (f) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	-	112.377
Aplicações financeiras	1.303.909	1.373.214
	<u>1.303.909</u>	<u>1.485.591</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Obrigações sociais e trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	177.292	177.651
IRRF a recolher	72.295	54.996
FGTS a recolher	313.318	296.220
INSS sobre autônomos a recolher	24.699	25.117
Empréstimo consignado a pagar	795	497

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

	-	10
	588.399	554.491
6 Provisões de férias		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
7 Outros passivos		
Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.		
8 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Material de conservação e reparo	18.785	11.536
Material de consumo administrativo	250.686	85.285
Outras despesas	219.305	175.561
	488.776	272.382
9 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	127.414	120.512
	127.414	120.512
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(2.851)	(2.990)
	(2.851)	(2.990)
10 Instrumentos financeiros		
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.		

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do
Município de Santo André

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.627	25.277
		22.627	25.277
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	49.591	49.375
		49.591	49.375
Total do ativo		72.218	74.652
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	6	2.033.025	5.177.798
Obrigações fiscais		-	11.716
Outros passivos	7	1.478.458	1.478.441
		3.511.483	6.667.955
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(3.330.215)	(6.599.636)
Superávit (déficit) acumulados		(109.050)	6.333
		(3.439.265)	(6.593.303)
Total do passivo e patrimônio líquido		72.218	74.652

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Outras receitas		-	10.095
		<u>-</u>	<u>10.095</u>
Despesas operacionais			
Contingências e despesas judiciais	10	(109.589)	(6.382)
		<u>(109.589)</u>	<u>(6.382)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(109.589)</u>	<u>3.713</u>
Receitas financeiras		1.089	3.700
Despesas financeiras		(550)	(1.080)
		<u>539</u>	<u>2.620</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>(109.050)</u>	<u>6.333</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.326.112	(15.925.748)	(6.599.636)
Superávit do exercício		-	6.333	6.333
Incorporação ao patrimônio social		(15.925.748)	15.925.748	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		(6.599.636)	6.333	(6.593.303)
Acervo líquido incorporado	9	3.263.088	-	3.263.088
Déficit do exercício		-	(109.050)	(109.050)
Incorporação ao patrimônio social		6.333	(6.333)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(3.330.215)	(109.050)	(3.439.265)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(109.050)	6.333
Acervo líquido incorporado	3.263.088	-
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(216)	(45.033)
Fornecedores	(3.144.773)	-
Obrigações fiscais	(11.716)	-
Outros passivos	17	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(2.650)</u>	<u>(38.700)</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.650)</u>	<u>(38.700)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.277	63.977
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>22.627</u>	<u>25.277</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.650)</u>	<u>(38.700)</u>

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) **Santo André III**

Em 30 de junho de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 109/2020-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC para gerenciamento, operacionalização, execução e fomento de serviços da rede pública de saúde e dos hospitais de campanha COVID-19 do município de Santo André, abrangendo as áreas da atenção básica, atenção especializada, atenção hospitalar, atenção às urgências e emergências, vigilância à saúde e apoio à gestão. Este contrato decorre da autorização procedida pelo Secretário de Saúde, ao reconhecer a Dispensa de Licitação nos termos do inciso IV do artigo 24 e da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se acha juntada ao Processo Administrativo nº. 11.197/2020. O objetivo do presente Contrato de Gestão é fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência deste contrato de gestão é de 180 dias consecutivos, contados a partir do dia 1 de julho de 2020. Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa			
<u>Descrição</u>		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento		12.912	12.912
Aplicações financeiras		9.715	12.365
		<u>22.627</u>	<u>25.277</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- 5 **Bloqueio judicial**
Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III.
- 6 **Fornecedores**
Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.
- 7 **Outros passivos**
Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.
- 8 **Provisão para contingências**
A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

**Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

- 9 Acervo líquido incorporado**
Referem-se aos saldos de passivos transferidos do Contrato de Gestão SS n° 035/2022 de Santo André, em decorrência do encerramento do contrato.
- 10 Contingências e despesas judiciais**
Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.
- 11 Instrumentos financeiros**
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 15 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de
Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.742.573	296.069
Convênios e contratos a receber	5	526.110	325.495
		2.268.683	621.564
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	115.184	691.269
		115.184	691.269
Total do ativo		2.383.867	1.312.833
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		24.275	14.593
Obrigações fiscais		505	-
Obrigações sociais e trabalhistas	7	261.893	212.305
Provisões de férias	8	322.551	177.469
Outros passivos	9	133.019	42.284
		742.243	446.651
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		866.182	441.753
Superávits acumulados		775.442	424.429
		1.641.624	866.182
Total do passivo e patrimônio líquido		2.383.867	1.312.833

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de
Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	4.695.996	2.820.577
Outras receitas		50	-
		<u>4.696.046</u>	<u>2.820.577</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.732.833)	(2.235.004)
Administrativas e gerais		(244.917)	(183.463)
Contingências e despesas judiciais		-	(1.207)
		<u>(3.977.750)</u>	<u>(2.419.674)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>718.296</u>	<u>400.903</u>
Receitas financeiras	11	60.508	26.539
Despesas financeiras	11	(3.362)	(3.013)
		<u>57.146</u>	<u>23.526</u>
Superávit do exercício		<u><u>775.442</u></u>	<u><u>424.429</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de
Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	216.940	224.813	441.753
Superávit do exercício	-	424.429	424.429
Incorporação ao patrimônio social	224.813	(224.813)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	441.753	424.429	866.182
Superávit do exercício	-	775.442	775.442
Incorporação ao patrimônio social	424.429	(424.429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	866.182	775.442	1.641.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de
Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	775.442	424.429
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(200.615)	(153.698)
Bloqueio judicial	551.456	(313.095)
Fornecedores	9.682	3.356
Obrigações fiscais	505	-
Obrigações sociais e trabalhistas	49.588	108.289
Provisões de férias	145.082	34.836
Outros passivos	<u>115.364</u>	<u>(13.693)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.446.504</u>	<u>90.424</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.446.504</u>	<u>90.424</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	296.069	205.645
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.742.573</u>	<u>296.069</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.446.504</u>	<u>90.424</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 1.000.399 e R\$ 598.981, respectivamente.

(vi) Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Em 31 de julho de 2020 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de cooperação técnica e financeira para a operacionalização de serviços junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Assistência Social. O Plano de Trabalho contempla no fornecimento de Equipe multiprofissional para:

- realização de trabalho social com famílias;
- acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social, dos mais diversos;
- acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sendo Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço a Comunidade;
- acompanhamento mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situação de violência ou outras situações de vulnerabilidade;
- acompanhamento de pessoas em situação de rua.

O prazo de vigência desta parceria é de doze meses, podendo ser aditado, pelo período máximo de sessenta meses. Em 29 de julho de 2022 foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência do contrato, pelo prazo de doze meses, a contar de 1 de agosto de 2022, e consequentemente foi repactuado o valor do contrato. Em 23 de setembro de 2023 foi celebrado o novo Termo de Colaboração nº 182/2023 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência do contrato, pelo prazo de doze meses, a contar de 1 de agosto de 2023, e consequentemente foi repactuado o valor do contrato

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contas a receber

Refere-se ao valor de repasse a receber da parceria de operacionalização de serviços prestados junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações financeiras	<u>1.742.573</u>	<u>296.069</u>
	<u>1.742.573</u>	<u>296.069</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

5 Contas a receber

Refere-se ao repasse a receber de recursos financeiros de parceria firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André, por meio dos Termos Aditivo ao Termo de Colaboração nº 113/2020.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS).

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	171.089	154.178
Rescisões a pagar	9.190	-
IRRF a recolher	27.279	16.610
FGTS a recolher	29.391	20.370
INSS a recolher	23.917	21.147
Empréstimo consignado a pagar	1.027	-
	261.893	212.305

8 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

11 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	60.508	26.539
	60.508	26.539
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.362)	(3.013)
	(3.362)	(3.013)

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de
Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e
Assistência Social de Santo André (SCAS)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido

divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.285	99.294
		99.285	99.294
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	13.130	13.122
		13.130	13.122
Total do ativo		112.415	112.416
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	6	4.179.743	4.616.806
Obrigações fiscais	7	103.215	103.215
Outros passivos	8	873.707	873.707
		5.156.665	5.593.728
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(4.949.803)	(5.529.916)
Superávit (déficit) acumulado		(94.447)	48.604
		(5.044.250)	(5.481.312)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado

Exercício social findo em 31 de dezembro

Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	-	58.861
		<u>-</u>	<u>58.861</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		-	(198)
Contingências e despesas judiciais	11	(94.182)	(10.280)
		<u>(94.182)</u>	<u>(10.478)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(94.182)</u>	<u>48.383</u>
Receitas financeiras		18	625
Despesas financeiras		(283)	(404)
		<u>(265)</u>	<u>221</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>(94.447)</u>	<u>48.604</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(3.581.449)	(1.950.730)	(5.532.179)
Acervo líquido incorporado		2.263	-	2.263
Superávit do exercício		-	48.604	48.604
Incorporação ao patrimônio social		<u>(1.950.730)</u>	<u>1.950.730</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>(5.529.916)</u>	<u>48.604</u>	<u>(5.481.312)</u>
Acervo líquido incorporado	10	531.509	-	531.509
Déficit do exercício		-	(94.447)	(94.447)
Incorporação ao patrimônio social		<u>48.604</u>	<u>(48.604)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>(4.949.803)</u>	<u>(94.447)</u>	<u>(5.044.250)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício social findo em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(94.447)	48.604
Ajustes do exercício anterior	-	2.263
Acervo líquido incorporado	531.509	-
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(8)	46.785
Fornecedores	(437.063)	(28.900)
Obrigações fiscais	-	(21.976)
Outros passivos	-	(46.776)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(9)	-
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(9)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.294	99.294
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	99.285	99.294
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(9)	-

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) **Santo André IV**

Em 23 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 440/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência desta Contrato é de até 180 dias consecutivos, contados a partir do dia 28 de dezembro de 2020. Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	99.285	99.294
	99.285	99.294

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Santo André IV.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
PCC retido de serviços a recolher	103.215	125.191
	103.215	125.191

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

- 10 Acervo líquido incorporado**
Refere-se a transferência de recursos entre os contratos mantidos com a Prefeitura Municipal de Santo André, do Contrato de Gestão SS nº 444/2020.
- 11 Contingências e despesas judiciais**
Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.
- 12 Instrumentos financeiros**
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André IV não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios - Santo André IV

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido

divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.231	4.132
		41.231	4.132
Não circulante			
Bloqueio judicial		-	220.723
		-	220.723
Total do ativo		41.231	224.855
Passivo e patrimônio líquido			
Notas			
		2023	2022
Circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	23.698
Outros passivos		-	100.080
		-	123.778
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		53.158	131.132
Déficit acumulado		(11.927)	(30.055)
		41.231	101.077
Total do passivo e patrimônio líquido		41.231	224.855

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas operacionais			
Prestadores de serviços médicos		-	(2.049)
Contingências e despesas judiciais	6	<u>(18.221)</u>	<u>(27.000)</u>
		<u>(18.221)</u>	<u>(29.049)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(18.221)</u>	<u>(29.049)</u>
Receitas financeiras	7	7.024	52
Despesas financeiras	7	<u>(730)</u>	<u>(1.058)</u>
		<u>6.294</u>	<u>(1.006)</u>
Déficit do exercício		<u><u>(11.927)</u></u>	<u><u>(30.055)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficit) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		-	131.132	131.132
Déficit do exercício		-	(30.055)	(30.055)
Incorporação ao patrimônio social		<u>131.132</u>	<u>(131.132)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>131.132</u>	<u>(30.055)</u>	<u>101.077</u>
Ajuste do exercício anterior	5	(47.919)	-	(47.919)
Déficit do exercício		-	(11.927)	(11.927)
Incorporação ao patrimônio social		<u>(30.055)</u>	<u>30.055</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u><u>53.158</u></u>	<u><u>(11.927)</u></u>	<u><u>41.231</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(11.927)	(30.055)
Ajustes do exercício anterior	(47.919)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	220.723	241.491
Obrigações fiscais	(23.698)	(8.591)
Outros passivos	<u>(100.080)</u>	<u>(199.976)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>37.099</u>	<u>2.869</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>37.099</u></u>	<u><u>2.869</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.132	1.263
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>41.231</u>	<u>4.132</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>37.099</u></u>	<u><u>2.869</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) **Hospital Ipiranga II**

Em 12 de janeiro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 00007/2021, Processo nº SES-PRC-202051023 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Gerenciamento técnico e administrativo de 10 (dez) leitos de UTI e atendimento de urgência do Hospital Ipiranga. O prazo de vigência é de seis meses, a partir da data da assinatura. Em 10 de março de 2021 foi celebrado o 1º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a previsão de incluir o gerenciamento técnico e administrativo de 8 leitos de UTI, sem alteração do objeto do convênio. Em 4 de maio de 2021 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a previsão de gerenciamento de 20 (vinte) leitos de Enfermaria Adulto do Hospital Ipiranga, para garantir a assistência à pacientes de casos graves oriundos da pandemia de Coronavírus (COVID-19), bem como a prorrogação até 03/08/2021, sem alteração do objeto do convênio. Em 22 de julho de 2021 foi celebrado o 3º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a suplementação de recursos financeiros do Convênio e do 2º Termo Aditivo, bem como a prorrogação da vigência até 31/08/2021, sem alteração do objeto do Convênio. Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Aplicações financeiras	41.231	4.132
	41.231	4.132

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Ajustes do exercício anterior

Refere-se a devolução do saldo remanescente do Contrato de Gestão nº 007/2021, Hospital Ipiranga UTI, encerrado em agosto de 2021, à Secretaria de Saúde.

6 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

7 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	7.024	10.560
	<u>7.024</u>	<u>10.560</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(730)	(5.499)
	<u>(730)</u>	<u>(5.499)</u>

8 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Ipiranga II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga II, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	899.277	809.104
		899.277	809.104
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	123.175	137.572
		123.175	137.572
Total do ativo		1.022.452	946.676
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022
Circulante			
Outros passivos		-	1.289
		-	1.289
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		945.411	875.620
Superávit acumulado		77.041	69.767
		1.022.452	945.387
Total do passivo e patrimônio líquido		1.022.452	946.676

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Outras receitas		-	11
		<u>-</u>	<u>11</u>
Despesas operacionais			
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(642)
Contingências e despesas judiciais	7	(3.122)	-
		<u>(3.122)</u>	<u>(642)</u>
Déficits antes do resultado financeiro		<u>(3.122)</u>	<u>(631)</u>
Receitas financeiras	8	81.196	71.803
Despesas financeiras	8	(1.033)	(1.405)
		<u>80.163</u>	<u>70.398</u>
Superávit do exercício		<u><u>77.041</u></u>	<u><u>69.767</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	875.620	875.620
Superávit do exercício	-	69.767	69.767
Incorporação ao patrimônio social	<u>875.620</u>	<u>(875.620)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>875.620</u>	<u>69.767</u>	<u>945.387</u>
Ajuste do exercício anterior	24	-	24
Superávit do exercício	-	77.041	77.041
Incorporação ao patrimônio social	<u>69.767</u>	<u>(69.767)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>945.411</u></u>	<u><u>77.041</u></u>	<u><u>1.022.452</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	77.041	69.767
Ajustes do exercício anterior	24	-
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	14.397	(14.944)
Outros passivos	<u>(1.289)</u>	<u>(3.385)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>90.173</u>	<u>51.438</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>90.173</u></u>	<u><u>51.438</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	809.104	757.666
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>899.277</u>	<u>809.104</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>90.173</u></u>	<u><u>51.438</u></u>

Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) São Mateus II

Em 8 de janeiro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 00006/2021, Processo nº SES-PRC-2020/51023 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros visando a implantação e o gerenciamento de 10 leitos de UTI Adulto no Hospital Geral de São Mateus para enfrentamento da COVID-19. O prazo de vigência é de seis meses, a partir da data da assinatura. Em 24 de março de 2021 foi celebrado o 1º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade ampliar em mais 10 leitos de UTI e a contratação de serviços de hemodiálise a beira leito da UTI para enfrentamento do Covid-19 no Hospital Geral de São Mateus, sem alteração do objeto do convênio. Em 4 de maio de 2021 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade prorrogar por mais 60 (dias), até 06/09/2021 e ampliar os 10 leitos de UTI para 20 leitos de UTI adulto e o Serviço de Hemodiálise à beira do leito UTI. Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Aplicações financeiras	899.277	809.104
	899.277	809.104

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do São Mateus II.

6 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

7 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

**Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

8 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	<u>81.196</u>	<u>71.803</u>
	<u>81.196</u>	<u>71.803</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	<u>(1.033)</u>	<u>(1.405)</u>
	<u>(1.033)</u>	<u>(1.405)</u>

9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O São Mateus II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Mateus II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - São Mateus II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - São Mateus II, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	152.305	623.232
Convênios e contratos a receber		-	372.170
		152.305	995.402
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	1.494	110.742
		1.494	110.742
Total do ativo		153.799	1.106.144
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	6	2.573	6.490
Obrigações fiscais		309	-
Obrigações sociais e trabalhistas	7	5.700.686	9.293.659
Outros passivos		2.016	-
		5.705.584	9.300.149
Não circulante			
Provisões para demandas judiciais	8	3.147.877	2.918.569
		3.147.877	2.918.569
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(10.516.956)	(7.892.330)
Superávit (déficit) acumulado		1.817.294	(3.220.244)
		(8.699.662)	(11.112.574)
Total do passivo e patrimônio líquido		153.799	1.106.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	3.709.186	48.896.341
Outras receitas		150.000	-
		<u>3.859.186</u>	<u>48.896.341</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(343.083)	(39.081.785)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(2.139.461)
Prestadores de serviços médicos		-	(4.947.338)
Prestadores de serviços de terceiros		-	(4.561.719)
Administrativas e gerais		(22.624)	(1.524.968)
Contingências e despesas judiciais	11	(1.692.297)	(60.706)
Bens de terceiros		-	(400)
		<u>(2.058.004)</u>	<u>(52.316.377)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>1.801.182</u>	<u>631.750</u>
Receitas financeiras	12	18.700	209.769
Despesas financeiras	12	(2.588)	(9.977)
		<u>16.112</u>	<u>199.792</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>1.817.294</u></u>	<u><u>(3.220.244)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficit) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(8.546.622)	654.292	(7.892.330)
Déficit do exercício		-	(3.220.244)	(3.220.244)
Incorporação ao patrimônio social		<u>654.292</u>	<u>(654.292)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>(7.892.330)</u>	<u>(3.220.244)</u>	<u>(11.112.574)</u>
Ajuste do exercício anterior	9	(122.637)	-	(122.637)
Acervo líquido incorporado	10	718.255	-	718.255
Superávit do exercício		-	1.817.294	1.817.294
Incorporação ao patrimônio social		<u>(3.220.244)</u>	<u>3.220.244</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>(10.516.956)</u>	<u>1.817.294</u>	<u>(8.699.662)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	1.817.294	(3.220.244)
Ajustes do exercício anterior	(122.637)	-
Acervo líquido incorporado	718.255	
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	229.308	(1.519.253)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	372.170	7.752.870
Bloqueio judicial	109.248	(109.225)
Fornecedores	(3.917)	(1.339.087)
Obrigações fiscais	309	(120.905)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.592.973)	3.359.805
Provisões de férias	-	(4.774.919)
Outros passivos	2.016	(1.021.182)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(470.927)</u>	<u>(992.140)</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(470.927)</u></u>	<u><u>(992.140)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	623.232	1.615.372
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>152.305</u>	<u>623.232</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(470.927)</u></u>	<u><u>(992.140)</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 91.946 e R\$ 10.473.918, respectivamente.

(vi) **Guarulhos - Indenizatório**

Compreende ao recebimento de recurso a título indenizatório da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (d) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Provisão para contingências**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	2.513	503
Aplicações financeiras	149.792	622.729
	152.305	623.232

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos Indenizatórios II.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
 (Em reais)

7 Obrigações sociais e trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rescisões a pagar	2.186.755	3.900.533
FGTS a recolher	<u>3.513.931</u>	<u>5.393.126</u>
	<u>5.700.686</u>	<u>9.293.659</u>

8 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhista	<u>3.147.877</u>	<u>2.918.569</u>
	<u>3.147.877</u>	<u>2.918.569</u>

9 Ajuste do exercício anterior

Ajuste de exercício anterior refere-se a baixa da conta convênios a receber, em decorrência da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta Judicial junto ao Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Santo André.

10 Acervo líquido incorporado

Refere-se a transferência de recursos financeiros do Contrato de Gestão n° 8822/2015 para o contrato indenizatório II.

11 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

12 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	<u>18.700</u>	<u>209.769</u>
	<u>18.700</u>	<u>209.769</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	<u>(2.588)</u>	<u>(9.977)</u>
	<u>(2.588)</u>	<u>(9.977)</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Guarulhos Indenizatório II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos Indenizatório II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Guarulhos Indenizatório II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Guarulhos Indenizatório II, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V –
Indenizatório – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	12
		12	12
Não circulante			
Bloqueio judicial		67	67
		67	67
Total do ativo		79	79
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	5	4.198.307	5.676.235
Obrigações fiscais	6	94.503	94.503
Outros passivos	7	362.260	362.260
		4.655.070	6.132.998
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(4.715.048)	(6.266.657)
Superávit acumulado		60.057	133.738
		(4.654.991)	(6.132.919)
Total do passivo e patrimônio líquido		79	79

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V –
Indenizatório – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal		-	133.850
Outras receitas		81.054	-
		<u>81.054</u>	<u>133.850</u>
Despesas operacionais			
Contingências e despesas judiciais	10	(20.997)	-
		<u>(20.997)</u>	<u>-</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>60.057</u>	<u>133.850</u>
Receitas financeiras		-	4
Despesas financeiras		-	(116)
		<u>-</u>	<u>(112)</u>
Superávit do exercício		<u>60.057</u>	<u>133.738</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V –
Indenizatório – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficit) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(468.425)	(13.538.363)	(14.006.788)
Ajuste do exercício anterior	7.740.131		7.740.131
Superávit do exercício	-	133.738	133.738
Incorporação ao patrimônio social	<u>(13.538.363)</u>	<u>13.538.363</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(6.266.657)</u>	<u>133.738</u>	<u>(6.132.919)</u>
Acervo líquido incorporado	9 1.417.871	-	1.417.871
Superávit do exercício	-	60.057	60.057
Incorporação ao patrimônio social	<u>133.738</u>	<u>(133.738)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>(4.715.048)</u></u>	<u><u>60.057</u></u>	<u><u>(4.654.991)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V –
Indenizatório – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	60.057	133.738
Ajuste do exercício anterior	-	7.740.131
Acervo líquido incorporado	1.417.871	-
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(1.477.928)	(95.302)
Obrigações fiscais	-	(38.917)
Outros passivos	-	(7.740.131)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	-	(481)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(481)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	493
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	12
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(481)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V – Indenizatório – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V – Indenizatório – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

- (v) **Isenção Previdenciária Usufruída**
Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.
- (vi) **Santo André V - Indenizatório**
Compreende ao recebimento de recurso a título indenizatório da Prefeitura Municipal de Santo André.
- 2 Políticas contábeis materiais**
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.
- 2.1 Base de elaboração e apresentação**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.
- 2.2 Base de mensuração**
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.
- 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.
- 2.4 Estimativas contábeis**
A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.
- 2.5 Instrumentos financeiros**
- (i) **Ativos financeiros**
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V – Indenizatório – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V –
Indenizatório – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	12	12
	12	12

5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

6 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	94.503	94.503
	94.503	94.503

7 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

8 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

9 Acervo líquido incorporado

Refere-se a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 1.417.871, do Contrato de Gestão SS nº 035/2022 de Santo André, para contrato Indenizatório para pagamentos de processos.

10 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André V - Indenizatório não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V - Indenizatório

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André V - Indenizatório, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André V - Indenizatório, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Pronto Socorro
Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	102.033	40.346
		102.033	40.346
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	17.963	273.404
		17.963	273.404
Total do ativo		119.996	313.750
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Outros passivos		-	317.013
		-	317.013
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		111.542	(3.968)
Superávit acumulado		8.454	705
		119.996	(3.263)
Total do passivo e patrimônio líquido		119.996	313.750

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Pronto Socorro
Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras	8	8.881	2.108
Despesas financeiras	8	<u>(427)</u>	<u>(1.403)</u>
		<u>8.454</u>	<u>705</u>
Superávit do exercício		<u>8.454</u>	<u>705</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Pronto Socorro
Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III
– CNPJ 57571275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		-	(3.968)	(3.968)
Superávit do exercício		-	705	705
Incorporação ao patrimônio social		<u>(3.968)</u>	<u>3.968</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>(3.968)</u>	<u>705</u>	<u>(3.263)</u>
Ajuste do exercício anterior	7	114.805	-	114.805
Superávit do exercício		-	8.454	8.454
Incorporação ao patrimônio social		<u>705</u>	<u>(705)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u><u>111.542</u></u>	<u><u>8.454</u></u>	<u><u>119.996</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Pronto Socorro
Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	8.454	705
Ajustes do exercício anterior	114.805	-
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	255.441	495.900
Fornecedores	-	(107.828)
Obrigações fiscais	-	(20.172)
Outros passivos	<u>(317.013)</u>	<u>(337.032)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>61.687</u>	<u>31.573</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>61.687</u></u>	<u><u>31.573</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.346	8.773
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>102.033</u>	<u>40.346</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>61.687</u></u>	<u><u>31.573</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus - COVID-19 - São Mateus III

Em 2 de julho de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 077/2021, processo nº SES-PRC-2021/28028 entre a Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo e a Fundação do ABC com o objetivo de gerenciamento de atendimento de urgência e emergência no Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus, enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo Covid-19, mediante atendimento dos usuários do Sistema Única de Saúde na região. O prazo de vigência deste Convênio foi de dois meses, a partir da data da assinatura.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	1	1
Aplicações financeiras	102.032	40.345
	102.033	40.346

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III.

6 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

7 Ajuste do exercício anterior

Refere-se a baixa dos passivos pagos pela Unidade de Apoio Administrativo.

8 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	8.881	2.108
	<u>8.881</u>	<u>2.108</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(427)	(1.403)
	<u>(427)</u>	<u>(1.403)</u>

9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	333.858	251.310
		333.858	251.310
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	222.836	235.270
		222.836	235.270
Total do ativo		556.694	486.580
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		7.150	7.421
Obrigações fiscais	6	440	126.375
Obrigações sociais e trabalhistas		140.122	
Provisões de férias		1.195	
Outros passivos		110.749	258.812
		259.656	392.608
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		93.972	45.882
Superávits acumulados		203.066	48.090
		297.038	93.972
Total do passivo e patrimônio líquido		556.694	486.580

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	2.031.284	1.699.947
		<u>2.031.284</u>	<u>1.699.947</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(1.715.110)	(1.567.298)
Administrativas e gerais		(136.207)	(97.679)
		<u>(1.851.317)</u>	<u>(1.664.977)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>179.967</u>	<u>34.970</u>
Receitas financeiras	8	24.686	14.667
Despesas financeiras	8	(1.587)	(1.547)
		<u>23.099</u>	<u>13.120</u>
Superávit do exercício		<u>203.066</u>	<u>48.090</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	45.882	45.882
Superávit do exercício	-	48.090	48.090
Incorporação ao patrimônio social	45.882	(45.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.882	48.090	93.972
Superávit do exercício	-	203.066	203.066
Incorporação ao patrimônio social	48.090	(48.090)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	93.972	203.066	297.038

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	203.066	48.090
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	12.434	(235.270)
Fornecedores	(271)	(4.299)
Obrigações fiscais	440	-
Obrigações sociais e trabalhistas	13.747	40.443
Provisões de férias	1.195	-
Outros passivos	(148.063)	245.572
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>82.548</u>	<u>94.536</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>82.548</u></u>	<u><u>94.536</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	251.310	156.774
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>333.858</u>	<u>251.310</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>82.548</u></u>	<u><u>94.536</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, no montante de R\$ 459.649 e R\$ 420.036, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem

Em 28 de setembro de 2021 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 160/2021 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC. Tem por objeto o programa para o desenvolvimento de formações, ações e atendimento especializado prioritariamente aos professores, podendo ser estendido aos demais profissionais que atuam nas unidades escolares ou nos equipamentos da Secretaria de Educação, visando subsidiá-los emocionalmente quanto às necessidades da Rede Municipal de Educação, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração é de doze meses, a partir da data da assinatura. Em 23 de setembro de 2022 foi celebrado o 1º Termo Aditivo nº 09/2022 ao Termo de Colaboração nº 160/2021 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência até 27 de setembro de 2023 e de repactuar valores repassados a Entidade.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Aplicações financeiras	333.858	251.310
	333.858	251.310

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	83.819	83.049
IRRF a recolher	26.792	19.878
FGTS a recolher	13.843	11.905
INSS sobre autônomos a recolher	12.640	11.187
Empréstimo consignado a pagar	3.028	356
	140.122	126.375

6 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

7 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	<u>24.686</u>	<u>14.667</u>
	<u>24.686</u>	<u>14.667</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	<u>(1.587)</u>	<u>(1.547)</u>
	<u>(1.587)</u>	<u>(1.547)</u>

8 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.826.856	972.165
Convênios e contratos a receber	5	269.809	-
		2.096.665	972.165
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	10.458	130.435
		10.458	130.435
Total do ativo		2.107.123	1.102.600
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Circulante			
Obrigações fiscais	7	10.308	9.744
Contratos a pagar		5	-
Outros passivos	8	19.413	167.755
		29.726	177.499
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		925.101	-
Superávit acumulado		1.152.296	925.101
		2.077.397	925.101
Total do passivo e patrimônio líquido		2.107.123	1.102.600

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	3.237.702	3.507.511
		<u>3.237.702</u>	<u>3.507.511</u>
Despesas operacionais			
Prestadores de serviços médicos	9	(2.016.260)	(2.384.759)
Administrativas e gerais		(213.291)	(222.110)
		<u>(2.229.551)</u>	<u>(2.606.869)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.008.151</u>	<u>900.642</u>
Receitas financeiras	10	144.420	25.517
Despesas financeiras	10	(275)	(1.058)
		<u>144.145</u>	<u>24.459</u>
Superávit do exercício		<u>1.152.296</u>	<u>925.101</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Superávit do exercício	-	925.101	925.101
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	925.101	925.101
Superávit do exercício	-	1.152.296	1.152.296
Incorporação ao patrimônio social	925.101	(925.101)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	925.101	1.152.296	2.077.397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.152.296	925.101
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(269.809)	-
Bloqueio judicial	119.977	(130.435)
Obrigações fiscais	564	9.744
Contratos a pagar	5	-
Outros passivos	(148.342)	167.755
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>854.691</u>	<u>972.165</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>854.691</u>	<u>972.165</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	972.165	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.826.856</u>	<u>972.165</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>854.691</u>	<u>972.165</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia**

Em 8 de dezembro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 128/2021, Processo nº SES-PRC-2021/37569 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e a Fundação do ABC. Tem por objeto promover a conjugação de esforços das convenientes visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento do serviço de endoscopia da UGA II Hospital Ipiranga. O prazo de vigência é de doze meses, tendo por termo inicial a data de assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da Conveniente, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Em 23 de setembro de 2022 foi celebrado o 1º Termo Aditivo do Convênio nº 128/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência do Convênio até 31 de dezembro de 2023 e de repactuar valores repassados a Entidade. Em 27 de dezembro de 2023 foi celebrado o 2º Termo Aditivo do Convênio nº 128/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência do Convênio até 31 de dezembro de 2024 e de repactuar valores repassados a Entidade

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa		
<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	674	269.798
Aplicações financeiras	1.826.182	702.367
	<u>1.826.856</u>	<u>972.165</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

- 5 **Contratos a receber**
Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo.
- 6 **Bloqueio judicial**
Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Hospital de Ipiranga – Convênio Endoscopia.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

7	Obrigações fiscais		
	Descrição	2023	2022
	PCC retido de serviços a recolher	8.194	7.367
	IRRF retido de serviços a recolher	2.114	2.377
		10.308	9.744
8	Outros passivos		
	Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.		
9	Provisão para contingências		
	A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.		
10	Prestadores de serviços médicos		
	Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
11	Resultado financeiro		
		2023	2022
	Receitas financeiras		
	Rendimento de aplicações financeiras	144.420	25.517
		144.420	25.517
	Despesas financeiras		
	Tarifas e serviços bancários	(275)	(1.058)
		(275)	(1.058)
12	Instrumentos financeiros		
	O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.		

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio
Endoscopia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CPNJ 57.571.275/0004-45

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	119.114	7.983.100
Convênios e contratos a receber	5	15.496.246	4.153.623
		15.615.360	12.136.723
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	324.477	226.007
		324.477	226.007
Total do ativo		15.939.837	12.362.730
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	7	7.264.756	12.410.566
Obrigações fiscais	8	629.826	505.350
Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.964.777	16.134.848
Provisões de férias	10	2.998.309	22.532.531
Outros passivos	11	526.945	851.394
		13.384.613	52.434.689
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	64.942	4.515.505
		64.942	4.515.505
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(56.097.028)	(46.395.952)
Superávits acumulados		58.587.310	1.808.488
		2.490.282	(44.587.464)
Total do passivo e patrimônio líquido		15.939.837	12.362.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	229.116.501	320.100.651
Repasses públicos - COVID-19	1 (vii)	-	27.087.913
Outras receitas		-	56
		<u>229.116.501</u>	<u>347.188.620</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(75.026.855)	(243.313.058)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(15.354.216)	(10.160.289)
Prestadores de serviços médicos	14	(73.220.355)	(60.913.418)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(21.102.177)	(24.547.001)
Administrativas e gerais	16	(2.431.135)	(4.774.785)
Contingências e despesas judiciais		(84.536)	(8.760)
Bens de terceiros	3 (d)	(728.873)	(1.760.265)
		<u>(187.948.147)</u>	<u>(345.477.576)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>41.168.354</u>	<u>1.711.044</u>
Receitas financeiras	17	696.995	110.772
Despesas financeiras	17	(9.570)	(13.328)
		<u>687.425</u>	<u>97.444</u>
Superávit do exercício		<u><u>41.855.779</u></u>	<u><u>1.808.488</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Notas	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Acervo líquido cindido		(7.030.733)	-	(7.030.733)
Acervo líquido incorporado		(39.365.219)	-	(39.365.219)
Superávit do exercício		-	1.808.488	1.808.488
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>(46.395.952)</u>	<u>1.808.488</u>	<u>(44.587.464)</u>
Acervo líquido cindido	11	(11.948.040)	-	(11.948.040)
Acervo líquido incorporado	12	438.476	-	438.476
Superávit do exercício		-	58.587.310	58.587.310
Incorporação ao patrimônio social		<u>1.808.488</u>	<u>(1.808.488)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>(56.097.028)</u>	<u>58.587.310</u>	<u>2.490.282</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	58.587.310	1.808.488
Acervo líquido cindido	(11.948.040)	(7.030.733)
Acervo líquido incorporado	438.476	(39.365.219)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(4.450.563)	4.515.505
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(11.342.623)	(4.153.623)
Bloqueio judicial	(98.470)	(226.007)
Fornecedores	(5.145.810)	12.410.566
Obrigações fiscais	124.476	505.350
Obrigações sociais e trabalhistas	(14.170.071)	16.134.848
Provisões de férias	(19.534.222)	22.532.531
Outros passivos	(324.449)	851.394
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(7.863.986)</u>	<u>7.983.100</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.863.986)</u>	<u>7.983.100</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.983.100	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>119.114</u>	<u>7.983.100</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.863.986)</u>	<u>7.983.100</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 15.600.665 e R\$ 65.207.900, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Em 24 de janeiro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 35/2022 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência deste Contrato de Gestão é de 180 dias consecutivos, contados a partir de 25 de janeiro de 2022.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**

(Em reais)

- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	46	-
Banco conta movimento	1	790
Aplicações financeiras	119.067	7.982.310
	119.114	7.983.100

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Convênio de Gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PCC retido de serviços a recolher	160.893	226.549
INSS retido de serviços a recolher	47.284	162.556
IRRF retido de serviços a recolher	375.839	43.902
ISS a recolher	45.810	72.343
	<u>629.826</u>	<u>505.350</u>

9 Obrigações sociais e trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	1.228.816	8.904.901
Rescisões a pagar	42.048	22.154
IRRF a recolher	222.520	3.413.354
FGTS a recolher	213.835	1.510.388
INSS sobre autônomos a recolher	160.577	1.432.013
Empréstimo consignado a pagar	88.667	606.087
Outros	8.314	245.951
	<u>1.964.777</u>	<u>16.134.848</u>

10 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhista	64.942	4.515.505
	<u>64.942</u>	<u>4.515.505</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

11 Acervo líquido cindindo

Refere-se a transferência de recursos entre os contratos mantidos com a Prefeitura Municipal de Santo André sendo R\$ 5.944.993 distribuídos no Contrato de Gestão n°114/2012, Contrato de Gestão n° 348/2015, Contrato de Gestão n° 109/20, Contrato de Gestão n° 444/2020 e Contrato de Gestão Indenizatório.

12 Acervo líquido incorporado

Refere-se a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 438.476, do Contrato de Gestão SS n° 035/2022 de Santo André, para reembolso dos processos trabalhistas.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2023	2022
Medicamentos	7.362.878	1.418.849
Material médico hospitalar	7.957.498	8.679.361
Material de laboratório	-	266
Gases industriais e medicinais	-	223
Material de limpeza e higiene	338	2.178
Outros materiais	33.502	59.412
	15.354.216	10.160.289

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2023	2022
Serviços de limpeza hospitalar	4.450.078	7.141.125
Serviços de informática	5.243.075	704.000
Serviços de manutenção predial	18.920	3.650
Serviços de refeitório	-	5.406
Locação de veículos e equipamentos	117.506	43.611
Serviços de lavanderia hospitalar	2.220.137	2.771.667
Serviços de manutenção de equipamentos	1.037.719	1.443.251
Serviços administrativos	697.018	632.687
Serviços de motorista	1.277.119	5.935.084
Serviços de logística	4.828.490	4.422.345
Serviços de portaria	943.244	1.389.625
Outros serviços	268.871	54.550
	21.102.177	24.547.001

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

16 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	43	205
Material de conservação e reparo	20.883	37.486
Material de consumo administrativo	199.386	116.170
Utilidade pública (água, luz, telefone)	150.708	87.336
Seguros patrimoniais	14.211	13.084
Outras despesas	2.045.904	4.520.504
	2.431.135	4.774.785
17 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	696.995	110.772
	696.995	110.772
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(9.570)	(13.328)
	(9.570)	(13.328)
18 Instrumentos financeiros		

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.261.662	3.517.802
Convênios e contratos a receber		-	22.997
		6.261.662	3.540.799
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	251.523	18.028
		251.523	18.028
Total do ativo		6.513.185	3.558.827
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	6	65.650	1.381
Obrigações fiscais	7	46.363	45.452
Obrigações sociais e trabalhistas	8	900.525	666.533
Provisões de férias	9	583.683	336.643
Outros passivos		63.007	85.703
		1.659.228	1.135.712
Não circulante			
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.423.115	-
Superávits acumulados		2.430.842	2.423.115
		4.853.957	2.423.115
Total do passivo e patrimônio líquido		6.513.185	3.558.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	22.201.042	15.088.631
Outras receitas		-	5
		<u>22.201.042</u>	<u>15.088.636</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(9.562.104)	(5.816.640)
Medicamentos e insumos hospitalares		(45.211)	(17.934)
Prestadores de serviços médicos	11	(9.832.065)	(6.503.935)
Prestadores de serviços de terceiros		(203.196)	(116.298)
Administrativas e gerais		(566.244)	(376.413)
Contingências e despesas judiciais		(8.643)	-
		<u>(20.217.463)</u>	<u>(12.831.220)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.983.579</u>	<u>2.257.416</u>
Receitas financeiras	12	447.486	173.576
Despesas financeiras	12	(223)	(7.877)
		<u>447.263</u>	<u>165.699</u>
Superávit do exercício		<u><u>2.430.842</u></u>	<u><u>2.423.115</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Superávit do período	-	2.423.115	2.423.115
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	2.423.115	2.423.115
Superávit do exercício	-	2.430.842	2.430.842
Incorporação ao patrimônio social	2.423.115	(2.423.115)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.423.115	2.430.842	4.853.957

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.430.842	2.423.115
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	22.997	(22.997)
Bloqueio judicial	(233.495)	(18.028)
Fornecedores	64.269	1.381
Obrigações fiscais	911	45.452
Obrigações sociais e trabalhistas	233.992	666.533
Provisões de férias	247.040	336.643
Outros passivos	<u>(22.696)</u>	<u>85.703</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>2.743.860</u>	<u>3.517.802</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.743.860</u>	<u>3.517.802</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.517.802	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>6.261.662</u>	<u>3.517.802</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.743.860</u>	<u>3.517.802</u>

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 2.562.644 e R\$ 1.558.860, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 65/2022, Processo nº SES-PRC-2021/54393, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto a conjugação de esforços dos convenientes visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com CUSTEIO, para o Gerenciamento Técnico e Administrativo de 40 (quarenta) leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Conjunto Hospitalar do Mandaqui, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, até 30 de março de 2023, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 10, §1ª, item 3. letra “g”, do Decreto estadual nº 66.173/2021. Em 24 de agosto de 2022 foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº 65/2022, com finalidade de prorrogação da vigência do Termo de Convênio 0065/2022 e seu 1º Termo Aditivo até 31 de dezembro de 2023, para o gerenciamento de 47 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Conjunto Hospitalar do Mandaqui. Em 22 de dezembro de 2023 foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº 65/2022, com finalidade de prorrogação da vigência do Convênio até 31/12/2024 e a previsão de repasse de recursos financeiros para Custeio - Gerenciamento Técnico e Administrativo de 40 (quarenta) leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Conjunto Hospitalar do Mandaqui.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros**(i) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	-	1.557
Aplicações financeiras	<u>6.261.662</u>	3.516.245
	<u>6.261.662</u>	<u>3.517.802</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 Obrigações fiscais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PCC retido de serviços a recolher	36.705	34.366
IRRF retido de serviços a recolher	9.658	11.086
	<u>46.363</u>	<u>45.452</u>

8 Obrigações sociais e trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	447.019	419.061
Rescisões a pagar	-	1.369
IRRF a recolher	32.523	22.268
FGTS a recolher	339.633	147.697
INSS sobre autônomos a recolher	41.149	51.100
Empréstimo consignado a pagar	-	661
Outros	40.201	24.377
	<u>900.525</u>	<u>666.533</u>

9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	447.486	173.576
	<u>447.486</u>	<u>173.576</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(223)	(7.877)
	<u>(223)</u>	<u>(7.877)</u>

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido

divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.902.740	593.017
		1.902.740	593.017
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	178.159	154.128
		178.159	154.128
Total do ativo		2.080.899	747.145
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	6	43.294	6.070
Obrigações fiscais	7	17.586	9.193
Obrigações sociais e trabalhistas	8	363.433	146.086
Provisões de férias	9	270.384	88.644
Outros passivos	10	147.417	48.257
		842.114	298.250
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		322.345	-
Superávits acumulados		916.440	448.895
		1.238.785	448.895
Total do passivo e patrimônio líquido		2.080.899	747.145

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	9.116.694	2.794.877
Outras receitas		-	126.550
		<u>9.116.694</u>	<u>2.921.427</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(4.055.620)	(1.255.309)
Medicamentos e insumos hospitalares		(93.980)	-
Prestadores de serviços médicos	13	(3.806.771)	(1.059.704)
Prestadores de serviços de terceiros		(62.211)	(1.250)
Administrativas e gerais		(273.337)	(170.568)
		<u>(8.291.919)</u>	<u>(2.486.831)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>824.791</u>	<u>434.596</u>
Receitas financeiras	14	93.347	16.692
Despesas financeiras	14	(1.698)	(2.393)
		<u>91.649</u>	<u>14.299</u>
Superávit do exercício		<u><u>916.440</u></u>	<u><u>448.895</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período		-	448.895	448.895
Saldos em 31 de dezembro de 2022		-	448.895	448.895
Ajuste do exercício anterior	12	(126.550)	-	(126.550)
Superávit do exercício		-	916.440	916.440
Incorporação ao patrimônio social		448.895	(448.895)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		322.345	916.440	1.238.785

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	916.440	448.895
Ajustes do exercício anterior	(126.550)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(24.031)	(154.128)
Fornecedores	37.224	6.070
Obrigações fiscais	8.393	9.193
Obrigações sociais e trabalhistas	217.347	146.086
Provisões de férias	181.740	88.644
Outros passivos	99.160	48.257
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.309.723</u>	<u>593.017</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.309.723</u></u>	<u><u>593.017</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	593.017	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.902.740</u>	<u>593.017</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.309.723</u></u>	<u><u>593.017</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 1.086.906 e R\$ 336.423, respectivamente.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto**

Em 25 de maio de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 117/2022, Processo nº SES-PRC-2021/49311, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenentes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de dez leitos da Unidade Terapia Intensiva adulto do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa – Guaianases. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 30 de maio de 2022 a 29 de maio de 2023, podendo ser, mediante termo aditivo, objeto de sucessivas renovações, pelo mesmo prazo, até o limite de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2022, foi firmado o 1º Termo de Aditamento ao Convênio nº 117/2022 firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretário do Estado de Saúde e a Fundação do ABC, tendo por objeto a alteração do plano de trabalho para ampliação do gerenciamento de serviços de mais 10 leitos em unidade de terapia intensiva adulto do Hospital Geral – Jesus Teixeira da Costa – Guaianases. Em 29 de maio de 2023, foi firmado o 2º Termo de Aditamento ao Convênio nº 117/2022 firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretário do Estado de Saúde e a Fundação do ABC, visando a prorrogação da vigência até 29 de maio de 2024 e a alteração do cronograma de desembolso e aplicação dos recursos sem alteração do objeto para gerenciamento de serviços de 20 (vinte) leitos da Unidade Terapia Intensiva adulto do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa – Guaianases

2 **Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 **Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	783.622	3
Aplicações financeiras	1.119.118	593.014
	1.902.740	593.017

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

7 Obrigações fiscais		
<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PCC retido de serviços a recolher	13.572	6.951
IRRF retido de serviços a recolher	4.014	2.242
	<u>17.586</u>	<u>9.193</u>
8 Obrigações sociais e trabalhistas		
<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	188.794	98.363
IRRF a recolher	19.196	6.617
FGTS a recolher	113.062	21.833
INSS sobre autônomos a recolher	26.000	11.457
Empréstimo consignado a pagar	1.044	-
Outros	15.337	7.816
	<u>363.433</u>	<u>146.086</u>
9 Provisões de férias		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
10 Outros passivos		
Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.		
11 Provisão para contingências		
A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.		
12 Ajuste do exercício anterior		
Refere-se a devolução de recursos financeiros, no montante de R\$ 126.550, ao Contrato de Gestão n° 116/2022 do Estado de São Paulo, em decorrência do depósito indevido do repasse neste contrato, e consequente reconhecimento de receita, no exercício de 2022.		
13 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
14 Resultado financeiro		
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	93.347	16.692
	<u>93.347</u>	<u>16.692</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.698)	(2.393)
	<u>(1.698)</u>	<u>(2.393)</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

15 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.732.134	2.819.357
		2.732.134	2.819.357
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	1.254.839	970
		1.254.839	970
Total do ativo		3.986.973	2.820.327
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	6	37.074	13.093
Obrigações fiscais	7	62.328	58.578
Obrigações sociais e trabalhistas	8	520.209	352.845
Provisões de férias	9	341.802	182.648
Outros passivos		36.900	71.932
		998.313	679.096
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.141.231	-
Superávits acumulados		847.429	2.141.231
		2.988.660	2.141.231
Total do passivo e patrimônio líquido		3.986.973	2.820.327

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	19.481.885	11.164.062
		<u>19.481.885</u>	<u>11.164.062</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.418.357)	(2.787.754)
Medicamentos e insumos hospitalares		(49.152)	-
Prestadores de serviços médicos	11	(12.951.753)	(6.051.996)
Prestadores de serviços de terceiros		(66.200)	(1.250)
Administrativas e gerais		(400.482)	(264.211)
		<u>(18.885.944)</u>	<u>(9.105.211)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>595.941</u>	<u>2.058.851</u>
Receitas financeiras	12	253.064	86.050
Despesas financeiras	12	(1.576)	(3.670)
		<u>251.488</u>	<u>82.380</u>
Superávit do exercício		<u>847.429</u>	<u>2.141.231</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Superávit do período	-	2.141.231	2.141.231
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>2.141.231</u>	<u>2.141.231</u>
Superávit do exercício	-	847.429	847.429
Incorporação ao patrimônio social	2.141.231	(2.141.231)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.141.231</u>	<u>847.429</u>	<u>2.988.660</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	847.429	2.141.231
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(1.253.869)	(970)
Fornecedores	23.981	13.093
Obrigações fiscais	3.750	58.578
Obrigações sociais e trabalhistas	167.364	352.845
Provisões de férias	159.154	182.648
Outros passivos	<u>(35.032)</u>	<u>71.932</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(87.223)</u>	<u>2.819.357</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(87.223)</u>	<u>2.819.357</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.819.357	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.732.134</u>	<u>2.819.357</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(87.223)</u>	<u>2.819.357</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 1.452.120 e R\$ 747.118, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência/Emergência – Pronto Socorro Adulto

Em 24 de maio de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 116/2022, Processo nº SES-PRC-2021/47043, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de urgência e emergência do pronto socorro adulto do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa – Guaianases. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 30 de maio de 2022 a 29 de maio de 2023, podendo ser, mediante termo aditivo, objeto de sucessivas renovações, pelo mesmo prazo, até o limite de cinco anos. Em 29 de maio de 2023, foi firmado o 1º Termo de Aditamento ao Convênio nº 116/2022 firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde e a Fundação do ABC, tendo por objeto a alteração do plano de trabalho para prorrogação da vigência até 29 de maio de 2024, e alteração do cronograma de desembolso a aplicação dos recursos, para o Gerenciamento de Serviço Urgência e Emergência Adulto, no âmbito do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa - Guaianases.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa		
<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	1.612.945	-
Aplicações financeiras	1.119.189	2.819.357
	<u>2.732.134</u>	<u>2.819.357</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

- 5 **Bloqueio judicial**
Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto.
- 6 **Fornecedores**
Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

7 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	49.457	44.291
IRRF retido de serviços a recolher	12.871	14.287
	62.328	58.578

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	264.998	237.480
IRRF a recolher	23.985	13.811
FGTS a recolher	184.051	75.964
INSS sobre autônomos a recolher	35.033	24.863
Empréstimo consignado a pagar	1.149	-
Outros	10.993	727
	520.209	352.845

9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	253.064	86.050
	253.064	86.050
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.576)	(3.670)
	(1.576)	(3.670)

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.447.889	2.273.654
Outros créditos		382	-
		3.448.271	2.273.654
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	121.807	14.762
		121.807	14.762
Total do ativo		3.570.078	2.288.416
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	6	53.159	21.729
Obrigações fiscais	7	62.435	53.015
Obrigações sociais e trabalhistas	8	696.625	502.637
Provisões de férias	9	454.073	289.534
Outros passivos		42.850	84.908
		1.309.142	951.823
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.336.593	-
Superávits acumulados		924.343	1.336.593
		2.260.936	1.336.593
Total do passivo e patrimônio líquido		3.570.078	2.288.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz
de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	19.054.497	12.045.798
		19.054.497	12.045.798
Despesas operacionais			
Com pessoal		(7.248.587)	(4.274.140)
Medicamentos e insumos hospitalares		(25.268)	-
Prestadores de serviços médicos	11	(10.565.406)	(6.179.227)
Prestadores de serviços de terceiros		(62.018)	(21.370)
Administrativas e gerais		(490.231)	(345.191)
Contingências e despesas judiciais		(4.639)	(21.131)
		(18.396.149)	(10.841.059)
Superávit antes do resultado financeiro		658.348	1.204.739
Receitas financeiras	12	267.101	136.781
Despesas financeiras	12	(1.106)	(4.927)
		265.995	131.854
Superávit do exercício		924.343	1.336.593

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz
de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Superávit do período	-	1.336.593	1.336.593
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	1.336.593	1.336.593
Superávit do exercício	-	924.343	924.343
Incorporação ao patrimônio social	1.336.593	(1.336.593)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.336.593	924.343	2.260.936

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz
de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	924.343	1.336.593
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	(382)	-
Bloqueio judicial	(107.045)	(14.762)
Fornecedores	31.430	21.729
Obrigações fiscais	9.420	53.015
Obrigações sociais e trabalhistas	193.988	502.637
Provisões de férias	164.539	289.534
Outros passivos	(42.058)	84.908
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.174.235</u>	<u>2.273.654</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.174.235</u>	<u>2.273.654</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.273.654	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.447.889</u>	<u>2.273.654</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.174.235</u>	<u>2.273.654</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 1.942.622 e R\$ 1.145.470, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência/Emergência – Pronto Socorro Adulto

Em 29 de abril de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 101/2022, Processo nº SES-PRC-2021/52669, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de urgência e emergência do pronto socorro adulto do Hospital Ferraz de Vasconcelos. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 1 de maio de 2022 a 30 de abril de 2023. Em 28 de abril de 2023, foi firmado 1º Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 101/2022, para prorrogação de sua vigência de 01 de maio de 2023 até 30 de abril de 2024, com repasse de recursos financeiros e correção do número da conta bancária para repasse de recursos, sem alteração do objeto do convênio. Em 04 de outubro de 2023, foi firmado 2º Termo de Aditamento ao Convênio nº 101/2022, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Estado da Saúde e Fundação do ABC, tendo por finalidade alterar o plano de trabalho para ampliação da especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, e a inclusão das especialidades Psiquiatria e Cirurgia Geral, no pronto Socorro Adulto do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa		
<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações financeiras	3.447.889	2.273.654
	<u>3.447.889</u>	<u>2.273.654</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

- 5 **Bloqueio judicial**
Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto.
- 6 **Fornecedores**
Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

7 Obrigações fiscais		
Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	49.566	40.157
IRRF retido de serviços a recolher	12.869	12.858
	62.435	53.015
8 Obrigações sociais e trabalhistas		
Descrição	2023	2022
Salários a pagar	355.911	326.848
Rescisões a pagar	6.918	-
IRRF a recolher	29.525	17.649
FGTS a recolher	261.568	114.986
INSS sobre autônomos a recolher	32.208	36.863
Empréstimo consignado a pagar	1.307	-
Outros	9.188	6.291
	696.625	502.637
9 Provisões de férias		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
10 Provisão para contingências		
A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.		
11 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
12 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	267.101	136.781
	267.101	136.781
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.106)	(4.927)
	(1.106)	(4.927)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos –
Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e



Unity Auditores Independentes
Av. Prestes Maia, 241 – sala 2102
São Paulo- SP
CEP: 01031-902
Tel.: 55 11 2869-8358

que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos –
Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e

que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	689.063	937.944
		689.063	937.944
Não circulante			
Bloqueio judicial		-	11
		-	11
Total do ativo		689.063	937.955
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	5	15.862	6.284
Obrigações fiscais	6	21.616	22.964
Obrigações sociais e trabalhistas	7	259.638	177.962
Provisões de férias	8	204.816	80.287
Outros passivos		34.775	68.071
		536.707	355.568
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		582.387	-
Superávits (déficits) acumulados		(430.031)	582.387
		152.356	582.387
Total do passivo e patrimônio líquido		689.063	937.955

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	7.414.476	3.370.216
		<u>7.414.476</u>	<u>3.370.216</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(2.879.622)	(1.101.247)
Prestadores de serviços médicos	10	(4.601.441)	(1.522.476)
Prestadores de serviços de terceiros		(79.167)	(12.320)
Administrativas e gerais		(366.361)	(174.148)
		<u>(7.926.591)</u>	<u>(2.810.191)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(512.115)</u>	<u>560.025</u>
Receitas financeiras	11	83.397	24.141
Despesas financeiras	11	(1.313)	(1.779)
		<u>82.084</u>	<u>22.362</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>(430.031)</u>	<u>582.387</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Superávit do período	-	582.387	582.387
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	582.387	582.387
Déficit do exercício	-	(430.031)	(430.031)
Incorporação ao patrimônio social	582.387	(582.387)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	582.387	(430.031)	152.356

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(430.031)	582.387
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	11	(11)
Fornecedores	9.578	6.284
Obrigações fiscais	(1.348)	22.964
Obrigações sociais e trabalhistas	81.676	177.962
Provisões de férias	124.529	80.287
Outros passivos	<u>(33.296)</u>	<u>68.071</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(248.881)</u>	<u>937.944</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(248.881)</u>	<u>937.944</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	937.944	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>689.063</u>	<u>937.944</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(248.881)</u>	<u>937.944</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 771.739 e R\$ 295.134, respectivamente.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura**

Em 18 de julho de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 157/2022, Processo nº SES-PRC-2021/50482, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenentes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, implantação e gerenciamento de urgência e emergência pediátrica e dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica nas dependências do Hospital Infantil Cândido Fontoura. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 1 de agosto de 2022 a 31 de julho de 2023. O Termo poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos previsto no art.10, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021. Em 06 de setembro de 2023, foi celebrado o 1º Termo de Aditamento. Tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 157/2022, com a previsão de prorrogação da vigência até 31 de agosto de 2024, com a consequente alteração do cronograma de desembolso e da aplicação dos recursos financeiros, sem alteração do objeto do convênio.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa		
<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações financeiras	689.063	937.944
	<u>689.063</u>	<u>937.944</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

- 5 **Fornecedores**
Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

6 Obrigações fiscais		
<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PCC retido de serviços a recolher	17.119	17.427
IRRF retido de serviços a recolher	4.497	5.537
	<u>21.616</u>	<u>22.964</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

7 Obrigações sociais e trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	131.510	120.702
Rescisões a pagar	-	3.191
IRRF a recolher	14.109	7.254
FGTS a recolher	94.766	32.659
INSS sobre autônomos a recolher	13.569	14.156
Outros	5.684	-
	<u>259.638</u>	<u>177.962</u>

8 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

10 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

11 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	83.397	24.141
	<u>83.397</u>	<u>24.141</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.313)	(1.779)
	<u>(1.313)</u>	<u>(1.779)</u>

12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.553.606	3.709.663
Convênios e contratos a receber	5	1.672.030	-
		6.225.636	3.709.663
Não circulante			
Bloqueio judicial		927	17.935
		927	17.935
Total do ativo		6.226.563	3.727.598
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		29.179	20.737
Obrigações fiscais	8	40.252	32.781
Obrigações sociais e trabalhistas	9	753.185	585.655
Provisões de férias	10	558.807	226.785
Outros passivos		44.701	87.795
		1.426.124	953.753
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.773.845	-
Superávits acumulados		2.026.594	2.773.845
		4.800.439	2.773.845
Total do passivo e patrimônio líquido		6.226.563	3.727.598

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	20.064.363	10.032.182
Outras receitas		4.385	-
		<u>20.068.748</u>	<u>10.032.182</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(8.641.784)	(3.620.370)
Medicamentos e insumos hospitalares		(25.576)	-
Prestadores de serviços médicos	12	(9.163.680)	(3.468.672)
Prestadores de serviços de terceiros		(79.733)	(6.000)
Administrativas e gerais		(478.299)	(270.805)
		<u>(18.389.072)</u>	<u>(7.365.847)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.679.676</u>	<u>2.666.335</u>
Receitas financeiras	13	350.588	111.742
Despesas financeiras	13	(3.670)	(4.232)
		<u>346.918</u>	<u>107.510</u>
Superávit do exercício		<u><u>2.026.594</u></u>	<u><u>2.773.845</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Superávit do período	-	2.773.845	2.773.845
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	2.773.845	2.773.845
Superávit do exercício	-	2.026.594	2.026.594
Incorporação ao patrimônio social	2.773.845	(2.773.845)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.773.845	2.026.594	4.800.439

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.026.594	2.773.845
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(1.672.030)	-
Bloqueio judicial	17.008	(17.935)
Fornecedores	8.442	20.737
Obrigações fiscais	7.471	32.781
Obrigações sociais e trabalhistas	167.530	585.655
Provisões de férias	332.022	226.785
Outros passivos	(43.094)	87.795
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	843.943	3.709.663
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	843.943	3.709.663
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.709.663	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.553.606	3.709.663
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	843.943	3.709.663

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 2.315.998 e R\$ 336.423, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Em 14 de julho de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 156/2022, Processo nº SES-PRC-2022/12810, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento do serviço de urgência e emergência da UGA II do Hospital Ipiranga. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 18 de julho de 2022 a 17 de julho de 2023, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos previsto no art.10, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021. Em 30 de agosto de 2023, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Convênio no 000156/2022 firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e a FUNDAÇÃO DO ABC, tendo por objeto prorrogação da vigência e o repasse de recursos.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa		
Descrição	2023	2022
Aplicações financeiras	4.553.606	3.709.663
	4.553.606	3.709.663

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

- 5 **Contratos a receber**
Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Convênio de Gestão firmado com o Estado de São Paulo
- 6 **Bloqueio judicial**
Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PCC retido de serviços a recolher	31.799	24.785
IRRF retido de serviços a recolher	8.453	7.996
	40.252	32.781

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	418.338	390.473
IRRF a recolher	38.396	24.263
FGTS a recolher	252.328	115.460
INSS sobre autônomos a recolher	42.175	46.081
Empréstimo consignado a pagar	832	-
Outros	1.116	9.378
	753.185	585.655

10 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	350.588	111.742
	350.588	111.742
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.670)	(4.232)
	(3.670)	(4.232)

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II – CNPJ
57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.643.972	764.165
Convênios e contratos a receber		769.259	-
		2.413.231	764.165
Não circulante			
Bloqueio judicial		12	-
		12	-
Total do ativo		2.413.243	764.165
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	5	99.184	14.529
Obrigações fiscais	6	20.071	-
Obrigações sociais e trabalhistas	7	282.885	152.692
Provisões de férias	8	217.516	22.347
Outros passivos		33.652	30.121
		653.308	219.689
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		544.476	-
Superávits acumulados		1.215.459	544.476
		1.759.935	544.476
Total do passivo e patrimônio líquido		2.413.243	764.165

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral
de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	9.231.102	769.259
Outras receitas		-	6.865
		<u>9.231.102</u>	<u>776.124</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.291.294)	(198.893)
Medicamentos e insumos hospitalares		(277.996)	(7.018)
Prestadores de serviços médicos	10	(4.198.829)	-
Administrativas e gerais		(373.088)	(30.720)
		<u>(8.141.207)</u>	<u>(236.631)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.089.895</u>	<u>539.493</u>
Receitas financeiras	11	127.335	5.213
Despesas financeiras	11	(1.771)	(230)
		<u>125.564</u>	<u>4.983</u>
Superávit do exercício		<u>1.215.459</u>	<u>544.476</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral
de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Superávit do período	-	544.476	544.476
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	544.476	544.476
Superávit do exercício	-	1.215.459	1.215.459
Incorporação ao patrimônio social	544.476	(544.476)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	544.476	1.215.459	1.759.935

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral
de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.215.459	544.476
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(769.259)	-
Bloqueio judicial	(12)	-
Fornecedores	84.655	14.529
Obrigações fiscais	20.071	-
Obrigações sociais e trabalhistas	130.193	152.692
Provisões de férias	195.169	22.347
Outros passivos	3.531	30.121
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>879.807</u>	<u>764.165</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>879.807</u></u>	<u><u>764.165</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	764.165	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.643.972</u>	<u>764.165</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>879.807</u></u>	<u><u>764.165</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 882.067 e R\$ 53.303, respectivamente.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI**

Em 18 de novembro de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 1490/2022, Processo nº SES-PRC-2022/1552-DM, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Gerenciamento Técnico e Administrativo de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica do Centro de Atenção de Tratamento de Queimados do Hospital de São Mateus. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, tendo por termo inicial a data de assinatura, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos previsto no art.11, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021. Em 04 de dezembro de 2023, foi celebrado o 1º Termo de Aditamento, tendo por finalidade, a prorrogação da vigência até 17 de novembro de 2024, e previsão de repasse de 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 769.258,53 (setecentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos), para o período de 18 de novembro de 2023 a 17 de novembro de 2024, visando o Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para o gerenciamento de 10 leitos de UTI Adulto e 10 leitos de UTI Pediátrica, para o Centro de Queimados do Hospital Geral de São Mateus.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	769.259	-
Aplicações financeiras	874.713	764.165
	<u>1.643.972</u>	<u>764.165</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

6 Obrigações fiscais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PCC retido de serviços a recolher	15.735	-
IRRF retido de serviços a recolher	4.336	-
	<u>20.071</u>	<u>-</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

7 Obrigações sociais e trabalhistas	2023	2022
Descrição		
Salários a pagar	168.225	117.638
IRRF a recolher	10.450	5.334
FGTS a recolher	81.116	16.466
INSS sobre autônomos a recolher	18.912	12.839
Outros	4.182	415
	282.885	152.692
8 Provisões de férias		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
9 Provisão para contingências		
A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.		
10 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
11 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	127.335	5.213
	127.335	5.213
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.771)	(230)
	(1.771)	(230)
12 Instrumentos financeiros		
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.		

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.649.523	2.411.943
Convênios e contratos a receber	5	1.866.559	2.297.017
Outros créditos		1.617	307.617
		5.517.699	5.016.577
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	248.070	380.683
		248.070	380.683
Total do ativo		5.765.769	5.397.260
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	7	122.854	67.635
Obrigações fiscais		778	549
Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.468.890	2.237.523
Provisões de férias	9	1.085.180	1.066.813
Outros passivos		290.446	95.658
		3.968.148	3.468.178
Não circulante			
Provisão para contingências	10	147.857	44.360
		147.857	44.360
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.884.722	1.428.305
Superávits (déficits) acumulados		(234.958)	456.417
		1.649.764	1.884.722
Total do passivo e patrimônio líquido		5.765.769	5.397.260

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	15.928.612	7.732.632
Outras receitas		-	27
		<u>15.928.612</u>	<u>7.732.659</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(14.826.713)	(6.699.851)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(132.232)	(50.534)
Prestadores de serviços médicos	12	(11.867)	(4.588)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(580.464)	(216.791)
Administrativas e gerais	14	(708.340)	(358.175)
Contingências e despesas judiciais		-	(42.537)
Bens de terceiros	3 (d)	(104.597)	(17.785)
		<u>(16.407.380)</u>	<u>(7.390.261)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(478.768)</u>	<u>342.398</u>
Receitas financeiras	15	246.989	114.921
Despesas financeiras	15	(3.179)	(902)
		<u>243.810</u>	<u>114.019</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>(234.958)</u></u>	<u><u>456.417</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Acervo líquido incorporado	1.428.305	-	1.428.305
Superávit do período	-	456.417	456.417
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.428.305	456.417	456.417
Déficit do exercício	-	(234.958)	(234.958)
Incorporação ao patrimônio social	456.418	(456.417)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.884.723	(234.958)	1.649.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(234.958)	456.418
Acervo líquido incorporado	-	1.428.305
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	103.497	44.360
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	430.458	(2.297.017)
Outros créditos	306.000	(307.618)
Bloqueio judicial	132.613	(380.683)
Fornecedores	55.219	67.635
Obrigações fiscais	229	549
Obrigações sociais e trabalhistas	231.367	2.237.523
Provisões de férias	18.367	1.066.813
Outros passivos	194.788	95.658
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.237.580</u>	<u>2.411.943</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.237.580</u>	<u>2.411.943</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.411.943	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.649.523</u>	<u>2.411.943</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.237.580</u>	<u>2.411.943</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2023 e 2022, o montante de R\$ 3.973.559 e R\$ 1.795.560, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Em 1 de agosto de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 003/2022 entre a Prefeitura do Município de Itatiba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto integrar no Sistema Único de Saúde no âmbito municipal e definir sua inserção para realização e organização, estruturação, e implementação de ações para as unidades de Estratégia da Saúde da Família, com fundamento nos dispositivos contidos na Constituição Federal, artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8080/90, artigo 27 e 116 da Lei Federal nº 8666/93, Lei Municipal nº 3862/06 e, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e diretrizes de SMS. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser renovado nos termos da lei. Em 1 de agosto de 2023, foi firmado o 2º Termo de Aditamento de convenio nº 003/2022, por finalidade de aditar na “Clausula Primeira – do Objeto”, na “Clausula Sétima – dos Recursos Financeiros”, para promover a inclusão de profissionais e, na “Clausula Segunda – Do Prazo de Vigência”, em virtude do prazo de prorrogação do prazo de vigência. Em 15 de dezembro de 2023, foi firmado o 3º Termo de Aditamento ao Convênio de nº003/2022, por finalidade aditar na “Clausula Sétima – Do Financiamento do Convênio de Gestão item 7.2.6”, para promover o repasse da União.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

- (b) **Convênios a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Provisão para contingências**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Aplicações financeiras	2.411.943
	2.411.943

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	268.537	-
Aplicações financeiras	3.380.986	2.411.943
	3.649.523	2.411.943

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com a Prefeitura do Município de Itatiba.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Itatiba II.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações sociais e trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	641.752	647.650
Rescisões a pagar	18.919	32.727
IRRF a recolher	194.006	211.576
FGTS a recolher	1.491.103	1.254.849
INSS sobre autônomos a recolher	69.247	58.123
Empréstimo consignado a pagar	23.174	21.766
Outros	30.689	10.832
	<u>2.468.890</u>	<u>2.237.523</u>

9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhista	147.857	44.360
	<u>147.857</u>	<u>44.360</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)**

11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2023	2022
Medicamentos	1.044	-
Material médico hospitalar	93.927	41.296
Gases industriais e medicinais	111	-
Material de limpeza e higiene	1.072	-
Outros materiais	36.078	9.238
	132.232	50.534

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2023	2022
Serviços de informática	-	4.375
Serviços de manutenção predial	264.961	115.926
Locação de veículos e equipamentos	103.090	17.500
Serviços de manutenção de equipamentos	182.398	67.547
Serviços administrativos	8.965	7.752
Outros serviços	21.050	3.691
	580.464	216.791

14 Administrativas e gerais

Descrição	2023	2022
Gêneros alimentícios	30.204	16.106
Material de conservação e reparo	32.484	22.824
Material de consumo administrativo	83.548	24.684
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.201	662
Outras despesas	559.903	293.899
	708.340	358.175

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II –
CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

15 Resultado financeiro	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	246.989	114.921
	<u>246.989</u>	<u>114.921</u>
 Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.179)	(902)
	<u>(3.179)</u>	<u>(902)</u>

16 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.151.784	48.317
		1.151.784	48.317
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	21.327	-
		21.327	-
Total do ativo		1.173.111	48.317
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	6	49.318	-
Obrigações fiscais		48	-
Obrigações sociais e trabalhistas	7	405.890	-
Provisões de férias	8	11.910	-
Outros passivos		9.222	-
		476.388	-
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		48.317	-
Superávits acumulados		648.406	48.317
		696.723	48.317
Total do passivo e patrimônio líquido		1.173.111	48.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	7.222.558	48.353
		<u>7.222.558</u>	<u>48.353</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(6.416.015)	-
Medicamentos e insumos hospitalares		(1.489)	-
Prestadores de serviços de terceiros		(4.418)	-
Administrativas e gerais	10	(197.438)	-
		<u>(6.619.360)</u>	<u>-</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>603.198</u>	<u>48.353</u>
Receitas financeiras	11	55.411	-
Despesas financeiras	11	(10.203)	(36)
		<u>45.208</u>	<u>(36)</u>
Superávit do exercício		<u>648.406</u>	<u>48.317</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Superávit do período	-	48.317	48.317
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	48.317	48.317
Superávit do exercício	-	648.406	648.406
Incorporação ao patrimônio social	48.317	(48.317)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.317	648.406	696.723

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	648.406	48.317
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(21.327)	-
Fornecedores	49.318	-
Obrigações fiscais	48	-
Obrigações sociais e trabalhistas	405.890	-
Provisões de férias	11.910	-
Outros passivos	9.222	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.103.467</u>	<u>48.317</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.103.467</u>	<u>48.317</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.317	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.151.784</u>	<u>48.317</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.103.467</u>	<u>48.317</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2023, o montante de R\$ 1.719.492.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo**

Em 2 de dezembro de 2022 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 225/2022-SE entre a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Educação e a Fundação do ABC. Tem por objeto desenvolver programas de cooperação técnica e financeira para o atendimento complementar a estudantes com deficiência regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, com deficiência de qualquer natureza e transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista com impedimentos de longo prazo para autocuidado, autonomia e independência em situações escolares. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração é de um mês, até o dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogada por Termo Aditivo, até o prazo total de sessenta meses, desde que as partes manifestem interesse nesse sentido e apresentem justificativa prévia em, no mínimo, trinta dias antes do término da sua vigência. Em 02 de janeiro de 2023, foi firmado o 1º Termo de Aditamento nº 5/2023 ao Termo de Colaboração nº 225/2022, prorrogado pelo prazo de 12(doze) meses consecutivos e contados a partir de 1º de janeiro de 2023, para execução do plano de trabalho. Em 10 de julho de 2023, foi firmado o 2º Termo de Aditamento nº 266/2023 ao Termo de Colaboração nº 225/2022, reformulando o Plano de Trabalho para desenvolvimento dos objetivos pactuados.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	-	48.317
Aplicações financeiras	1.151.784	-
	1.151.784	48.317

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

7 Obrigações sociais e trabalhistas		
Descrição	2023	2022
Salários a pagar	326.550	-
IRRF a recolher	1.482	-
FGTS a recolher	47.782	-
INSS sobre autônomos a recolher	28.153	-
Empréstimo consignado a pagar	1.512	-
Outros	411	-
	405.890	-
8 Provisões de férias		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
9 Provisão para contingências		
A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.		
10 Administrativas e gerais		
Descrição	2023	2022
Material de consumo administrativo	38.858	-
Seguros patrimoniais	39.810	-
Outras despesas	118.770	-
	197.438	-
11 Resultado financeiro		
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	55.411	-
	55.411	-
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(10.203)	(36)
	(10.203)	(36)
12 Instrumentos financeiros		
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.		

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de
Colaboração - São Bernardo do Campo – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023**
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.401.825
Convênios e contratos a receber	5	982.800
		<u>5.384.625</u>
Não circulante		
Bloqueio judicial		23
		<u>23</u>
Total do ativo		<u><u>5.384.648</u></u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	6	33.728
Obrigações fiscais	7	9.628
Obrigações sociais e trabalhistas	8	677.993
Provisões de férias	9	308.575
Outros passivos		54.458
		<u>1.084.382</u>
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		4.300.266
		<u>4.300.266</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>5.384.648</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações de resultado

Para o período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023

Em reais

	Notas	<u>2023</u>
Receitas operacionais		
Parceria público - Municipal	1 (vi)	11.947.867
		<u>11.947.867</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(4.001.883)
Prestadores de serviços médicos	11	(3.455.878)
Administrativas e gerais		(297.919)
		<u>(7.755.680)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>4.192.187</u>
Receitas financeiras	12	109.779
Despesas financeiras	12	(1.700)
		<u>108.079</u>
Superávit do período		<u><u>4.300.266</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido**
Para o período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Superávit do período	<u>-</u>	<u>4.300.266</u>	<u>4.300.266</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>4.300.266</u>	<u>4.300.266</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**
Para o período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023
Em reais

	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	4.300.266
Variações nos ativos e passivos:	
Convênios a receber	(982.800)
Bloqueio judicial	(23)
Fornecedores	33.728
Obrigações fiscais	9.628
Obrigações sociais e trabalhistas	677.993
Provisões de férias	308.575
Outros passivos	<u>54.458</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>4.401.825</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.401.825</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>4.401.825</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.401.825</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 30 de junho a dezembro de 2023, o montante de R\$ 1.072.504.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Hospital São Mateus – Pronto Socorro**

Em 30 de junho de 2023 foi celebrado o Termo de Convênio nº 0633/2023, Processo nº SES-PRC-2023-00169-DM, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para gerenciamento dos Serviços do Pronto Socorro Adulto e Pediátrico do Hospital Geral de São Mateus.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023 (Em reais)

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (e) **Provisão para contingências**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (f) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	1.008.510
Aplicações financeiras	3.393.315
	<u><u>4.401.825</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com Estado de São Paulo.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 Obrigações fiscais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>
COFINS retido de serviços a recolher	1.116
IRRF retido de serviços a recolher	8.512
	<u><u>9.628</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023
Salários a pagar	448.987
IRRF a recolher	32.058
FGTS a recolher	136.499
INSS sobre autônomos a recolher	41.163
Empréstimo consignado a pagar	808
Outros	18.478
	677.993

9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2023.

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 Resultado financeiro

	2023
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	109.779
	109.779
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(1.700)
	(1.700)

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses

assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 10 de abril de 2024.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de abril de 2024.

MARIO LAPAS TONANI
Prefeitura de Santo André

ROBSON TADEU DE ALMEIDA
Prefeitura de São Bernardo do Campo

ANE GRAZIELE PLONKOSKI
Prefeitura de São Caetano do Sul